

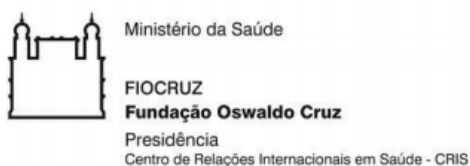
**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ**  
**Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**Nº 20/2022**  
**11 a 24 de outubro de 2022**



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2022**



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
	<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>	
12	O que é normal? – <i>Santiago Alcázar</i>	
16	Reflexos da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e da 77ª Assembleia Geral da ONU na dinâmica política do CDH e no alinhamento dos seus membros - <i>Armando De Negri Filho</i>	
27	Eventos em saúde pública global e discussões acerca de um mundo mais equitativo - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>	
31	Los pueblos indígenas, un liderazgo en “Una Sola Salud” - <i>Paolo Balladelli e Sofia Farante</i>	
48	“Há distância entre a intenção e o gesto”: a saúde global soterrada pelas evidências dos impactos das diversas crises - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
57	Aferindo privação com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de 2022 e os limites dos dados domiciliares - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
62	OIT e OMS juntam esforços para abordar os graves problemas de saúde mental relacionados ao trabalho - <i>Rene Mendes</i>	
70	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
75	Instituições Financeiras Multilaterais - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
79	Desenvolvimento e Propriedade Intelectual: Informe sobre a OMC e OMPI - <i>Claudia Chamas</i>	
82	O papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares: 8th Global Fórum de Milan Pact, Rio de Janeiro, Brasil - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell</i>	
88	Mulheres, Crianças e Adolescentes: novos números e antigos problemas, propostas para reconstrução e maior participação - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
98	A encruzilhada da educação na América Latina e Caribe – <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
	<b><u>Movimentos sociais globais e saúde</u></b>	
104	Intersecções entre crise climática e alimentar em uma agenda de ameaças à saúde global - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza</i>	
122	Superando a colonialidade da Saúde Global: desafios e possibilidades no protagonismo da sociedade civil de interesse público - <i>Armando De Negri Filho</i>	

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 145 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 172 G20, G7, OCDE na saúde global - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 179 A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA e a China - *Claudia Hoirisch*
- 181 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Montserrat Vargas Solorzano*
- 193 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 206 A Europa em ebulição - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 210 Mudanças climáticas é tema central para Ásia e para região árabe, mas sob urgências diferentes - *Lúcia Marques*
- 220 Novas décadas da nova era - *André Costa Lobato*
- 225 EUA e saúde global – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 228

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 232

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 233

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 20/2022 – 11 a 24 de outubro de 2022

#### Apresentação

Chegamos ao **fascículo 20** dos **Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2022** nesta quinzena do final de outubro de 2022. O primeiro Caderno CRIS do ano foi publicado em fevereiro e, desde então, nossos quase 100 analistas por fascículo se debruçam sobre as mais importantes organizações da governança política e da saúde global e regionais, inclusive sobre a sociedade civil, para trazer aos queridos leitores a análise mais acurada e honesta sobre os momentos políticos relevantes. Para conhecer, mas também para agir, pois não nos move apenas a curiosidade intelectual ou o compromisso acadêmico, mas também a ação sobre os poderosos determinantes políticos da saúde global e da diplomacia da saúde.

A insensatez permanece como a principal bússola a orientar o mundo. A guerra na Ucrânia varia de intensidade e impactos letais, e não cede. A crise energética da Europa torna-se crítica, o Ocidente derrama bilhões em armamento, a Europa arma-se até os dentes, a indústria bélica sorri de orelha-a-orelha e distribui fartos dividendos a seus felizes investidores. Recursos antes prometidos para promover a equidade no acesso à vacinas, na distribuição de comida para os famélicos do mundo, pra a mitigação (ou redução) dos impactos da mudança climática e da perda da biodiversidade migram para a morte e a destruição. Os falcões de todos os cantos dominam os céus; as pombas recolhem-se amedrontadas.

Segundo *Alcázar*, o que é normal em um momento histórico pode não ser em outro. Em 1945, quando foi adotada a Carta das **Nações Unidas**, parecia se queria lançar as bases para uma nova norma no campo das relações internacionais. Ante os escombros da guerra e o indizível sofrimento humano, a Carta oferecia a perspectiva de um mundo que reconhecesse a primazia dos direitos humanos e da dignidade e valor da vida. Para levar adiante o projeto civilizatório proposto era preciso que os Estados assumissem a responsabilidade de implementar os ideais acordados. Com o tempo, essa responsabilidade foi encolhendo por meio da cessão de soberania, resultante da adoção de políticas de corte neoliberal. Conclui que, nesse contexto, é impossível avançar nos temas da agenda global.

*De Negri Filho* analisa o contexto atual no **Conselho de Direitos Humanos**, a partir da eleição de 14 países na 77ª Assembleia Geral da ONU para a substituição ou reeleição de países que têm mandatos que vencem em dezembro de 2022. Pela América Latina e Caribe, se elegeram Chile e Costa Rica, excluindo a Venezuela. A exclusão deste país é importante não só pelas conflitividades que se relacionam com sua condição política, mas também por sua intensa atividade no Conselho em favor de agendas do Sul Global, tendo operado decisivamente para a criação da Relatoria Especial pelo Direito ao Desenvolvimento e na criação do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento, na sua condição de Presidente do Movimento de Não Alinhados - MNA. Atualmente, na condição de *Past President*, a Venezuela é a única representação direta do MNA no Conselho, posto que a atual Presidência do Azerbaijão não tem assento no CDH, tampouco Uganda, futura presidência do Movimento. Grave para a coordenação dos Não-Alinhados no ano de 2023, quando se deve votar o Tratado sobre Direito

ao Desenvolvimento e encaminhar o Tratado sobre as Transnacionais e os Direitos Humanos. O Brasil se retira do CDH em dezembro de 2022, ao concluir dois períodos de três anos.

Outra notícia importante, foi a designação pelo Secretário Geral da ONU, ratificada pela 77ª. AGNU, do austríaco Volker Türk como novo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que já chamou um espaço de diálogo com a sociedade civil global cujo link está neste informe.

O autor destaca dois temas de resolução de grande interesse para a saúde global, em particular para o Sul do Planeta, quais sejam o do Direito ao Desenvolvimento e o da Promoção de uma nova ordem internacional democrática e equitativa. Dois temas que dividem com enorme nitidez a posição que busca impedir uma nova ordem em favor de um desenvolvimento igualitário e justo, com uma maioria formada pelo países do Sul / Não Alinhados aprovando essas resoluções, tendo a oposição da Europa e dos EUA, e a as abstenções de países como Brasil e México, em posição de difícil justificativa. Como já foi observado em outras circunstâncias, os votos sobre temas polêmicos, como a condenação da Rússia, foi fator de divisão do Conselho, expresso sobretudo por um número importante de abstenções. O relato desses votos ajuda a caracterizar a divisão ideológica do Conselho, cruzado por novas configurações de uma ordem internacional que vai cobrando passagem. A leitura das resoluções mostra o nível de confronto entre o Sul e o Norte, entre as antigas metrópoles coloniais e os povos colonizados e ainda submetidos à colonialidade.

A reunião do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais em relação aos direitos humanos (OEIGWG), cujo mandato é elaborar um instrumento legalmente vinculativo internacional para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas, teve sete sessões até agora. A oitava sessão do OEIGWG, que é presidido pelo Equador, ocorrerá de 24 a 28 de outubro de 2022. Importante ler o rascunho da proposta deste importante tratado para a saúde global e que estará na agenda desta sessão (link no corpo do informe).

**Bermudez, Reges e Galvão**, no seu informe sobre a **OMS**, reportam que na última quinzena ocorreu a *Cúpula Mundial da Saúde (World Health Summit) 2022* em Berlim. Pela primeira vez, a OMS foi co-organizadora da Cúpula, que contou com mais de 300 palestrantes de todas as regiões do mundo. Para uma cúpula realmente mundial, foram muito poucos os participantes da América Latina e África. A WHS 2022 teve como objetivo fortalecer o intercâmbio, estimular soluções inovadoras para os desafios da saúde, posicionar a saúde global como uma questão política fundamental e promover uma conversa global sobre saúde no espírito dos ODS da ONU. Ademais, eventos para discussão do tratado pandêmico seguem ocorrendo, com expectativas para maior participação inclusiva da perspectiva latino-americana.

O artigo de **Balladelli e Farante** analisa como os **povos indígenas**, na sua cosmovisão e práticas, são ponto de referência, não apenas para a compreensão do conceito de "**Saúde Única**". Eles são líderes naturais nessa matéria, com suas práticas coletivas e vivências alinhadas com harmonizar a vida do homem com os animais, as plantas, a natureza, o ambiente e, em geral, com a governança dessas diferentes dimensões. É indispensável que governos e sociedades civis reforcem seu compromisso para melhorar o acesso dos povos indígenas aos direitos políticos, econômicos e sociais e para envolvê-los nos mecanismos de governança da saúde única em níveis locais e regionais. O estudo foi apresentado no seminário avançado do CRIS sobre saúde única do dia 19 de outubro de 2022.

São muitas as crises na **área ambiental** que recaem sistematicamente sobre a **saúde**, conforme a interpretação de nossos analistas **Magalhães e Galvão**. O incêndio a ser apagado é tão grande que falta fôlego para reconstrução e preparação. Na Cúpula Mundial de Saúde ficou claro que questões desafiadoras e urgentes em *Saúde Única* e *Saúde Planetária* ainda permanecem em aberto. O mesmo se dá para a *resistência antimicrobiana*, tida como uma das grandes ameaças futuras, que mata atualmente cerca de 4,5 milhões de pessoas por ano. Enquanto isso, as crises se intensificam. A África se junta a outros países e publica na revista Lancet um apelo para que os países ricos se comprometam com as questões climáticas sob o risco do efeito dominó dos impactos do Sul para o Norte. A Europa aprova lei para compra de produtos com certificação de sustentabilidade, cercando as políticas de desmatamento e destruição ambiental do Brasil. A intoxicação por chumbo ainda continua e se vê longe de acabar, apesar dos avanços, com o aumento dos resíduos eletrônicos.

A elevada e crescente ocorrência dos transtornos mentais em jovens e adultos tem dimensões que vão muito além da complexidade de um grave ‘problema de Saúde Pública’, dadas as profundas interfaces com o mundo do trabalho, que vão desde o olhar do trabalho enquanto um promotor de saúde – de saúde mental, principalmente – até o contrário: o trabalho como indutor, promotor ou agravador (agravante) do processo de adoecimento mental de trabalhadores e trabalhadoras. **Mendes** nos traz este tema palpitante, com a acurácia de sempre, analisando dois documentos; 1) o que a **OMS** acaba de lançar, “*Diretrizes de Saúde Mental no Trabalho*”; e 2) o documento de resultante de parceria entre a **OIT** e a **OMS**, denominado “*Saúde Mental no Trabalho: Resumo da Política*”.

O informe sobre o **PNUD**, elaborado por **Martins e Paes-de Sousa**, aborda o relatório do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) 2022, publicado pelo Programa em colaboração com a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). É inaugurado um novo cálculo no IPM denominado de “perfil de privação”, que agrega as interconexões entre diferentes formas de privações e diferenciações entre perfis regionais. Também há um debate sobre a ausência de disponibilidade e investimentos em pesquisas domiciliares na proclamada revolução de dados e suas consequências negativas para os cálculos vinculados à pobreza.

O informe sobre **migrações, refugiados e saúde global** destaca um recente surto de cólera na Síria, país de origem de um número considerável de refugiados e deslocados internos do mundo. O grupo liderado por **Ventura** aborda também um relatório lançado pela *Human Rights Watch* que apresenta dados sobre a saúde mental de refugiados e sobreviventes de conflitos armados. Adiante, sublinham as dificuldades enfrentadas por refugiados venezuelanos em países da América Latina e Caribe para acessar serviços básicos, além de dados recentes sobre os fluxos dessa população ao Brasil, levantados pela *OBMigra* e *OIM*. Por fim, mencionam a campanha “ComidapraViagem”, lançada pelo *ACNUR* em outubro, a fim de facilitar o engajamento público no combate à fome entre pessoas refugiadas, bem como a situação calamitosa de refugiados no Sudão do Sul, país duramente afetado por inundações pelo quarto ano consecutivo.

No campo da **Saúde da Mulher Criança e Adolescente**, nossos analistas **Massari, Gomes e Carvalho** analisam o relatório ‘Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: retrocessos’, publicado pela **OMS** e **UNICEF**; a publicação da **CELAC, ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF** sobre ‘Casamentos e Uniões Infantis, Precoces e Forçados: práticas nocivas que aprofundam a desigualdade de gênero na América Latina e Caribe’; e a produção do **UNICEF** sobre ‘Estratégia PARA e COM Meninas Adolescentes: reconstruir com igualdade’. Também

chamam a atenção para a nota da **ONU e ONU Mulheres** que trata da análise do Conselho de Segurança sobre o papel das mulheres em acordos de paz.

O grupo de analistas sobre **Segurança Alimentar**, formado por **Nilson, Oliveira-e-Silva e Ell** analisam o papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares, mediante o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, com base em relatos de experiência no 8<sup>th</sup> Global Fórum de Milan Pact, Rio de Janeiro, Brasil. Referem-se às diretrizes da **FAO** de apoio à agenda para fortalecer compromissos em torno dela, em que princípios como a garantia do direito humano à alimentação, a governança participativa e o planejamento integrado garantam uma urbanização transformadora, na qual espaços urbanos sejam mais que consumidores e em que os circuitos locais promovam saúde, sustentabilidade, resiliência e equidade. Nesse sentido, compromissos efetivos e investimento na agenda são fundamentais para transformar os sistemas alimentares em todos os níveis, incluindo o urbano, com vistas a garantir a redução da insegurança alimentar e nutricional e o alcance dos ODS a partir de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, com comida de verdade no campo e na cidade.

Continuando na análise da agenda social multilateral e regional dos nossos Cadernos, **Rodrigues, Gaspar e Sanglard** do grupo de **educação e cultura**, analisam o último relatório da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*, intitulado “*La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe Informe regional de monitoreo ODS 4 - Educación 2030*”, que faz um balanço da implementação e desenvolvimento das metas do ODS 4 na região, entre 2015-2021. Apresenta informações sobre as tendências sociais e econômicas; o desenvolvimento dos ciclos educativos na primeira infância, na educação primária e secundária; o nível de aprendizagem dos estudantes; a qualificação dos docentes e diretores; as tendências da educação superior; o aprendizado e educação com jovens e adultos; o financiamento dos governos na educação e as dificuldades dos países em cumprirem as metas demonstram que dificilmente cumprirão as metas estabelecidas até 2030, principalmente nas regiões mais pobres e áreas rurais.

Reporta-nos **Cazumbá**, que líderes de governos, parlamentares, representantes dos setores privado e de organizações da sociedade civil e acadêmicos se reuniram para as Reuniões Anuais do **Fundo de Monetário Internacional (FMI)** e do **Banco Mundial (BM)** em Washington, D.C, na primeira quinzena de outubro, em meio a um cenário econômico e geopolítico turbulento, pós-pandêmico, com aumento das taxas de juros e dos preços dos alimentos, pobreza ascendente e desastres naturais causados pelas mudanças climáticas. Dezenove Conferências e declarações alarmantes dos presidentes Malpass e Georgieva deram o tom assustador para o mundo desta importante reunião global sem que, contudo, proposições palpáveis e consistentes tenham sido anunciadas. O **BID** lançou o Relatório Conjunto sobre Finanças Climáticas dos Bancos Multilaterais da região da ALC, reportado por nossa analista.

**Chamas** anuncia que na 12<sup>a</sup> Conferência Ministerial da **Organização Mundial do Comércio**, ocorrida em junho passado, os ministros adotaram a Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Um dos compromissos diz respeito à possível extensão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapêuticos no combate à Covid-19. O **Conselho de TRIPS** avança com a discussão. A 29<sup>a</sup> Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** acolheu o relatório de progresso sobre a implementação das 45 Recomendações Adotadas sobre a Agenda de Desenvolvimento.

Na última quinzena, 27 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, sendo 22 de interesse público e 5 de interesse privado, fizeram manifestações merecedoras de registro neste informe, preparado por **Souza e equipe**. As OSC abordaram um amplo leque de temáticas importantes na arena da Saúde Global, com ênfase na relação entre crise climática e a insegurança alimentar no mundo, a saúde mental global, as vacinas e as doenças infecciosas exacerbadas nos contextos de fome. Tais apontamentos estão situados na perspectiva da vigilância e na ação, com intuito de promover o monitoramento e as intervenções que possam reverter os danos que se expandem de forma avassaladora, principalmente em países e populações mais vulneráveis. Outros itens temáticos são elencados, com destaque neste número para a questão dos “processos eleitorais” que aponta para o momento peculiar da eleição no Brasil e a importância do voto feminino ao redor do mundo.

Já **De Negri Filho** entende que a função da **sociedade civil**, defensora do interesse público em escala global é produzir conhecimento, construir argumentos com esses conhecimentos, incidir com esses argumentos nos processos de decisão e logo disputar e garantir que as decisões influídas se tornem realidade em diversas escalas, do local ao global. Daí que se justifica destacar o potencial de reorientação das ações das ideias transformadoras e suas consequências.

Este informe propõe uma reflexão sobre o objeto que nos anima – a saúde global desde uma perspectiva decolonial, a partir do enfrentamento da injustiça epistêmica. O objetivo é examinar o quanto do que estamos produzindo como saúde global reforça a hegemonia atual e quanto contribui para uma hegemonia alternativa, emancipadora. Os três primeiros textos selecionados da Revista Lancet - Saúde Global propõem: primeiro, a reflexão sobre a injustiça epistêmica existente na produção acadêmica sobre saúde global; segundo, segue nesta linha, para transcender o dogma global da saúde, antepondo uma perspectiva indígena; e o terceiro, como uma provocação para questionar os limites desta transformação do objeto: a saúde global sobreviverá à sua descolonização ou decolonização? Ou se transformará em outro objeto?

Nosso analista destaca também a iniciativa da ONU sobre o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza 2022-2023, cujo tema é ‘Dignidade para Todos na Prática’, ou seja, os compromissos que fazemos juntos pela justiça social, pela paz e pelo planeta.

Para seguir nesta linha de repolitização do mundo, cabe evocar o que nos propõe Claudio Schuftan do Movimento pela Saúde dos Povos, ao provocar uma reflexão sobre a organização de e em partidos políticos e a necessidade de que nos organizemos em agremiações políticas para enfrentar a 'recessão democrática' em que vivemos, reporta nosso analista.

Seguindo na linha dos enfrentamentos com a complexidade, **De Negri** destaca o seminário / oficina sobre um tema mais que urgente: resistência antimicrobiana e mudanças climáticas, sob a ótica de *One Health* para enfrentar o problema. A resistência antimicrobiana (AMR) possivelmente representa uma das maiores crises globais na saúde pública hoje, mas o fenômeno vai muito além do domínio da saúde humana e animal e nos remete a um desequilíbrio social e ambiental enorme, que necessitamos enfrentar já. Enfrentando, assim, a fragmentada estrutura de governo da saúde global e a falta de limites éticos entre os interesses públicos e privados.

Noticia também o seminário de lançamento e a *preview* do Relatório Principal 2022 do Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre o Desenvolvimento Social, intitulado "Crises da Desigualdade: Mudança de Poder para um Novo Contrato Eco-Social", de 2022. Uma importante contribuição para as transformações a empreender.



Finalmente, destaca o seminário sobre “Por que as políticas de Pós Crescimento ou de Decrescimento são essenciais para a saúde planetária”, no âmbito dos Diálogos Políticos do MMI, realização do Centro de Saúde Planetária de Berlin – Alemanha, dia 28 de outubro de 2022.

**Ungerer** reporta que o **UNOSSC** e o Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos organizaram um webinar para apresentar soluções e iniciativas locais e para facilitar o compartilhamento de conhecimento baseado em experiência e parcerias promovendo a Cooperação Sul-Sul em nível subnacional/municipal e centros de excelência em todo o Sul Global. Além disso, o UNOSSC celebrou o Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia-ONU, que estabeleceu, em cinco anos, parcerias com 51 países parceiros em 66 projetos de desenvolvimento.

Ainda segundo nossa analista, o **G-77 e a China** estiveram muito ativos em quase todos os Comitês da AGNU, discutindo as TIC para o desenvolvimento sustentável, a agenda política e o financiamento para o desenvolvimento, a erradicação da pobreza, a nova agenda urbana e o desenvolvimento do sistema ONU. Além disso, analisaram o orçamento-programa de 2022, revisaram o orçamento para 2023 e apresentaram formas de melhorar a situação financeira da Organização. E finalmente, mais uma vez, não esqueceram de trazer à tona a soberania do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental e a população árabe no Golan Sírio ocupado. Já o **Centro Sul** reiterou o seu apoio ao processo em busca de justiça para vítimas de violações e abusos de direitos humanos por parte das empresas.

No **G7**, o destaque da semana foi a realização do *World Health Summit 2022*, de 16 e 18 de outubro, em Berlim, com fala de abertura de Olaf Scholz. No dia 25 de outubro, realiza o evento para recuperação da Ucrânia, demonstrando apoio da comunidade internacional ao país. A quinzena no **G20** foi marcada pela 4ª Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 (FMBCG). Ainda que alguns pontos de convergência tenham sido alcançados no evento, o resultado foi decepcionante e os países não produziram uma declaração conjunta. Diante das graves divergências que permeiam as opiniões dos membros do bloco e os impedem de chegar a um consenso, críticas e demandas sobre o G20 aumentam na comunidade internacional, elevando as expectativas para a Cúpula do Grupo, dias 15-12 de novembro próximos, que será coberta pelos nossos Cadernos. Na **OCDE**, ocorreram na quinzena atualizações da parceria com o G20 relativa ao projeto conjunto sobre o mercado de criptoativos e a economia internacional, o lançamento do estudo sobre inclusão e integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a publicação de atualizações de duas de suas séries, acompanhamentos e projeções sobre a economia mundial. Destaque também para o progresso no turbulento processo de adesão do Brasil à organização. É o conteúdo do informe de **Burger, Esteves e grupo** para o Caderno 20.

No informe sobre **BRICS, Hoirisch** sinaliza que a Casa Branca divulgou sua Estratégia de Segurança Nacional (NSS) em outubro com a lista usual de desafios: mudança climática, segurança alimentar, pandemias, energia limpa, ciberespaço, tecnologia, corrupção e planos para todas as regiões do globo. A NSS 2022 foi adiada devido à guerra na Ucrânia. A Estratégia reforça temas-chave como vencer a competição com os principais integrantes de Brics, China e Rússia, e o fará investindo domesticamente e construindo uma coalisão com aliados e parceiros que pensam de modo semelhante para avançar em seus interesses e em sua visão de um “mundo livre, aberto, seguro e próspero”. Além de trabalharem com aliados alinhados, sabiamente defendem uma “abordagem dual” que envolve rivais geopolíticos para enfrentar os muitos desafios globais que representam uma ameaça existencial para todos: mudança climática, segurança energética, pandemias e insegurança alimentar.

**Tobar e Minayo** trazem a disputa entre os EUA e a China por mercado e influência política na região da **América Latina**. Destacam também a emigração venezuelana para os EUA e a mediação mexicana, além da terrível catástrofe humanitária no Haiti. O relatório traz ainda comentários sobre o encontro dos diretores de Recursos Humanos dos Ministérios da Saúde Andinos para avaliar a política regional; a união de esforços entre Colômbia e Equador para a vacinação nas fronteiras; o lançamento pelo ORAS/CONHU, COMISCA e OPAS da campanha para acesso a exames diagnósticos para tuberculose e o 39º Período de Sessão da CEPAL. Por fim, o relatório contou com a contribuição de **Montserrat Vargas Solorzano** sobre a Plataforma de Monitoramento da Situação Eleitoral da Região Latino-Americana do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris.

A **África** deve buscar implementar sistemas alimentares sustentáveis e resistentes que possam resistir a choques futuros. Líder do BAD insta aos bancos multilaterais de desenvolvimento que aumentem o financiamento dos cuidados de saúde. Ministros da Saúde tomam medidas para conter a epidemia do Ébola. O CDC África lança Quadro de Referência para Vigilância da Mortalidade. Beneficiários do REDISSE IV apelam à formação e capacitação de epidemiologistas de campo para uma melhor segurança sanitária na África Central. Estes são os conteúdos do informe de nossos analistas para o continente africano, **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

O cenário político na **Europa** continua agitado. **Freire** recorda-nos a queda precoce da recém-empossada primeira-ministra britânica, que a ultradireita italiana foi convocada a formar seu governo; e que a França viu milhares irem às ruas em protesto. A guerra na Ucrânia entra no oitavo mês, com acirramento das tensões e distante de uma perspectiva de término. Além da tripla crise de segurança, economia e energia, o cenário político mostra extrema instabilidade.

O cenário das mudanças climáticas que antecede a COP27 é bem mais severo que o de um ano atrás e que influenciaram as decisões tomadas na COP26. Embora os efeitos das mudanças climáticas sejam sentidos em todos o mundo, é na Ásia, região MENA e Sahel que estão os países que mais sofrem as urgências climáticas – onde se encontra a maioria dos países em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos (LDCs), países em desenvolvimento sem acesso ao mar (LLDCs) e pequenos Estados insulares (SIDS), que têm seus próprios desafios especiais. Eles têm urgências diferentes, seja imediata, para ajuda humanitária e para reconstrução de infraestruturas em consequência dos eventos extremos, com urge o Paquistão, seja de curto e médio prazo, para ações de mitigação e prevenção, para financiamento e transferência de tecnologia verde e sustentável, como urgem os países insulares do Pacífico ou Bangladesh. Os países mais pobres estão pagando o preço mais pesado. Os membros do G20, por exemplo, são responsáveis por 78% das emissões na última década; se continuarem agindo com cautela e sabedoria, os países dessas regiões poderão obter o melhor da disputa entre as duas grandes potências: EUA e China, como destaca **Marques**.

Nos **Estados Unidos**, o Instituto Nacional de Disparidades de Saúde e Saúde das Minorias (NIMHD/NIH) realizará nos dias 1 e 2 de novembro de 2022 uma oficina de trabalho virtual para discutir oportunidades de pesquisa para reduzir as disparidades de saúde e cuidados de saúde relacionadas a doenças não transmissíveis (DCNT). **Galvão** reporta ainda que o Instituto O'Neill e a Revista Lancet, com a coliderança da Relatora Especial das Nações Unidas sobre o direito à saúde, lançaram dia 21 de outubro, à margem da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas uma nova Comissão Global sobre o enfrentamento do racismo e da discriminação estrutural em saúde. Já a Secretaria de Saúde dos EUA (HHS) anunciou uma

iniciativa bipartidária de mais de US\$ 100 milhões para melhorar serviços de saúde mental; ela é parte da Lei Bipartidária de Comunidades Seguras (Safer Communities Act - BSCA), assinada pelo presidente Biden no início deste ano,

Na **China**, o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista reelegeu Xi Jinping como seu secretário-geral, elegeu os cerca de 200 membros do 20º Comitê Central e os membros da Comissão Central de Disciplina e Inspeção. Wang Yi, atual ministro das relações exteriores, foi eleito para o Poliburo do Comitê Central, com 24 membros. Li Qiang, que comandou o *lockdown* de Xangai no início deste ano, foi promovido a segundo lugar no comitê permanente, composto por sete pessoas. Com isso, alguns acreditam que ele ficará a cargo de temas econômicos no partido e será o próximo primeiro-ministro. São os pontos do informe de **Lobato** para o Caderno 20.

Finalizamos a apresentação do último Caderno (19/2022) dizendo que sonhávamos trazer boas notícias aos nossos queridos leitores. Ainda não será desta vez. Diante da insensatez que domina politicamente o mundo, resta-nos defender a reativação da indignação das pessoas de bem de todo mundo que, na verdade, são a maioria. Com um movimento que fortaleça reivindicações de paz e solidariedade, condene as insanas guerras e conflitos em curso e a indiferença fatal com a tragédia climática e a perda da biodiversidade – para fazer estas reivindicações chegar à Cúpula do G20 e às COP correspondentes.

Boa leitura do Caderno 20!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 26 de outubro de 2022**

***Paulo M. Buss e Pedro Burger***  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**  
***(com Érica Kastrup)***

## O que é normal?

**Santiago Alcázar**

O que significa normal? A palavra vem do Latim *norma*, a ferramenta usada para estabelecer o ângulo reto nas construções, o quadrado de carpinteiro. *Norma* ergueu Roma e, depois, na primeira metade do século IV, sob Constantino, reconstruiu a velha cidade grega de Bizâncio, renomeada Constantinopla. Esta caiu para o império otomano em 1453 e, não se sabe por quê, a palavra passou a designar o que era típico ou comum. No século XVII, a geometria dispensou o conteúdo de ferramenta e sugeriu em seu lugar a abstração das coordenadas cartesianas. A primeira República francesa adjetivaria o substantivo para criar a *école normale*, instituição que deveria servir de modelo de excelência para o ensino. No Brasil, durante o primeiro reinado, foi criada a primeira *escola normal*, em Niterói. Na primeira metade do século XX, mulheres da classe média brasileira, as *normalistas*, respondiam pelo ensino básico e contribuíam significativamente para a renda familiar. Depois, normal recuperou o sentido de perpendicular para dizer endireitado, reto, mas com o sentido sub-reptício de correto. *Normal*, nesse contexto, define-se em contraposição ao que lhe é contrário. Esperado, em contraste com inesperado. Conforme, com inconveniente. Perfeito, com aberração. No céu do hemisfério sul há uma constelação de nome *Norma*, talvez porque, segundo alguns, tem ângulos retos. Outros dizem tratar-se de homenagem à opera *Norma* de Bellini. O que é normal nesse trânsito de sentidos distintos?

As palavras têm vida. Surgem, não se sabe como e se espalham de maneira surpreendente. Cada momento histórico tem as suas palavras, acompanhadas de pronúncias e acentuações próprias. Hoje falamos de um jeito que não é a maneira de há trinta ou quarenta anos. Quando lemos algum clássico vêm-nos em seguida a percepção do corredor do tempo que tem que ser atravessado para perscrutar os sentidos esmaecidos.

Às vezes, o normal do momento força as palavras a se emprestarem para outras realidades, que de maneira alguma reproduzem as circunstâncias que lhe deram origem. São empréstimos forçados, indevidos e constituem verdadeiros abusos de linguagem. No cárcere linguístico a que são submetidas, as palavras sob tortura expressam o que não são. *Genocídio* pode ser usada livremente, sem compromisso com o seu significado histórico. *Comunista* é um que tem sensibilidade social e *cristão* é o conservador raivoso que talvez veste camisa amarela. Qual é o normal que nos define?

Forças de mudança e de restauração constituem o fio condutor da história. O normal é ameaçado pela mudança, mas também pela restauração. Às vezes a ameaça recai sobre a possibilidade da civilização. A Segunda Guerra foi uma instância dessa possibilidade. Por essa razão, o seu fim foi celebrado em todo o mundo como a chance para um novo recomeço, sem a repetição dos erros do passado. Nações unidas em torno a valores e princípios comuns criaram a Organização das Nações Unidas, o mais ambicioso projeto civilizatório da história.

A ideia é simples, ainda que desdobrada em uma multiplicidade de planos. A Carta, o documento constitutivo da Organização, parte do reconhecimento dos direitos humanos e da dignidade e valor da pessoa humana (preâmbulo). Tudo está aí, concentrado como em um átomo. Em seguida, revela o propósito crucial de estabelecer relações de amizade entre as nações, baseadas no princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos (artigo 1). Na mesma lógica, prega que os países devem resolver as suas eventuais diferenças por meios pacíficos, abstendo-se do uso da força (artigo 2). Temendo que talvez essa ideia não fosse

suficientemente clara, os fundadores decidiram sublinhar a importância da diplomacia na solução pacífica de controvérsias, encarecendo a busca da negociação, da investigação, da mediação, mediação, arbitragem ou qualquer outro meio que preserve a paz (artigo 33). As condições para as relações de paz e amizade entre as nações decorrem daquelas para a estabilidade e o bem-estar, ancoradas na igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e que seriam: i) melhores níveis de vida, pleno emprego e avanço econômico, social e o desenvolvimento; ii) respeito aos direitos humanos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (artigo 55). Com o propósito de estender o alcance da Carta aos povos àquela época não-autônomos, decidiu-se declarar que se reconhecia a primazia dos interesses desses povos e aceitar como sagrada a obrigação de promover ao máximo o seu bem-estar. Deve-se, ademais, continuar a declaração, assegurar-lhes o progresso político, econômico, social e educacional e protegê-los de abusos (artigo 73). Não é preciso recordar as aberrações cometidas pelas potências ocidentais à essa bem-intencionada declaração durante o período colonial pós-1945 ou durante o processo cruel de descolonização. Ainda assim, não seria descabido estender o alcance daquele artigo para as minorias nacionais, de que são exemplos sérvios, no Kosovo ou russos na Ucrânia. O pleno respeito ao outro, àquele que por circunstância histórica pertence a outra comunidade cultural, é a essência do espírito da Carta das Nações Unidas. Finalmente, o artigo 100 diz que o Secretário-Geral não deve procurar, nem receber, instruções de qualquer país ou autoridade de fora da Organização. Pode afirmar-se sem ressalvas que Dag Hammarskjöld, e Koffi Anan serviram à Organização de maneira exemplar.

Não obstante as críticas que se possam fazer, entre as quais caberia ressaltar as dificuldades advindas das tensões da guerra fria, os princípios e valores das Nações Unidas representam o normal, o quadrado de carpinteiro com o qual se construiu a impressionante estrutura multilateral do pós-guerra. O sistema das Nações Unidas, com seus Programas e Fundos (UNCTAD, PNUD, ACNUR, UNICEF, PMA, entre outros), as suas agências especializadas (OMS, OIT, FAO, UNESCO, FIDA, UNIDO, entre outros), as suas comissões técnicas (desenvolvimento sustentável), comissões regionais (CEPAL), Departamento e Escritórios (DESA) – constitui o mais bem acabado exemplo de êxito na consecução de acordos internacionais, normas e protocolos que orientaram e disciplinaram a ação no campo das relações internacionais. Não se pode saber o que teria sido a segunda metade do século XX sem as Nações Unidas, mas a probabilidade real da barbárie, à luz dos eventos testemunhados por toda uma geração, não é algo que se possa descartar. A Organização das Nações Unidas é ademais o foro democrático por excelência, o *locus* onde são apresentados os problemas que têm impacto global e onde são debatidas e formuladas as propostas de solução.

A premissa da Carta das Nações Unidas, bem como de todo o sistema é a efetivação do poder do Estado, não obstante as primeiras palavras do preâmbulo serem uma inusitada referência a “Nós, os povos”. A observação não é uma curiosidade sem importância. O Tratado de Versalhes, por exemplo, que pôs fim à Primeira Guerra, inicia com os dizeres “As Altas Partes Contratantes”, que são aquelas que representam os Estados. “Nós, os povos”, por outro lado, não parece ser a fórmula adequada para designar representantes do Estado. O que significa, então, essa peculiar expressão? Uma interpretação possível é que se quis sublinhar naquele momento histórico a essencialidade do reconhecimento dos direitos humanos e da dignidade e valor da pessoa humana. O reconhecimento dessa centralidade seria assim crucial para evitar a repetição da série de causas e efeitos que conduziram ao desastre da Segunda Guerra. É somente a partir do artigo 2 que o Estado toma as rédeas com a afirmação do princípio da igualdade soberana dos membros da Organização, que são os Estados representados por seus altos funcionários. O deslocamento é inegável. A centralidade passa do reconhecimento dos

direitos humanos e da dignidade e valor da pessoa humana para a instalação da burocracia estatal. A razão é pragmática, mas recorda a célebre razão de Estado que habilita o uso da força para a manutenção do poder.

Talvez o exemplo mais emblemático dessa mudança tenha sido a Comissão de Direitos Humanos, antecessora do atual Conselho de Direitos Humanos, que a substituiu em 2006. Relegada a um papel secundário e subordinada ao ECOSOC, a Comissão foi palco de disputas políticas no âmbito da Guerra Fria que praticamente a reduziram à irrelevância. O atual Conselho, subordinado à AGNU, corre o mesmo risco ao submeter-se de maneira acrítica a uma narrativa, considerar de maneira unilateral os abusos cometidos na guerra na Ucrânia e ceder à pressão para suspender a Federação Russa desse órgão.

Em todo caso, a premissa da Carta, como se dizia acima, é o reconhecimento do poder do Estado, a quem cabe a responsabilidade de regulamentar a implementação dos direitos humanos. Em última análise, o espírito da Carta reclama efetivamente a subordinação das políticas e ações do Estado ao reconhecimento da centralidade dos direitos humanos, ou em outras palavras: toda ação e política de Estado deve medir as consequências do impacto que possam ter sobre os direitos humanos. Nesse contexto, a Declaração de Oslo sobre saúde pública e política exterior, de 2007, é uma simples extensão do que já está no espírito da Carta.

Com o tempo, aconteceu o que ninguém imaginara. O poder do Estado diminuiu. A causa teria sido a opção tomada em plena Guerra Fria. Capitalismo ou socialismo, qual será o normal, perguntavam-se uns aos outros ante tensões e incertezas. Nos EUA, os Republicanos entenderam que o capitalismo, livre das amarras que o prendiam, poderia decidir a questão. Para isso, no entanto, seria preciso desregulamentar a economia, tornando-a livre. Pensava-se que dessa maneira a economia funcionaria como um poderoso ímã com irresistível poder de atração. Foi o que fizeram, dando a Ronald Reagan a vitória nas eleições de 1980 e a sua reeleição por margem histórica em 1984. O tsunami neoliberal era imparável e espalhou-se por toda parte, inclusive no campo dos Democratas, que surfaram nela com Bill Clinton, assim como Tony Blair, no Reino Unido, novos convertidos à bíblia neoliberal. O consenso de Washington foi elevado a categoria de novo testamento da religião que endeuou o mercado como um bezerro de ouro. A norma a seguir era a desregulamentação, que implica automaticamente a redução dos impostos, a diminuição do Estado e o arquivamento de suas responsabilidades sociais.

A Natureza aborrece o vazio, dizia Aristóteles. O espaço deixado pelo Estado foi naturalmente preenchido pelo capital privado. Não é por acaso que 80% do orçamento da OMS seja financiado por grupos privados, deixando para os Estados a estreita margem dos restantes 20%. Nesse contexto, falar em saúde pública no âmbito da OMS convida ao sorriso.

Em março de 2020, um composto minúsculo de carboidratos, bases e fosfatos pôs fim ao otimismo da vontade, que continuava resiliente no espírito de alguns, não obstante os continuados fracassos que impediram, e impedem, a realização da Agenda 21, da Agenda 2030, do Acordo de Paris, do Direito ao Desenvolvimento, da plena realização dos direitos humanos e de tantos outros acordos. Ninguém estava preparado para a pandemia da Covid-19 e o desastre que se assistiu foi em grande medida culpa da ausência do Estado, como a que se testemunha há tempo nos lugares remotos do território ou em alguns espaços urbanos deixados ao deus-dará.

A diminuição do Estado trouxe a diminuição da soberania, como parece indicar o Tratado da Carta de Energia, concluído na metade dos anos 1990, por todos os países da UE. De que se trata? O Tratado é um exemplo de acordos assinados em pleno tsunami neoliberal. O

Tratado prevê a cooperação pública-privada na área da energia, mas estende às corporações do setor de energia proteção além do que pareceria razoável. Segundo observadores, o Tratado habilita aos investidores a processar os Estados que adotarem políticas que possam eventualmente prejudicar expectativas de retorno financeiro, de que seriam exemplo aquelas condizentes com os acordos de clima e meio ambiente e cujo exemplo paradigmático é o Acordo de Paris sobre mudança de clima. O Tratado da Carta de Energia é o exemplo máximo de cessão de soberania, alcançada não por guerra ou revolução, mas por decisão de governos feita sem consulta popular. À porta fechada, sem controles, de maneira desregulamentada e privada.

Na sexta-feira, dia 21 de outubro, no meio da maior crise de energia do século, a França tornou-se o mais recente país a denunciar o Tratado. Países Baixos, Itália e Espanha pretendem fazer o mesmo. O motivo seria a incompatibilidade do Tratado com o Acordo de Paris. É surpreendente, no entanto, que tenham chegado a essa conclusão somente agora. A privação voluntária do gás russo tem apoio popular ou é mais um exemplo de decisão tomada à porta fechada?

Sharm El-Sheik deverá realizar-se de 6 a 15 de novembro. Quando o documento final for divulgado caberá a pergunta: a quem interessa? Aos Estados, que deveriam velar pelo cumprimento dos direitos humanos, no espírito da Carta? Às corporações do setor energético que velam pelos próprios interesses? Ao cidadão comum, que estranho às negociações, sofre o impacto de decisões erradas?

O que é normal? Quem apresentará as novas concepções de genocídio, comunista e cristão? Que importância terão?

**Reflexos da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e da 77ª  
Assembleia Geral da ONU na dinâmica política do CDH  
e no alinhamento dos seus membros**

***Armando De Negri Filho***

Neste informe apontamos mudanças na composição do Conselho de Direitos Humanos a partir da eleição em 11 de outubro de 14 países na 77ª Assembleia Geral da ONU para a substituição ou reeleição de países que tem mandatos que vencem em dezembro de 2022. Como as eleições são feitas por região, observado o número de países por região que compõe o Conselho e passam por uma etapa em cada região em que se buscam consensos. No caso da África e da Europa Ocidental e do Leste foram costurados acordos prévios que evitaram disputas na Assembleia, isto resultou na eleição de Argélia, Marrocos, África do Sul e Sudão no Continente Africano, de Geórgia e Romênia pela Europa do Leste e Alemanha e Bélgica pela Europa Ocidental. No caso da Ásia e América Latina este acordo não ocorreu. Em Ásia foram eleitos Bangladesh, Quirguistão, Vietnã e Maldivas, deixando fora Afeganistão e Coreia do Sul (um ator historicamente muito ativo no CDH). Na América Latina e Caribe, se elegeram Chile e Costa Rica, excluindo Venezuela. Venezuela é uma exclusão importante não só pelas conflitividades que se relacionam com a condição do País, mas também por sua intensa atividade no Conselho em favor de agendas do Sul Global, tendo operado decisivamente para a criação da Relatoria Especial pelo Direito ao Desenvolvimento e na criação do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento, na sua condição de Presidente do Movimento de Não Alinhados - MNA. Atualmente na condição de "Past President" a Venezuela é a única representação direta do MNA no Conselho, posto que a atual Presidência do Azerbaijão, não está no CDH e a futura presidência – Uganda, tampouco está. Grave para a coordenação dos Não-Alinhados no ano de 2023 quando se deve votar o Tratado sobre Direito ao Desenvolvimento e encaminhar o Tratado sobre as Transnacionais e os Direitos Humanos. O Brasil se retira do CDH em dezembro de 2022 ao concluir dois períodos de três anos.

**Outra notícia importante, foi a designação pelo Secretário Geral da ONU, ratificada pela 77a AGNU, do austríaco Volker Türk como novo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e já chamou um espaço de diálogo com a sociedade civil global cujo link esta' neste informe.**

Destacamos dois temas de resolução de muito interesse para a saúde global, em particular para o Sul do Planeta, quais sejam o do Direito ao Desenvolvimento e o da Promoção de uma nova ordem internacional democrática e equitativa. Dois temas que dividem com enorme nitidez a posição que busca impedir uma nova ordem em favor de um desenvolvimento igualitário e justo, com uma maioria formada pelos países do Sul / Não Alinhados aprovando essas resoluções e tendo a oposição da Europa e dos EUA, e a as abstenções de países como Brasil e México em uma posição de difícil justificativa. Como já foi observado em outras circunstâncias os votos sobre temas polêmicos como a condenação da Rússia foi fator de divisão do Conselho, expresso, sobretudo por um número importante de abstenções. O relato desses votos ajuda a caracterizar a divisão ideológica do Conselho cruzado por novas configurações de uma ordem internacional que vai cobrando passagem. A leitura das resoluções mostra o nível de confronto entre o Sul e o Norte, entre as antigas metrópoles coloniais e os povos colonizados e ainda submetidos ao colonialismo.

A reunião do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais em relação aos direitos humanos (OEIGWG), cujo



mandato e' elaborar um instrumento legalmente vinculativo internacional para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas, teve sete sessões até agora. A oitava sessão **eight session** do OEIGWG acontecerá de 24 a 28 de outubro de 2022. Importante ler o rascunho da proposta deste importante tratado para a saúde global e que estará na agenda desta sessão, veja o link no corpo do informe. A Presidência do OEIGWG e' do Equador.

### **Extratos de documento traduzidos ao português**

#### **1. O direito ao desenvolvimento. Resolução aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos em 6 de outubro de 2022 51/7.**

<https://www.google.com/search?q=A%2FHRC%2F51%2FL5&oq=A%2FHRC%2F51%2FL5&aqs=chrome..69i57j69i58.1274j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

6. Saúda o relatório consolidado do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento;

7. Reconhece que a reunião de alto nível de alto dia sobre a promoção e proteção do direito ao desenvolvimento, como celebração do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a ser realizada na 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, apresenta uma oportunidade significativa para a comunidade internacional demonstrar e reiterar seu compromisso inequívoco com o direito ao desenvolvimento, reconhecendo o alto perfil que merece e redobrando seus esforços para implementar esse direito;

8. Solicita ao Alto Comissariado que continue a submeter ao Conselho de Direitos Humanos um relatório anual sobre as atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, inclusive sobre a coordenação interagências no sistema das Nações Unidas que tenha relevância direta para a realização do direito ao desenvolvimento, e para fornecer uma análise, levando em conta os desafios existentes para a realização do direito ao desenvolvimento e para fazer recomendações sobre como superá-los e propostas concretas de apoio ao Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento no cumprimento de seu mandato;

9. Também solicita ao Alto Comissariado que tome medidas concretas no cumprimento de sua responsabilidade obrigatória, e aprimore o apoio à promoção e proteção do direito ao desenvolvimento, tendo como referência a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, todas as resoluções da Assembleia Geral, da Comissão de Direitos Humanos e do Conselho de Direitos Humanos a Comissão dos Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento e as conclusões e recomendações acordadas do Grupo de Trabalho;

10. Insta o Alto Comissariado, na implementação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a garantir a alocação equilibrada, eficiente e visível dos recursos financeiros e humanos aos mecanismos existentes no âmbito do Instituto, incluindo o Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento e o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, para a realização do direito ao desenvolvimento, também para garantir a visibilidade do direito ao desenvolvimento, identificando e implementando projetos tangíveis dedicados ao direito ao desenvolvimento, em colaboração com o Mecanismo de Especialista e com o Relator Especial, e para fornecer atualizações regulares ao Conselho de Direitos Humanos a este respeito;

11. Solicita ao Alto Comissariado que facilite a participação de especialistas relevantes nas reuniões do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento, a fim de que representantes de organizações internacionais relevantes, bem como detentores de mandatos relevantes do Conselho de Direitos Humanos, contribuam para as discussões realizadas em suas reuniões, conforme apropriado;

12. Reitera a importância dos princípios fundamentais contidos nas conclusões adotadas pelo Grupo de Trabalho em sua terceira sessão, congruentes com o propósito de instrumentos internacionais de direitos humanos, como igualdade, não discriminação, prestação de contas, participação e cooperação internacional, fundamentais para a integração do direito ao desenvolvimento a nível nacional e internacional, e ressalta a importância dos princípios da equidade e da transparência;

13. Toma nota dos relatórios do Grupo de Trabalho sobre sua vigésima segunda e vigésima terceira sessões;

14. Salaria a importância da realização do mandato do Grupo de Trabalho, e reconhece a necessidade de esforços renovados com vistas à superação do impasse político existente dentro do Grupo de Trabalho para que possa cumprir, em tempo hábil, seu mandato conforme estabelecido pela Comissão dos Direitos Humanos em sua resolução 1998/72 e pelo Conselho de Direitos Humanos em suas resoluções 4/4 e 39/9;

15. Salaria ainda a importância do engajamento construtivo na vigésima quarta sessão do Grupo de Trabalho, que continuará sua apreciação, a partir de sua vigésima terceira sessão, da minuta da convenção sobre o direito ao desenvolvimento apresentada pelo Presidente-Relator do Grupo de Trabalho, e solicita ao Presidente-Relator que submeta uma segunda convenção revisada ao Grupo de Trabalho em sua vigésima quarta sessão para negociação intergovernamental e, após esse processo, submeter o texto final da convenção sobre o direito ao desenvolvimento ao Conselho de Direitos Humanos;

16. Salaria ainda que o Grupo de Trabalho levará em conta todas as resoluções sobre o direito ao desenvolvimento, em especial as resoluções do Conselho de Direitos Humanos 3/9 e 23/09/23 de 27 de setembro de 2019;

17. Solicita ao Alto Comissariado que envolva os especialistas para a sua prestação contínua de assessoria, contribuição e perícia necessárias ao Presidente-Relator do Grupo de Trabalho no cumprimento de seu mandato e na elaboração da segunda minuta revisada da convenção sobre o direito ao desenvolvimento, para facilitar a participação dos especialistas na vigésima quarta sessão do Grupo de Trabalho e para fornecer assessoria com vistas a contribuir para as discussões sobre o elaboração de uma minuta de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, como parte da implementação e realização do direito ao desenvolvimento;

18. Nota com apreciação do relatório e do estudo temático realizado pelo Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento, solicita ao Mecanismo de Especialistas que continue a prestar especial atenção à dimensão internacional do direito ao desenvolvimento, e como esse aspecto tornará eficaz a implementação prática do direito ao desenvolvimento no exterior, níveis regionais e nacionais, e aguarda a elaboração de comentários sobre os artigos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento pelo Mecanismo de Especialista;

19. Decide prorrogar por um período de três anos o mandato de Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, de acordo com os termos estabelecidos pelo Conselho de Direitos Humanos na resolução 33/14 de 29 de setembro de 2016;

20. Saúda o relatório do Relator Especial e solicita que continue a prestar especial atenção à implementação do direito ao desenvolvimento, o que facilita o pleno gozo dos direitos humanos, de acordo com o seu mandato;

21. Também saúda o trabalho do Relator Especial, em especial as diretrizes e recomendações sobre a implementação prática do direito ao desenvolvimento submetido ao Conselho de Direitos Humanos em sua 42ª sessão;

22. Solicita ao Relator Especial e aos membros do Mecanismo de Especialistas que participem de diálogos internacionais relevantes e fóruns políticos relacionados à implementação da Agenda 2030, incluindo o fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, financiamento para o desenvolvimento, mudanças climáticas e redução do risco de desastres com vistas a aumentar a integração do direito ao desenvolvimento nesses fóruns e diálogos, e solicita aos Estados-Membros, organizações internacionais, agências das Nações Unidas, comissões econômicas regionais e outras organizações relevantes que facilitem a participação significativa do Relator Especial e dos membros do Mecanismo de Especialista nesses fóruns e diálogos;

23. Convida o Relator Especial a prestar assessoria aos Estados-Membros, instituições financeiras e econômicas internacionais e outras entidades relevantes, ao setor corporativo e à sociedade civil sobre medidas para alcançar as metas e metas relativas aos meios de implementação da Agenda 2030 para a plena realização do direito ao desenvolvimento;

24. Reitera sua decisão de continuar a agir para garantir que sua agenda promova e promova o desenvolvimento sustentável e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e nesse sentido leva à elevação do direito ao desenvolvimento, conforme estabelecido nos parágrafos 5 e 10 da Declaração e Do Programa de Ação de Viena, ao mesmo nível e em pé de igualdade com todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais;

25. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que continue a manter o direito ao desenvolvimento em alta em sua agenda, para buscar mais trabalhos nesta área em total cooperação com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e o Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento em suas atividades, e forneça-lhes toda a assistência necessária para o cumprimento efetivo de seus mandatos;

26. Toma nota do relatório do Alto Comissariado sobre a discussão do painel bienal do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento, realizado em sua quadragésima quinta sessão;

27. Incentiva todos os Estados-Membros a cooperar e auxiliar o Relator Especial e o Mecanismo de Perito em suas tarefas, e a fornecer todas as informações necessárias, quando disponíveis, para o cumprimento dos mandatos lhes confiados;

28. Solicita que todos os procedimentos especiais e outros mecanismos de direitos humanos do Conselho de Direitos Humanos integrem regular e sistematicamente a perspectiva do direito ao desenvolvimento na implementação de seus mandatos;

29. Incentiva órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas, dentro de seus respectivos mandatos, incluindo agências, fundos e programas especializados das Nações Unidas, organizações internacionais relevantes, incluindo a Organização Mundial do Comércio e partes interessadas relevantes, incluindo organizações da sociedade civil, a dar a devida consideração ao direito ao desenvolvimento na implementação da Agenda 2030, para contribuir ainda mais para o trabalho do Grupo de Trabalho e cooperar com o Alto Senhor Comissário, Relator Especial e Mecanismo de Especialista no cumprimento de seus mandatos no que diz respeito à promoção e implementação do direito ao desenvolvimento;

30. Decide rever o andamento da implementação da presente resolução, prioritariamente, em suas sessões futuras. 40ª reunião. 6 de outubro de 2022.

Aprovada por voto registrado de 29 a 13, com 5 abstenções. A votação foi a seguinte: *A favor* - Argentina, Benim, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Honduras, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Líbia, Malawi, Malásia, Mauritânia, Namíbia, Nepal, Paquistão, Paraguai, Catar, Senegal, Somália, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de). *Contra* - República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Japão, Lituânia, Polônia, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. *Abstenção*: Armênia, Brasil, Ilhas Marshall, México e República da Coréia.

**2. Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa. Resolução aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos em 6 de outubro de 2022 51/11. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/520/83/PDF/G2252083.pdf?OpenElement>**

‘O Conselho de Direitos Humanos, recordando todas as resoluções anteriores da Assembleia Geral, da Comissão de Direitos Humanos e do Conselho de Direitos Humanos sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, reafirmando o compromisso de todos os Estados em cumprir suas obrigações de promover o respeito universal e a observância e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, de acordo com a Carta das Nações Unidas, outros instrumentos relativos aos direitos humanos e ao direito internacional, afirmando que o aprimoramento da cooperação internacional para a promoção e a proteção de todos os direitos humanos deve continuar a ser realizado em total conformidade com os propósitos e princípios da Carta e do direito internacional e com, entre outros, total respeito pela soberania, integridade territorial, independência política, não uso da força ou ameaça de força nas relações internacionais e não intervenção em assuntos dentro da jurisdição doméstica dos Estados,

Reafirmando a determinação de trabalhar pela dignidade e valor da pessoa humana e pelos direitos iguais de homens e mulheres e de nações grandes e pequenas, reafirmando também que todos têm direito a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos possam ser plenamente realizados, Reafirmando ainda mais a determinação expressa no Preâmbulo à Carta para salvar gerações que sucedem do flagelo da guerra, estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e outras fontes de direito internacional podem ser mantidos, promover o progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade, praticar a tolerância e a boa vizinhança, e empregar máquinas internacionais para a promoção do avanço econômico e social de todos os povos,

Salientando que a responsabilidade de gerenciar questões econômicas e sociais mundiais e as ameaças à paz e à segurança internacionais deve ser compartilhada entre as

nações do mundo e deve ser exercida multilateralmente, e que a este respeito o papel central deve ser desempenhado pelas Nações Unidas como a organização mais universal e representativa do mundo,

As Nações Unidas, preocupadas com o contínuo e sistemático abuso por parte dos Estados-Membros da aplicação extraterritorial de sua legislação nacional de forma a afetar a soberania de outros Estados, os interesses legítimos de entidades ou pessoas sob sua jurisdição e o pleno gozo dos direitos humanos, considerando as grandes mudanças que ocorrem no cenário internacional e as aspirações de todos os povos por uma ordem internacional baseada nos princípios consagrados na Carta, incluindo promover e incentivar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e, em particular, o respeito pelo princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, bem como a paz, a democracia, a justiça, a igualdade, o Estado de direito, o pluralismo, o desenvolvimento, os melhores padrões de vida e solidariedade,

Reafirmar que o aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos é essencial para o pleno cumprimento dos propósitos das Nações Unidas, incluindo a efetiva promoção e proteção de todos os direitos humanos, reafirmando também que a democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são interdependentes e mutuamente reforçados, e que a democracia se baseia na vontade livremente expressa do povo de determinar sua própria política, sistemas econômicos, sociais e culturais e sua total participação em todos os aspectos de suas vidas, reconhecendo que a promoção e a proteção dos direitos humanos devem ser baseadas no princípio da cooperação e do diálogo genuíno e visam fortalecer a capacidade dos Estados-Membros de cumprir com suas obrigações de direitos humanos em benefício de todos os seres humanos,

Afirmando que o direito de cada Estado de participar na condução dos assuntos internacionais é essencial para a realização de uma ordem internacional democrática e equitativa, salientando a necessidade de financiamento adequado e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, em particular países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, inclusive para apoiar seus esforços para se adaptar às mudanças climáticas e outros desafios ao desenvolvimento, Reiterando a importância de uma ordem internacional democrática e equitativa para enfrentar de forma eficaz e rápida os desafios e crises globais atuais, agravados pela pandemia da doença coronavírus (COVID-19),

1. Reafirma que todos têm direito a uma ordem internacional democrática e equitativa que promova a plena realização de todos os direitos humanos;

2. Reitera que a democracia inclui o respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e é um valor universal baseado na livre vontade expressa das pessoas de determinar seus próprios sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais e sua plena participação em todos os aspectos de suas vidas, e reafirma a necessidade de adesão universal e implementação do Estado de Direito, tanto a nível nacional quanto internacional;

3. Reafirma que a vontade do povo, expressa através de eleições periódicas e genuínas, será a base da autoridade governamental e o direito de escolher os representantes livremente por meio de eleições periódicas e genuínas, que serão por sufrágio universal e igualitário e serão realizadas por votação secreta ou por procedimentos de votação livres equivalentes;

4. Insta os Estados-Membros e o sistema das Nações Unidas a minimizar o impacto adverso de múltiplas crises globais interrelacionadas, incluindo a pandemia COVID-19, através, entre outros, do fortalecimento e aprimoramento da cooperação internacional, do aumento da igualdade de oportunidades para o comércio, do crescimento econômico, do desenvolvimento sustentável, das comunicações globais, do aumento do intercâmbio intercultural e da preservação e promoção da diversidade cultural;

5. Reafirma que uma ordem internacional democrática e equitativa requer, entre outras coisas, a realização do seguinte: (a) O direito de todos os povos à autodeterminação, em virtude da qual possam determinar livremente seu status político e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, de acordo com a Carta das Nações Unidas e resoluções relevantes das Nações Unidas; (b) O direito dos povos e nações à soberania permanente sobre suas riquezas e recursos naturais; (c) O direito de toda pessoa humana e de todos os povos ao desenvolvimento; (d) O direito de todos os povos à paz; (e) O direito a uma ordem econômica internacional baseada na participação igualitária no processo decisório, interdependência, interesse mútuo, solidariedade e cooperação entre todos os Estados; (f) Solidariedade internacional, como direito dos povos e indivíduos; (g) A promoção e consolidação de instituições internacionais transparentes, democráticas, justas e responsáveis em todas as áreas de cooperação, em particular através da implementação do princípio da participação plena e igualitária em seus respectivos mecanismos de tomada de decisão; (h) O direito à participação equitativa de todos, sem qualquer discriminação, na tomada de decisões internas e globais; (i) O princípio da representação regional e equilibrada de gênero na composição do quadro de funcionários do sistema das Nações Unidas; (j) A promoção de uma ordem internacional livre, justa, eficaz e equilibrada de informações e comunicações, baseada na cooperação internacional para o estabelecimento de um novo equilíbrio e maior reciprocidade no fluxo internacional de informações, em particular corrigindo a lacuna digital e as desigualdades no fluxo de informações de e para os países em desenvolvimento; (k) O respeito à diversidade cultural e aos direitos culturais de todos, uma vez que isso potencializa o pluralismo cultural, contribui para uma troca mais ampla de conhecimento e compreensão das origens culturais, promove a aplicação e o gozo dos direitos humanos universalmente aceitos em todo o mundo e fomenta relações estáveis e amigáveis entre povos e nações em todo o mundo; (l) O direito de cada pessoa e de todos os povos a um ambiente saudável e ao aprimoramento da cooperação internacional que responda efetivamente às necessidades de assistência dos esforços nacionais para se adaptar às mudanças climáticas, particularmente nos países em desenvolvimento, e que promova o cumprimento de acordos internacionais no campo da mitigação; (m) A promoção do acesso equitativo aos benefícios da distribuição internacional da riqueza por meio da cooperação internacional aprimorada, em especial nas relações econômicas, comerciais e financeiras internacionais; (n) O gozo por todos da propriedade do patrimônio comum da humanidade em relação ao direito público de acesso à cultura; (o) A responsabilidade compartilhada das nações do mundo pela gestão do desenvolvimento econômico e social mundial e pelo enfrentamento das ameaças à paz e à segurança internacionais, que devem ser exercidas multilateralmente;

6. Salieta a importância da preservação da rica e diversificada natureza da comunidade internacional de nações e povos, e do respeito às particularidades nacionais e regionais e às diversas origens históricas, culturais e religiosas, no aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos;

7. Insta todos os atores do cenário internacional a construir uma ordem internacional baseada na inclusão, justiça, igualdade e equidade, dignidade humana e compreensão mútua, e na promoção e respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos universais, e a rejeitar todas as doutrinas de exclusão baseadas em racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, bem como no discurso de ódio e ideologias supremacistas;

8. Reafirma que todos os Estados devem promover o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, e para isso devem fazer o possível para alcançar o desarmamento geral e completo sob controle internacional efetivo e garantir que os recursos liberados por medidas efetivas de desarmamento sejam utilizados para o desenvolvimento sustentável, em especial o dos países em desenvolvimento;

9. Sublinha que as tentativas de derrubar governos legítimos à força ou outros meios ilegais perturbam a ordem democrática e constitucional, o exercício legítimo do poder e o pleno gozo dos direitos humanos;

10. Reafirma a necessidade de continuar a trabalhar urgentemente para o estabelecimento de uma ordem econômica internacional baseada na equidade, igualdade soberana, interdependência, interesse comum e cooperação entre todos os Estados, independentemente de seus sistemas econômicos e sociais, a fim de corrigir as desigualdades e reparar as injustiças existentes, para possibilitar a ampliação da lacuna entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e para garantir a aceleração constante do desenvolvimento econômico e social e da paz. e justiça para as gerações presentes e futuras;

11. Toma nota do relatório do Perito Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa;

12. Reitera que o multilateralismo renovado, com uma abordagem mais eficaz e inclusiva, é essencial para responder e recuperar da pandemia COVID-19, com as pessoas e o respeito pelos direitos humanos no centro desse processo, e salienta que tal esforço requer a liderança global e a coordenação de uma Organização das Nações Unidas robusta e adequadamente financiada, e o compromisso total e o engajamento sustentado dos Estados-Membros, das instituições financeiras internacionais, do setor privado, da academia e da sociedade civil;

13. Convoca todos os Governos a cooperar e auxiliar o Relator Especial no cumprimento de seu mandato, e a fornecer-lhe todas as informações necessárias solicitadas por ele, a fim de permitir que ele cumpra suas funções efetivamente;

14. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que continue a fornecer todos os recursos humanos e financeiros necessários para o cumprimento efetivo do mandato pelo Relator Especial;

15. Convida o Relator Especial, de acordo com seu mandato, a estudar e compilar boas práticas e experiências no campo da cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e triangular no contexto de sua contribuição para a superação dos desafios globais e da realização de uma ordem internacional democrática e equitativa, em estreita cooperação com entidades relevantes das Nações Unidas, academia, think tanks e institutos de pesquisa, particularmente o Centro Sul, e outras partes interessadas relevantes de todas as regiões;

16. Solicita aos órgãos do tratado de direitos humanos, ao Alto Comissariado, aos mecanismos especiais do Conselho de Direitos Humanos e ao Comitê Consultivo do Conselho de

Direitos Humanos que prestem a devida atenção, dentro de seus respectivos mandatos, à presente resolução e façam contribuições para a sua implementação;

17. Solicita ao Perito Independente que continue a relatar a implementação da presente resolução ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral, de acordo com seus programas de trabalho;

18. Decide continuar a apreciação deste assunto sob o mesmo item da agenda, de acordo com o seu programa de trabalho. 41ª reunião. 6 de outubro de 2022.'

Aprovado por 29 votos a 14, com 4 abstenções. A votação foi a seguinte: *A favor* - Argentina, Benim, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Honduras, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Líbia, Malawi, Malásia, Mauritânia, Namíbia, Nepal, Paquistão, Paraguai, Catar, Senegal, Somália, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de). *Contra* - República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Holanda, Polônia, República da Coreia, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. *Abstenções* - Armênia, Brasil, Ilhas Marshall e México.

**3. A questão russa** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/520/25/PDF/G2252025.pdf?OpenElement>

"...A/HRC/RES/51/25 3 5. Solicita ao Alto Comissariado o Alto Comissariado para que o Relator Especial forneça ao Relator Especial a assistência e todos os recursos necessários para viabilizar o cumprimento do mandato. 42ª reunião 7 de outubro de 2022.

Aprovada por votos registrados de 17 a 6, com 24 abstenções. A votação foi a seguinte: *A favor* - Argentina, República Tcheca, Finlândia, França, Alemanha, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Ilhas Marshall, Montenegro, Holanda, Paraguai, Polônia, República da Coreia, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. *Contra* - Bolívia (Estado Plurinacional de), China, Cuba, Eritreia, Cazaquistão e Venezuela (República Bolivariana de). *Abstenção* - Armênia, Benin, Brasil, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Honduras, Índia, Indonésia, Líbia, Malawi, Malásia, Mauritânia, México, Namíbia, Nepal, Paquistão, Catar, Senegal, Somália, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Uzbequistão.

**4. Volker Türk nomeado novo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.** <https://news.un.org/en/story/2022/09/1126291#:~:text=Secretary%2DGeneral%20Ant%C3%B3nio%20Guterres%20on,approval%20by%20the%20General%20Assembly.08.09.22>

O secretário-geral António Guterres nomeou Volker Türk da Áustria como o próximo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, após a aprovação da Assembleia Geral. Antes de ser nomeado Alto Comissário para os Direitos Humanos, Volker Türk atuou como Alto Comissariado Assistente de Proteção do NHCR [Human Rights](#).

"O Sr. Türk dedicou sua longa e distinta carreira ao avanço dos direitos humanos universais, notadamente a proteção internacional de algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo – refugiados e apátridas", disse o chefe da ONU em um comunicado.

O novo Alto Comissário está atualmente coordenando o trabalho de política global como subsecretário-geral no Escritório Executivo da ONU. Ele também garante a coordenação em todo o sistema da ONU no acompanhamento do "Call to Action for Human Rights" do Secretário-Geral e seu relatório, Nossa Agenda Comum [Our Common Agenda](#), que estabelece uma visão



para enfrentar os desafios interconectados do mundo sobre as bases da confiança, solidariedade e direitos humanos. De 2019 a 2021, O Sr. Türk atuou como secretário-geral adjunto de Coordenação Estratégica no Gabinete Executivo do chefe da ONU.

Antes disso, foi Alto Comissariado Assistente para Proteção de Refugiados da ONU, ACNUR, em Genebra – de 2015 a 2019 – onde desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do marco do Pacto Global sobre Refugiados. Ao longo de sua carreira, o recém-nomeado chefe de direitos humanos ocupou uma série de cargos-chave, incluindo na sede do ACNUR, onde atuou de 2009 a 2015 como Diretor da Divisão de Proteção Internacional; de 2008 a 2009 como Diretor de Desenvolvimento e Gestão Organizacional; e de 2000 a 2004 como Chefe de Seção, Política de Proteção e Assessoria Jurídica. Chefe assistente de missão no Kosovo e na Bósnia e Herzegovina, respectivamente; e Coordenador regional de Proteção na República Democrática do Congo; e no Kuwait.

Possui Doutorado em direito internacional pela Universidade de Viena e mestre em Direito pela Universidade de Linz, Áustria. Além disso, o novo chefe de direitos humanos da ONU publicou amplamente sobre direito internacional de refugiados e direito internacional dos direitos humanos e é fluente em inglês, francês e alemão com um conhecimento de trabalho do espanhol. Türk sucederá Michelle Bachelet do Chile, que serviu como Alta Comissária de 1 de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2022. Em sua declaração, o secretário-geral expressou gratidão pelo "compromisso e serviço dedicado à ONU". Durante seu mandato, que incluiu a pandemia COVID-19, ela se concentrou em revigorar as proteções sociais, ajustar-se ao trabalho virtualmente e ampliar o monitoramento dos direitos humanos. Do aprofundamento da pobreza ao aumento das desigualdades e da falta de acesso à saúde, vacina e tratamento à discriminação e à violência contra as mulheres, seu Escritório teve que fornecer rapidamente soluções para esses e outros desafios fundamentais.

**5. Diálogo com a Sociedade Civil.** O novo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, tem o prazer de convidar parceiros da sociedade civil com sede em Genebra cujo trabalho se conecta com os direitos humanos a uma reunião introdutória enquanto ele assumia suas funções. Acontecerá na Sala de Conferências do Piso Térreo do Palais Wilson na quinta-feira, 3 de novembro, das 13h30 às 14h30 (horário de Brasília). O encontro será presencial (máximo duas pessoas por organização), com possibilidade de conexão virtual para aqueles que não puderam comparecer. Inscreva-se para a reunião através do Indico (<https://indico.un.org/event/1003104/>), se possível antes de 1º de novembro.

Link webex para participação remota: <https://ungeneva-vc.webex.com/ungeneva-vc/j.php?MTID=mbb05a5da77a298c1d6fbc262ce96632>

Web: <https://www.ohchr.org/en/civic-space> Twitter: [UNHumanRights](#)

Facebook: [unitednationshumanrights](#)

**6. Grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas empresariais em relação aos direitos humanos.** <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/wg-trans-corp/igwg-on-tnc>

Visão geral. Em sua 26ª sessão, em 26 de junho de 2014, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a resolução 26/9 pela qual decidiu "estabelecer um grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais em relação aos direitos humanos, cujo mandato será elaborar um instrumento legalmente vinculativo internacional para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas." O grupo de trabalho

intergovernamental aberto (OEIGWG) teve sete sessões até agora (veja a história do processo abaixo). A oitava sessão do OEIGWG acontecerá de 24 a 28 de outubro de 2022.

Documentos para a 8ª sessão (2022):

- Terceiro projeto revisado de instrumento legalmente vinculativo para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas **Third revised draft legally binding instrument to regulate, in international human rights law, the activities of transnational corporations and other business enterprises**

- Texto do terceiro projeto revisado do instrumento legalmente vinculativo com as propostas textuais apresentadas pelos Estados durante a sétima sessão. **Text of the third revised draft legally binding instrument with the textual proposals submitted by States during the seventh session**

- Propostas sugeridas pelo Presidente para Artigos Seleccionados da LBI. **Suggested Chair Proposals for Select Articles of the LBI**

**História do Processo.** A primeira e segunda sessões ( **first** and **second** sessions ) do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas empresariais no que diz respeito aos direitos humanos (OEIGWG) foram dedicadas à realização de deliberações construtivas sobre o conteúdo, escopo, natureza e forma de um futuro instrumento internacional para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas empresariais.

Durante a terceira sessão, o Grupo de Trabalho discutiu elementos para uma minuta de instrumento legalmente vinculante elaborado pelo Presidente-Relator da OEIGWG levando em consideração as discussões realizadas durante as duas primeiras sessões. Durante a quarta sessão, as discussões do Grupo de Trabalho se concentraram em um instrumento legalmente vinculante, bem como em um primeiro rascunho do protocolo facultativo a ser anexado ao instrumento legalmente vinculativo do projeto zero.

Durante a quinta sessão, uma minuta revisada do instrumento legalmente vinculante serviu de base para as negociações. Durante a sexta sessão, uma segunda minuta revisada do instrumento legalmente vinculante serviu de base para as negociações. Durante a sétima sessão, uma terceira minuta revisada do instrumento legalmente vinculante serviu de base para as negociações.

## Eventos em saúde pública global e discussões acerca de um mundo mais equitativo

*Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

### **World Health Summit 2022**

O *World Health Summit* (Cúpula Mundial da Saúde) é um fórum estratégico internacional para a saúde global. Realizado anualmente em Berlim, reúne partes interessadas da política, ciência, setor privado e sociedade civil de todo o mundo para definir a agenda para um futuro mais saudável, inspirando soluções inovadoras para melhor saúde e bem-estar para todos.

Foi fundada em 2009 por ocasião do 300º aniversário da Charité – Universitätsmedizin Berlin. É tradicionalmente realizado sob o patrocínio do chanceler alemão, do presidente francês, do presidente da Comissão Europeia e do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). O presidente da Cúpula Mundial da Saúde é Axel R. Pries, Reitor da Charité. Além do evento principal, há reuniões regionais anuais e reuniões regulares de especialistas em todo o mundo, organizada pela M8 Alliance, a espinha dorsal acadêmica da Cúpula.

Pela primeira vez, a OMS foi co-organizadora da Cúpula, que contou com mais de 300 palestrantes de todas as regiões do mundo. Mais de 40 especialistas da OMS estavam entre os palestrantes, compartilhando seus conhecimentos, pontos de vista e visão durante sessões de abertura, painéis de debates, workshops, sessões de brainstorming de insights sobre saúde global e eventos paralelos.

O WHS 2022 teve como objetivo fortalecer o intercâmbio, estimular soluções inovadoras para os desafios da saúde, posicionar a saúde global como uma questão política fundamental e promover uma conversa global sobre saúde no espírito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Ao longo do evento, os doadores prometeram cerca de US\$ 2,6 bilhões a mais em financiamento para a iniciativa global de erradicação da poliomielite (GPEI) no dia de encerramento da Cúpula Mundial da Saúde – que teve seus altos e baixos em seu final, assim como o resto do evento de três dias.

Do lado positivo, as doações, que incluíram uma promessa de US\$ 1,2 bilhão pela Fundação Bill e Melinda Gates anunciada na sessão de abertura da conferência no domingo, significam que o GPEI chegou a mais da metade do caminho para atingir a meta de financiamento de US\$ 4,8 bilhões estabelecidos em sua Estratégia 2022-2026.

O Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, também assinou um novo memorando de entendimento com uma rede global de parlamentares, UNITE. A rede colaborará com a agência global de saúde para mobilizar autoridades eleitas em todo o mundo na campanha por um acordo pandêmico, bem como em outros objetivos globais de saúde importantes.

No lado negativo, um novo relatório da OMS divulgado na cúpula descreveu os retrocessos na saúde de mulheres, crianças e adolescentes registrados durante a pandemia – regredindo anos de progresso.

Ademais, a pauta chocante foi a acusação de assédio sexual sofrido por uma participante mulher, agredida por um Staff da OMS. Testemunhas e a própria vítima reportaram em redes sociais e ao devido processo de investigação. A resposta da OMS foi rápida e pública. Dr. Tedros rapidamente emitiu uma declaração dizendo que a OMS teria tolerância zero para qualquer mau comportamento sexual, enquanto a equipe sênior da OMS se reuniu com a vítima para coletar seu relato do incidente.

O novo relatório da OMS, "Proteja a Promessa" ("Protect the promise") mostrou que a saúde de mulheres e crianças sofreu globalmente à medida que os impactos de conflitos, da pandemia de COVID-19 e das mudanças climáticas convergem com efeitos devastadores.

De acordo com o documento, uma criança nascida em um país de baixa renda ainda tem uma expectativa média de vida ao nascer de cerca de 63 anos, em comparação com 80 em um país de alta renda. Essa lacuna de sobrevivência de 17 anos mudou pouco nos últimos anos, observou a organização. Em 2020, cinco milhões de crianças morreram antes mesmo dos 5 anos, principalmente por causas evitáveis ou tratáveis. Enquanto isso, a maioria das mortes maternas, infantis e de adolescentes e natimortos está concentrada em apenas duas regiões – África Subsaariana e Sul da Ásia.

A análise revelou ainda outros números mais impressionantes:

- Mais de 45 milhões de crianças sofreram de desnutrição aguda em 2020. Quase três quartos dessas crianças vivem em países de renda média-baixa. Cerca de 149 milhões de crianças sofreram de atraso no crescimento em 2020, sendo a África a única região onde o número de crianças afetadas pelo atraso no crescimento aumentou nos últimos 20 anos.
- Os seis países com o maior número de pessoas deslocadas internamente – Afeganistão, República Democrática do Congo, Etiópia, Sudão, República Árabe da Síria e Iêmen – também estão entre os 10 principais países com insegurança alimentar.
- Uma mulher na África Subsaariana tem cerca de 130 vezes mais risco de morrer por causas relacionadas à gravidez ou parto do que uma mulher na Europa ou na América do Norte. A cobertura de cuidados pré-natais, assistência qualificada ao parto e cuidados pós-natais está longe de alcançar todas as mulheres em países de baixa e média renda, deixando-as em alto risco de morte e incapacidade.
- Milhões de crianças e suas famílias estão passando por problemas de saúde física e mental devido aos recentes desastres humanitários no Afeganistão, Etiópia, Paquistão, Somália, Ucrânia e Iêmen. Em 2021, um recorde de 89,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram expulsas de suas casas por guerra, violência, perseguição e abuso de direitos humanos.

O relatório defende que os países continuem investindo em serviços de saúde, em todas as crises, e reimaginem sistemas de saúde que possam realmente alcançar todas as mulheres, crianças e adolescentes, não importa quem sejam ou onde morem.

Alguns críticos reclamaram que a cúpula estava sobrecarregada com muitos eventos simultâneos, mas positivamente o copatrocínio pela OMS também proporcionou um novo espaço para um diálogo mais informal entre os altos escalões da OMS e diversos grupos da sociedade civil, incluindo ativistas, estudantes e o setor privado – indo muito além das reuniões altamente roteirizadas da Assembleia Mundial da Saúde anual.

## **Briefing Informal para os Estados Membros do AMRO em "P&D de Contramedidas e Equidade": iniciativa da Missão Permanente do México e da DNDi**

O México, especialmente através de sua missão permanente para as Nações Unidas em Genebra, tem se mostrado um aliado no desenvolvimento de plataformas que aproximem e ecoem as perspectivas do Sul Global na construção do tratado pandêmico. Com esse objetivo, em parceria com a DNDi (Drugs for Neglected Diseases Initiative), ocorreu em 19 de outubro uma apresentação e consulta que focou no compartilhamento de informações em Pesquisa e Desenvolvimento no campo de acesso equitativo e como alcançá-lo; na identificação de opções e propostas para a construção do tratado pandêmico. O evento proporcionou espaço para os estados da AMRO trocarem experiências e desafios.

A primeira parte das sessões abordou as diferenças dos papéis e implicações dos investimentos públicos e privados, sobretudo no contexto pandêmico. O lado público é responsável por definir prioridades, financiamento e agir como facilitador dos encontros e fomentos tecnológicos. Reforça ainda que o investimento público no momento que antecede pandemias/crises em saúde, é crítico para o enfrentamento ágil e eficiente.

Do ponto de vista operacional, ao longo das falas houve colaboração de membros técnicos da CEPI e da Fiocruz. A CEPI abordou as estratégias utilizadas para amplificar investimentos/fundos financeiros, e como pode ser um catalisador de recursos que ajudem a suprir demandas vinculadas às iniquidades em saúde. Do lado da Fiocruz, houve a explicação da gestão de um grande instituto público, que possui arcabouço técnico múltiplo. Da experiência no enfrentamento da Covid-19, reforçou-se que muitos dos avanços e capacidades exercidas se deram porque a Fundação já tinha o desenvolvimento de técnicas e estruturas para produção e desenvolvimento, um dos exemplos que reforçam a importância do preparo.

A área de produção de imunobiológicos e medicamentos depende do desenvolvimento de capacidade e experiência prévia, condição in loco-país, formação em biotecnologia, ter o RH bem desenvolvido, fortes sistemas de inovação, grande articulação com academia e universidades, desejo político e sustentabilidade. Como manter o trabalho em momentos não pandêmicos? Precisa-se de financiamento, conexão, fortalecimento de alianças e cadeia de insumos. Mesmo com um bom programa de preparação, se não houver projetos a longo prazo, não há formulação anterior rápida.

Assim, o questionamento e a busca por respostas efetivas seguem relacionados a como construir um tratado de pandemia que possa promover capacidades nos países, e ir além para se ter melhores resultados, para desenvolver melhores sistemas e capacidades de vigilância.

### **Financiamento de pesquisa biomédica**

Aproveitando que já estavam reunidos em Berlim para a Cúpula Mundial da Saúde, o secretariado da Colaboração Global de Pesquisa para Preparação para Doenças Infecciosas (GloPID-R, por suas siglas em inglês) convocou seus membros para uma Assembleia Geral nos dias 19 e 20 de outubro. O GloPID-R reúne financiadores que investem em pesquisas relacionadas a doenças infecciosas novas ou reemergentes, com o objetivo de aumentar a preparação e acelerar a resposta da pesquisa a surtos com potencial pandêmico.

Durante os dois dias, membros da rede de todas as regiões do mundo se reuniram para discutir temas de interesse comum dentro do panorama mundial de preparação e resposta à pandemias, como Saúde Única e Ensaios Clínicos, trataram de prioridades para a coordenação

do financiamento de pesquisas, além de uma importante atualização sobre o atual surto de Ebola na Uganda.

Cabe destacar que o GloPID-R está desenvolvendo centros regionais, com o objetivo de melhorar a articulação e coordenação regional por parte dos financiadores e de aumentar a participação de países de baixa e média renda na rede. Neste sentido, já foram lançados dois projetos piloto de hubs regionais, um com base na Coreia do Sul denominado Asia-Pacific Infectious Disease Shield (APIS), que se encontra em fase mais avançada, e um em fase inicial na África do Sul com apoio do Conselho Sul-africano de Pesquisa Médica (SAMRC). Como próximos passos, os membros da rede pretendem elaborar um planejamento para a implementação de um hub na região da América Latina, o que dependerá de um grande apoio do Brasil, Argentina e México, que são os países que tem membros da rede atualmente.

### **Avaliação Externa – ACT-A**

No dia 11 de outubro foi publicada a Avaliação Externa do Acelerador de Acesso à Ferramentas para COVID-19 (ACT-A) com o objetivo de identificar as lições aprendidas para o estabelecimento de um melhor sistema global de preparação e resposta à pandemias. A avaliação foi encomendada pelo Conselho de Facilitação do ACT-A e conduzida pela Open Consultants, com a participação de um Grupo de Referência para supervisionar as atividades, incluindo 4 representantes da sociedade civil.

A Plataforma para Representantes da Sociedade Civil e da Comunidade do ACT-A publicou uma declaração em resposta à avaliação, destacando os princípios-chave que devem orientar as discussões à medida que as lições aprendidas do ACT-A são consideradas, e olhamos para futuros mecanismos de prevenção, preparação e resposta à pandemia.

### **Rede de Produtores de Vacina de Países em Desenvolvimento (DCVMN)**

Nos dias 20 a 22 de outubro foi realizada em Pune, Índia, a Assembleia Geral Anual de 2022 da DCVMN (Developing Countries Vaccine Manufacturers Network), rede mundial de produtores de vacinas de países em desenvolvimento. O tema do encontro foi “Equidade Global e Acesso Oportuno: Covid e Além” e teve o Serum Institute of India como co-anfitrião.

A Fiocruz teve uma delegação presente, que incluiu Dr. Marco Krieger, vice-presidente de produção e inovação em saúde da Fiocruz, Dr. Mauricio Zuma, diretor de Bio-manguinhos, e Dr. Akira Homma, Assessor Científico Sênior do Instituto Bio-Manguinhos e ex-presidente da Fiocruz. Tanto o Dr. Homma quanto o Dr. Zuma participaram de diferentes painéis para discutir o papel da produção de vacinas na preparação para futuras emergências, mas também a questão das doenças reemergentes e o risco de surtos em locais onde as mesmas já foram erradicadas, como é o caso da Poliomielite.

Na ocasião, a delegação da Fiocruz também se reuniu com importantes parceiros como OPAS, UNICEF, Fundação Bill & Melinda Gates, Serum Institute, entre outros. Destaca-se que o Dr. Zuma foi eleito membro do Conselho do DCVMN para um mandato de 3 anos. Zuma destacou a importância da cooperação para a ciência e a saúde, especialmente incentivada pela parceria de fabricantes de vacinas, organizações e indivíduos que compartilham objetivos e desafios comuns, como é o caso da DCVMN.

## Los pueblos indígenas, un liderazgo en “Una Sola Salud”

*Paollo Balladelli y Sofia Farante*

### Introducción

Desde cuando se introdujo a comienzos del año 2000 el concepto de “Una sola salud”, término que origina del inglés “One Health”, se hizo evidente la necesidad de emprender políticas, estrategias y acciones orientadas a operacionalizar un axioma conocido desde hace más de un siglo: la salud humana y la sanidad animal son interdependientes y están vinculadas a los ecosistemas en los cuales coexisten.<sup>1</sup>

Los conceptos y estrategias que a ella se refieren aceleraron de manera exponencial su relevancia con la crisis mundial determinada por el COVID-19, ya que se hizo evidente que la pérdida del equilibrio en la relación del hombre con la naturaleza determinó un aumento del riesgo de mutaciones, y por ende también de la creación de nuevos virus. Como ilustramos en un estudio que realizamos recientemente sobre pandemia de COVID y poblaciones vulnerables, este virus tan transmisible y patógeno podría ser interpretado como una respuesta de la naturaleza frente a una acción muy agresiva del hombre en contra de ella, un hombre “que se está volviendo responsable de una grave fractura en la relación con el medio ambiente”<sup>2</sup>.

En este artículo, queremos analizar cómo las poblaciones indígenas, en su cosmovisión y en sus prácticas, se ponen como punto de referencia no sólo en la comprensión plena del concepto de “una sola salud”, sino son portadores de un liderazgo natural en esta materia, porque sus prácticas colectivas permiten traducir este concepto en enseñanzas y vivencias alineadas con armonizar la vida del hombre con los animales, las plantas, la naturaleza, el ambiente y, más en general, con la gobernanza de estas distintas dimensiones.

Lo que queremos enfatizar en este artículo es que las culturas y comunidades originarias de América latina pueden sin duda alguna ser consideradas ejemplos o precursores de esta estrategia denominada “una sola salud”, con perspectiva a moldear nuevas dinámicas de desarrollo en el occidente que tomen en cuenta aquellas buenas prácticas sugeridas por los pueblos indígenas. Al defender la supervivencia de estas poblaciones y a través de su participación en la gobernanza de la salud pública, contaremos con buenos aliados en la implementación de la estrategia.

### **1. Marco teórico y análisis: pueblos indígenas y “Una sola salud” (One Health)**

En tratar de entender y enfrentar para no decir también prevenir las crisis futuras, especialmente epidemias del tipo COVID-19, la OMS propone “Una Sola Salud” - *One Health en inglés*, una herramienta estratégica que reconoce la salud humana como intrincadamente ligada a la salud animal y ambiental, por lo cual se vuelve necesario “el uso de enfoques multidisciplinarios en la implementación del diseño de políticas e intervenciones de salud pública”<sup>3</sup> que permitan conectar estas dimensiones entre sí, mediante un acercamiento de tipo holístico, fortaleciendo la “gobernanza” de las relaciones e de la interfaz entre humano, animal,

---

<sup>1</sup> ISGLOBAL

<sup>2</sup> Balladelli, P; Farante S. La pandemia de Covid-19 y las poblaciones vulnerables de Sudamérica Cuadernos Cris/Fiocruz 18/2022, pp 160- (2022)

<sup>3</sup> World Health Organization (WHO), One Health, 2017 [online] Available at: <<https://www.who.int/features/qa/one-health/en/>>

vegetal, ambiente. La OMS promueve el concepto de “una sola salud” como una estrategia sostenible para prevenir y controlar las enfermedades zoonóticas emergentes y endémicas.

¿Por qué consideramos que la cosmovisión y las prácticas indígenas pueden ser consideradas como un modelo para el desarrollo sostenible, incluyendo también la puesta en práctica de “una sola salud”?

Para tratar de dar una respuesta a esta pregunta queremos enfatizar algunos elementos de la cosmovisión indígena en la cual no existe una separación, como en el pensamiento occidental, entre naturaleza y cultura, entre orden natural y orden social. Las relaciones entre individuos, animales, plantas, y el ambiente en el cual la colectividad indígena vive y se desarrolla es una sola. El territorio, que se identifica con el medio ambiente, es a la vez madre y nutrimento para los individuos y la comunidad. En esta visión holística de los pueblos originarios sobre las relaciones, existe una unión indisoluble de individuos y colectividad, con el ambiente en el cual viven. En esa concepción, podríamos afirmar que la diversidad cultural es el espejo de la diversidad natural.

Las concepciones y vivencias indígenas resaltan la armonía y el equilibrio. La relación con los demás miembros de la comunidad, el valor asignado a la tierra como madre y que todo genera y regula, ya que todo lo recibido proviene de ella, es factor determinante de armonía y bienestar.<sup>4</sup>

En la práctica de *Sumak Kawsay* en el Ecuador, o Buen Vivir, *Suma Oamaña* en Bolivia, los pueblos originarios se refieren a la protección de la vida entendida en su forma más amplia. Se trata de un concepto construido históricamente por los pueblos indígenas de Sudamérica para significar el logro de una vida plena. En ella, las diversas dimensiones, social, económica, cultural, ambiental y política, entre otras, están interrelacionadas e interdependientes. Este concepto es coherente con la concepción de *Pachamama*, que no es simplemente "Madre Tierra" entendida como un planeta. La Pachamama representa "el tiempo y el espacio en el que, para el cual, y donde se desarrollan las vidas" en el que el Universo, la Naturaleza y la Humanidad constituyen "una unidad integral e integrada, por ende si hay desequilibrio en uno de sus elementos, eso limita las posibilidades de existencia del otro."<sup>5</sup>

Cuando buscamos profundizar el concepto de Pachamama o Madre Tierra, nos damos cuenta de que el medio ambiente es considerado como “Toda la Vida”, incluyendo los bosques, las praderas, la vida marina, el hábitat, los peces y la biodiversidad. Estos pueblos consideran su relación con tierra, territorio, agua y demás recursos como base física, cultural y espiritual de su existencia.

Nos queremos referir a una citación de Lorenzo Muelas Hurtado, Indígena Guambiano, del suroccidente de Colombia que explica estas relaciones, aclarando cuáles son sus elementos fundamentales: “Uno de los grandes aportes que los Pueblos Indígenas hemos dado al conocimiento occidental, es la concepción que tenemos de la Tierra, que para nosotros es la vida misma, es nuestro hogar. Entendemos a la tierra no como una simple extensión de un territorio o como una fuente de producción, sino como el conjunto de elementos que lo

---

<sup>4</sup> Aggiungi CIT

<sup>5</sup> Alarcón Patricio Benalcazar, *Il Buen Vivir, Sumak Kawsay, La costruzione di un paradigma per una diversa umanità (Ecuador)*, in *Futuro Indigeno – La Sfida delle Americhe*, a cura di Martufi R. e Vasapollo L., Jaca Book, 2009, p. 327.



componen, manifestando nuestro respeto hacia ello. Por tal razón, no podemos hablar de elementos separados. Para nosotros el mundo no es algo que se pueda dividir en «casillitas», sino que es algo integral, con todos sus componentes, con todo lo que existe en la naturaleza, con lo que produce en ella y en su relación con los conocimientos. Nuestro mundo es una circunferencia, donde están los dioses, los sitios sagrados, las grandes rocas, los grandes ríos, las montañas; donde están las plantas y los animales, donde sale el sol, el rayo solar que preña la tierra para que ella pueda parir. Y ahí está también el Indígena, haciendo parte de la naturaleza. Nuestros padres no pueden arrasar y destruir la selva, porque solamente en el equilibrio con la tierra vamos a encontrar nuestro equilibrio como pueblo. La selva es nuestra gran nevera, nuestra gran ferretería, nuestro gran mercado. Cuando tenemos hambre, sacamos de ahí la carne fresca; cuando no tenemos casa, buscamos nuestros clavos, nuestros techos; cuando nos enfermamos, recurrimos a sus raíces, a sus hojas. Por lo tanto, tenemos que custodiar nuestra nevera, defender nuestra farmacia, nuestra ferretería”<sup>6</sup>

¡Qué manera tan clara aquella de la citación de Hurtado para reconocer las relaciones y la armonía entre las distintas componentes incluidas en el modelo de “una sola salud” propuesto por la OMS! En esa citación se reconoce también el principio de alimentación segura, otro elemento propuesto por la OMS en la misma estrategia.

Esto es algo que ha sido enfatizado por los mismos agentes comunitarios de salud, en múltiples ocasiones y también a lo largo del II Encuentro de Agentes Comunitarios de Salud de la Amazonía, que se llevó a cabo este octubre 2022 en Puerto Maldonado, Perú: “la medicina tradicional es integral e incluye también la importancia de una alimentación saludable para sostener la salud sosteniblemente y prevenir enfermedades”.

En un estudio de etnomedicina que fue realizado en los años '80 en el Ecuador, escribimos que “la naturaleza, la tierra y el hombre siguen siendo los elementos centrales del universo del hombre. El equilibrio entre estos elementos asegura que existan las condiciones que permiten un estado de salud a nivel individual y a nivel colectivo. Los desórdenes que ocasionalmente se dan en este universo se repercuten en la salud, en una palabra, las desarmonías son la raíz última de las enfermedades. La curación busca a recuperar el equilibrio que se ha perdido”<sup>7</sup>.

Quizás podríamos afirmar que las citaciones antes referidas pueden ser consideradas una traducción viva de lo expresado por la Organización Panamericana de la Salud en su documento de los Órganos Directivos recientemente en una resolución de OPS con título “Una Salud: un enfoque integral para abordar las amenazas para la salud en la interfaz entre los seres humanos, los animales y el medioambiente”.

En algunos pasos, esa Resolución destaca que el propósito de la estrategia es fomentar la coordinación y la colaboración entre los diferentes marcos de gobernanza de los programas de salud humana, animal, vegetal y medioambiental con el propósito de mejorar la prevención y la preparación para los retos actuales y futuros a la salud en la interfaz entre los seres humanos, los animales y el medioambiente. Queda además plasmada la inclusión de los pueblos

---

<sup>6</sup> Revista Cultural Survival; El significado de Tierra, Territorio desde la cosmovisión Indígena, 2020

<sup>7</sup> Balladelli P.P. Entre lo Mágico y lo Natural, Ediciones Abya Yala, Ecuador, 1988

indígenas en la línea 2 de la misma Resolución, cuando se refiere al impacto de las zoonosis endémicas en la vulnerabilidad de los pueblos indígenas.<sup>8</sup>

Este enfoque interdisciplinario ha sido señalado como una forma efectiva de abordar las amenazas para la salud en la interfaz humano-animal-medio ambiente y como la mejor manera de prevenir y responder a futuros brotes zoonóticos y pandemias.<sup>9</sup>

Queremos incluir aquí una reflexión sobre la relación entre los pueblos indígenas y los animales. La conexión entre las comunidades y los animales que viven dentro de ellas es considerada como un promotor positivo de la salud.<sup>10</sup> Dada la importancia y el significado de los animales para las comunidades indígenas y los beneficios que de ellos derivan, garantizar la salud y el bienestar de los animales es considerado por los indígenas como una prioridad. Sin embargo, muchas comunidades indígenas enfrentan barreras para acceder a una atención de salud animal continua y efectiva.<sup>11</sup> Las barreras pueden incluir recursos y fondos limitados, lejanía y accesibilidad, servicios veterinarios y medicamentos para animales limitados, e impactos climáticos que difieren entre los países.<sup>12</sup>

Si bien el campo de “una sola salud” esté emergiendo, las intervenciones de salud pública siguen siendo diseñadas y gestionadas de manera sectorial y aislada, principalmente en sectores de salud separados en silos, con comunicación y colaboración limitadas.<sup>13</sup> El sector de la salud animal ha apoyado y promovido en gran medida el concepto de “una sola salud”<sup>14</sup> y este enfoque se está volviendo más común a nivel internacional, particularmente en comunidades de bajos recursos. Es probable que un enfoque transdisciplinario podría eliminar esta barrera. Al diseñar e implementar estos programas, es importante considerar que los animales tienen roles integrales en las comunidades indígenas y pueden ser de importancia cultural, apoyándose en los valores tradicionales.

---

<sup>8</sup> Resolución OPS CD59/9 del 20 de julio de 2021: *Línea de acción estratégica 2: Los mecanismos de gobernanza de “Una salud” deben estar bajo la dirección del gobierno con la participación de las partes interesadas no gubernamentales y de la comunidad, incluidas las poblaciones indígenas y los grupos en situación de vulnerabilidad...Establecer mecanismos multidisciplinarios, multisectoriales e impulsados por el consenso para la gobernanza de “Una salud”, para la administración y el financiamiento de estructuras funcionales que trabajen en todas las instituciones y que permitan la coordinación, la comunicación, el compromiso y la colaboración, y para el acceso a los conocimientos y recursos pertinentes...Las zoonosis endémicas tienen un enorme impacto social en los grupos poblacionales en situación de vulnerabilidad, en especial las personas indígenas y afrodescendientes y las personas que viven en zonas rurales aisladas en situación de pobreza.*

<sup>9</sup> United Nations Environment Programme and International Livestock Research Institute. *Preventing the Next Pandemic: Zoonotic Diseases and How to Break the Chain of Transmission*; United Nations Environment Programme: Nairobi, Kenya, 2020.

<sup>10</sup> Sean Hillier. 2021. Examining the concept of *One Health* for indigenous communities: A systematic review

<sup>11</sup> Ma, G.C.; Cruz, A.-M.; Spencer, J.; Norris, J.M.; Ward, M.P. Evaluación de una intervención de manejo de la población canina: Medición de indicadores de impacto. *Animales* 2020, *10*, 1061.

<sup>12</sup> Baker, T.; Roca, M.; Arroyo, R.; van der Meer, F.; Kutz, S. Las perspectivas de la comunidad indígena sobre los perros en el norte de Canadá después de 10 años de servicios veterinarios indicaron una mejora en el bienestar animal y humano. *Prev. Veterinario Med.* 2020, *181*, 105061

<sup>13</sup> Zinsstag, J.; Schelling, E.; Waltner-Toews, D.; Curtidor, M. De “Una Medicina” a “Una Salud” y enfoques sistémicos para la salud y el bienestar. *Prev. Veterinario Med.* 2011, *101*, 148–156.

<sup>14</sup> Galaz, V.; Leach, M.; Scoones, I.; Stein, C. La economía política de la investigación y la política de One Health. En *el documento de trabajo 81 de STEPS*; STEPS Centre: Brighton, Reino Unido, 2015.

El concepto de “Una Sola Salud” se alinea con los puntos de vista indígenas que abarcan una visión holística de la salud, que reconoce el conocimiento tradicional que vincula la salud y el bienestar de los animales, las personas y el medio ambiente.<sup>15</sup>

Un último aspecto relevante que queremos señalar en el marco teórico de indígenas y “una sola salud” es el hecho que tales poblaciones son presentes y viven en áreas de grande biodiversidad, como el caso de regiones tropicales, la región amazónica de Sudamérica, compartida por muchas distintas etnias y por lo menos 8 países, las subtropicales, pero también desiertos, zonas templadas, así como en las montañas, que presentan un gran número de endemismos. Esta presencia ecosistémica de los indígenas en áreas de grande biodiversidad es de enorme importancia para la definición de mecanismos de vigilancia y alerta temprana, así como para la construcción e emprendimiento de estrategia de “una sola salud” en áreas del planeta en las cuales se juega el presente y el futuro de la humanidad, a la vez responsable y víctima del cambio climático. En este contexto, podríamos además definir los pueblos originarios como “Guardianes de la Biodiversidad”.

## **2. BUENAS PRACTICAS Y LECCIONES APRENDIDAS**

En este capítulo, queremos dedicar unas reflexiones sobre la situación de las poblaciones indígenas en relación a “una sola salud” y señalar algunas intervenciones y lecciones aprendidas a partir de iniciativas realizadas con ellos. En tales acciones, la visión holística indígena de la salud y sus determinantes ha permitido determinar avances sustanciales, directa o indirectamente, en el uso y difusión de la estrategia de “una sola salud”. Los dos elementos relevantes para considerarlas como buenas practicas son la característica de horizontalidad y el manejo de pertinencia intercultural en su diseño. Consideramos que las mismas permiten forjar ejemplos de afinidades entre las cosmovisiones indígenas y la estrategia de “una sola salud”. Se utilizan herramientas de formación de los indígenas que, a la vez, permiten aprender de ellos en cuanto a su presencia en el territorio y su visión integral sobre la salud humana, ambiental y animal. Estas iniciativas nos alientan a reproducir tales resultados efectivos en nuestros sistemas de salud.

### **3.a. Salud en fronteras**

La Salud en fronteras es una importante prioridad de salud pública, ya que los pueblos indígenas habitan y transitan las áreas transfronterizas. Las intervenciones transfronterizas en curso se encuentran enmarcadas la estrategia de atención primaria de salud con pertinencia cultural que fortalece el acceso a la vacunación de los pueblos indígenas amazónicos en zonas de frontera de países andinos “para no dejar nadie atrás”, como se propone la Agenda 2030 de la ONU. La iniciativa, llevada a cabo por los cuatro países de la Comunidad Andina (CAN), el ORAS-CONHU, la Agencia Presidencial de Cooperación de Colombia, la GIZ y la OTCA<sup>16</sup>, prioriza

---

<sup>15</sup> Dudgeon, P.; Milroy, H.; Walker, R. *Trabajando juntos: Principios y prácticas de salud mental y bienestar aborígenes e isleños del estrecho de Torres*; Mancomunidad de Australia: Canberra, Australia, 2014.

<sup>16</sup> En la iniciativa participaron los Ministerios de Salud de Perú, Bolivia, Colombia y Ecuador, la Organización Panamericana de la Salud, a través de su Programa Subregional para América del Sur, GIZ, OTCA y ORAS. En el caso de la pandemia de COVID-19, garantizar la cobertura de vacunación en pueblos indígenas en zonas transfronterizas se destacaron desafíos adicionales debidos a la baja y dispersa densidad de población, escasez y lejanía de los servicios de salud, enormes brechas en los recursos humanos del sector de la salud generando mayores dificultades para la logística en el transporte de vacunas y el mantenimiento de la cadena de frío en ese contexto. Además, se suman las barreras culturales que incluyen las diferencias lingüísticas y la dependencia local de la medicina y las costumbres tradicionales, junto con la baja percepción de la población sobre los resultados producidos por la vacuna.

el enfoque intercultural, incluyendo la integración de la medicina y a las prácticas tradicionales. A través de abordajes interculturales y holísticos, esta iniciativa ha permitido implementar medidas de mitigación y contención más eficientes contra la COVID 19, incluida la cobertura de vacunación, en áreas transfronterizas a través de la cooperación horizontal y las actividades coordinadas entre los países de las subregiones.

Se encuentra en curso otra iniciativa de la OTCA, con apoyo de OPS y financiación del BID para la construcción de “Planes de Contingencia de protección de salud de pueblos indígenas altamente vulnerables y en contacto inicial (PIACI)<sup>17</sup>, en regiones fronterizas amazónicas. Estos instrumentos se proponen mitigar el impacto de enfermedades tropicales emergentes y endémicas en territorios fronterizos de la Cuenca del Río Amazonas.

Para los grupos originarios que habitan en takes áreas demarcadas es vital la defensa y el mantenimiento de sus territorios, así como mantener distancia de fuentes de contagio de salud y de la agresión cultural y comercial.

A pesar del grande volumen de normas legales, nacionales e internacionales, para su protección, los Pueblos en Situación de Aislamiento y Contacto Inicial (PIACI) son una población que se encuentra en una situación crítica de alta vulnerabilidad.<sup>18</sup> Los principales causantes de esta realidad “son el avance de la frontera económica de explotación de recursos naturales e insuficiencias en políticas públicas específicas, principalmente para las regiones fronterizas”.<sup>19</sup> Para orientar las políticas públicas en zonas de frontera la OTCA identificó algunas características comunes de los PIACI, entre otras:

- “su estrecha relación de interdependencia, reciprocidad y “parentesco” con los otros seres vivientes de su entorno, equivalente al “medio ambiente”, “ecosistema”, que les permite vivir de manera autosuficiente.”<sup>20</sup> Esto implica que la defensa y el mantenimiento de sus territorios es de vital importancia para ellos.<sup>21</sup>

“La especial vulnerabilidad en que se encuentran por contagios de enfermedades consideradas comunes, sin haber desarrollado una respuesta inmunológica adecuada y afectando al grupo entero, no solamente a individuos. Esta situación significa una amenaza inmediata a la supervivencia del grupo y exige una vigilancia epidemiológica y medidas de

---

Estas acciones integradas, multi-país y multi-actor avanzan para garantizar la coordinación y compartición de la información entre los países y los servicios de salud locales en las zonas fronterizas. En esta línea se creó la 'Plataforma de Intercambio para la Mitigación, Contención y Vacunación contra los Pueblos Indígenas Amazónicos COVID-19', construida por el Ministerio de Salud del Perú, con el apoyo de la Agencia Alemana de Cooperación para el Desarrollo (GIZ) en Perú, el Programa Subregional de la OPS/OMS para América del Sur, el ORAS y la OTCA. Esta plataforma apoya la recopilación y evaluación de experiencias de vacunación con poblaciones indígenas amazónicas en zonas fronterizas, facilitando los intercambios de conocimientos y cooperación Sur-Sur. La Plataforma sirve como instrumentos clave para compartir las tasas nacionales de vacunación, las estrategias, los protocolos y los instrumentos implementados por cada país y los desafíos enfrentados. En consecuencia, los países podrían adaptar sus estrategias integrando las experiencias y lecciones aprendidas de otros países.

<sup>17</sup><http://otca.org/es-realizado-encuentro-de-actores-para-la-proteccion-de-la-salud-de-los-pueblos-indigenas-con-base-territorial-transfronterizo-peru-brasil-colombia/>

<sup>18</sup> <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Marco-Estrategico-para-la-Proteccion-de-los-PIACI.pdf>

<sup>19</sup> <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Marco-Estrategico-para-la-Proteccion-de-los-PIACI.pdf>

<sup>20</sup> Ibidem

<sup>21</sup> Ibidem

seguridad alimentaria post-contacto. El cuidado de la salud está directamente relacionado con el cuidado del acceso al territorio”.<sup>22</sup>

#### **a. Análisis de Situación Indígena y vigilancia epidemiológica comunitaria**

En conjunto con el ORAS CONHU y la OTCA, el pueblo Tikuna que habita en el espacio transfronterizo de la cuenca amazónica de Brasil, Perú, Colombia está formándose en el uso de herramientas cualitativas y cuantitativas que permiten una buena aproximación a un análisis de situación de salud – ASIS – de este pueblo, a partir de su propia perspectiva cultural. El ASIS Tikuna ha permitido dar protagonismo a los pueblos indígenas mismos en identificar barreras y buscar soluciones a sus problemas de salud de manera holística.

Como parte de la metodología, se ha programado incluir la vigilancia epidemiológica comunitaria basada en la estrategia “una sola salud” para detectar posibles crisis epidémicas. La vigilancia comunitaria en salud consiste en una estrategia de vigilancia y monitoreo local de la salud a través de la participación y colaboración directa de las comunidades<sup>23</sup> que construyen una red social en la comunidad, integrada por las autoridades locales, los agentes comunitarios,<sup>24</sup> entre otros actores. Especialmente los miembros de la comunidad capacitados como agentes comunitarios de salud juegan un rol activo en la “información, organización y autovigilancia de las familias para el seguimiento y control de sus estados de salud y rápida identificación de prioridades para la atención, así como para la promoción del desarrollo y la seguridad alimentaria”.<sup>25</sup> Este tipo de vigilancia su fundamento en su visión holística de la salud, por ende incorpora no solo vigilancia sobre salud humana, sino también sobre variaciones en los patrones de salud animal y ambiental.

#### **b. Medicina tradicional**

El reconocimiento y la integración de la medicina tradicional a la medicina occidental también se puede considerar como inherente a la estrategia “una sola salud”. Según la OMS, la base para la práctica de la medicina tradicional incluye un enfoque holístico de la vida, el equilibrio entre la mente, el cuerpo y el medio ambiente, y un énfasis en la salud más que en la enfermedad.<sup>26</sup>

La medicina tradicional ha sido parte fundamental de la respuesta a la pandemia de Covid-19, como en el ejemplo de resistencia colectiva indígena del “Comando Matico”. El Comando Matico, fue organizado por jóvenes Shipibos del Perú, denominado así en referencia al uso de la medicina tradicional como eje esencial en la respuesta contra la Covid 19. Esa iniciativa utilizó preparados naturales para atender indígenas contagiados por COVID-19 y que no contaban con los recursos ni la atención médica.<sup>27</sup> La población Shipibo de esa manera trató miles de vidas durante la pandemia a través de una práctica milenaria que combina la solidaridad y la sabiduría ancestral buscando la atención rápida de pacientes infectados mediante vaporizaciones de una planta medicinal, el matico. La planta fue recolectada, se

---

<sup>22</sup> Ibidem

<sup>23</sup> <https://www.latinno.net/es/case/17069/>

<sup>24</sup> <http://bvs.minsa.gob.pe/local/MINSA/3324.pdf>

<sup>25</sup> <https://www.latinno.net/es/case/17069/>

<sup>26</sup> <https://www.emro.who.int/health-topics/traditional-medicine/index.html>

<sup>27</sup> <https://www.actualidadambiental.pe/comando-matico-y-su-aporte-para-atender-a-indigenas-contagiados-por-covid-19/>

realizaban visitas, se enviaban los preparados a quien lo necesitaba y también se produjeron videos en los que explican cómo realizar los preparados medicinales.<sup>28</sup>

### c. Diálogos de Saberes

En 2021, la OPS publicó la Metodología de los Diálogos de Saberes, una manual de uso para promover el abordaje intercultural a la salud y contribuir a construcciones conjuntas a través del dialogo la\_búsqueda de propuestas que permitan conocer, compartir y construir prácticas saludables<sup>29</sup> de salud, incluidas las soluciones financieras para operacionalizarla. En este instrumento que incluye “una sola salud”, juegan un papel esencial los Agentes Comunitarios de Salud Indígenas, no solamente en atención de primera línea, sino también en la prevención y promoción de la salud dentro de sus comunidades<sup>30</sup>. Los Diálogos de Saberes permiten “la promoción e intercambio horizontal de las diferencias culturales en salud y forman parte de una política intercultural que plantea como posible y conveniente la articulación de los sistemas médicos tradicionales con el occidental”<sup>31</sup>. La OPS ha podido constatar que, en los países de la Región de las Américas, los diálogos interculturales se han ido posicionando como una de las herramientas que contribuyen a los avances en acceso y cobertura universal en salud “como forma eficaz de lograr la protección sanitaria y financiera”<sup>32</sup>.

En este contexto de priorización de las capacitaciones horizontales e intercambio de saberes con los pueblos indígenas, los Agentes Comunitarios de Salud son llamados a tener un rol protagónico en garantizar un abordaje integral de “una sola salud”.

El Programa Subregional Sudamérica de la OPS/OMS, con actores claves como OTCA, GIZ, HIVOS y los Ministerio de Salud de los países interesados, ha apoyado la organización del Primer y Segundo Encuentro de Agentes Comunitarios de Salud Indígenas Amazónicos 2022 en Puyo, Ecuador y en Puerto Maldonado, Perú. Tales encuentros tienen el propósito de promover la cooperación multi-actor y multi-país en la subregión y posicioanr el rol de los y las agentes comunitarios(as) de salud de Colombia, Ecuador, Perú, Brasil, Bolivia y Suriname<sup>33</sup> a través del intercambio de experiencias y lecciones aprendidas en la región.<sup>34 35</sup> La denominación de tales encuentros como “Nuestro Territorio, Nuestra Salud”, hace

---

<sup>28</sup> <https://bcasas.org.pe/articulo-comando-matico-solidaridad-ancestral-en-tiempos-de-covid-19/>

<sup>29</sup> WHO. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55670>

<sup>30</sup> HIVOS. <https://america-latina.hivos.org/news/agentes-comunitarios-de-salud-indigena-de-la-cuenca-amazonica-se-reunen-en-ecuador/>

<sup>31</sup> Ibidem

<sup>32</sup> Organización Mundial de la Salud OMS/WHO. 2016. Declaración de Shanghai sobre la Promoción de la Salud

<sup>33</sup> Suriname no tiene Agentes Comunitarios de Salud, participó la delegación del Ministerio de Salud

<sup>34</sup> HIVOS. 2022. Sistematización del Primer Encuentro Regional de Agentes Comunitarios de Salud Indígenas Amazónicos “Nuestro Territorio, Nuestra Salud” [https://america-latina.hivos.org/document/sistematizacion-encuentro-regional-de-agentes-comunitarios-de-salud-indigenas-amazonicos-nuestro-territorio-nuestra-salud/?mc\\_cid=2b9e6305f3&mc\\_eid=949eff4d16](https://america-latina.hivos.org/document/sistematizacion-encuentro-regional-de-agentes-comunitarios-de-salud-indigenas-amazonicos-nuestro-territorio-nuestra-salud/?mc_cid=2b9e6305f3&mc_eid=949eff4d16)

<sup>35</sup> El Programa Subregional para América del Sur y las Oficinas de País de Ecuador de la OPS apoyaron la organización, con HIVOS, del Primer Encuentro Regional de Agentes Comunitarios de Salud Indígenas Amazónicos “Nuestro Territorio, Nuestra Salud”, que se llevó a cabo en el mes de mayo 2022 en Puyo, Ecuador. El éxito de este trabajo de cooperación multipais y multisectorial se demuestra con la realización del Segundo Encuentro Regional de Agentes Comunitarios de Salud Indígenas Amazónicos en Puerto Maldonado, Perú, organizado a través de un trabajo conjunto entre la OPS, GIZ y los Ministerios de Cultura y el Ministerio de Salud del Perú y que involucrará a todos los países de la cuenca amazónica.

referencia a la importancia de la salud ambiental como piedra miliar de la salud. A lo largo de estos talleres, la medicina tradicional y su reconocimiento ha sido visibilizado sobre todo por los Agentes Comunitarios.

#### **d. Movimiento “*Slow Food*” como ejemplo de “*Slow development*”**

Con el objetivo principal de empoderar a la juventud indígena y a sus comunidades, así como de mejorar los medios de vida de los beneficiarios protegiendo y promoviendo su patrimonio alimentario y defendiendo sus prácticas sostenibles y resilientes, el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) y el movimiento Slow Food apoyaron un proyecto<sup>36</sup> basado en puesta en marcha de Sistemas Participativos de Garantía (SPG),<sup>37</sup> sistemas locales de bajo coste para asegurar la calidad de los productos alimenticios y de la cadena de valor con un enfoque holístico y sostenible. Estas prácticas “Son especialmente adecuados para la agricultura a pequeña escala y combinan las tres dimensiones de la sostenibilidad: la social, la medioambiental y la económica.” En los hallazgos del proyecto se demostró que un SPG es atractivo y empoderador para los jóvenes. Además, se resalta que “el concepto de solidaridad, implícito en el SPG fortalece la resiliencia de las redes alimentarias locales en situaciones como la pandemia de la COVID-19, porque los miembros tienen que desarrollar el hábito de la confianza y la colaboración.”<sup>38</sup>

#### **e. Gobernanza mundial**

Como lo indica la figura 1<sup>i</sup>, existen varias entidades distribuidas en cuatro grandes categorías que, ubicadas en los distintos continentes del planeta, constituyen una red de socios para la gobernanza de una sola salud<sup>ii</sup>. Los cuatro grupos son: entidades de gobierno e intergubernamentales, entidades de la academia, organizaciones sin fines de lucro o como ONG o coaliciones, organizaciones corporativas del sector privado, grupos, laboratorio. En estos últimos días entre algunas de las entidades del sistema de Naciones Unidas entre los cuales la OMS, la FAO, el PNUMA y la Organización Mundial de Salud Animal, se ha elaborado un plan de acción conjunto para los años 2022-2026 que está finalizado a implementar la estrategia una salud. Lo que sale a la vista y que preocupa es que las organizaciones y las federaciones indígenas hasta la fecha no están incluidas en estos mecanismos de gobernanza de una sola salud. Si por un lado celebramos la presencia de entidades de las cuatro categorías como activas y dinámicas para la implementación de una salud, constituyéndose esto en una buena práctica, por el otro lado lamentamos la ausencia de representantes de las poblaciones originarias en este contexto de gobernanza.

Figura 1

---

<sup>36</sup> Tullia Aiazzi y Michele Maccari. IFAD, SLOW FOOD. Estudio de caso sobre la iniciativa piloto del Sistema de Garantía Participativa en Baluartes Indígenas de Slow Food

<sup>37</sup> los SPG incluyen en el proceso otras partes interesadas, además de los productores e inspectores, y se basan en la confianza, las redes sociales y el intercambio de conocimientos.

<sup>38</sup> IFAS, SLOW FOOD. Op. cit

## Gobernanza mundial: hacia una inclusión de Asociaciones y Federaciones indígenas en la gobernanza de “una sola salud”



La resolución CD59/9 sobre Una Sola Salud de la OPS cita “el propósito de esta política sobre una sola salud es fomentar la coordinación y la colaboración entre los diferentes marcos de gobernanza de los programas de salud humana, animal, vegetal y medioambiental con el propósito de mejorar la prevención y la preparación para los retos actuales y futuros a la salud en la interfaz entre los seres humanos, los animales y el medioambiente.”

Siguiendo este objetivo, el 17 de octubre de 2022 OMS, FAO, PNUMA, OMSA lanzaron el One Health Joint Plan of Action<sup>39</sup> para abordar las amenazas para la salud de los seres humanos, los animales, las plantas y el medio ambiente. Este primer plan conjunto sobre “una sola salud” tiene como objetivo crear un marco para integrar los sistemas y la capacidad para que podamos prevenir, predecir, detectar y responder mejor colectivamente a las amenazas para la salud. En última instancia, esta iniciativa busca mejorar la salud de los seres humanos, los animales, las plantas y el medio ambiente, al tiempo que contribuye al desarrollo sostenible.

El Plan de Acción Conjunto Una Salud, desarrollado a través de un proceso participativo, proporciona un conjunto de actividades que tienen como objetivo fortalecer la colaboración, la comunicación, el desarrollo de capacidades y la coordinación por igual en todos los sectores responsables de abordar los problemas de salud en la interfaz humano-animal-planta-medio ambiente. En el plan de acción identifica además soluciones sostenibles, basadas en la naturaleza cuando corresponda, que aseguran la inclusión del conocimiento de los pueblos indígenas.

Uno de los ejes de acción incluye: 6.3.4 Elaborar mecanismos/directrices apropiados para garantizar la participación de las comunidades indígenas y locales, incluidos sus conocimientos tradicionales para orientar la toma de decisiones «Una sola salud»: entrega "Elaboración de un mecanismo o directrices formales para incluir los conocimientos tradicionales en la toma de decisiones sobre una sola salud"<sup>40</sup>.

<sup>39</sup><https://www.who.int/news/item/17-10-2022-one-health-joint-plan-of-action-launched-to-address-health-threats-to-humans--animals--plants-and-environment>



## Desafíos

Nos ha parecido oportuno en este estudio identificar algunos desafíos que ponen en riesgo la contribución de los pueblos indígenas a Una Sola Salud, por socavar su derecho a la salud y que, si no resueltos podrían poner en riesgo la vida y supervivencia de tales pueblos.

### a. Desigualdades en el logro de las metas de la Agenda 2030

La Región de las Américas se caracteriza por una exuberante riqueza multiétnica y multicultural. Sin embargo, los pueblos indígenas, entre otros grupos, se enfrentan en muchas ocasiones a la discriminación y la exclusión, lo que lleva a inequidades en el ámbito de la salud.

De hecho, la reducción de la pobreza y las estrategias de desarrollo económico no tienen en cuenta la identidad, la visión del mundo y la cultura de los pueblos indígenas, ni el derecho a la autodeterminación o aquello de controlar sus territorios y recursos, y la perspectiva holística que tienen los pueblos indígenas con respecto a la salud. Estas carencias hacia los pueblos originarios ponen en riesgo no solo el logro de las metas de la Agenda 2030 sino su misma supervivencia.

Actualmente, la evaluación del avance hacia los objetivos de desarrollo se basa en promedios y no en datos diferenciados por etnicidad, por consiguiente, el monitoreo de los avances en las metas de las poblaciones indígenas se pierde en los cálculos<sup>41</sup>.

Por ejemplo, las desigualdades se encuentran entre las causas fundamentales de la inseguridad alimentaria y, junto con las crisis globales actuales, retrasan el logro de las metas de la Agenda 2030. Con más mayor riesgo se encuentra el alcance del ODS número 2 "hambre cero" para 2030, especialmente entre las más pobres y vulnerables. De hecho, la pandemia de COVID-19 ha "exacerbado una situación ya deteriorada, con alrededor de 150 millones más<sup>176</sup> de personas que enfrentan el hambre.<sup>42</sup>

Esta y otras dimensiones de la agenda 2030 que se relacionan con la salud sobre la salud sufren atrasos con un impacto desproporcionado y mayor en los grupos poblacionales más vulnerables. "Vulnerables" son todos los individuos o grupos que experimentan desigualdades e inequidades de salud y una carga desproporcionada de mala salud.<sup>43</sup> Los pueblos indígenas son uno de los grupos poblacionales más vulnerables, que mayormente sufren las desigualdades sistémicas de la Región; son una población altamente marginada con una tasa de vulnerabilidad que es sustancialmente mayor con respecto a los pueblos no indígenas.<sup>44</sup>

La relación negativa entre desigualdades, medio ambiente y salud humana ha sido abordada por autores como McMichael y Beaglehole, quienes señalaron que a) la buena salud sostenida de las poblaciones requiere una gestión ilustrada de nuestros recursos sociales, relaciones económicas y del mundo natural, y b) que muchos de los problemas de salud pública actuales tienen sus raíces en las mismas desigualdades socioeconómicas y en patrones de consumo imprudentes que ponen en peligro la sostenibilidad futura de la salud.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> OPS OMS Política de Diversidad cultural y salud, Mandatos y estrategias, 2018

<sup>42</sup> Balladelli, Farante, 2022.

<sup>43</sup> Balladelli, Farante, 2022, op. cit.

<sup>44</sup> CEPAL y otros. 2021. El impacto de la COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina (Abya Yala): entre la invisibilidad y la resistencia colectiva"

<sup>45</sup> McMichael AJ, Beaglehole R: El contexto global cambiante de la salud pública. Lanceta. 2000, 356: 495-499. 10.1016/S0140-6736(00)02564-2

## **b. Atraso en el acceso a los Derechos Humanos**

La situación de desigualdades y vulnerabilidad de los pueblos originarios en el logro de las metas de la Agenda 2030 está directamente relacionada con el atraso en el acceso de sus derechos humanos.

“El derecho de los pueblos indígenas a controlar su territorio según sus necesidades y decisiones es fundamental para proteger su forma de vida y defender la biodiversidad de las razas animales y las variedades de plantas nativas.”<sup>46</sup>

En 1989, la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT adoptó en forma tripartita con participación de los gobiernos, organizaciones de empleadores y de trabajadores, el Convenio 169 sobre Pueblos indígenas y tribales en países independientes. Este convenio fue ratificado posteriormente por muchos países, sin embargo sigue siendo una referencia normativa internacional negligenciada en materia de protección de la tierra y de los demás aspectos de derecho de los pueblos indígenas. Es lamentable tener que notar la existencia de discriminaciones hacia los indígenas persisten, así como la falta de acceso a sus derechos políticos, económicos, culturales y sociales<sup>47</sup>.

Es de hace pocos meses - 28 de julio de 2022 – cuando la Asamblea General de las Naciones Unidas reconoció por primera vez el acceso a un medio ambiente sano, adecuado o ecológico como un derecho humano.<sup>48</sup>

Queremos enfatizar la necesidad de salvaguardar los derechos humanos de los pueblos indígenas si se quiere aprovechar del modelo de “Una sola salud”, que coincide con sus culturas y vivencias.

## **c. Actividades extractivas y monocultivos, como inhibidores de una sola salud**

Un aspecto relacionado directamente con la salud de los pueblos indígenas son las actividades extractivas, las cuales muchas veces impiden salvaguardar su bienestar por la cantidad de químicos y metales pesados que resultan en las mismas. Además, ellas ponen en riesgo la relación saludable de tales poblaciones con el ambiente e interfiere con aspectos de su organización societaria, debilitando la relación con las tierras afectadas por la minería, incluidos los territorios aledaños, el medio ambiente, reservorio no solo de sus fuentes de sobrevivencia, sino de los valores y prácticas milenarias que se desprenden de la relación con el mismo. De aquí el impacto negativo que las actividades extractivas tienen sobre “una sola salud”.

En particular, los Pueblos en Situación de Aislamiento y Contacto Inicial (PIACI) se encuentran localizados en “áreas de refugio” selváticas, con escasa o nula presencia de instituciones del Estado o de la sociedad civil, mayormente en zonas limítrofes y de difícil acceso. Estas áreas son frecuentemente utilizadas como espacios para actividades de extracción ilegal de metales y madera, de prospección de hidrocarburos y de narcotráfico.<sup>49</sup>

## **d. Patrones alimenticios alterados**

---

<sup>46</sup> Tullia Aiuzzi y Michele Maccari. IFAD, SLOW FOOD. Estudio de caso sobre la iniciativa piloto del Sistema de Garantía Participativa en Baluartes Indígenas de Slow Food

<sup>47</sup> Convenio 169, Art. 4 de la OIT del 2014

<sup>48</sup> <https://news.un.org/es/story/2022/07/1512242>

<sup>49</sup> <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Marco-Estrategico-para-la-Proteccion-de-los-PIACI.pdf>

Como lo enfatizamos anteriormente en el capítulo e desigualdades, un desafío que sufren los indígenas y que erosiona su modelo de “una sola salud” es constituido por los patrones de consumo alimenticio, sistemáticamente promovidos por los medios de comunicación masivos. Tales patrones modifican y dañan la relación espiritual y los gustos y conocimiento de los pueblos indígenas, así como inducen efectos altamente nocivos por acelerar la epidemia de enfermedades crónicas, entre las cuales las cardio-vasculares.

En efecto, los complejos saberes ambientales y los sistemas alimentarios en base a la biodiversidad, se van perdiendo a favor de productos alimenticios generados de manera hiper-procesada e industrial.

#### **e. Pérdida de biodiversidad**

Los territorios en donde habitan los pueblos originarios contienen una biodiversidad enorme y aportan gran parte de la misma al inventario mundial. Además, los territorios, en que los pueblos indígenas viven, constituyen una fuente importante de diversidad cultural. Sin embargo, los pueblos indígenas, a pesar de haber sostenido una larga lucha para mantenerlos, están perdiendo sus territorios, y con ellos gran parte de la biodiversidad. Las actividades extractivas, las plantaciones forestales en monocultivo, como es el caso de aquellas originadas por grandes empresas forestales, han sido causa de desplazamiento de los pueblos originarios desde de sus territorios.

Con el reconocimiento de las interrelaciones entre la sociedad y la naturaleza contenidas en “una sola salud”, y la importancia de la salud ambiental para la salud humana, se vuelve evidente de que la pérdida de biodiversidad también puede tener efectos en el bienestar humano. Al interrumpir la función de los ecosistemas, la pérdida de biodiversidad conduce a contextos empobrecidos, que son menos resistentes, más vulnerables a las perturbaciones, y menos capaces de suministrar los servicios necesarios a los seres humanos.<sup>50</sup>

Las implicaciones de la pérdida de biodiversidad para el medio ambiente mundial han sido ampliamente discutidas, pero sólo recientemente se ha prestado atención a sus efectos directos y graves en la salud humana. Los riesgos para la salud son el resultado de abuso ocurrido sobre los ecosistemas: desde el agotamiento y la degradación de los recursos de agua dulce hasta los impactos del cambio climático mundial en los desastres naturales y la producción agrícola. Al igual que los riesgos más tradicionales, los efectos nocivos de la degradación de los servicios de los ecosistemas están siendo soportados desproporcionadamente por los grupos poblacionales más vulnerables pobres, entre los cuales, como ya se ha mencionado anteriormente, los pueblos indígenas.<sup>51</sup>

Los vínculos entre la medicina tradicional y la biodiversidad están ejemplificados por una larga tradición de saberes curativos asociados con la Tierra, involucrando las plantas medicinales, las especies animales, el aire y el agua salubres<sup>52</sup>.

La pérdida de biodiversidad disminuye los suministros de materias primas para la medicina tradicional y el descubrimiento de fármacos y la biotecnología causan una pérdida de

---

<sup>50</sup> Millennium Ecosystem Assessment: Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. 2005, Island Press, Washington, DC

<sup>51</sup> Millennium Ecosystem Assessment: Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. 2005, Island Press, Washington, DC

<sup>52</sup> Rómulo Alves. 2007. Biodiversidad, medicina tradicional y salud pública: ¿dónde se encuentran? <https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/1746-4269-3-14>

modelos médicos, y afecta la propagación de enfermedades y amenaza la producción de alimentos y la calidad del agua<sup>53</sup>.

La pérdida de la biodiversidad tiene además efectos en el terreno de la agrobiodiversidad y en los sistemas productivos integrados en los ecosistemas naturales. A esto se le agrega que compañías multinacionales productoras de semillas y medicinas están rastreando en todos los continentes la biodiversidad para revisar sus componentes químicos y genéticos para después patentar sus “descubrimientos” y cobrar regalías para su uso<sup>54</sup>.

## 5. RECOMENDACIONES Y CONCLUSIONES

La estrategia “una sola salud” hace hincapié en la “importancia de recuperar ese equilibrio que se ha perdido en la relación entre hombres, animales y naturaleza a través de acciones que apunten a ajustar la velocidad de los procesos de desarrollo para que los mismos se vuelvan compatibles con la protección y sostenibilidad del medioambiente en beneficio del planeta y de la vida en la Tierra”<sup>55</sup> y con impacto positivo sobre la salud de los seres vivos.

Con base a los hallazgos de este estudio, se vuelve esencial la inclusión, en la gobernanza, de los pueblos indígenas, con sus prácticas de subsistencia milenarias, sus conocimientos tradicionales y modo de vida - fundamentales para asegurar armonía entre hombre, animales, plantas y ecosistema.

A pesar de la presión que la sociedad occidental contemporánea ejerce en acelerar el desarrollo, proponiendo como paradigma central en ese desarrollo aquello económico, la experiencia de las comunidades indígenas – quienes además no han podido ni siquiera mantener el acceso a sus derechos básicos económicos –, nos llama a considerar la necesidad de recuperar un mejor equilibrio con la naturaleza y eso solo es posible si aceptamos disminuir la velocidad de nuestro desarrollo. En estos últimos años se ha empezado a considerar la opción de desarrollo lento. - *slow development* en inglés - para significar una alternativa que nos permita – como sociedad – redefinir la velocidad que caracteriza nuestro desarrollo, de manera que sea factible recuperar la armonía con nosotros mismos, con los otros individuos, con los animales, las plantas, y con el ecosistema. Como ya lo hemos evidenciado anteriormente, los pueblos indígenas son los guardianes de grandes áreas naturales que representan focos de biodiversidad. Apoyar a las comunidades indígenas y a sus sistemas alimentarios tradicionales basadas en el “slow development” significa proteger la biodiversidad del planeta.<sup>56</sup>

Nos preguntamos a este propósito cuál es el modelo de desarrollo que nos permita avanzar en la implementación y el logro de “una sola salud”. Con esta contribución queremos centrar las recomendaciones en una pregunta nada retórica: ¿Será que las poblaciones indígenas tienen en su modelo de vivencia elemento y dinámicas que nos puedan ayudar a comprender como construir un modelo de desarrollo que recupere la armonía con el mundo interno y externo?

---

<sup>53</sup> Chivian E: Biodiversidad: Su importancia para la salud humana. 2002, Centro para la Salud y el Medio Ambiente Mundial. Escuela de Medicina de Harvard

<sup>54</sup> Fuente INPI | Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas, Gobierno de México, Blog, Los pueblos indígenas y su relación, 5 de junio de 2017

<sup>55</sup> Balladelli, Farante, 2022, La Pandemia de Covid-19 y las Poblaciones Vulnerables de Sudamérica. Caderno 18 CRIS/FIOCRUZ

<sup>56</sup> Tullia Aiazzi y Michele Maccari. IFAD, SLOW FOOD. Estudio de caso sobre la iniciativa piloto del Sistema de Garantía Participativa en Baluartes Indígenas de Slow Food

La contradicción que fue enunciada en el capítulo anterior de los desafíos que enfrentan las poblaciones indígenas, entre los cuales ser víctima de discriminación y sufrir por la falta de acceso a los derechos humanos elementales, no es factor que contradice la esencia del modelo de desarrollo armónico con la naturaleza que las poblaciones indígenas han logrado a partir de su cultura y vivencia milenaria.

Si de verdad queremos atacar las causas profundas de la reciente crisis pandémica y evitar otras futuras, que, como ilustramos en el capítulo 1, está relacionada a una aceleración descabellada de procesos biológicos típicos del actual modelo de desarrollo occidental, debemos aprender por los pueblos indígenas y de sus concepciones y acciones para reconstruir esa armonía en todo el planeta y por todas las sociedades.

Hemos traído a esta discusión las desigualdades profundas que sufren los pueblos indígenas y la falta de acceso a sus derechos elementales porque es nuestra responsabilidad de gobiernos y sociedades civiles contribuir a respetar y accionar las normas internacionales ratificadas por nuestros estados, las mismas que prevén toda una serie de acciones urgentes y al mismo tiempo de largo alcance para que los pueblos indígenas no sufran esa discriminación profunda que pone en tela de juicio su misma sobrevivencia.

Podríamos tener dudas sobre la relación entre las discriminaciones sufridas por los indígenas y la “salud única”, que es el tema central de este estudio, sin embargo parece evidente que, sin goce de derechos humanos, los actuales alcances de las poblaciones indígenas en cuanto a la implementación de “una sola salud” se vuelven limitados por la imposición de vínculos, barreras y relaciones de tipo político, económico, cultural, comercial por la sociedad occidental.

Consideramos que los gobiernos y las sociedades civiles de todos los países interesados, en una relación sana de tipo bidireccional con las poblaciones indígenas podrían:

- Aprender de ellos cuáles son los elementos principales y sus relaciones para construir una relación armónica en la sociedad y con el medio ambiente, definiendo además instrumentos de gobernanza que incluyan a los indígenas como expertos en la construcción de “una sola salud”;

- Retomar con seriedad e implementar de forma seria las principales recomendaciones y decisiones enunciadas en el Convenio 169 de la OIT Y en otros acuerdos y convenciones internacionales de protección de los derechos de los pueblos indígenas para estructurar políticas, programas y acciones con financiación;

- Diseñar e implementar estructuras de gobernanza entre los poderes y entidades constituyentes del Estado que incluyan en ella, de forma sustantiva, la presencia de representantes reconocidos de los pueblos indígenas;

- En conjunto con sus representantes reconocidos, prever mecanismos de protección de la cosmovisión indígena y el uso de prácticas societarias y de salud que permitan fortalecer experiencias de “una sola salud”;

- Definir mecanismos de comunicación que salvaguarden las autonomías no sólo culturales, sino políticas y sociales de los pueblos indígenas para evitar su alienación, imponiéndoles patrones de desarrollo característicos de las sociedades occidentales. En particular, los retos actuales que enfrentan los indígenas en cuanto a su seguridad alimentaria

necesitan o ameritan ser analizados para determinar políticas y programas de fortalecimiento de la cultura alimenticia de los pueblos originarios a protección de su salud y bienestar;

- Para las áreas indígenas en aislamiento y contacto inicial (PIACI), consolidar programas de protección a cargo de las mismas poblaciones que puedan beneficiarse de apoyos estatales y de otros socios estratégicos no estatales para el diseño, la formación, el monitoreo y la evaluación de las mejores prácticas llevadas a cabo en tales territorios por los mismos indígenas de manera a permitir tales desarrollos en autonomía y con calidad;

- Un ámbito muy específico podría ser aquello de la medicina indígena, que requiere de sistematización, impulso para su reconocimiento como ciencia empírica complementaria a la medicina occidental, el uso sistemático de “los diálogos de saberes” como herramienta de análisis y planificación conjunta entre las comunidades indígenas y la sociedad occidental. La puesta a disposición de servicios de salud que permitan a las poblaciones indígenas una opción sobre su uso, en un plan de complementariedad de las dos medicinas, indígena y occidental, porque altamente valiosos y útiles para el paradigma de una sola salud;

- Financiar los esfuerzos actuales de mecanismos regionales y subregionales en Sudamérica dirigidos al análisis y abatimiento de las desigualdades apoyados por ORAS-CONHU y la Organización Panamericana de la Salud (OPS), a través de la Mesa Andina de Desigualdades en Salud; al fortalecimiento de los grupos indígenas de la Amazonia en Sudamérica promovidos por la OTCA con la OPS; al uso de herramientas de análisis de situación de salud y vigilancia de salud, culturalmente adecuadas, iniciativas inter país apoyadas por la OPS con ORAS-CONHU, Comunidad Andina, OTCA y MERCOSUR, incluidas aquellas para enfrentar el cambio climático; a la implementación de acciones con adecuación cultural de Atención Primaria de Salud, incluidas las inmunizaciones; a la formación y uso de metodologías para fomentar el “Dialogo de Saberes”, emprendidos por OPS, ORAS/CONHU y otras entidades nacionales y subregionales de forma a crear espacios de interlocución para la comprensión y la puesta en marcha de políticas y programas de desarrollo integrado;

- Para los estados, promover el liderazgo y la participación de pueblos indígenas en la estrategia “una sola salud” puede resultar en un valor añadido importante, en cuanto permitiría sumar la contribución desde la perspectiva indígena que, como hemos visto, parece contener importantes ejemplos, en particular a través del modelo de relacionamiento entre los indígenas y el medio ambiente. Adoptar un enfoque transdisciplinario permite la incorporación de conocimientos culturales y encajar en los contextos y puntos de vista de salud de las comunidades indígenas que reconozcan la importancia de los animales y el medio ambiente para la salud.<sup>57</sup>

- Incorporar a las poblaciones indígenas en la vigilancia epidemiológica con herramientas adecuadas, por ejemplo, utilizando la “epidemiología comunitaria” de tal manera que las mismas resulten empoderadas en el análisis de la situación de salud, así como en sistemas de alerta temprana como trabajado por el Programa Subregional de la OPS/OMS para Sudamérica con la población Tikuna en la frontera entre Perú y Colombia. Acciones de Vigilancia

---

<sup>57</sup> Riley, T.; Anderson, N.E.; Lovett, R.; Meredith, A.; Cumming, B.; Thandrayen, J. One Health in Indigenous Communities: A Critical Review of the Evidence. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, *18*, 11303. <https://doi.org/10.3390/ijerph182111303>

epidemiológica basada en la comunidad puede ser clave en la respuesta a las situaciones más en general de emergencias y desastres ambientales;

- Prever planes de contingencia para crisis epidémicas que presenten analogía con la pandemia de COVID, utilizando las buenas prácticas de actual propuesta ejecutada por la OTCA con las poblaciones indígenas de los países miembros del Tratado Amazónico.

## **“Há distância entre a intenção e o gesto”: a saúde global soterrada pelas evidências dos impactos das diversas crises**

***Danielly de Paiva Magalhães & Luiz Augusto Galvão***

A Cimeira Mundial de Saúde (World Health Summit - WHS) aconteceu entre os dias 16 e 18 de outubro, a primeira versão de uma cúpula conjunta entre a WHS e a Organização Mundial de Saúde (OMS), que teve como objetivo refletir a crescente importância política da saúde global e do multilateralismo.

E foi bem assim, uma reflexão, uma discussão aberta com pouca proposta concreta de ação. São muitas as crises que caem sistematicamente sobre a Saúde, primeiro a pobreza e as desigualdades (sociais, de acesso a saúde, WASH, nutrição, educação etc), depois os efeitos climáticos, seguido pela pandemia e, agora, os conflitos armados, a insegurança energética e alimentar. A Saúde está soterrada de todos os lados, ou seja, nós, humanos, já cavamos a nossa própria cova e estamos nos enterrando pouco a pouco. Sobra para a Saúde a missão impossível de lidar com todos os passivos de uma política de desenvolvimento econômico baseado no lucro, socialmente injusta e ambientalmente insustentável. Parece que tudo isso causa uma paralisia. O incêndio a ser apagado é tão grande que falta fôlego para reconstrução. Como prevenir doenças nesse cenário? Como promover o bem-estar nesse cenário?

No contexto ambiental, a saúde está mais do que convencida da sua dependência com o clima, a biodiversidade e outros limites planetários, mas as verdadeiras soluções fogem do campo da saúde. Foi apresentado uma série de evidências catastróficas que requerem ações para ontem, mas parece que o diálogo entre os setores ainda é um espaço nebuloso. Muitas ideias foram propostas, mas sem nenhum compromisso de esgotá-las, parece que o caminho ainda não está claro. Não se tem um grande plano. O grande plano é/era os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas o que se vê é uma série de agentes externos que impactam no seu alcance e que ninguém sabe ainda como resolver. Como por exemplo, a questão da resistência antimicrobiana (RAM) que, segundo a OMS, vai impactar oito dos dezessete ODS se não forem adotadas medidas de progresso – Na AGNU 77 em setembro deste ano, **Mia Mottley, ministra de Barbados, destacou que desde 2000 não há inovação em RAM.** O mesmo se dá para as ações em Saúde Única, e mais a Tripla Crise Planetária (clima, perda da biodiversidade e poluição).

Compartilhamos aqui as discussões e os dados mais relevantes dentro da interface saúde e ambiente durante o WHS.

### **Destaques da Cerimônia de Abertura**

O chanceler federal Olaf Scholz abriu a cúpula conjunta WHS+OMS e falou em nome da presidência do G7 realizada pela Alemanha em 2022. Seguido por outros chefes de estado e governo, patronos, ONU e palestrantes de alto nível de diferentes setores refletindo sobre os principais desenvolvimentos da saúde global em 2022. Houve um diálogo sobre os progressos realizados no G7 e G20, bem como sobre a parceria entre a União Africana e a União Europeia.

Sandra Gallina, Diretora Geral da Comissão Europeia, reafirmou o compromisso da Europa com a recuperação pós pandemia, e foi muito aplaudida quando disse que “Sem saúde não há nada, não há desenvolvimento e nem economia”. Ela lembrou os efeitos devastadores da pandemia nos ODS, em especial no ODS 3 da saúde, e deixou a mensagem clara que a recuperação só será possível em colaboração e com o compromisso em saúde global. Ela falou



sobre o novo plano estratégico da UE para saúde global, embasado nos conceitos de sustentabilidade, solidariedade, equidade e respeito aos direitos humanos. Clamou por ações urgentes e de responsabilidade coletivas para alcançar os objetivos globais de saúde, visando o fortalecimento dos sistemas de saúde para todas as pessoas, a cobertura universal de saúde, acesso equitativo a serviços de saúde, o aumento da digitalização e resolução dos desafios dos trabalhadores de saúde. Também clamou responsabilidade com foco em mulheres, meninas e grupos vulneráveis. reconheceu a importância de se estabelecer as conexões entre saúde, ambiente, segurança alimentar e clima. Defendeu a criação de um link global entre a Saúde global e esforços financeiros para preencher as lacunas da governança global. E se mostrou contra qualquer ruptura de liderança em Saúde além da OMS.

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adanom, deu as boas-vindas aos participantes e delineou as prioridades para seu segundo mandato. Em seus comentários na cerimônia de abertura, disse que cumprirá o combinado de "levar a saúde global a um novo nível" no próximo ano, traduzido em três prioridades principais:

1. O novo acordo pandêmico que está sendo negociado pelos países e para os países foi fundamental, para que o mundo possa realmente se unir diante de novas pandemias no mesmo nível da COVID-19. E assegurou que "Não dará à OMS poderes para fazer nada sem a permissão expressa dos Estados-nação soberanos".
2. É necessária uma nova "arquitetura global" "que seja coerente e inclusiva". A resposta fraturada do COVID deixou claro que são necessárias novas e melhores ferramentas para sustentar tudo.
3. Deve ser adotada uma nova abordagem global que priorize a promoção da saúde e a prevenção da doença, e não apenas o tratamento dos doentes. Demasiados sistemas de saúde "não prestam cuidados de saúde, prestam cuidados a doentes", disse ele.

A saúde precisa não ser mais apenas um ministério ou setor, mas deve ser "de todo o governo e de toda a sociedade".

O evento se apresentou durante os 3 dias discutindo temas diversos. O programa completo e o acesso às sessões pode ser encontrados [aqui](#). Destacamos as principais mensagens em sessões de Saúde Planetária, Resistência Antimicrobiana e Saúde Única.

### **Destaques em Saúde Planetária**

Saúde planetária foi o tema abordado em diversas sessões. É um conceito recente focado na interdependência da saúde humana, da saúde animal e da saúde do meio ambiente, que vai além da Saúde Única. Globalmente, as mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas, bem como as epidemias e desastres naturais, que estão aumentando em frequência, duração e intensidade, representam imensas ameaças à saúde e ao bem-estar humanos. Os apelos da comunidade global de saúde para uma ação urgente na crise climática ganharam nova urgência em relação ao seu impacto na saúde, e se expandiram para além dos danos ao clima.

A sessão de [Healthy Planet- Healthy People](#) trouxe destaque para o documentário da Netflix chamado "[Rompendo barreiras: Nosso Planeta](#)" onde o cientista Johan Rockström, idealizador dos nove limites planetários, explica como a humanidade já ultrapassou o limite seguro de 4 dos 9 limites planetários (clima, biodiversidade, água e nutrientes), sendo que dois desses limites (poluentes e materiais) não foi possível estabelecer o limite de colapso – podemos já tê-los ultrapassado. O cientista demonstra que a saúde e o bem-estar humano dependem dos

ecossistemas que sustentam a vida, que por sua vez dependem dos equilíbrios geofísicos planetários. Portanto, é indispensável permanecer dentro dos limites planetários e não passar para pontos de inflexão ou crítico (mudanças irreversíveis) que tenham efeitos adversos à saúde em dimensões imprevisíveis.

É necessária uma abordagem dupla de mitigação e adaptação. Essencialmente, as inovações precisam estar em foco, não apenas para reduzir as mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura, mas também no campo da saúde, para prevenir as transformações dos sistemas, o exame de processos de mitigação e adaptação bem-sucedidos, governando a inovação para o bem público e governando bens públicos são etapas necessárias a serem iniciadas rapidamente.

Impactos diretos das alterações ambientais na saúde humana é apresentado na mesma sessão, como por exemplo o caso da Ella Roberta, a primeira pessoa a ter a poluição do ar como causa de morte no atestado de óbito. A mãe, Rosamund Adoo-Kissi-Debrah, que perdeu a filha aos 9 anos e lutou por anos contra a sua asma sem diagnóstico, fundou *The Ella Roberta Family Foundation*, instituição de caridade que visa melhorar a vida das crianças afetadas pela asma no sudeste de Londres, além de aumentar a conscientização sobre a asma, defender um melhor tratamento médico da asma e também campanhas por ar limpo. Rosa tem sido convidada em vários eventos da OMS apresentando suas dores e seus momentos finais com sua filha, clamando por mudanças políticas e de controle de poluição.

Na sessão sobre [Engaging Globally for Planetary Health](#), a Dra. Maria Neira, Diretora do Departamento de Ambiente, Clima e Saúde da OMS, afirmou que as evidências dos impactos ao ambiente sobre a saúde humana já são claras e não precisamos de mais evidências, precisamos agir, sugerindo cinco medidas:

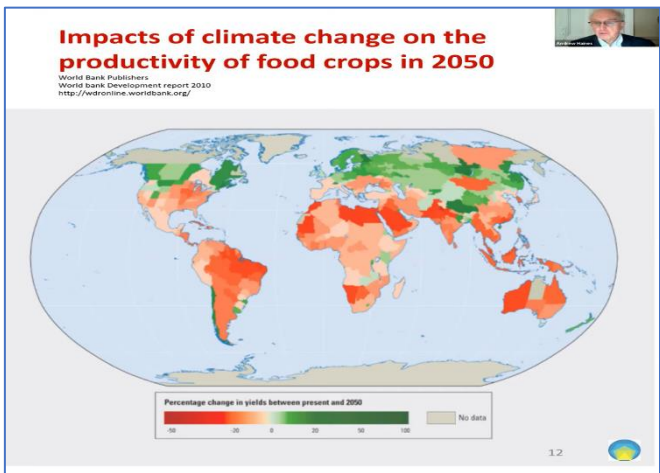
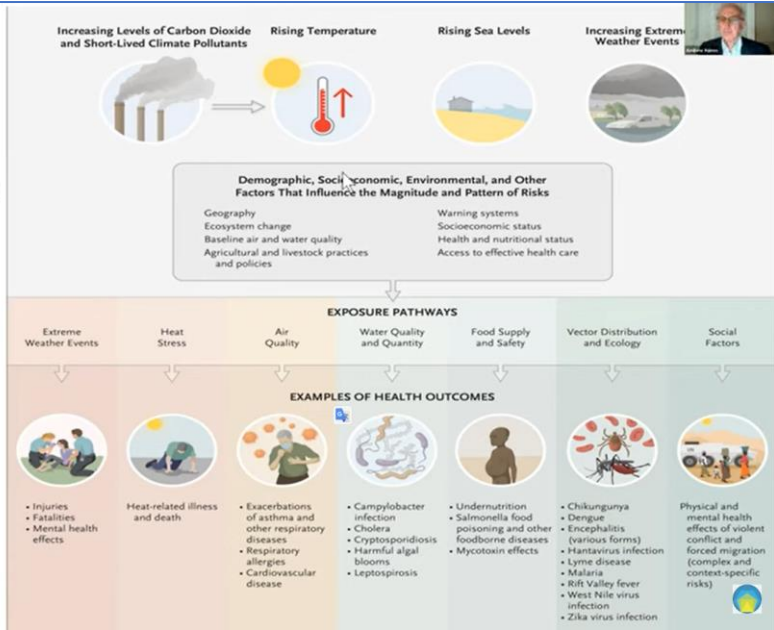
1. Parar de destruir da natureza e dar o exemplo
2. Investir no básico, como água e saneamento
3. Investir em processos sustentáveis e renováveis, como energia e outras iniciativas
4. Passar mensagens simples, de forma direta, para que todos entendam – Ela diz que são muitas instituições e muitas mensagens e isso dificulta as ações
5. Revolução dos Jalecos Brancos – empoderar e mobilizar médicos para promover as mensagens e ações em sustentabilidade

Na sessão [Sustainable Health for People and Planet](#), a ministra de ambiente da Alemanha, Steffi Lemke, chama atenção para a questão da contaminação química. Uma arma silenciosa que causa danos e mortes por todo o Globo, mas que por ser invisível a sua relação epidemiológica causal é quase impossível de ser encontrada, mas as relações com injúrias e mortes já são evidentes.

Na mesma sessão, Sir Andrew Haynes apresentou uma série de estudos que abordam fatores que aumentam os riscos dos impactos das mudanças climáticas, como a perda da biodiversidade, pobreza, inequidades entre outros. Abordou também os impactos diretos das mudanças climáticas em eventos extremos e na saúde humana (figura abaixo).

**Climate change and health- exposure pathways and health outcomes.**

**High risk populations have often contributed little to GHG emissions**  
(Haines and Ebi NEJM 2019)



Também apresentou projeções de impactos caso não seja possível a redução das emissões, como por exemplo a redução da capacidade de produzir alimentos nas áreas que hoje são as maiores produtoras do mundo, gerando um colapso na segurança alimentar. O gráfico ao lado mostra essa projeção e podemos perceber, mais uma vez, que os países do Sul serão os mais impactados, o que pode gerar uma dependência ainda

maior dos países do Norte.

**Destaques em resistência antimicrobiana**

A resistência antimicrobiana (RAM) é uma ameaça à saúde global e um problema crescente e foi discutido durante a sessão [WS 26 - Antimicrobial Resistance as a Global Challenge](#). Uma revisão global recente feita pelo Prof. Dr. Mohsen Naghav, da Universidade de Washington, descobriu que em 2019 houve cerca de 4,5 milhões de mortes associadas à RAM bacteriana, tornando-se uma das principais causas de morte em todo o mundo. Dessas, 3,57 milhões de mortes estão associadas com 6 patógenos - *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Klebsiella pneumoniae*, *Streptococcus pneumoniae*, *Ancinetobacter baumannii* e *Pseudomonas aeruginosas*. Diante desse padrão tão bem definido, o professor sugere o desenvolvimento de vacinas que, segundo ele, já demonstrou ser eficaz para outros patógenos bacterianos. Atentou para as diferenças entres mortes causadas por RAM e susceptibilidade, onde a fração de mortes com resistência a patógenos é maior em países de renda média e baixa, que é explicado por haver mais infecções. Enquanto em países de renda alta há a maior fração de mortes relacionados a susceptibilidade a patogênicos.

A Professora Dra. Hanan H. Balkhy, da OMS, explica a complexidade da RMA começando pela habilidade dos organismos patogênicos em driblar os mecanismos de defesa

antimicrobiano, e também do ponto de vista da vigilância que inclui diagnóstico não só em humanos, mas monitoramento animal, biossegurança e ambiental, perpassando pela abordagem de saúde única. Há também toda infraestrutura necessária para prevenção, incluindo WASH, novos antibióticos, biossegurança e imunização. Devido aos altos custos, ela sugere também o desenvolvimento de kits de diagnóstico para humanos, animais e ambiente para serem usados em países de baixa renda.

Outro problema é relacionado ao uso indiscriminado dos antibióticos, às vezes como um substituto para higiene – “Quando uma pessoa vai viajar para um local de alto risco ela se medica”, disse a Dra Balkhy.

Em suma, demanda uma estrutura financeiramente custosa e uma governança multissetorial e integrada ao sistema de saúde, incluindo equipe multidisciplinar com médicos, veterinários, cientistas sociais, biólogos etc. No âmbito global foi criada a Secretaria Conjunta Quadripartite sobre RAM, uma cooperação consolidada entre FAO, OIE, PNUMA e OMS com base em seu núcleo, mandato e vantagens comparativas para atender a ampla gama de necessidades do mundo para a resposta contra RAM.

A OMS fez um estudo do impacto da RAM nos ODS, e constatou que 7 a 8 ODS serão impactados se o problema de RAM não tiver progresso. Compreender o ônus da RAM e melhorar os programas de prevenção e controle de infecções, acesso a antibióticos essenciais, administração e pesquisa e desenvolvimento de novas vacinas e antibióticos são cruciais para combater a RAM. No entanto, isso exigirá ações focadas e inovadoras, especialmente por parte dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHI) para abordar graves lacunas globais, como aquelas relacionadas a capacidade de laboratório de microbiologia, infraestrutura de coleta de dados e sistemas de saúde em todo o mundo.

A Terceira Conferência Ministerial sobre RAM será realizada em Mascate, Omã, de 24 a 25 de novembro de 2022.

A Sessão [WS 01 - One Voice for a European Global Health and One Health Strategy](#) discutiu a estratégia europeia de política de saúde global para melhor alinhar com as prioridades de Saúde Única e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao mesmo tempo em que repensou a cooperação internacional. A estratégia atualizada deve permitir um processo de decisão integrado e complementar por parte dos Estados membros e organizações multilaterais como a OMS. Uma Europa pós-COVID-19 deve se concentrar em uma saúde para todos e deve falar a uma só voz sobre governança global para a saúde.

A missão da coligação *One Europe for Global Health* (OEGH) é melhorar e integrar as prioridades de Saúde Global e Saúde Única nas políticas, estratégias e ações europeias, envolvendo a sociedade civil europeia e convocando todos os tipos de atores.

### **Destaques em Saúde Única**

A sessão [One Health in Action](#) se baseou nas experiências de profissionais da Saúde Única que implementaram projetos de Saúde Única e políticos do Ministério Federal da Saúde da Alemanha e do Ministério Federal Alemão para Desenvolvimento e Cooperação Econômica. A discussão incluiu as dificuldades e obstáculos que surgem com a realização de tais projetos, bem como estratégias bem-sucedidas em todo o mundo. Considerar as diferentes perspectivas e todos os componentes de Saúde Única (humanos, animais, meio ambiente), incorporando

conhecimentos das ciências da vida, bem como ciências sociais e conhecimentos não acadêmicos, é fundamental para a formulação de políticas públicas inclusivas e bem-sucedidas.

Embora esteja claro que o foco mais forte em Saúde Única é vital, questões desafiadoras permaneceram em aberto. Como a abordagem Saúde Única pode ser colocada em prática em termos concretos? Como os projetos Saúde Única podem ser operacionalizados? Como a Saúde Única pode gerar valor agregado? Quais desafios os projetos Saúde Única enfrentam e como eles podem ser superados?

Um dos pontos críticos apresentado por todos os participantes é a produção de alimento, o Ministro para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Jochen Flasbarth, disse que a agricultura hoje é um dos métodos mais insustentáveis que existem. Dr. Sunita Narain, diretora geral do Centro para Ciência e Ambiente da Índia, acrescentou que as crises climáticas, da perda da biodiversidade e RAM, todos tem relação com a forma de produzir alimento. E acrescenta, na COP do Clima e na COP de diversidade biológica, há a discussão sobre os sistemas de alimentação, mas não há o link clima, biodiversidade, produção de alimento, RAM para os sistemas de saúde.

Outro ponto que reforça a pressão nesses fatores é a pobreza e o favorecimento de um crescimento econômico que promove as desigualdades e inequidades. A Dra. Janetrix Hellen Amuguni, da USAID RESPOND Projeto África, fala da necessidade de considerar a vida das pessoas reais e passar a importância das ações protegidas de uma forma que as comunidades se sintam engajadas e incluídas. Portanto, incluir nesse contexto a ciências da vida e ciências sociais para encontrar soluções e estratégias abrangentes que são promissoras. “Não adianta dizer para as pessoas para não desmatar ou para não comer um animal silvestre, se no fim do dia elas só querem colocar comida na mesa”. Ela diz ainda que o Estado precisa se responsabilizar em dar o suporte necessário e o setor privado deve ser incluído. Com a pandemia todos os tipos de empresas foram afetados. Logo, todos devem contribuir em projetos que previnam novos surtos, sugeriu a Dra Amuguni. Ao mesmo tempo, é necessário aprofundar a cooperação e o trabalho em rede entre organizações internacionais.

A pandemia de COVID-19, o surgimento de outras zoonoses, juntamente com o aumento da resistência antimicrobiana (RAM) deixam claro que precisamos abordar o tema da saúde com uma compreensão mais ampla sobre os vínculos estreitos entre a saúde humana, animal, agricultura e o ambiente usando a chamada abordagem Saúde Única. Uma vez que a diversidade de espécies e habitats na Terra é vital para toda a vida, incluindo a vida humana, é essencial proteger o ambiente natural em toda a sua diversidade, diminuindo o risco de futuras pandemias e doenças transmitidas por vetores.

Essa mensagem é reconhecida e aceita, mas a sessão deixou bem evidente que falta metodologia e objetivos definidos para essa missão. Entretanto, fica claro que parte do caminho se dá pelo fortalecimento da capacidade local por meio de capacitação, fortalecimento de redes, aconselhamento de políticas baseadas em evidências e recomendações para aplicação prática. Essas ações vão ajudar a incorporar a abordagem de Saúde Única na agenda global e aumentar a conscientização entre os tomadores de decisão e as populações em todo o mundo.

### **Legislação europeia pode salvar o Brasil da sua autodestruição**

A [edição de outubro do Le monde Diplomatique Brasil](#) traz essa esperança vinda de fora, porque internamente, no Brasil, o conselho é “passar a boiada”. Preocupados com o desmatamento, 200 mil cidadãos europeus pressionaram o Parlamento Europeu para votar uma

nova legislação que proíbe a importação de commodities provenientes do desmatamento, sejam elas legais ou ilegais – foram 453 votos a favor e apenas 53 contra.

A política atual do Brasil, de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio, tem impulsionado ações de devastação e crimes ambientais e contra as comunidades tradicionais. O Mapbiomas publicou recentemente um levantamento sobre os efeitos do agronegócio na Caatinga, onde o bioma perdeu 160 mil hectares de lâmina d'água, com a supressão de 10% das áreas naturais nos últimos 37 anos. A Floresta Amazônica está em colapso diante da destruição mensal de áreas equivalentes à da cidade de São Paulo, com vários pontos de inflexão (de recuperação irreversível).

Essas agressões aos biomas, somadas aos efeitos das mudanças climáticas, apontam para a intensificação dos processos de desertificação e perda futura da capacidade de produção de alimentos, como apontado no mapa acima apresentado pelo Sir Andrew Haynes durante a WHS.

O processo já está chegando ao Cerrado paulista. As comunidades vulneráveis têm um futuro incerto, como é o caso de metade das comunidades quilombolas certificadas no Brasil, estabelecidas no semiárido brasileiro.

A correlação das perdas ambientais com a emissão brasileira de Gases de Efeito Estufa (GEE) é imediata. O Brasil é o quinto maior emissor global de GEE, atrás apenas da China, Estados Unidos, Índia e Rússia. Dados do Mapbiomas indicam que as emissões brasileiras resultam em 46% das mudanças no uso da terra, que inclui o desmatamento – e em 27% da agricultura e pecuária.

O padrão europeu vem em boa hora. Carne bovina e suína, soja, óleo de palma, borracha, madeira, cacau e café devem comprovar a integridade ambiental de sua origem – e isso inclui regularidade nos direitos humanos e respeito aos direitos dos povos indígenas.

### **Artigo no LANCET chama atenção para a injustiça climática na África**

O artigo [COP27 Climate Change Conference: urgent action needed for Africa and the world](#) traz a seguinte mensagem: *A crise climática é um produto da inação global e tem um grande custo não apenas para os países africanos desproporcionalmente impactados, mas também para o mundo inteiro. A África está unida a outras regiões da linha de frente para solicitar as nações ricas a finalmente intensificar seus compromissos e responsabilidades, se não por outra razão que as crises na África, mais cedo ou mais tarde, se espalharão e engolirão todos os cantos do globo, quando poderá ser muito tarde para responder com eficácia. Se até agora os países ricos não conseguiram ser persuadidos por argumentos morais, esperamos que seu interesse próprio prevaleça agora.*

Os países da África demandam que os países ricos se comprometam com o repasse de US\$100 bi anuais e que este fundo seja na forma de doação e não de empréstimos. A América do Norte e a Europa contribuíram com 62% das emissões de dióxido de carbono desde a Revolução Industrial, enquanto a África contribuiu com apenas 3% e está sendo e será a mais afetada segundo os dados do IPCC. Os danos climáticos no ambiente, na saúde do povo africano e na economia já estão ocorrendo. A pandemia deixou claro o efeito dominó das desigualdades que tem a mesma base que as mudanças climática, e será sentida por todos...porém os vulneráveis sempre perdem mais e primeiro.



## Semana Internacional de Ação de Prevenção da Intoxicação por Chumbo

“Diga não ao envenenamento por chumbo” é o tema da [10ª Semana Internacional de Prevenção de Intoxicação por Chumbo](#) para aumentar a conscientização sobre o envenenamento por chumbo e incentivar todos os países a tomar medidas para prevenir a exposição, principalmente em crianças. A OMS identificou o chumbo como um dos 10 produtos químicos de maior preocupação de saúde pública que precisam de ação dos Estados Membros para proteger a saúde dos trabalhadores, crianças e mulheres em idade reprodutiva.

A cada ano, cerca de 1 milhão de pessoas morrem de envenenamento por chumbo. Milhões de outros, muitas delas crianças, estão expostos a baixos níveis de chumbo, causando problemas de saúde ao longo da vida, incluindo anemia, hipertensão, imunotoxicidade e toxicidade para os órgãos reprodutivos. Os efeitos neurológicos e comportamentais do chumbo podem ser irreversíveis.

O chumbo é tóxico para vários sistemas do corpo, incluindo o sistema nervoso central e o cérebro, o sistema reprodutivo, os rins, o sistema cardiovascular, o sistema sanguíneo e o sistema imunológico. Estima-se que a exposição ao chumbo seja responsável por 21,7 milhões de anos perdidos por incapacidade e morte (anos de vida ajustados por incapacidade, ou DALYs) em todo o mundo, devido aos efeitos de longo prazo na saúde. [A OMS estima](#) que 4,6% das doenças cardiovasculares e 3% das doenças renais crônicas podem ser atribuídas à exposição ao chumbo.

[A UNICEF estima](#) que 1 em cada 3 crianças - até 800 milhões em todo o mundo - têm níveis de chumbo no sangue iguais ou superiores a 5 µg/dl - e é necessária uma ação global imediata para resolver este problema.

“A exposição ao chumbo é especialmente perigosa para os cérebros em desenvolvimento das crianças e pode resultar em redução do quociente de inteligência (QI), atenção, capacidade de aprendizado prejudicada e aumento do risco de problemas comportamentais”. Diz a Dra. Maria Nera, Diretora da OMS, Departamento de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Saúde. “Esse dano evitável ao cérebro das crianças leva a uma trágica perda de potencial.” [Segundo a OMS](#), cerca de 30% das deficiências intelectuais idiopáticas podem ser atribuídas à exposição ao chumbo.

A OMS recomenda que a fonte de exposição ao chumbo deve ser identificada e ações tomadas para reduzir e encerrar a exposição para todos os indivíduos. Existem muitas fontes de exposição ao chumbo em ambientes industriais, como mineração e fundição, reciclagem de lixo eletrônico e baterias de chumbo-ácido, encanamento e munição em ambientes que podem expor crianças e adolescentes, principalmente em economias em desenvolvimento. A exposição também pode ocorrer em ambientes não industriais, pois a tinta à base de chumbo pode ser encontrada em residências, escolas, hospitais e playgrounds. As crianças podem ingerir flocos e poeira, de brinquedos ou superfícies pintadas com chumbo ou serem expostas através de cerâmicas vitrificadas com chumbo e alguns medicamentos e cosméticos tradicionais.

O envenenamento por chumbo é totalmente evitável por meio de uma série de medidas para restringir o uso de chumbo e monitorar e gerenciar as exposições. O mundo viu a redução significativa do uso de chumbo em tintas nos últimos 10 anos, agora também tem uma proibição global de gasolina com chumbo. Ainda há mais trabalho a ser feito. É por isso que este ano a OMS amplia o escopo para prevenir todas as fontes de exposição ao chumbo.

A OMS pede a todos os países que proíbam a tinta com chumbo, identifiquem e eliminem todas as fontes de exposição infantil ao chumbo, eduquem o público sobre os perigos do uso indevido de produtos que contenham chumbo e digam não ao envenenamento por chumbo



## Aferindo privação com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de 2022 e os limites dos dados domiciliares

*Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa*

O recente relatório “*Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty*”<sup>58</sup> do PNUD em colaboração com o *Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)*<sup>59</sup> apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de 2022. Pela primeira vez, o Índice Multidimensional de Pobreza introduz em sua análise uma nova faceta denominada “perfis de privação”. Assim, para além de apresentar os índices dos países, o relatório também se dedica a compreender os diferentes perfis de privações, analisar os padrões e interligações entre os mesmos. O objetivo expresso desta mudança é de tornar o IPM uma ferramenta mais potente para ajudar a monitorizar o progresso dos ODS, em especial o ODS 1 de pobreza, mas também as suas interdependências com outros indicadores advindos do IPM, como os ODS relacionados à saúde, educação e padrão de vida.

O Índice de Pobreza Multidimensional global é uma ferramenta internacional que mede a pobreza multidimensional aguda em mais de 100 países em desenvolvimento. Lançado pela primeira vez em 2010 pela parceria do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD com a OPHI, ele tem sido publicado anualmente por ambos desde então.

### Metodologia

O cálculo do IPM global é iniciado a partir da construção de um perfil de privação para cada agregado familiar e pessoa de cada agregado que monitora as privações em 10 indicadores das três dimensões da pobreza: saúde (indicadores de nutrição e mortalidade infantil), educação (indicadores de anos de escolaridade e frequência escolar) e padrão de vida (indicadores de combustível para cozinhar, saneamento, água potável, eletricidade, habitação, bens). As pessoas que são descobertas enquanto “privadas” em pelo menos um terço destes indicadores ponderados são classificadas como multidimensionalmente pobres.

Os valores do IPM consideram tanto a incidência da pobreza (proporção de pessoas que vivem em pobreza multidimensional) quanto a intensidade da pobreza (pontuação média de privação entre as pessoas multidimensionalmente pobres). Portanto, o IPM é sensível a alterações em ambos os componentes para seu cálculo. O IPM varia de 0 a 1, e valores mais elevados implicam uma maior pobreza.

O relatório defende que o IPM é necessário enquanto um complemento ao cálculo do indicador clássico de taxa de pobreza internacional de \$1,90 por dia, pois permite identificar quem é pobre, a natureza da sua pobreza (o seu perfil de privação) e o quão pobres são (pontuação de privação).

Os microdados utilizados para estimar os valores do Índice Multidimensional de Pobreza (IPM) global de 2022 foram recolhidos a partir de pesquisas domiciliares em 111 países, abrangendo 6,1 bilhões de pessoas. Este relatório usa essas estimativas para tornar visíveis, pela primeira vez, perfis e faixas de privações compartilhadas, criando dados que podem ser usados em respostas tanto no nível global quanto local.

---

<sup>58</sup> [2022 Global Multidimensional Poverty Index \(MPI\) | Human Development Reports \(undp.org\)](#)

<sup>59</sup> [Global Multidimensional Poverty Index | OPHI](#)

No entanto, é necessário apontar que os resultados podem apresentar algumas fragilidades devido às limitações da metodologia proposta e disponibilidade dos dados. Como a maioria dos países realizou sua última pesquisa domiciliar antes de 2020, os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a pobreza ainda não podem ser avaliados. Além disso, a infrequência das pesquisas domiciliares torna cada vez mais difícil observar as últimas tendências da pobreza. Por exemplo, os três países mais pobres (Níger, Sul do Sudão e Burkina Faso), onde vivem 50 milhões de pessoas em situação de pobreza aguda, tiveram seus últimos dados coletados em 2010 ou 2012.

## **Resultados**

Considerando os 111 países em desenvolvimento, o índice global aponta estimativas que cerca de 1,2 bilhões de pessoas vivem em pobreza multidimensional aguda em 2022. Em relação ao perfil global, metade (593 milhões) das pessoas são crianças com menos de 18 anos de idade. Quase 83% (964 milhões) das pessoas pobres vivem em áreas rurais e 17% (198 milhões) vivem em áreas urbanas. Ainda, mais de 66% dessas pessoas vivem em países de renda média, onde a incidência da pobreza varia de 0,1% a 66,8% nacionalmente e de 0,0% a 89,5% subnacionalmente.

Além disso, quase metade das pessoas pobres (518 milhões) vive em extrema pobreza, o que significa que sua pontuação de privação é de 50% ou mais. Uma em cada seis pessoas pobres vive em uma família chefiada por mulheres. O número de pobres que passam por privações em cada indicador varia de 146 milhões vivendo em domicílios que perderam pelo menos um filho nos últimos cinco anos, a mais de 1 bilhão vivendo em domicílios que cozinham com combustíveis sólidos.

As simulações realizadas em 2020 sugeriram que a pandemia de COVID-19 atrasaria o progresso na redução dos valores do IPM entre 3 e 10 anos. Mas os dados atualizados disponibilizados indicam que o revés em nível global provavelmente será bem maior do que as projeções iniciais. Porém, os verdadeiros efeitos da pandemia ainda são desconhecidos, visto que a maioria das pesquisas domiciliares, principal fonte de dados para a criação do índice, não foram realizadas nos últimos dois anos nos países. Isto afeta diretamente a capacidade do IPM de aferir proximidade das estimativas com a realidade.

No entanto, o relatório aponta que também há resultados a serem comemorados quando são analisadas séries históricas. Dos 81 países com dados disponibilizados para a visualização de tendências, descobriu-se que 72 reduziram significativamente seu valor de IPM durante pelo menos um dos períodos analisados. Desses 72 países, 68 reduziram significativamente as privações entre os pobres em cinco ou mais indicadores durante esse período, com 46 países reduzindo as privações em oito ou mais.

Uma nova possibilidade do IPM enquanto uma ferramenta política mais precisa é de identificar as sobreposições entre os indicadores de pobreza, ou seja, quando as privações afetam a mesma pessoa ou família simultaneamente. Por exemplo, observa-se que quase metade das pessoas pobres (470,1 milhões) são privadas simultaneamente de nutrição e saneamento, potencialmente tornando-as mais vulneráveis a doenças infecciosas. Ao mesmo tempo, mais da metade das pessoas pobres (593,3 milhões) são simultaneamente privadas de eletricidade e de combustível para cozinhar.

## Perfis regionais de privação

Mas os perfis de privação variam de acordo com a região em desenvolvimento. A região em desenvolvimento onde vive o maior número de pessoas pobres é a África Subsaariana (579 milhões), seguida pelo Sul da Ásia (385 milhões). Uma pessoa pobre no sul da Ásia tem mais probabilidade de ser privada de nutrição, combustível para cozinhar, saneamento e habitação, enquanto uma pessoa pobre na África Subsaariana tem mais probabilidade de ter essas privações e, adicionalmente, de possuírem também privações de água potável e eletricidade.

Uma das principais defesas do relatório é da instrumentalização do IPM para a cumprimento do princípio de “Não deixar ninguém para trás”, o que significaria focar nas pessoas com as maiores pontuações de privação. Entre os 111 países em desenvolvimento analisados, descobriu-se que 4,1 milhões de pessoas pobres são privadas em todos os 10 indicadores do IPM. Entre estas, cerca de 3,8 milhões vivem na África Subsaariana, incluindo 910.000 na Nigéria, 685.000 no Níger e 615.000 na Etiópia.

Além disso, um dado surpreendente mostra que o número de pessoas carentes em todos os 10 indicadores seja maior nos Estados Árabes (214.000, dominados pelo Sudão) do que no Sul da Ásia (110.000, principalmente no Paquistão e no Afeganistão), apesar dos Estados Árabes terem um quinto da população do Sul da Ásia. Na América Latina e no Caribe, o Haiti tem o maior número de pessoas neste grupo mais pobre (20.000); no Leste Asiático e no Pacífico, os países com a maior quantidade são Papua Nova Guiné (27.000) e Mianmar (24.000). Por outro lado, nenhuma pessoa pobre pesquisada na Europa e na Ásia Central experimentou privações em todos os 10 indicadores.

Todos os índices de cada um dos países analisados podem ser observados em maiores detalhes através das Notas técnicas disponibilizadas online<sup>60</sup>. Mas para além dos resultados globais, o relatório em si explora apenas alguns estudos de casos específicos. Há uma seção que apresenta três estudos de caso de países (Etiópia, República Democrática Popular do Laos e Nepal) que analisam a relação entre redução da pobreza, intervenções políticas multissetoriais e privações interligadas. Ainda assim, o maior destaque do relatório se deu a partir de uma seção especial que destaca as tendências de 15 anos na Índia, onde o número de pessoas pobres caiu cerca de 415 milhões. Os resultados apontam que a pobreza entre as crianças caiu mais rapidamente em termos absolutos, embora a Índia ainda tenha o maior número de crianças pobres do mundo (97 milhões, ou 21,8% das crianças de 0 a 17 anos na Índia).

Em relação aos dados do Brasil, a nota técnica disponibilizada separadamente no site<sup>61</sup> informa que as estimativas realizadas para o país são baseadas nos dados de 2015. Isto significa que os dados brasileiros se encontram no segundo grupo de países, aquele dos países com estimativas mais incertas devido à falta de dados recentes. Com base nessas estimativas, 3,8% da população brasileira (8.191.000 pessoas em 2020) é multidimensionalmente pobre, enquanto outros 6,2% são classificados como vulneráveis à pobreza multidimensional (13.241.000 pessoas em 2020). A intensidade das privações no Brasil, que é a pontuação média de privações entre as pessoas que vivem em pobreza multidimensional, é de 42,5%. O valor do IPM, que é a parcela da população multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações, é 0,016. O número de efetivos ou incidência de pobreza multidimensional é 2,1 pontos percentuais superior à incidência de pobreza monetária. Isso implica que indivíduos que

---

<sup>60</sup> [MPI Country Notes | Human Development Reports \(undp.org\)](https://countrynotes.org/)

<sup>61</sup> <https://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/MPI/BRA.pdf>

vivem acima da linha de pobreza monetária ainda podem sofrer privações em saúde, educação e/ou padrão de vida.

A Tabela A traz um exemplo dos dados providos pelo IPM, e compara a pobreza multidimensional com a pobreza monetária medida pela porcentagem da população que vive abaixo de US\$ 1,90 por dia. Ela também mostra a porcentagem da população brasileira que vive em grave pobreza multidimensional, e as contribuições das privações em cada dimensão para a pobreza geral completam um quadro abrangente das pessoas que vivem em pobreza multidimensional.

**Table A: The most recent MPI for Brazil relative to selected countries and region**

	Survey year	MPI value	Head-count (%)	Intensity of deprivations (%)	Population share (%)			Contribution of deprivation in dimension to overall multidimensional poverty (%)		
					Vulnerable to multidimensional poverty	In severe multidimensional poverty	Below income poverty line	Health	Education	Standard of living
<b>Brazil</b>	2015	0.016	3.8	42.5	6.2	0.9	1.7	49.8	22.9	27.3
<b>Colombia</b>	2015/2016	0.020	4.8	40.6	6.2	0.8	10.3	12.0	39.5	48.5
<b>Mexico</b>	2020	0.028	7.4	37.9	2.9	0.9	3.1	79.4	7.3	13.3
<b>Latin America and the Caribbean</b>	-	0.027	6.3	42.2	6.4	1.6	4.0	39.8	24.9	35.3

Fonte: UNDP (United Nations Development Programme), OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative). 2022. 2022 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty. New York.

Os dados apontam que a dimensão da saúde contribui para metade (49,8%) das privações da pobreza multidimensional brasileira, enquanto o padrão de vida (27,3%) e educação (22,9%) apresentam menos de um terço de participação. Além disso, apesar do índice brasileiro possuir um valor menor do que países vizinhos como a Colômbia e o México, a intensidade de privações dos brasileiros (42,5%) é maior do que estes países e da média latino-americana.

Uma limitação presente na Tabela A é a diferença dos anos de referência dos países apresentados. Apesar de se tratar de um período relativamente curto (5 anos), ele cobre dois momentos da conjuntura econômica brasileira (2016 e 2020) que deteriorou as condições econômicas, impactando fortemente as condições de vida da população brasileira. Dessa forma, em relação ao ano de 2020 (indicado para o México), os indicadores de desigualdade estão evidentemente subestimados. Este tipo de defasagem em estudos comparativos é objeto frequente de reclamação por parte dos países.

### **Diagnóstico: Limites da revolução de dados em pesquisas domiciliares**

A principal questão colocada pelo relatório é um alerta enfático sobre a falta de dados para medir a pobreza. Há uma preocupação que a irregularidade das pesquisas domiciliares multitemáticas dificulte o alcance do verdadeiro potencial do IPM global. A pandemia do COVID-19 demonstrou que os dados estão vinculados à visibilidade, sobrevivência e cuidado das pessoas e que bons dados e governança de dados responsáveis são essenciais para a formulação de políticas baseadas em evidências. Uma boa coleta de dados requer granularidade, regularidade, comparabilidade e transparência.

Após o lançamento dos ODS em 2015, o Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 pediu por uma revolução de dados, no entanto, o relatório relembra que o próprio Painel não incluiu as pesquisas entre suas recomendações. Além disso, o Relatório Atkinson de 2017 da Comissão sobre a Pobreza Global destacou várias questões em torno da qualidade e cobertura dos dados para medir a pobreza multidimensional e monetária que permanecem sem solução, sendo os principais casos quando: o país não possui uma pesquisa domiciliar regular; a pesquisa não está sendo disponível publicamente; a própria cobertura da pesquisa está incompleta; grupos sendo sistematicamente excluídos do desenho da amostra.

As dificuldades apontadas relacionadas à coleta dos dados globais dos países para o IPM sugerem que o progresso da revolução dos dados pode ter ignorado a necessidade das pesquisas domiciliares. O IPM global conta com conjuntos de dados de pesquisas domiciliares disponíveis publicamente que são comparáveis para países em desenvolvimento. Uma questão chave para monitorar a pobreza é a irregularidade dos dados. Os dois inquéritos mais utilizados são os *Demographic and Health Surveys (DHS)* e *Multiple Indicators Cluster Surveys (MICS)*.

O relatório defende ainda que pesquisas domiciliares são mais confiáveis do que as pesquisas por telefone testadas durante a pandemia, ou ainda dados privados. Entretanto, o número de DHS e MICS realizados anualmente não aumentou desde 2015, apesar do apelo pós-2015 para uma revolução de dados. O financiamento deve incluir treinamento em capacidade estatística para escritórios nacionais de estatística para capacitar os países a acompanhar seu progresso na redução da pobreza e alcançar outros ODS.

Devido ao financiamento limitado, o DHS e o MICS também tendem a excluir vários tópicos importantes que os próprios pobres identificam quando questionados sobre suas vidas. A integração de novos módulos em pesquisas domiciliares ajudaria muito a capturar o desenvolvimento humano e a realidade vivida da pobreza. Estes incluem questões de gênero sobre a qualidade do trabalho (sobre emprego informal e formal e trabalho de cuidado, tratamento justo e riscos de segurança), empoderamento (sobre controle, coerção e desejos nos domínios público e privado), segurança física (sobre ausência de violência, crime e conflito) e conexão social (sobre vergonha, humilhação, solidão e isolamento).

Por fim, o relatório elenca três estratégias-chave para transformar o cenário de dados sobre a pobreza:

- Compromisso de financiamento para garantir a continuidade e maior frequência de pesquisas domiciliares multitópicas que podem ser usadas para estimar a pobreza multidimensional.
- Apoiar a capacitação dos escritórios nacionais de estatística para coletar dados de pobreza de alta qualidade com ampla desagregação e para cobrir grupos deixados para trás.
- Incluir novos módulos para abordar dados faltantes sobre tópicos vitais para a pobreza, como trabalho (incluindo trabalho informal), insegurança física e saúde doméstica.

## OIT e OMS juntam esforços para abordar os graves problemas de saúde mental relacionados ao trabalho

*René Mendes*

### Introdução

A elevada e crescente ocorrência dos transtornos mentais em jovens e adultos tem dimensões que vão muito além da complexidade de um grave “problema de Saúde Pública”, dadas as profundas interfaces com o mundo do trabalho, que vão desde o olhar do trabalho enquanto um promotor de saúde – de saúde mental, principalmente – até o contrário: o trabalho como indutor, promotor ou agravador (agravante) do processo de adoecimento mental de trabalhadores e trabalhadoras. Mais ainda: candidatos ao trabalho podem ter desvantagens nos processos seletivos de ingresso ou admissão ao trabalho, ou, então, no curso de suas carreiras, ou na produtividade, ou na longevidade de suas trajetórias profissionais, devido a transtornos mentais, cuja origem pode não ser, necessariamente, relacionada ao trabalho na sua origem ou determinação, mas impactará o trabalho, devido a suas repercussões. Neste contexto, não apenas a incapacidade para o trabalho desponta como uma das dimensões do problema, mas, também, dimensões dramáticas, como o suicídio relacionado ao trabalho, passam a ganhar crescente visibilidade.

Paralelamente, sob outras perspectivas, estas interfaces de eventual causalidade entre elas, têm obvias dimensões econômicas, e seus impactos fazem parte dos estudos de produtividade, de presenteísmo no trabalho, de absenteísmo no trabalho, além das análises de custos para os sistemas de saúde e para os sistemas de seguridade (previdência) social. Estima-se que 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e ansiedade, custando à economia global quase US\$ 1 trilhão. A pandemia da Covid-19 veio a dar ainda maior visibilidade a estas questões<sup>62</sup>, não apenas pela sobrecarga de trabalho com gestão tóxica, baseada em assédio, como, também, pelos impactos da “covid longa”, “crônica” ou “tardia” sobre o sistema nervoso central e sobre a saúde mental.

Pois bem: estas questões e as complexas relações entre Saúde & Trabalho, quando analisadas sob a perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), ou de Trabalho & Saúde, quando analisadas sob o olhar da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ganharam mais visibilidade na agenda de ambas as organizações, reunidas, aliás, em emblemática conferência conjunta, com a imprensa e mídia em geral, realizada na última semana de setembro, em Genebra<sup>63</sup>.

Neste esforço conjunto e articulado entre as duas organizações, a OMS acaba de lançar o documento **“Diretrizes de Saúde Mental no Trabalho”**<sup>64</sup>, e a OIT, em parceria com a OMS, um documento derivativo, denominado **“Saúde Mental no Trabalho: Resumo da Política”**<sup>65</sup>. Estes

---

<sup>62</sup> <https://www.who.int/news/item/02-03-2022-covid-19-pandemic-triggers-25-increase-in-prevalence-of-anxiety-and-depression-worldwide>

<sup>63</sup> [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_856821/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_856821/lang-en/index.htm)

<sup>64</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>

<sup>65</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms\\_856976.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_856976.pdf)

documentos foram publicados em inglês e são acessíveis na internet, e versões em outros idiomas – em espanhol, por exemplo – estão em formato reduzido ou como “resumo executivo”.

“É hora de focar no efeito prejudicial que o trabalho pode ter em nossa saúde mental”, disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. “O bem-estar do indivíduo é motivo suficiente para agir, mas a saúde mental precária também pode ter um impacto debilitante no desempenho e na produtividade de uma pessoa. Essas novas diretrizes podem ajudar a prevenir situações e culturas de trabalho negativas e oferecer proteção e apoio à saúde mental muito necessários para os trabalhadores”. “Como as pessoas passam grande parte de suas vidas no trabalho – um ambiente de trabalho seguro e saudável é fundamental. Precisamos investir para construir uma cultura de prevenção em torno da saúde mental no trabalho, remodelar o ambiente de trabalho para acabar com o estigma e a exclusão social e garantir que os funcionários com problemas de saúde mental se sintam protegidos e apoiados”, disse Guy Ryder, diretor-geral da OIT<sup>66</sup>.

### **Diretrizes da OMS: uma breve panorâmica<sup>67</sup>**

As diretrizes da OMS sobre saúde mental no trabalho fornecem recomendações baseadas em evidências, para promover a saúde mental, prevenir problemas de saúde mental e permitir que pessoas que vivem com problemas de saúde mental participem e prosperem no trabalho. As recomendações abrangem intervenções organizacionais, treinamento de gerentes e de trabalhadores, intervenções individuais, retorno ao trabalho e obtenção de emprego. As diretrizes sobre saúde mental no trabalho visam melhorar a implementação de intervenções baseadas em evidências para a saúde mental no trabalho.

Estima-se que 15% dos adultos em idade ativa tenham um transtorno mental em algum momento. Globalmente, em 2019, 301 milhões de pessoas viviam com ansiedade, 280 milhões de pessoas viviam com depressão, 64 milhões de pessoas viviam com esquizofrenia ou transtorno bipolar e 703.000 pessoas morriam por suicídio a cada ano. Muitos desses indivíduos estavam em idade de trabalhar. Estima-se que as condições de saúde mental mais prevalentes (ou seja, transtornos mentais comuns, como depressão e ansiedade) custem à economia global US\$ 1 trilhão a cada ano, com o custo impulsionado predominantemente pela perda de produtividade. As pessoas que vivem com condições graves de saúde mental – incluindo deficiências psicossociais (como esquizofrenia e transtorno bipolar) – são, por motivos como estigma e discriminação, amplamente excluídas do trabalho, apesar de a participação em atividades econômicas ser importante para a recuperação.

O trabalho é um determinante social da saúde mental. O trabalho com significado protege a saúde mental; contribui para a sensação de realização, confiança e rendimento de uma pessoa, e contribui para a recuperação e inclusão de pessoas que vivem com deficiências psicossociais. No entanto, condições de trabalho prejudiciais ou precárias, ambientes de trabalho perigosos e organização do trabalho, relações de trabalho precárias ou desemprego – e a exposição prolongada a estes fatores de risco, em vez de condições de trabalho positivas – podem contribuir significativamente para piorar a saúde mental ou exacerbar as condições de

---

<sup>66</sup> [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_856821/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_856821/lang-en/index.htm)

<sup>67</sup> Participaram da REVISÃO TÉCNICA deste documento os colegas brasileiros Profa. Frida Marina Fscher (FSP/USP); Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo (FAMED/UFRGS) e Prof. Dr. João Silvestre Silva Jr. (FMUSP).

saúde mental existentes. Existe um consenso razoável sobre a influência de certos fatores de risco, também chamados de riscos psicossociais, na saúde mental no trabalho.

O **Quadro 1** lista alguns desses fatores de risco, mas há muitos riscos adicionais que podem ser específicos de determinados países ou profissões, e os chamados ‘riscos emergentes’ são observáveis à medida em que ocorrem mudanças na cultura do trabalho, ou como resultado de grandes eventos na sociedade (como pandemias ou conflitos armados, entre outros).

### **Quadro 1**

#### **Principais categorias de fatores de risco psicossocial atualmente mais prevalentes**

- ▶ **Projeto de conteúdo/tarefa de trabalho:** ex. falta de variedade ou ciclos de trabalho curtos, trabalho fragmentado ou sem sentido, subutilização de habilidades, altos graus de incerteza;
- ▶ **Carga de trabalho e ritmo de trabalho:** ex. sobrecarga ou ‘subcarga’ de trabalho, ritmo de máquina, altos níveis de pressão de tempo, sujeição contínua a prazos;
- ▶ **Horário de trabalho:** ex. trabalho em turnos, turnos noturnos, horários de trabalho inflexíveis, horas imprevisíveis, horas longas ou ‘insociáveis’;
- ▶ **Controle:** por ex. baixa participação na tomada de decisões, falta de controle sobre carga de trabalho, ritmo etc.;
- ▶ **Ambiente e equipamentos:** ex. disponibilidade, adequação ou manutenção inadequada de equipamentos; más condições ambientais, como falta de espaço, iluminação deficiente, ruído excessivo;
- ▶ **Cultura e função organizacional:** ex. má comunicação, baixos níveis de apoio à resolução de problemas e desenvolvimento pessoal, falta de definição ou acordo sobre os objetivos organizacionais, mudança organizacional; alta competição por recursos escassos, burocracias supercomplexas;
- ▶ **Relações interpessoais no trabalho:** ex. isolamento social ou físico, relações precárias com superiores, conflitos interpessoais, comportamentos prejudiciais no trabalho, falta de apoio social (percebido, real); bullying, assédio, assédio moral; micro agressões;
- ▶ **Papel na organização:** ex. ambiguidade de papéis, conflito de papéis e responsabilidade por outras pessoas;
- ▶ **Desenvolvimento de carreira:** ex. estagnação e incerteza na carreira, sub promoção ou superpromoção, salários baixos, insegurança no emprego, baixo valor social do trabalho;
- ▶ **Interface casa-trabalho:** ex. demandas conflitantes de trabalho e casa, inclusive para pessoas com responsabilidades de cuidado, baixo apoio em casa, problemas de dupla carreira; morando no mesmo local onde o trabalho é feito, morando longe da família durante as atribuições de trabalho.”

Os eventos no nível da sociedade influenciam a saúde mental e o trabalho. Recessões econômicas ou emergências provocam riscos como perda de emprego, instabilidade financeira, reestruturação organizacional, redução de oportunidades de emprego, aumento do desemprego e aumento do trabalho sem contratos formais ou em tempo integral. O trabalho pode ser um microcosmo para ampliar questões mais amplas que afetam negativamente a saúde mental, incluindo discriminação e desigualdade com base em fatores sociodemográficos



e sua interseccionalidade, como idade, classe social, deficiência, identidade de gênero, situação de migrante, raça/etnia, crenças religiosas e orientação sexual. Embora a abordagem do *bullying* em idade escolar chame a atenção, o mesmo não pode ser dito para o volume de condutas abusivas (seja por terceiros ou entre colegas) vivenciadas por adultos no trabalho. Mais criticamente, o estigma em torno das condições de saúde mental continua a ser uma barreira dominante à partilha do diagnóstico no trabalho, à implementação de apoio no trabalho para pessoas que vivem com problemas de saúde mental ou, de fato, à aceitação do apoio disponível para os trabalhadores.

Estima-se que dois bilhões de trabalhadores (mais de 60% da população global de trabalhadores) estejam na economia informal. Em comparação com o setor formal, os trabalhadores informais, que geralmente são mulheres ou membros de grupos marginalizados, não recebem proteção social que forneça acesso a cuidados de saúde e, juntamente com baixa renda e más condições de trabalho, correm o risco de ter uma saúde mental precária. Por sua vez, os trabalhadores que podem enfrentar maior exposição a riscos psicossociais e que podem, mas nem sempre, estar na economia informal incluem trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos, trabalhadores ocasionais e podem incluir algumas empresas familiares ou a ‘gig economy’. As mudanças na forma como as pessoas trabalham, embora beneficiem o desenvolvimento econômico, também podem exacerbar o estresse relacionado ao trabalho, pois os trabalhadores estão trabalhando cada vez mais horas. Globalmente, estima-se que um terço da força de trabalho trabalhe mais de 48 horas por semana, especialmente em contextos de poucos recursos. A evolução do conhecimento sobre os impactos das mudanças no trabalho flexível e no teletrabalho, embora se mostre inestimável para alguns setores no contexto da pandemia de COVID-19, mostra um conjunto misto de vantagens e desvantagens.

As dimensões do problema de saúde pública das condições de saúde mental são maiores do que o volume de investimentos para enfrentá-lo. Este é o caso, apesar das convenções internacionais que exigem a proteção da saúde física e mental dos trabalhadores por meio de políticas nacionais de segurança e saúde no trabalho. Os programas de promoção da saúde mental relacionada ao trabalho e prevenção de problemas de saúde mental estão entre os programas de promoção e prevenção menos relatados por países (35%)<sup>68</sup>.

A promoção do bem-estar mental e a prevenção das condições de saúde mental têm sido reconhecidas como meios para alcançar a prioridade global para a redução da mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) em um terço (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, meta 3.4). O Plano de Ação Abrangente de Saúde Mental da OMS, 2013–2030, estabelece um objetivo global para promoção e prevenção e para a prestação de serviços abrangentes, integrados e responsivos em ambientes comunitários (incluindo locais de trabalho). A estratégia global da OMS sobre saúde, meio ambiente e mudanças climáticas identifica os locais de trabalho como ambientes essenciais para a prevenção de uma série de riscos modificáveis, particularmente para DCNTs. Os transtornos mentais são reconhecidos na lista de doenças relacionadas ao trabalho (‘ocupacionais’) da OIT que foi revisada em 2010, sob o título de “transtornos mentais e comportamentais”. Alguns países ampliaram sua lista para cobrir o estresse relacionado ao trabalho, o esgotamento

---

<sup>68</sup> <https://apps.who.int/iris/handle/10665/345946>

(‘burnout’), a depressão e os distúrbios do sono. Alguns países também reconhecem o suicídio relacionado ao trabalho e o incluem em seus sistemas de notificação, notificação e compensação (indenização).

O ‘bem-estar’ é uma indústria de bilhões de dólares, onde as intervenções relacionadas à saúde mental podem não ser regulamentadas por sua qualidade ou base de evidências. Embora vários países e sociedades profissionais tenham diretrizes sobre o tema trabalho e saúde mental, estas são específicas para a população do país. Padrões internacionais sobre saúde mental no local de trabalho foram desenvolvidos, com foco especializado na gestão de riscos psicossociais<sup>69</sup>.

As pessoas em idade ativa gastam uma proporção significativa do seu tempo trabalhando. Estima-se que 62% da população global com 15 anos ou mais seja economicamente ativa. O trabalho apresenta uma oportunidade para promover a boa saúde mental e prevenir e apoiar as pessoas que vivem com problemas de saúde mental. Até o momento, faltam diretrizes globais baseadas em evidências para a promoção, prevenção e apoio da saúde mental relacionada ao trabalho, e a OMS justifica assim a organização de seu documento de **Diretrizes de Saúde Mental no Trabalho**.

#### **Diretrizes da OMS: quais são seus objetivos?**

Estas diretrizes fornecem recomendações sobre intervenções – definidas em mais detalhes abaixo – nas seguintes áreas: intervenções organizacionais, treinamento de gerentes e trabalhadores e intervenções individuais para a promoção da saúde mental positiva e prevenção de condições de saúde mental. Também inclui recomendações sobre o retorno ao trabalho após ausência associada a problemas de saúde mental e obtenção de emprego para pessoas que vivem com problemas de saúde mental. As diretrizes indicam se e quais intervenções podem ser entregues a toda a força de trabalho (universal) – por exemplo, dentro de um local de trabalho – para trabalhadores em risco de problemas de saúde mental (seletivo), para trabalhadores em sofrimento emocional (indicado), ou para trabalhadores que já apresentam problemas de saúde mental.

Por meio do fornecimento dessas recomendações, prevê-se que essas diretrizes facilitem ações nacionais e no local de trabalho nas áreas de desenvolvimento de políticas, planejamento e prestação de serviços nas áreas de saúde mental e saúde ocupacional. As diretrizes buscam melhorar a implementação de intervenções baseadas em evidências para a saúde mental no trabalho. Todas as intervenções nestas diretrizes são aplicáveis ao trabalho, ou estão relacionadas ao trabalho. Os trabalhadores podem acessar algumas intervenções fora do contexto de trabalho, mas a intervenção foi projetada para apoiar especificamente os trabalhadores. As intervenções no âmbito das orientações são as seguintes:

- **Intervenções organizacionais:** buscam avaliar, modificar, mitigar ou eliminar os riscos psicossociais relacionados ao trabalho às condições de saúde mental. São ações planejadas que visam diretamente as condições de trabalho com o objetivo de prevenir a deterioração da saúde mental, da saúde física, da qualidade de vida e dos resultados relacionados ao trabalho dos trabalhadores. As intervenções podem incluir atividades direcionadas às equipes. As

---

<sup>69</sup> <https://www.iso.org/standard/64283.html>

intervenções organizacionais geralmente se concentram na prevenção primária e secundária, mas também podem incluir a prevenção terciária (por exemplo, intervenções para apoiar o retorno ao trabalho de trabalhadores com problemas de saúde mental). As intervenções organizacionais focadas em um indivíduo incluem adaptações razoáveis no trabalho (ou seja, mudanças no trabalho para acomodar as necessidades da pessoa).

- **Formação de gestores e trabalhadores** - A formação de gestores em saúde mental é ministrada a trabalhadores que supervisionam outros. Destina-se a desenvolver a capacidade de proteger e apoiar a saúde mental dos supervisionados diretos, através, por exemplo, de um gestor saber quando e como apoiar uma pessoa. Treinamento semelhante também está disponível para os trabalhadores se sustentarem por meio de maior conscientização e conhecimento sobre saúde mental (treinamento de trabalhadores).
- **Intervenções individuais** - Incluem intervenções entregues diretamente a um trabalhador (preenchidas pelo trabalhador, com ou sem orientação). Eles incluem intervenções psicossociais (ou seja, intervenções que usam uma abordagem psicológica, comportamental ou social, ou uma combinação dessas) e atividades físicas baseadas no lazer, como exercícios (não trabalho físico como parte do trabalho).
- **Programas de retorno ao trabalho** - Destinam-se a apoiar os trabalhadores em um retorno significativo (com significado) ao trabalho, e na redução dos sintomas de problemas de saúde mental após períodos de ausência. Estas podem ser intervenções de múltiplos componentes combinando qualquer arranjo ou mescla de intervenções individuais, gerenciais e organizacionais.
- **Programas de obtenção de emprego** - No contexto das presentes orientações, estas intervenções destinam-se a apoiar a entrada no trabalho remunerado de pessoas que vivem com problemas de saúde mental. Estas também são intervenções multicomponentes.

Estas **Diretrizes** também exploraram os programas de triagem realizados durante o emprego. O objetivo da triagem é identificar sintomas de saúde mental, seguido de encaminhamento para um nível de atenção adequado.

#### **Um parêntese brasileiro: quais são os principais ‘fatores de risco psicossocial no trabalho’, segundo a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, de 2020?**

Esta Lista, que resultou de grande um trabalho coletivo e estruturado, ao longo de 2018, 2019 e 2020, foi aprovada pelo Ministro da Saúde, através da Portaria no. 2.309, de 28 de agosto de 2020, e revogada um dia depois, voltando a vigorar a Lista de 1999. Ao que se sabe, este absurdo deu-se em função da ampliação dos **fatores de risco psicossocial no trabalho** (Lista A) – Ver Quadro 2 - e da ampliação dos correspondentes **“transtornos mentais e do comportamento”** (Grupo V da CID 10) relacionados ao trabalho (Lista B). Há versões que entendem a revogação da nova Lista, em função da inclusão da “Covid-19 relacionada ao trabalho!

## Quadro 2 -Fatores (riscos) psicossociais na “nova” Lista A de doenças relacionadas ao trabalho (2020), aprovada, e 24h depois, revogada?<sup>70</sup>

- **Gestão organizacional:** Deficiências na administração de recursos humanos, que incluem estilo de comando, modalidades de pagamento e contratação [terceirização, trabalho intermitente, MEI, ‘pejotização’ e ‘uberização’], participação, acesso a integração e treinamento, serviços de assistência social, mecanismos de avaliação de desempenho e estratégias para gerenciar mudanças que afetam as pessoas, entre outros.
- **Contexto da organização do trabalho:** Deficiência nas formas de comunicação, tecnologia, modalidade de organização do trabalho e demandas qualitativas e quantitativas do trabalho, entre outros.
- **Características das relações sociais no trabalho:** Deficiência no clima das relações, coesão e qualidade das interações, inclusive trabalho em equipe, assédio psicológico, entre outros.
- **Conteúdo das tarefas do trabalho:** Exigências de carga mental (velocidade, complexidade, atenção, profundidade, variedade e restrição de tempo); o próprio conteúdo da tarefa que é definida através do nível de responsabilidade direta (por bens, pela segurança de outros, por informações confidenciais, vida e saúde de outros, por orientação e resultados); demandas emocionais (pelo atendimento ao cliente); especificação de sistemas de controle e definição de funções, entre outros.
- **Condições do ambiente de trabalho:** Deficiência em aspectos físicos (temperatura, ruído, iluminação, ventilação, vibração); químicos; biológicos; projeto de trabalho e saneamento, como fatores psicossociais agravantes ou coadjuvantes.
- **Interação pessoa-tarefa:** Avaliar a relevância do conhecimento e das habilidades que a pessoa possui em relação às demandas da tarefa, os níveis de iniciativa e autonomia permitidos e de reconhecimento, bem como a identificação da pessoa com a tarefa e com a organização.
- **Jornada de trabalho:** Problemas na organização e duração da jornada de trabalho; existência ou ausência de pausas durante o dia, diferente da hora das refeições; trabalho em turno e noturno; tipo e frequência de rotação dos turnos; número e frequência de horas extras mensais e duração e frequência de intervalos semanais.
- **Violência e Assédio moral/sexual:** Violência física ou psicológica relacionada a aspectos do trabalho. Discriminação.
- **Trabalho intermitente**
- **Desemprego**

### Diretrizes da OMS: observações gerais em todas as recomendações

Cada recomendação representa uma categoria de opções de intervenção. Essas intervenções são preferencialmente entregues de forma abrangente – ou seja, incorporando a entrega de intervenções organizacionais, treinamento de gerentes e treinamento para trabalhadores, intervenções individuais, programas de retorno ao trabalho e programas de obtenção de emprego em políticas de saúde do trabalho existentes ou recém-desenvolvidas, em vez de fornecer intervenções de forma independente entre si sem uma integração abrangente.

As recomendações para essas diretrizes baseiam-se em pré-condições e princípios que facilitariam a aceitação, implementação, benefício e redução de danos para abordar a saúde mental das pessoas que trabalham. Estes incluem, mas não estão limitados a:

<sup>70</sup> <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/09/2020&jornal=515&pagina=40>

- Proteção das pessoas com problemas de saúde mental contra a discriminação e outros tratamentos injustos no mundo do trabalho e a promoção de seus direitos de acesso ao trabalho decente em igualdade de condições com as demais pessoas e a serem apoiados quando houver necessidade de retornar ao trabalho ou desejo de participar do trabalho (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [UNCRPD]; Convenções 111, 159 e 190 da OIT e suas recomendações; Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS 2013-2030);
- Proteção da saúde mental no trabalho (Convenções 155, 161, 187 e 190 da OIT e suas recomendações; Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS 2013-2030);
- Direito fundamental de todas as pessoas de trabalharem em condições dignas de trabalho, de serem protegidos do desemprego, de serem remuneradas de forma justa e equitativa (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 23); incluindo o apoio ao setor informal para a transição para a economia formal (Recomendação 204 da OIT);
- Acesso a condições de trabalho seguras, solidárias e dignas (decentes) para todas as pessoas que trabalham (incluindo trabalhadores informais), com atenção às melhorias organizacionais no local de trabalho; implementação de programas baseados em evidências para promover o bem-estar mental e prevenir problemas de saúde mental (Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS 2013-2030);
- Os princípios transversais do Plano de Ação Integral de Saúde Mental da OMS 2013-2030, a saber: cobertura universal de saúde (todas as pessoas devem poder acessar, sem risco de empobrecimento, serviços essenciais de saúde e sociais); direitos humanos (as estratégias, ações e intervenções de saúde mental devem estar em conformidade com a UNCRPD e outros instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos); prática baseada em evidências (as estratégias, ações e intervenções de saúde mental precisam ser baseadas em evidências científicas e/ou melhores práticas, levando em consideração considerações culturais); uma abordagem ao longo da vida (políticas, planos e serviços de saúde mental precisam levar em conta todas as etapas do curso de vida); uma abordagem multissetorial (uma resposta coordenada que associa a saúde a setores relevantes, como emprego e trabalho); e o empoderamento de pessoas com transtornos mentais e deficiências psicossociais (as pessoas com experiência de vida devem ser envolvidas e devem participar de todos os aspectos da política de saúde mental, planejamento e implementação).

### Comentários finais

Conclui-se por aplaudir a conjugação de esforços entre a OMS e a OIT, materializada pela publicação e divulgação destas contribuições à abordagem da Saúde Mental & Trabalho, com destaque para o documento **“Diretrizes de Saúde Mental no Trabalho”**<sup>71</sup>, pela OMS, e do documento derivativo **“Saúde Mental no Trabalho: Resumo da Política”**<sup>72</sup>, pela OIT, em parceria com a OMS. Vale a pena conhecer, divulgar e utilizar ambos, ainda que haja barreiras idiomáticas, até este momento.

<sup>71</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>

<sup>72</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms\\_856976.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_856976.pdf)

## Migrações, refúgio e saúde global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,  
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski,  
Deisy de Freitas Lima Ventura*

No Informe atual destacamos um recente surto de cólera na Síria, país de origem de um número considerável de refugiados e deslocados internos do mundo. Abordamos também um relatório lançado pela Human Rights Watch que apresenta dados sobre a saúde mental de refugiados e sobreviventes de conflitos armados. Adiante, sublinhamos as dificuldades enfrentadas por refugiados venezuelanos em países da América Latina e Caribe para acessar serviços básicos, além de dados recentes sobre os fluxos dessa população ao Brasil, levantados pela OBMigra e OIM. Por fim, mencionamos a campanha "ComidapraViagem", lançada pelo ACNUR em outubro, a fim de facilitar o engajamento público no combate à fome entre pessoas refugiadas; bem como a situação calamitosa de refugiados no Sudão do Sul, país duramente afetado por inundações pelo quarto ano consecutivo.

### **Médicos Sem Fronteiras: Surto de cólera se espalha na Síria colocando pessoas vulneráveis em risco**

Um surto de cólera continua crescendo desde setembro deste ano na Síria<sup>73</sup>, país que é origem de um grande número de refugiados e deslocados em situação de vulnerabilidade. A doença, causada por uma bactéria presente em água contaminada, encontrou espaço para se replicar em meio às condições precárias de vida na região.

O último surto de cólera na Síria ocorreu há quinze anos. Agora, o país sofre com uma seca que dificulta o acesso da população à água limpa e que, somada às condições climáticas desfavoráveis no inverno e à destruição causada à infraestrutura da região devido aos anos de conflito armado, ampliam o risco do desenvolvimento de doenças contagiosas.

Além disso, grande parte da população busca refúgio e está em deslocamento por conta da guerra que toma o país há anos, impondo ainda mais barreiras para o acesso ao sistema de saúde e de saneamento básico. Ainda que tentem deixar o país, os sírios enfrentam enormes dificuldades para cruzar as fronteiras para países vizinhos. Somente na última semana, centenas de refugiados foram deportados da Turquia<sup>74</sup>, um dos principais destinos dos grupos migrantes do norte do país, região não controlada pelo governo sírio.

Organizações internacionais têm atuado junto ao governo local para fornecer cuidado e atenção em saúde para a população, que além do tratamento da doença, deve ter como objetivo desenvolver ações preventivas e de conscientização.

### **Human Rights Watch: Dia Mundial da Saúde Mental - apoiando sobreviventes de conflitos**

No dia 10 de outubro foi celebrado o Dia Mundial da Saúde Mental e a Human Rights Watch (HRW) chamou a atenção da comunidade internacional para as condições de saúde fragilizadas de refugiados e sobreviventes de conflitos armados<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> <https://www.msf.org/cholera-spreads-across-syria-putting-vulnerable-people-serious-risk>

<sup>74</sup> <https://www.hrw.org/news/2022/10/24/turkey-hundreds-refugees-deported-syria>

<sup>75</sup> <https://www.hrw.org/news/2022/10/10/world-mental-health-day-support-conflict-survivors>

A violência de conflitos bélicos pode levar a diversos tipos de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Segundo a organização, a partir de estudos conduzidos em regiões de conflito, a população, em especial mulheres e pessoas com deficiências, enfrentam múltiplas barreiras para acessar serviços de saúde mental adequados. Além disso, situações de deslocamento forçado e refúgio intensificam o desgaste psicológico experimentado por esses grupos, tanto durante quanto após a fuga e ao tentar se ajustar a um novo local e modo de vida.

A taxa de pessoas que vivem em regiões de conflito e possuem doenças mentais e psicológicas chega a 22%, sendo uma porcentagem elevada se comparada à população geral, que gira em torno de 13%. Ainda assim, o acesso a tratamentos e medidas preventivas é escasso.

Diversos países enfrentam hoje guerras e outros conflitos armados que afetam a saúde mental da população. A Síria reúne mais de 7 milhões de crianças e adolescentes que necessitam de apoio para a saúde mental. No Afeganistão, estima-se que mais de metade da população que sobrevive ao conflito de 40 anos tenha desenvolvido algum transtorno. No Iraque e na Etiópia, o impacto que a violência sexual e de gênero têm sobre a saúde mental de mulheres é um enorme ponto de atenção.

A HRW ressalta a importância da comunidade internacional se comprometer com políticas que garantam o acesso de todos aos cuidados com a saúde mental e psicológica, além da física, com atenção especial para grupos em situação de vulnerabilidade em conflitos e deslocamentos.

### **A luta dos refugiados e migrantes da Venezuela para acessar serviços básicos na América Latina e no Caribe**

A mais recente Análise das Necessidades de Refugiados e Migrantes (RMNA)<sup>76</sup>, documento publicado no dia 12 de outubro de 2022, foi realizada pela Plataforma Regional de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), co-liderada pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Ela destaca as necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela.

Apesar de muitas iniciativas de regularização e documentação na América Latina e no Caribe, as necessidades humanitárias continuam aumentando e exigem maior proteção e acesso a serviços e oportunidades de emprego. De acordo com uma avaliação recente, o número de refugiados e migrantes da Venezuela que enfrentam dificuldades no acesso a alimentos, moradia e emprego estável resultam em aproximadamente 4,3 milhões.<sup>77</sup>

O crescimento das necessidades humanitárias resulta principalmente no aumento do custo de vida, das consequências da pandemia do COVID-19 e altas taxas de desemprego. Salários extremamente baixos dificultam ainda mais a capacidade dos venezuelanos sustentarem a si mesmos e suas famílias, reforçando a vulnerabilidade dos refugiados e migrantes e dificultando a reconstrução de suas vidas e a integração nas sociedades dos países onde foram acolhidos.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> <https://rmrp.r4v.info/rmna/>

<sup>77</sup> <https://www.unhcr.org/news/press/2022/10/63467b384/three-quarters-refugees-migrants-venezuela-struggle-access-basic-services.html>

<sup>78</sup> <https://www.unhcr.org/news/press/2022/10/63467b384/three-quarters-refugees-migrants-venezuela-struggle-access-basic-services.html>



O último relatório concluiu que metade de todos os refugiados e migrantes na região não pode pagar três refeições por dia e não tem acesso a moradias seguras e dignas. Para ter acesso a alimentos ou evitar viver nas ruas, muitos venezuelanos recorrem à prostituição, à mendicância ou ao endividamento.<sup>79</sup>

Muitas crianças refugiadas e migrantes enfrentam barreiras para acessar os serviços de educação nos países de acolhimento, principalmente devido à falta de vagas ou espaço nas escolas. Algumas ainda carecem de documentação, meios de subsistência e perspectivas de integração local. Muitas pessoas colocam suas vidas em risco, seguindo rotas irregulares extremamente perigosas para chegar aos seus destinos.<sup>80</sup>

Em outubro de 2022, havia mais de 7,1 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo, segundo estatísticas oficiais divulgadas pelos países anfitriões e compiladas pela R4V<sup>81</sup>. Mais de 80% estão hospedados em 17 países da América Latina e do Caribe.

### **Informe do Subcomitê Federal Para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes em parceria com a OIM e OBMigra sobre a migração venezuelana<sup>82</sup>**

Com período de análise entre janeiro de 2017 e setembro de 2022 o informe traz dados sobre o controle migratório, tanto envolvendo saídas e entradas quanto registro da expedição de documentação, bem como autorizações para residência e emissão de CPFs para cidadãos venezuelanos.

O informe mostra que 794 mil venezuelanos entraram no Brasil nesse período. Contudo, apenas menos da metade destes (388 mil) permaneceram no país. 18% dos que vieram voltaram para a Venezuela e 33% tiveram o Brasil como ponto intermediário para ir para algum outro país. Nesse sentido, o informe destaca as 3 principais rotas de entrada - aeroporto de Guarulhos, a cidade de Pacaraima e o aeroporto de Manaus - e de saída - Pacaraima, aeroporto de Guarulhos e Foz do Iguaçu.

Outro fato que de destaque no informe é a queda no número de entradas e saídas de migrantes (e do registro de residência e solicitações de reconhecimento da condição de refugiado) a partir da Portaria Nº 120, de 17 de março de 2020, que restringia o acesso ao Brasil de estrangeiros oriundos da Venezuela. Mas, após um choque inicial, o número voltou a crescer e disparou novamente com a portaria Nº 655, de 23 de junho de 2021, que permitia a entrada após o resultado negativo de um teste para COVID-19. Ademais, 440.727 CPFs foram expedidos, 320.755 residências foram autorizadas, e houve 92.942 solicitações de refúgio com 51.599 refugiados reconhecidos.

---

<sup>79</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2022/10/63467b384/three-quarters-refugees-migrants-venezuela-struggle-access-basic-services.html>

<sup>80</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2022/10/63467b384/three-quarters-refugees-migrants-venezuela-struggle-access-basic-services.html>

<sup>81</sup> <https://www.r4v.info/en/refugeeandmigrants>

<sup>82</sup><https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/informe-migracao-venezuelana-jan2017-set2022.pdf>



## **ACNUR alerta para emergência global da fome entre pessoas refugiadas na campanha #ComidaPraViagem**

De acordo com um relatório recente das Nações Unidas<sup>83</sup>, há evidências de que o mundo está se afastando cada vez mais da sua meta de acabar com a fome, insegurança alimentar e má nutrição em todas as suas formas até 2030. A edição de 2022 do relatório "O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (*State of Food Security and Nutrition in the World – SOFI*) apresenta as últimas estimativas do custo e da acessibilidade de uma alimentação saudável e analisa como os governos podem reformular seu apoio atual à agricultura, com o intuito de reduzir o custo de alimentos saudáveis, atentos aos recursos públicos limitados disponíveis em muitas partes do mundo<sup>84</sup>.

Em meio à população refugiada, a crise alimentar acabou se tornando um dos desafios mais graves dentre os deslocamentos forçados, guerras e perseguições. De acordo com Samantha Federici, chefe do escritório de parcerias com o setor privado do ACNUR no Brasil, existem milhões de pessoas refugiadas precisando de abrigo, documentação, acesso à saúde e educação para conseguirem viver.<sup>85</sup>

Com o objetivo de conscientizar a opinião pública sobre o tema e melhorar a distribuição de alimentos para pessoas refugiadas em todo o mundo, o ACNUR lançou no dia 16 de outubro de 2022 a campanha "ComidaPraViagem", exatamente no Dia Mundial da Alimentação. A data é um alerta aos indivíduos, empresas, países e comunidade internacional para possíveis caminhos a fim de combater a fome no mundo. A partir desta campanha, se torna mais simples e fácil o engajamento público em prol do combate à fome entre pessoas refugiadas, permitindo a contribuição para que famílias inteiras tenham acesso aos apoios financeiros e alimentos, principalmente em locais de difícil acesso.<sup>86</sup>

Por volta de 828 milhões de pessoas passam fome todos os dias, número que cresceu em 150 milhões durante o período mais crítico da pandemia. De acordo com o relatório da ONU, esta situação pode se complicar ainda mais, já que a quantidade de indivíduos em situação de insegurança alimentar aguda também aumentou, de 135 para 345 milhões, desde o ano de 2019. Um número total de 50 milhões de pessoas em 45 países estão à beira da fome.<sup>87</sup>

Conforme Federici, a fome é um problema que está novamente crescendo de maneira insustentável no mundo, e não se pode ocultar seu impacto na vida das 89 milhões de pessoas sob o mandato do ACNUR em situação de deslocamento forçado. A fome pode ser considerada

---

<sup>83</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/10/14/acnur-alerta-para-emergencia-global-da-fome-entre-pessoas-refugiadas-na-campanha-comidapraviagem/>

<sup>84</sup><https://centrodeexcelencia.org.br/relatorio-da-onu-fome-no-mundo-sobe-para-828-milhoes-em-2021/>

<sup>85</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/10/14/acnur-alerta-para-emergencia-global-da-fome-entre-pessoas-refugiadas-na-campanha-comidapraviagem/>

<sup>86</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/10/14/acnur-alerta-para-emergencia-global-da-fome-entre-pessoas-refugiadas-na-campanha-comidapraviagem/>

<sup>87</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/10/14/acnur-alerta-para-emergencia-global-da-fome-entre-pessoas-refugiadas-na-campanha-comidapraviagem/>

uma das mais urgentes necessidades básicas dessa população, e tal situação exige uma resposta humanitária emergencial rápida.<sup>88</sup>

#### **Quarto ano de inundações históricas resultando em situação devastadora no Sudão do Sul<sup>89</sup>**

A ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, está pedindo apoio internacional urgente no Sudão do Sul em razão das chuvas e inundações recordes pelo quarto ano consecutivo e do risco de agravamento à medida que a crise climática se acelera.

Mais de 900 mil pessoas foram diretamente afetadas, pois as águas varreram casas e animais e inundaram grandes áreas de terras agrícolas, piorando a emergência alimentar, e submergiram poços e latrinas, contaminando as fontes de água e aumentando os riscos de surtos de doenças. Além disso, criaram-se ilhas cercadas pelas águas da enchente, nas quais as estradas de entrada e saída se tornaram intransitáveis. Barcos e uma pista de pouso são os únicos meios de salvamento da ajuda humanitária.

Dois terços do país estão enfrentando dificuldades atualmente. Os abrigos dos deslocados internos estão abaixo do nível atual da água, protegidos das enchentes apenas por diques construídos pelas Nações Unidas, pelo governo e pelos próprios habitantes. As pessoas trabalham 24 horas por dia com bombas, baldes, escavadoras e maquinaria pesada para manter a água afastada e evitar o colapso dos diques.

A ACNUR está ampliando seu apoio às populações vulneráveis em áreas de difícil acesso do Sudão do Sul por meio de equipes móveis de resposta à proteção. No entanto, muitas estradas são inacessíveis e os meios de transporte alternativos são escassos. As demandas por alimentos, abrigo, água e suprimentos de saneamento continuam crescendo, enquanto os estoques de itens básicos estão se esgotando. Em Maban, no estado do Alto Nilo, por exemplo, as estradas bloqueadas pelas águas vão impedir que a comida reservada para outubro chegue aos 75 mil refugiados sudaneses que vivem no Campo de Refugiados de Doro. No mês passado, os caminhões ficaram presos na estrada por semanas. O alimento precisou ser transportado de avião para o abrigo. Atualmente não existem fundos suficientes para tal operação, o que significa que muitos podem passar fome.

O Sudão do Sul, em grande parte de sua história, foi arruinado pela guerra civil, sofrendo pela violência intercomunitária generalizada, pelos efeitos devastadores das mudanças climáticas e pela grave insegurança alimentar que afeta 60% de sua população de 11 milhões. Os preços dos alimentos dispararam e a moeda foi desvalorizada, exacerbando uma prolongada crise humanitária. O país vive uma das crises menos financiadas do ACNUR, tendo recebido menos da metade dos US\$ 214,8 milhões necessários este ano. O subfinanciamento impede o apoio às pessoas deslocadas, reduzindo a resposta e mitigação de enchentes.

No mundo inteiro, a emergência climática está acentuando cada vez mais o deslocamento e tornando mais complexa a sobrevivência dos afetados. Assim, as comunidades com poucos recursos ou capacidade de adaptação enfrentam os piores impactos de um ambiente cada vez mais inóspito.

---

<sup>88</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/10/14/acnur-alerta-para-emergencia-global-da-fome-entre-pessoas-refugiadas-na-campanha-comidapraviagem/>

<sup>89</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/10/635251694/devastation-south-sudan-following-fourth-year-historic-floods.html>

## Instituições Financeiras Multilaterais

*Isis Pillar Cazumbá*



Líderes de governos, parlamentares, representantes dos setores privado e de organizações da sociedade civil e acadêmicos se reuniram para as Reuniões Anuais do **Fundo de Monetário Internacional (FMI)** e do **Banco Mundial (BM)** em Washington, D.C, na primeira quinzena de outubro.

As Reuniões Anuais tradicionalmente são realizadas em Washington, D.C. dois anos em três e, a fim de refletir o caráter internacional das duas instituições, a cada três anos em um país membro diferente. Além das reuniões dos Conselhos de Governadores, do Comitê de Desenvolvimento e do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) estão oficialmente convocados. O Comitê de Desenvolvimento e o IMFC aconselham os Conselhos de Governadores sobre questões de interesse global, incluindo as perspectivas econômicas mundiais, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico e eficácia da ajuda.

O **BM** e o **FMI** se reuniram para suas Reuniões Anuais em meio a um cenário econômico e geopolítico turbulento, pós-pandêmico, com aumento das taxas de juros e dos preços dos alimentos, pobreza ascendente e desastres naturais causados pelas mudanças climáticas. Ao todo, foram realizadas dezenove Conferências, sendo uma reunião em conjunto (*Seminário Conjunto: O Caminho a Seguir: Abordando Múltiplas Crises em uma Era de Volatilidade*), sete do **FMI** (*Levante-se para o povo, levantando-se para o planeta; Reestruturação da Dívida: Por que muito pouco e tarde demais; Contrato Social em Tempos de Crise; Políticas para as Pessoas: Escolhas Inclusivas sob orçamentos apertados; Chegar ao Zero Líquido com IFIs e Parcerias Multilaterais; Debate sobre a Economia Global e CBDCs para Inclusão Financeira: Riscos e Recompensas*) e onze do **BM** (*A crise que enfrenta o desenvolvimento; Mesa redonda da Sociedade Civil com o presidente do Grupo Banco Mundial David Malpass; Crescimento Inclusivo: A chave para uma recuperação duradoura; A escassez de Essenciais da Vida: O Custo Humano das Crises de Alimentos e Combustíveis; Segunda Mesa Redonda Ministerial para apoio à Ucrânia; No Coração de um Futuro Resiliente: Investindo em Educação para nossas Crianças e Jovens; Conferência de Imprensa de Abertura das Reuniões Anuais de 2022; Investindo em Pessoas e Planeta: Financiando a Transição Resiliente e de Baixo Carbono; Plenário das Reuniões Anuais de 2022; Estado da Região da África: Oportunidades em um Momento Turbulento e Proteção do capital humano em meio a uma crise alimentar global*).

Falando sobre os mais vulneráveis durante uma das Conferências, o Presidente do **BM**, David Malpass mostrou preocupação:

*“O aperto das condições financeiras globalmente, o crescimento lento e as depreciações cambiais estão minando o espaço fiscal disponível para apoiar a educação, a saúde, a ação climática e a infraestrutura. Mais de 60% dos países de baixa renda estão em perigo de dívida ou alto risco. Muitos países de renda média estão enfrentando pressões crescentes de liquidez. Os pagamentos de serviços da dívida estão aumentando. Somente em 2022, os países da IDA pagarão mais de US\$ 44 bilhões aos credores bilaterais e do setor privado. Isso sobrecarrega o apoio do Banco e do Fundo a eles neste ano civil. Melhorar os mecanismos internacionais para resolver a dívida insustentável é um imperativo.”*

Kristalina Georgieva, Diretora-geral do FMI falou sobre as perspectivas econômicas mundiais nada animadoras para o próximo ano:

*“A incerteza permanece excepcionalmente alta. A Perspectiva Econômica Mundial mostra uma chance em quatro, ou seja, 25% de chance de que o crescimento global possa cair para uma mínima histórica de 2% no próximo ano. Esses choques repetidos que temos experimentado, os contratempos de crescimento, levantam uma questão maior. Estamos experimentando uma mudança fundamental na economia mundial de previsibilidade e estabilidade relativas para maior incerteza e volatilidade? E o que isso significa para os formuladores de políticas? Claramente um tempo muito mais complexo. E isso requer mãos firmes nas alavancas da política. E é isso que nossa Agenda de Política Global que lançamos hoje exige. O preço dos erros políticos, o preço da má comunicação das intenções políticas é muito alto.”*

A saber, a **Perspectiva Econômica Mundial** (*World Economic Outlook*, em inglês) do **FMI** prevê que o crescimento econômico global desacelerará de 3,2% este ano para 2,7% no próximo ano. A projeção para 2022 ficou inalterada em relação à última estimativa, em julho, mas a do ano que vem foi reduzida em 0,2 ponto percentual.

Kristalina pontua que para ajudar a combater o cenário caótico, os “formuladores de políticas precisam agir com um senso de urgência” e termina dizendo que baixar a taxa de juros, pôr em prática uma política fiscal responsável, salvaguardar a estabilidade financeira e apoiar mercados emergentes vulneráveis e países em desenvolvimento podem ser os caminhos que farão a diferença na vida de centenas de milhões de pessoas.

As Reuniões foram marcadas por uma forte presença de protestos e manifestações. Ativistas e manifestantes exigiam ações urgentes e efetivas das instituições em combater os efeitos negativos provocados pelas mudanças climáticas e expressaram posicionamento para que estas cancelassem a dívida do mundo em prol de um desenvolvimento sustentável.

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/meetings/splash/about#sec2>  
<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/10/14/remarks-by-wbg-president-at-2022-annual-meetings-plenary>  
<https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/10/13/tr101322-transcript-of-md-press-briefing-annual-meetings>  
<https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/10/11/policymakers-need-steady-hand-as-storm-clouds-gather-over-global-economy>

## **FMI**

A **União Europeia (UE)** assinou um acordo de 100 milhões de euros (cerca de US\$ 97,2 milhões) para o **Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza (PRGT)** do Fundo Monetário Internacional para a Redução da Pobreza e o Crescimento do **FMI**. Esses fundos permitirão que o **FMI** faça cerca de 630 milhões de euros em empréstimos com juros zero para os países africanos, caribenhos e pacíficos elegíveis para o PRGT enfrentando dificuldades de equilíbrio de pagamentos. O acesso a finanças acessíveis é fundamental para ajudar esses países a enfrentar a situação de crise econômica e alimentar agravada pela invasão russa da **Ucrânia**. A contribuição da **UE** faz parte da resposta do Time Europa à crise, pois complementa as promessas dos Estados-Membros da **UE** de canalizar **Direitos Especiais de Saque (DES)** aos fundos do **FMI** para empréstimos e seus subsídios à Conta de Subsídios PRGT do **FMI**. O Time

Europa prometeu até agora canalizar contribuições de saques equivalentes a cerca de **US\$ 23 bilhões**.

O acesso a empréstimos de juros concessionários/zero fornece financiamento acessível que aumenta a liquidez e os recursos orçamentários disponíveis nos países que enfrentam dificuldades de equilíbrio de pagamentos, ajudando-os a alcançar, manter ou restaurar uma posição macroeconômica e fiscal estável e sustentável. Também evita o esgotamento das reservas internacionais, apoia a importação de bens essenciais e a implementação de regimes adequados de proteção social para os mais vulneráveis. O apoio da concessão por meio do PRGT é isento de juros, com vencimentos de até 10 anos.

Fonte: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/10/14/pr22351-food-security-eu-contributes-100-million-euros-to-imf-prg-to-support-vulnerable-countries>

## **BM**

O Programa Carro-Chefe dos Sistemas de Saúde é uma das ofertas do **BM** para o diálogo e capacitação de políticas e tem como objetivo facilitar uma abordagem estratégica e sistemática para o planejamento de reformas do sistema de saúde que levará os países à Cobertura Universal de Saúde.

O curso ajuda os participantes a entender melhor processos complexos de formulação de políticas e interações entre diferentes políticas, tomadores de decisões e determinantes da saúde. Trata-se de um curso estruturado de alfabetização de sistemas de saúde para atualização e compartilhamento de conhecimento de alto nível sobre os setores da saúde. Os cursos de fornecem aos formuladores de políticas uma abordagem mais focada em "como" para enfrentar os desafios de implementação que enfrentam na obtenção da Cobertura Universal de Saúde.

Esses cursos podem ser encontrados no site do Open Learning Campus (**OLC**) do **BM** e estão disponíveis em inglês, francês e espanhol.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/topic/health/brief/flagship-course-on-health-sector-reform-and-sustainable-financing>

## **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

De acordo com a publicação do Relatório Conjunto de Finanças, as finanças climáticas comprometidas pelos principais bancos multilaterais de desenvolvimento aumentaram mais de 24% no ano passado em relação a 2020.

O Relatório Conjunto sobre Finanças Climáticas dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento é uma colaboração anual para tornar públicas as finanças climáticas dos bancos, juntamente com uma explicação clara das metodologias para o acompanhamento dessas finanças. Este relatório contou com a participação do **BID** e de outros bancos de desenvolvimento, juntamente com a publicação de estatísticas de finanças climáticas para cada banco, pretende acompanhar o progresso em relação às suas metas de financiamento climático, como as anunciadas em torno da COP21, e a maior ambição prometida para o período pós-2020.

O financiamento total de 2021 desses bancos já superou as metas estabelecidas na Cúpula de Ação Climática do Secretário-Geral da ONU de 2019, em Nova York. As metas equivalem a um total coletivo esperado de **US\$ 50 bilhões** para economias de baixa e média renda, e pelo menos **US\$ 65 bilhões** de financiamento climático globalmente, com uma

duplicação projetada de financiamento de adaptação para **US\$ 18 bilhões** e mobilização privada de **US\$ 40 bilhões**.

Em 2021, para as economias de baixa e média renda, os bancos forneceram cerca de **US\$ 51 bilhões** (62% das finanças climáticas globais dos bancos) em financiamento climático. Desse total, mais de **US\$ 33 bilhões** (65%) foram para mitigação das mudanças climáticas e mais de **US\$ 17 bilhões** (35%) para adaptação às mudanças climáticas. A quantidade de financiamento privado mobilizado foi de **US\$ 13 bilhões**.

Para economias de alta renda, no mesmo ano, os bancos forneceram mais de **US\$ 31 bilhões** (38% do total de financiamento climático do MDB) em finanças climáticas com **US\$ 29 bilhões** (95%) para mitigação das mudanças climáticas e **US\$ 1,6 bilhão** (5%) para adaptação às mudanças climáticas. A quantidade de financiamento privado mobilizado foi de **US\$ 28 bilhões**.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/mdbs-climate-finance-low-and-middle-income-countries-reaches-51-billion-2021>

## Desenvolvimento e Propriedade Intelectual: Informe sobre a OMC e OMPI

*Claudia Chamas*

### Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual em Diagnósticos e Medicamentos

Na 12ª Conferência Ministerial da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) (MC12) ocorrida em junho passado, os ministros adotaram a Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)), que confirma o direito de certos membros de limitar os efeitos do direito de exclusiva das patentes visando à diversificação geográfica da produção das vacinas contra a COVID-19 ao longo dos próximos cinco anos. Um dos compromissos da decisão diz respeito à possível extensão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e terapêuticas no combate à COVID-19. Os membros definiram o prazo máximo de seis meses a partir da data de sua adoção (17 de junho) para a nova decisão (OMC, 2022).

Os países avançam nas discussões sobre a extensão. Nos dias 12 e 13 de outubro, houve reunião do Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (em inglês, Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), o presidente do Conselho, Embaixador Lansana Gberie de Serra Leoa, convidou as delegações a apresentar propostas concretas “sobre o que o Conselho de TRIPS deveria decidir apresentar e circular por escrito propostas baseadas em texto (documentos de posicionamento, esboços, minutas detalhadas ou decisões totalmente formuladas) para que esses documentos contribuam para orientar a discussão”, com vista ao exíguo prazo de 17 de dezembro (OMC, 2022).

Cronograma de reuniões foi estabelecido com o objetivo de ajudar os membros a encontrar convergência. Três rodadas adicionais de discussão informal no Conselho de TRIPS foram convocadas para os dias 2 de novembro, 16 de novembro e 6 de dezembro, com a possibilidade de convocar os membros para outra reunião em 15 de dezembro, dois dias antes do prazo. Como afirmou Gberie, “Se as próximas discussões não se traduzirem em opções concretas baseadas em texto, um processo consultivo mais intenso pode ser estabelecido para impulsionar o processo” (OMC, 2022).

Segundo a nota da OMC, 29 países se manifestaram, saudando o processo bem-sucedido da MC12 e atestando que os membros da OMC podem superar diferenças e colaborar para responder aos desafios de saúde mais urgentes do nosso tempo. Houve abordagens diferentes (OMC, 2022):

(1) Um grupo de países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos que apoiam a extensão da Decisão defendeu abordagem abrangente, enfatizando que a suspensão deve ser adotada “como está” sem adicionar qualquer linguagem ou definição que implique novas negociações. Esses membros destacaram que a pandemia ainda não terminou e que o acesso equitativo a terapias e diagnósticos é fundamental para o enfrentamento da COVID-19. Portanto, a extensão é mais urgente do que nunca, pois muitos países menos desenvolvidos não têm acesso a medicamentos e testes.

(2) Um grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento expressou sua disposição para avançar nas discussões, mas insistiu em ver evidências sobre como a propriedade intelectual constitui barreira ao acesso, reiterando a necessidade de que os membros façam pleno uso de todas as flexibilidades já existentes no Acordo TRIPS, inclusive licenciamento compulsório, antes de solicitar novas flexibilidades.



(3) Alguns países comunicaram que estão realizando consultas domésticas sobre o uso de diagnósticos e terapêuticas no enfrentamento à COVID-19, bem como sobre oferta, produção, demanda e distribuição desses produtos.

(4) Houve proposta de definição sobre o que constitui terapêutica e diagnóstico ou estabelecimento de lista de produtos que seriam cobertos por tal extensão. Houve questionamento se a definição estaria alinhada à legislação nacional e o que fazer em caso de produtos com múltiplos usos terapêuticos ou diagnósticos com duplo uso (Covid-19 e influenza, por exemplo).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu aos membros da OMC coerência na abordagem das preocupações de saúde pública, pois que a estratégia “testar e tratar” é vital para a resposta à COVID-19 e observou que muitos países mais pobres estão enfrentando desafios para acessar diagnósticos (OMC, 2022).

O Conselho de TRIPS examinará as comunicações dos países submetidas de acordo com o parágrafo 5 da Decisão de TRIPS no âmbito da MC12<sup>90</sup>. Este parágrafo exige que os membros “comuniquem ao Conselho de TRIPS qualquer medida relacionada à implementação desta Decisão, incluindo a concessão de uma autorização o mais rápido possível após a adoção da medida”. De acordo com o Secretariado da OMC nenhuma comunicação nos termos do parágrafo 5 da Decisão Ministerial foi recebida até o momento (OMC, 2022).

### **Cooperação técnica e capacitação**

Após a convocação do presidente do Conselho de TRIPS em julho passado para que os países apresentassem informações sobre suas atividades em cooperação técnica e capacitação, bem como incentivos para transferência de tecnologia para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, o Conselho recebeu informações da Suíça, da Nova Zelândia, da Austrália, da Noruega, do Japão, do Reino Unido, do Canadá, dos Estados Unidos e da União Europeia. As seguintes organizações intergovernamentais também apresentaram informações: UNCTAD, Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e OMPI. Informações sobre as atividades de cooperação técnica da Secretaria da OMC na área de TRIPS podem ser encontradas no documento [IP/C/R/TC/WTO-OMC/3](#) (OMC, 2022)

### **Reunião do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual**

O Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (Committee on Development and Intellectual Property - CDIP) da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) foi estabelecido pela Assembleia Geral da OMPI em 2007 com o mandato de: (i) desenvolver um programa de trabalho para implementar as 45 recomendações adotadas da Agenda de Desenvolvimento; (ii) monitorar, avaliar, discutir e relatar a implementação de todas as recomendações adotadas; e para esse fim coordenar com os órgãos relevantes da OMPI; e (iii) discutir questões relacionadas à PI e ao desenvolvimento conforme acordado pelo Comitê, bem

---

<sup>90</sup> “Para fins de transparência, assim que possível após a adoção da medida, um Membro elegível deverá comunicar ao Conselho de TRIPS qualquer medida relacionada à implementação desta Decisão, incluindo a concessão de uma autorização. As informações fornecidas devem incluir o nome e endereço da entidade autorizada, o(s) produto(s) para o qual a autorização foi concedida e a duração da autorização. A(s) quantidade(s) para a(s) qual(is) a autorização foi concedida e o(s) país(es) ao(s) qual(is) o(s) produto(s) será(ão) fornecido(s) devem ser notificados o mais rápido possível após a disponibilização da informação.”



como aquelas decididas pela Assembléia Geral. O Comitê reporta e faz recomendações anualmente à Assembléia Geral. É composto por todos os Estados membros da OMPI e está aberto à participação, como observadores, de todas as organizações intergovernamentais e não governamentais com status de observadores permanentes na OMPI, e de outras OIGs e ONGs admitidas pelo Comitê ad hoc (OMPI, 2022).

A 29ª Sessão do CDIP ocorreu em Genebra de 17 a 21 de outubro de 2022. Da agenda, destacamos: (i) o Secretariado recebeu uma proposta da Delegação da Argélia, em nome do Grupo Africano, relativa à organização bienal de uma Conferência Internacional sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. Os principais objetivos são: Discutir questões urgentes e emergentes nas áreas de propriedade intelectual e desenvolvimento; Destacar o papel da propriedade intelectual na promoção da criatividade e inovação para o desenvolvimento económico, social e cultural; e Compartilhar experiências nacionais e melhores práticas sobre o uso da propriedade intelectual para enfrentar os desafios globais; (ii) um [relatório](#) de progresso sobre a implementação das [45 Recomendações Adotadas sob a Agenda de Desenvolvimento](#) da OMPI (OMPI, 2022).

### **Referências**

OMC. [Members discuss extending MC12 TRIPS Decision to COVID-19 diagnostics and therapeutics](#). Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/trip\\_13oct22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_13oct22_e.htm) Acesso em: 24 de outubro de 2022.

OMPI. [Committee on Development and Intellectual Property \(CDIP\). Twenty-Ninth Session](#). Disponível em: [https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting\\_id=72229tml](https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=72229tml) Acesso em: 24 de outubro de 2022.

## O papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares: 8th Global Fórum de Milan Pact, Rio de Janeiro, Brasil

*Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell*

A atual situação global da insegurança alimentar e nutricional e do risco de não alcançar as metas globais da agenda 2030 demandam uma transformação dos sistemas alimentares por meio da implementação de múltiplas estratégias complementares que revertam os modos de produção e consumo de alimentos no mundo<sup>91</sup>.

Nesse contexto, os sistemas alimentares hegemônicos que estão entre as causas das crises atuais não podem estar no centro das soluções, pois estão relacionadas justamente à perda de diversidade agrícola e alimentar, ao crescimento das doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação, a um crescente impacto ambiental da produção de alimentos e ao aumento das desigualdades.

Mais de 60% da população mundial vive em áreas urbanas. O que revela o desafio da crescente urbanização não deve ser desvinculado da agenda dos sistemas alimentares e de enfrentamento da crise alimentar global, enquanto também deve incorporar a possibilidade de ser instrumento para enfrentar a pobreza e as desigualdades, aumentando a resiliência das comunidades e a inclusão social e fomentando modos de vida mais sustentáveis e saudáveis.

Assim, novos modelos de produção de alimentos são necessários, tanto no campo quanto nas cidades. E devem estar baseados no atendimento de direitos humanos, na inclusão e na sustentabilidade, com uma governança forte e protegida, com ampla participação da sociedade civil e pequenos produtores e responsabilização das agências e dos governos nacionais.

O papel das cidades nos sistemas alimentares também precisa ser revisto no âmbito dessas transformações, para que deixem de ser coadjuvantes, focados somente na perspectiva de mercados consumidores, para terem um papel ativo na construção de sistemas alimentares locais sustentáveis, inclusivos e resilientes.

Cada vez mais o meio urbano não deve mais ser visto como oposto ao meio rural, mas como um lócus privilegiado de transformação dos sistemas alimentares, complementando as mudanças que são necessárias também no meio rural.

Os espaços urbanos e periurbanos possuem, assim, uma vocação natural para construção de circuitos curtos de produção e acesso a alimentos com maior diversidade e produzidos de forma mais sustentável e reduzindo perdas.

Essa agenda é reconhecida pela FAO, que, em 2019, lançou um documento sobre a agenda global de alimentação urbana (*FAO framework for the Urban Food Agenda*), como instrumento para impulsionar a ação de governos subnacionais e locais na melhoria da nutrição e da garantia de sistemas alimentares sustentáveis nos espaços urbanos e periurbanos<sup>92</sup>. Esse documento traz importantes princípios orientadores para as políticas, que incluem a construção de sinergias entre o rural e o urbano, a garantia da inclusão social e da equidade (trazendo o lema “não deixar ninguém para trás” nesse escopo), a garantia de resiliência e sustentabilidade

---

<sup>91</sup> <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

<sup>92</sup> <https://www.fao.org/3/ca3151en/ca3151en.pdf>

e a necessidade de conexões e interconexões entre os sistemas alimentares (perspectivas integradas).

O papel das cidades foi discutido no *8th Global Fórum de Milan Pact* dias 17 e 19 de outubro deste ano, na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, com o propósito de debater políticas públicas sobre geração de sustentabilidade e justiça social em que a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos principais temas.

O evento ocorreu com a participação de inúmeros representantes de vários continentes e países em que as narrativas apontaram, a importância da restauração dos ecossistemas alimentares por meio de lições aprendidas e de resiliências necessárias para promover a ética de desenvolvimento e a prosperidade econômica.

Foram apresentadas experiências que apontam oportunidades em meio urbano e periurbano de estratégias que permitem implementar estratégias de resiliência para a promoção de governança inclusiva para a formulação de políticas e ações que interfiram nos sistemas alimentares.

As narrativas dos representantes dos países são de superação da problemática de insegurança alimentar com base em re-desenhos de sistemas alimentares municipais de suporte a agricultura urbana como também de agricultores rurais. Foram apresentadas experiências de promoção a saúde e a sustentabilidade alimentar bem amplas que contemplaram também o enfoque de importância a aspectos cerimonial e cultos espirituais.

No *8th Global Fórum de Milan Pact* a esperança de transformação dos sistemas alimentares de cadeia curta como ação viável para promover a segurança alimentar no mundo foi muito destacada. Mas com o reconhecimento que este processo requer tempo, recursos, conhecimentos e boa governança, para promover sistemas agroalimentares resilientes, eficientes sustentáveis e inclusivos.

Em meio a apresentação de experiências de sistemas alimentares de cadeia curta neste evento nas cidades urbanas e periurbanas, a preocupação com a influência dos contemporâneos corporativos hegemônicos que tem promovido problemas climáticos econômicos e desigualdade social foi pouca discutida. Em que ficaram ausentes referências sobre as medidas globais de atendimento a produção de alimentos tanto para o comércio internacional como interno. A influência deletéria dos investimentos na diversificação de commodities que promovem mais fragilidades no enfrentamento de adversidades climáticas, catástrofes e instabilidades determinadas por conflitos políticos, étnicos e religiosos.

A crítica sobre o custo da abundância de alimentos baseada em commodities alimentares no século XX e XXI foi destacada na mesa coordenada pela Universidade de São Paulo com o alerta do aumento da disponibilidade alimentar de alimentos processados e não de alimentos frescos e naturais.

É importante destacar que este fórum ocorrido na cidade do Rio de Janeiro ocupa lugar de espaço de reflexão sobre a superação desta problemática a ser alcançada se houver a estabilização da renda e o suporte de programas de proteção social nos momentos de crises principalmente para populações de baixa renda.

A valorização de atores como os jovens, as mulheres e os agricultores de sistemas agroalimentares tradicionais e familiares na consolidação destas iniciativas urbanas e periurbanas de estratégias, o que segundo a FAO-ONU, podem contribuir com mais eficiência e

eficácia sobre os efeitos de catástrofes ambientais e conflitos sociais, com a exemplo da Pandemia COVID-19.

Em que a disponibilidade de alimentos oriundas de redes de transporte de alimentos promoveram respostas rápidas desses produtores de sistemas de cadeia curta por meio de práticas de produção e distribuição pela combinação de práticas de agricultura tradicional com tecnologias inovadoras.

Esta estratégia denominada de serviços ecossistêmicos de biodiversidade e de diversidade dos organismos vivos promovem benefícios a natureza e à sociedade e fornecem alimentos nutritivos, água potável etc. que deve ser protegida e gerenciada de forma sustentável para tornar a vida humana possível no planeta.

Os benefícios nutricionais e de saúde são a maior oferta de alimentos frescos que promovem dietas mais diversificadas, equilibradas e saudáveis; redução de perdas e desperdícios em sistemas alimentares de frutas e vegetais; e compartilhar as melhores práticas de produção sustentável para pequenos agricultores.

Mas para isto é fundamental o desenvolvimento de governança integrativa para a transformação do sistema alimentar global. Assim, a importância de implementar sistemas de governança baseados na interconexão de todos os sistemas agroalimentares para efetuar alertas precoces, avaliação e gerenciamento de risco ambiental, endemias e pandemias são estratégias são estratégia fundamentais.

A FAO tem papel importante na promoção de espaços de discussão devido a sua ação de desenvolvimento de programa de trabalho abrangente para ação na alimentação urbana, em que se reforçam políticas urbanas e territoriais transformativas para fortalecer sistemas alimentares locais sustentáveis. Como o planejamento integrado e mecanismos inclusivos de governança nas agendas, o fortalecimento de cadeias curtas de produção e consumo conectadas a compras públicas, a geração de empregos e negócios inovadores e sustentáveis, aumento para acesso a alimentos e espaços verdes, otimização de cadeias de produção e consumo de alimentos e de bioeconomia circular para reduzir as perdas de alimentos e iniciativas baseadas em evidências para melhorar a governança das políticas.

Além disso, a FAO reconhece a importância da agricultura urbana e periurbana em outros documentos iniciativas, inclusive denomina como heróis locais, indivíduos e comunidades resilientes que desenvolvem boas práticas no âmbito dos sistemas alimentares, contudo é necessário fortalecer ainda mais esta agenda, de caráter transformador, particularmente para aumentar a responsabilização de governos nacionais e locais no fomento de um novo modelo de participação das cidades nos sistemas alimentares mediante, compromissos e metas, bem como de apoio técnico e cooperação. Por exemplo, apesar de sempre mencionada, essa agenda tem ainda pouco espaço de discussão, pactuação, financiamento e apoio técnico e científico comparada às iniciativas ainda atreladas aos sistemas alimentares hegemônicos, voltadas para culturas agrícolas de maior rentabilidade, e que fragilizam os pequenos agricultores, tanto no meio rural quanto nos espaços urbanos e periurbanos.

O mesmo acontece no contexto das Nações Unidas, na perspectiva da Cúpula de Sistemas Alimentares, como parte da implementação da nova Agenda Urbana 93, considerando

---

<sup>93</sup> <https://www.fao.org/urban-food-agenda/news-events/news-detail/en/c/1599835/>

o impacto da urbanização sobre os sistemas alimentares e construir cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Uma possibilidade de desenvolvimento mais efetivo dessa agenda está no âmbito da coalisão de sistemas alimentares urbanos sustentáveis e inclusivos, em que participam governos nacionais, a FAO e outros parceiros, para aumentar a informação sobre o tema, conectar parceiros, preencher lacunas na governança das políticas, integrar os sistemas alimentares urbanos no planejamento territorial, além de servir como plataforma de compartilhamento de experiências.

Contudo, assim como observado no âmbito das iniciativas da FAO, ainda é frágil o nível de comprometimento e responsabilização dos governos e há grande desequilíbrio de atenção, prioridade, recursos e conhecimentos em relação aos modelos de produção de alimentos baseados em commodities e no ultraprocessoamento industrial.

A importância das cidades na verdadeira transformação dos sistemas alimentares também foi reforçada como tema de grande relevância na última assembleia do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) na última semana, destacando que a crescente urbanização deve ser acompanhada pela reorientação da agricultura urbana e periurbana e que a perda das oportunidades de uso dessas terras gradualmente levou a um desacoplamento geográfico das áreas urbanas da produção de alimentos, aumentando inclusive os riscos de insegurança alimentar e nutricional <sup>94</sup>.

Esse distanciamento do meio urbano da produção, em que se reconhece as cidades como local de consumo e o campo como produtor, alterou significativamente os sistemas alimentares, aumentando o número de intermediários entre a produção e o consumo, inclusive no processamento dos alimentos. Isso levou, ainda, a distorções nos preços dos alimentos, em que alimentos básicos, frescos e minimamente processados, proporcionalmente aumentam de preço, enquanto, por efeito perverso dos sistemas alimentares hegemônicos, há uma tendência de redução dos preços de alimentos ultraprocessoados, que se colocam como alternativas mais acessíveis principalmente para populações mais vulneráveis, substituindo os alimentos tradicionais e criando desertos e pântanos alimentares. São ameaçadas, assim, a soberania alimentar, a segurança alimentar e a saúde das populações, junto com a cultura alimentar local.

A agricultura urbana e periurbana traz em sua essência muitos componentes essenciais de transformação dos sistemas alimentares, na medida em que fomentam circuitos curtos de produção e consumo, baseados na diversidade de alimentos e com a possibilidade de incorporar modos de cultivo mais sustentáveis e resilientes. Assim, possuem grande potencial de gerar impactos positivos em termos da diversidade alimentar, qualidade de espaços nas cidades e de empoderamento das comunidades. Contudo, tais iniciativas ainda são pouco incentivadas e apoiadas, além de sofrerem com limitações associadas à regulação de uso de áreas urbanas e da competição com outros usos das terras, limitando as oportunidades de produção local.

Dentre as recomendações políticas do CSA em relação à temática da produção urbana e periurbana de alimentos, reconhecendo sua relação com os ODS 1, 2, 10 e 11 e a necessidade de fortalecer estratégias de segurança alimentar e nutricional que perpassem a cidade e o campo, em seus contextos e necessidades específicas, destacam-se:

- (i) tornar os sistemas alimentares urbanos e periurbanos mais equitativos e acessíveis aos atores sociais e mais efetivos em termos da garantia da segurança alimentar e nutricional;

---

<sup>94</sup> <https://www.fao.org/3/nj978en/nj978en.pdf/>

- (ii) aumentar a resiliência das cadeias de produção, abastecimento e consumo de alimentos no meio urbano, incluindo a economia e os trabalhadores formais e informais;
- (iii) mudar o planejamento urbano para apoiar todas as dimensões da segurança alimentar e nutricional, garantir a realização do direito humano à alimentação adequada e a sustentabilidade da produção e consumo, especialmente às populações mais vulneráveis;
- (iv) aumentar a sustentabilidade, autossuficiência relativa e a resiliência das cidades em relação à segurança alimentar e nutricional, com apoio dos governos nacionais e municipais;
- (v) desenhar políticas mais adequadas para tratar do contínuo entre o rural e o urbano, incluindo questões de posse de terras, crescimento urbano sobre terras cultiváveis, migração rural e crescente competição por recursos naturais; e
- (vi) mapear os potenciais benefícios e desafios dos mercados territoriais para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas.

Além das recomendações do CSA, que devem ser incorporadas às agendas da FAO em particular, mas também articuladas às demais agências que atuam na agenda de sistemas alimentares, vale destacar uma iniciativa global de caráter mais descentralizado, o Fórum Global de Milão para o Pacto Global de Política Alimentar Urbana, estabelecido por uma rede global de prefeitos 95. As atividades do Fórum se organizam em torno de seis eixos temáticos: governança, dietas sustentáveis e nutrição, equidade social e econômica, produção e alimentos, oferta e distribuição de alimentos e perdas de alimentos que se articulam entre si, reforçando a responsabilidade governamental, a abordagem de direitos e a ampla participação popular, visando reduzir desigualdades e garantir inclusão, sustentabilidade e resiliência em nível local.

Além disso, mesmo algumas iniciativas já implementadas, como CSAs (comunidades que sustentam a agricultura), hortas urbanas e feiras orgânicas, frequentemente são direcionadas somente a comunidades de classe média e alta, reforçando a exclusão de comunidades mais pobres, em que predominam desertos e pântanos alimentares. Nesse sentido, além de garantir a inclusão de produtores locais, é fundamental criar espaços para a produção de alimentos e garantir o acesso a alimentos diversos e saudáveis às populações das periferias e outras regiões vulneráveis, trabalhando com feiras populares, equipamentos sociais, compras públicas e outras estratégias, junto com o fortalecimento de políticas sociais e econômicas estruturantes que combatam a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional e quebrem os mecanismos de sua transmissão intergeracional.

A transformação dos sistemas alimentares deve se dar do âmbito global ao local (e vice-versa) e do rural ao urbano, baseada nos mesmos princípios e orientada por uma abordagem de direitos. É preciso repensar as relações entre campo e cidade e mudar as formas de urbanização, que, à semelhança dos sistemas alimentares hegemônicos, que determinam a produção e consumo de alimentos desvinculados da cultura alimentar local e que colocam a saúde em risco, também são orientados por interesses financeiros e não pelo bem-estar da população e pela sustentabilidade ambiental. Nesse escopo, a transformação gradual dos sistemas alimentares deve gradualmente desenvolver alternativas viáveis para substituir os sistemas hegemônicos e depende diretamente de compromissos efetivos e investimento na agenda. Essa transformação precisa acontecer em todos os níveis, com vistas a garantir a redução da insegurança alimentar e nutricional e o alcance dos ODS a partir de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e

---

<sup>95</sup> <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/the-milan-pact/#>

inclusivos, com comida de verdade no campo e na cidade e geradores de saúde humana, animal e planetária.

No *8th Global Fórum de Milan Pact* foi oportunamente escolhido o tema “Comida para alimentar a justiça climática: soluções de alimentação urbana para um mundo mais justo”. O encontro de representantes dos países, foi uma iniciativa promissora para trazer experiências de sistemas urbanos e periurbanos, com base a direitos, de inclusão e sustentabilidade como instrumento de transformação local com impactos nacionais e globais. Foi possível observar diversas experiências de produção, a distribuição e o consumo na perspectiva da cultura alimentar e da biodiversidade pela proposição de modelos alternativos de produção como a agroecologia, à construção e manutenção de espaços de comercialização dos produtos, como as feiras de agricultores, e a vinculação entre a produção e políticas públicas, como a alimentação escolar.

Embora alguns desafios tenham sido apontados como a limitado acesso a recursos e tecnologias para a produção local, escasso mapeamento da produção e consumo de alimentos nos territórios e, conseqüentemente, e o planejamento urbano não incorpora suficientemente a previsão de espaços para preservar áreas verdes e não prevê a destinação de áreas para a produção e acesso a alimentos. O fortalecimento do papel das cidades urbanas e periurbanas é inquestionável como elemento na transformação dos sistemas alimentares, para construir sistemas alimentares locais que sejam diversificados, sustentáveis, resilientes e inclusivos para promover a soberania e segurança alimentar e nutricional a todas as cidades e todos os grupos populacionais em nível local e global.

## Mulheres, Crianças e Adolescentes: novos números e antigos problemas, propostas para reconstrução e maior participação

*Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes e  
Karinne Marieta Carvalho*

### Organização Mundial da Saúde e UNICEF - Relatório sobre Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: retrocessos

O novo relatório da Organização Mundial da Saúde e UNICEF aponta que a saúde tem sofrido globalmente à medida que os impactos de conflitos, da pandemia de Covid-19 e das mudanças climáticas convergem com efeitos devastadores na vida de crianças, adolescentes, jovens e mulheres.

Os dados apresentados no relatório mostram uma regressão crítica em praticamente todas as principais medidas de bem-estar infantil e em muitos indicadores-chave dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desde o último Relatório publicado em 2020, a insegurança alimentar, a fome, o casamento infantil, os riscos de violência por parceiro íntimo e a depressão e ansiedade na adolescência aumentaram.

Estima-se que 25 milhões de crianças não foram vacinadas ou não tomaram todas as vacinas devidas em 2021 – 6 milhões a mais do que em 2019 –, aumentando o risco de contrair doenças mortais e debilitantes. Milhões de crianças perderam a escola durante a pandemia, muitas por mais de um ano, enquanto aproximadamente 80% das crianças em 104 países e territórios sofreram perda de aprendizado devido ao fechamento das escolas. Desde o início da pandemia global, 10,5 milhões de crianças perderam um dos pais ou responsáveis para a Covid-19.

O relatório fornece evidências abrangentes de que crianças e adolescentes enfrentam chances extremamente divergentes de levar uma vida saudável simplesmente com base em onde nasceram, sua exposição a conflitos e as circunstâncias econômicas de suas famílias. Por exemplo: uma criança nascida em um país de baixa renda tem uma expectativa média de vida ao nascer de cerca de 63 anos, em comparação com uma expectativa de 80 anos em um país de alta renda. Essa devastadora lacuna de sobrevivência de 17 anos mudou pouco nos últimos anos. Em 2020, 5 milhões de crianças morreram antes mesmo dos 5 anos, principalmente por causas evitáveis ou tratáveis. Enquanto isso, a maioria das mortes maternas, infantis e de adolescentes e dos natimortos está concentrada em apenas duas regiões – África ao sul do Saara e Ásia Meridional.

Mais de 45 milhões de crianças sofreram de desnutrição aguda em 2020, uma condição com risco de vida que as deixa vulneráveis à morte, a atrasos no desenvolvimento e a doenças. Quase três quartos dessas crianças vivem em países de renda média-baixa. Assombrosos 149 milhões de crianças tiveram o atraso no crescimento em 2020. A África é a única região onde o



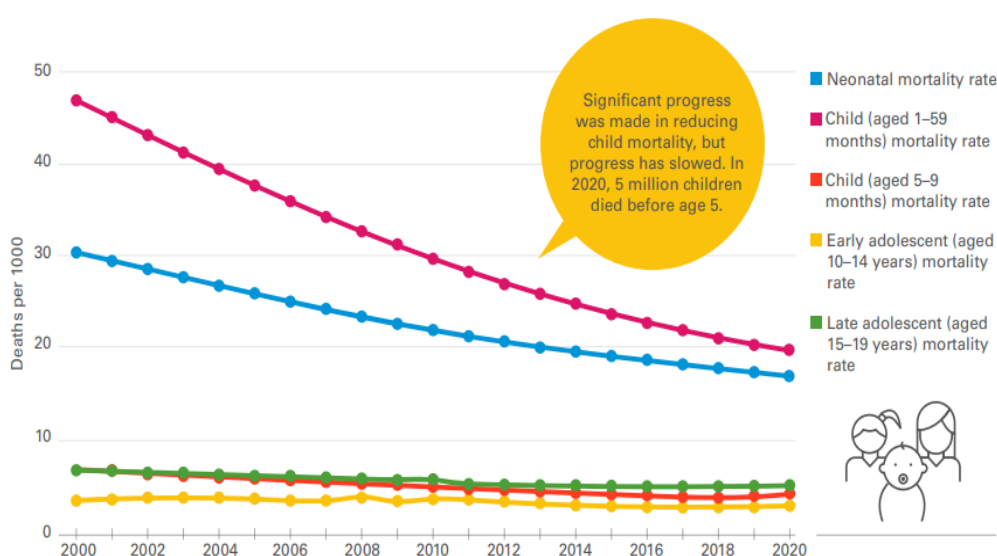


número de crianças afetadas pelo atraso no crescimento aumentou nos últimos 20 anos, de 54,4 milhões em 2000 para 61,4 milhões em 2020.

O relatório está organizado em três seções:

- Seção 1 - apresenta evidências abundantes que mostram que as desigualdades persistem apesar do grande progresso na redução da mortalidade materna e infantil nas duas décadas que antecederam a pandemia. A trajetória de vida de uma criança e os direitos à saúde, educação, oportunidades e segurança ainda são amplamente determinados pelo local de nascimento da criança. Os dados que mostram estagnação ou queda na cobertura de intervenções que salvam vidas também servem como um lembrete da necessidade de ser mais vigilante para preencher lacunas e colocar mulheres, crianças e adolescentes no centro dos esforços de desenvolvimento.

### Taxas globais de mortalidade neonatal, infantil e adolescente (2000–2020)



Também apresenta os principais impulsionadores da saúde e bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes. Ele enfatiza que o empoderamento das mulheres e a participação dos adolescentes são fundamentais para alcançar a Agenda 2030, mas observa que há um longo caminho a percorrer para reduzir a desigualdade de gênero e aumentar as oportunidades significativas dos jovens de se envolver ativamente na comunidade e na vida cívica. Também é enfatizada a importância de abordar os fatores complexos que sustentam os níveis inaceitáveis de desnutrição de hoje e desenvolver estratégias eficazes para alcançar mulheres, crianças e adolescentes afetados por conflitos, migração forçada, pobreza e impactos das mudanças climáticas.

- Seção 2 - faz um balanço dos efeitos diretos e indiretos da Covid-19 em mulheres, crianças e adolescentes. Embora crianças e adolescentes sejam menos propensos a sofrer consequências graves para a saúde da infecção por SARS-COV-2 em comparação com adultos, vários anos de educação, saúde, nutrição e interrupções nos serviços sociais impactaram e continuarão impactando suas vidas.

Mesmo que grande parte do mundo tenha começado a se concentrar em outras ameaças, é essencial refletir sobre as lições aprendidas com a pandemia e suas implicações para a saúde e o bem-estar desta e das próximas gerações. Os desafios à frente são assustadores e há muito terreno a recuperar. No entanto, é possível superar muitos desses desafios se todas as

partes interessadas envolvidas na execução da Agenda 2030 reconhecerem a urgência e desempenharem seu papel na aceleração do progresso.

- Seção 3 - O caminho a seguir: fazer o progresso necessário ao longo dos oito anos restantes da Agenda 2030. Algumas recomendações propostas para acelerar o progresso para beneficiar todas as mulheres, crianças e adolescentes incluem:
- Fortalecer os sistemas de atenção primária à saúde para oferecer intervenções a todas as mulheres, crianças e adolescentes;
- Melhorar a colaboração multissetorial para que os serviços sejam mais bem integrados;
- Melhorar o empoderamento das mulheres e reforçar as oportunidades de liderança de mulheres e adolescentes;
- Avançar e alavancar parcerias público-privadas para melhorar o financiamento e os serviços para mulheres, crianças e adolescentes;
- Garantir o aumento dos investimentos financeiros dos governos e seus parceiros na saúde da mulher, da criança e do adolescente;
- Garantir o abastecimento de alimentos e priorizar a assistência humanitária, ao mesmo tempo em que constrói sistemas alimentares mais resilientes.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#). Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#), e para acessar os infográficos, [clique aqui](#).

### **CELAC, ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF - Casamentos e Uniões Infantis, Precoces e Forçados: práticas nocivas que aprofundam a desigualdade de gênero na América Latina e Caribe**

O relatório busca chamar a atenção para essa prática nociva, particularmente como detonadora e agravante das desigualdades de gênero para meninas e adolescentes. Baseia-se em informações estatísticas e qualitativas para oferecer uma contribuição ao apresentar lacunas em diferentes dimensões do desenvolvimento, incluindo o tempo que as meninas e adolescentes casadas ou em união estável gastam em tarefas domésticas e de cuidado, e recomenda ações para enfrentar essa situação a nível regional e nos países.

Os casamentos e uniões infantis, precoces e forçados são uma realidade na América Latina e no Caribe, embora não muito visível. Este é um fenômeno complexo associado a desigualdades de gênero, violência, pobreza, evasão escolar, gravidez na adolescência e marcos jurídicos e políticos inadequados, limitados ou inexistentes, e coloca em risco o presente e o futuro de meninas e adolescentes. Essas práticas são tanto a causa quanto a consequência da limitada autonomia física, econômica e de tomada de decisão das mulheres, e afetam desproporcionalmente meninas e adolescentes em áreas rurais e em famílias pobres com menos acesso à educação. Em alguns países, eles também estão associados a uma prevalência notavelmente maior entre os povos indígenas.

## Proporção de mulheres de 20 a 24 anos casadas ou em uma união antes dos 18 anos, último ano disponível



### Desigualdades de gênero começam na infância e se perpetuam por toda a vida adulta

**A. Desigualdades na construção de papéis na infância e adolescência** - Desde cedo, a construção sociocultural do gênero determina as habilidades e aptidões de meninas e meninos, estabelecendo uma divisão sexual injusta do trabalho que mais tarde se reflete no curso da vida adulta.

Tarefas relacionadas à reprodução são ensinadas às meninas como “naturais” para seu gênero e elas são persuadidas a realizá-las “por amor” sem esperar qualquer recompensa econômica. Na adolescência, as meninas já aprenderam padrões de comportamento associados ao que é considerado feminino e das brincadeiras infantis para as principais tarefas e responsabilidades que serão exigidas delas na vida adulta. Esse sistema dual também prepara — e exige — que crianças e adolescentes do sexo masculino sejam responsáveis por prover e manter economicamente a família, estabelecendo assim relações de poder desiguais entre homens e mulheres desde tenra idade.

Normas de gênero desiguais estão enraizadas desde a primeira infância, e o casamento, a maternidade e o cuidado de outras pessoas é visto como uma meta de vida para meninas e adolescentes da região. Um estudo realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em oito países apontou, por exemplo, que a maternidade é altamente valorizada pelas meninas na República Dominicana — mais do que a escola. As adolescentes dominicanas raramente declaram autonomia emocional ou econômica como aspiração, e nem sequer identificam que ser uma boa mulher está relacionado com inteligência ou independência. Para elas, ser uma boa mãe significa que uma menina deve esquecer suas próprias necessidades e aspirações; o valor de uma mulher é para cuidar dos filhos. Em El Salvador, as meninas devem assumir trabalhos domésticos que competem diretamente com a escolarização: cuidar, cozinhar, limpar e afazeres domésticos. A educação para meninas às vezes é vista como um desperdício de tempo, pois seu papel é cuidar de seus irmãos mais novos. Na Guatemala, mesmo quando as meninas vão à escola, o casamento infantil, precoce e forçado é uma realidade onde o projeto de vida consiste em atividades domésticas não remuneradas e cuidar de maridos e filhos, ao invés de um plano de vida para si que inclui trabalho gerador de renda. Na Bolívia, meninas disseram que seu papel é “pensar nos filhos, cuidar da casa e obedecer [aos maridos]” e todos veem o cuidado de crianças como responsabilidade exclusiva das mulheres.

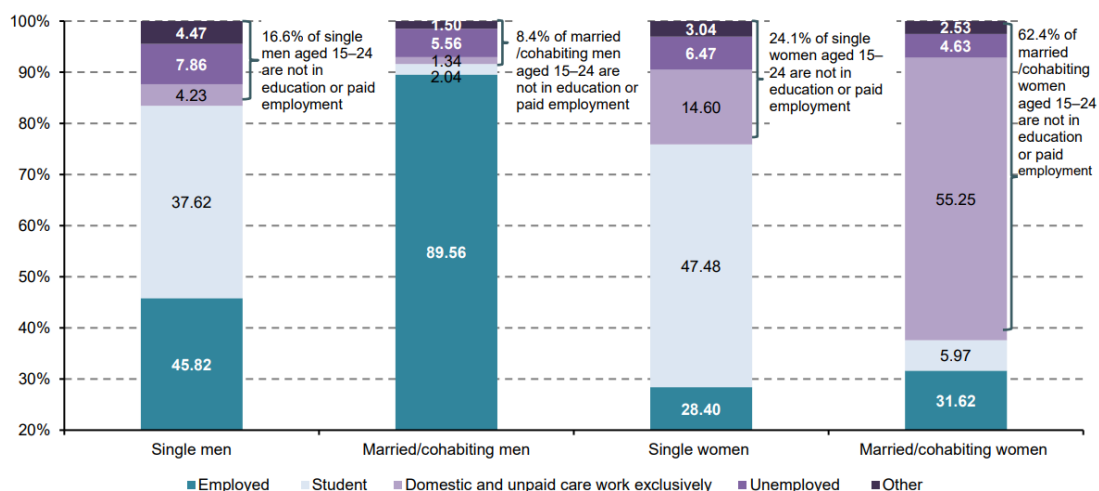
**B. Desigualdades no trabalho e no uso do tempo** - O uso do tempo tem implicações para o desenvolvimento de meninas e adolescentes, pois permite ou impede a participação nas diversas esferas sociais. As atividades com as quais meninas e adolescentes preenchem seus dias podem ajudá-las a adquirir diferentes habilidades — físicas, sociais, cognitivas e emocionais— e contribuir para o seu desenvolvimento integral e exercício da autonomia. Por outro lado, as horas que as meninas investem em cuidar dos outros e nas atividades domésticas prejudica seu desenvolvimento pessoal e compromete seu potencial profissional.

Há também um corpo crescente de literatura atestando a relação entre o uso do tempo na infância e adolescência e a saúde, nutrição, estilo de vida sedentário, desenvolvimento cognitivo, desempenho educacional e bem-estar geral. Assim, o uso correto de tempo contribui diretamente para o bem-estar presente e futuro de meninas e adolescentes.

Estudos sobre o uso do tempo na infância e adolescência são raros e apresentam desafios quando se identifica as múltiplas desigualdades de um grupo tão heterogêneo como crianças e adolescentes da América Latina. Embora as pesquisas de uso do tempo tenham se tornado muito mais comuns em pesquisa e formulação de políticas sobre trabalho não remunerado e de cuidado nos últimos anos, elas deixaram crianças e adolescentes atrás. A falta de dados e lacunas nas evidências continuam a esconder um problema que permanece relegado à esfera privada. A isso deve-se acrescentar que as crianças e os adolescentes não formam um grupo homogêneo que pode ser identificado apenas por gerações. Torná-los totalmente visíveis exigiria o reconhecimento de que meninas são posicionadas em múltiplas interseções de desigualdades e discriminação - como por sexo, idade, estado civil ou parceiro, território (urbano ou rural), nível socioeconômico, etnia ou raça origem, situação migratória, de saúde ou de deficiência, entre outros fatores. Estudos sobre o uso do tempo na infância e adolescência mostram que as desigualdades de gênero já são estabelecidas nessas fases da vida, especialmente em relação à divisão sexual.

As tendências na região indicam que o casamento precoce e a coabitação (entre as idades de 15 e 24) têm consequências para a trajetória educacional e inserção no mercado de trabalho das adolescentes e mulheres jovens, numa fase chave da sua transição para a vida adulta. De fato, a maioria das adolescentes e mulheres jovens (55,2%) que se casaram ou estão em uma união estável, dedicam-se exclusivamente ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Esse percentual sobe para 62,4% naquelas que não estão estudando ou trabalhando. Por outro lado, a maioria das adolescentes solteiras e mulheres jovens dedicadas à escola (47,5%) em comparação com apenas 5,9% das mulheres casadas/coabitantes. O trabalho doméstico não remunerado limita a formação desse mesmo capital e as empurra para a dependência econômica e para condições de trabalho precárias.

**Desagregação do status de atividade da população de 15 a 24 anos, por estado civil e sexo, na América Latina e Caribe (17 países, por volta de 2020)**



**C. Pobreza e educação limitada** - É comum que meninas e adolescentes se casem ou entrem em coabitação como estratégia de fuga da pobreza, mas este passo restringe suas oportunidades de autonomia econômica como resultado de limitações na escolaridade, controle por seus parceiros ou o desempenho do trabalho doméstico ou de cuidado.

De acordo com o estudo realizado em oito países da região, a escolaridade das meninas é menos valorizada que a escolaridade dos meninos. Além disso, a gravidez precoce leva meninas e adolescentes a abandonar a escola, limitando suas oportunidades de treinamento e capacitação.

**D. Violência de gênero contra meninas e adolescentes** - Meninas e adolescentes têm maiores riscos de violência sexual, física e psicológica e o tempo gasto no trabalho de cuidado fomenta a violência econômica, o controle do acesso das mulheres aos recursos econômicos, diminuindo sua capacidade de se sustentar.

A violência de gênero contra meninas e adolescentes é multidimensional e elas muitas vezes experimentam vários tipos de violência simultaneamente. Um estudo regional da UNICEF encontrou que entre 2015 e 2021 a prevalência de violência física infligida por parceiro íntimo variou entre 13% e 18% para adolescentes de 15 a 19 anos.

É importante lembrar que a violência sexual contra crianças é a forma sobre a qual menos informação se encontra disponível. Estudos também mostram que a violência obstétrica é prevalente na região, inclusive contra adolescentes, que vivenciam abuso, desrespeito e negligência durante o parto. A diferença de idade entre os parceiros e a dinâmica de poder que a situação gera, aumentam a possibilidade de sofrer violência.

**E. Gravidez na adolescência e trabalho de cuidado** - O casamento ou união antes dos 18 anos aumenta a probabilidade de se tornar mãe muito jovem, ao mesmo tempo em que engravidar antes dos 18 anos aumenta as possibilidades de união ou casamento.

Para milhares de meninas e adolescentes, a gravidez na adolescência significa dedicar-se principalmente ao trabalho de cuidado, colocando em risco sua educação, rendimentos e oportunidades de desenvolvimento. A gravidez indesejada na adolescência reflete grandes

desigualdades e maiores barreiras de acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva por adolescentes dos quintis mais pobres.

O documento também propõe recomendações sobre casamentos e uniões infantis, precoces e forçados:

- Promover o compromisso político, desenvolvendo uma política regional comum baseada na perspectiva dos direitos, nos marcos legais e políticas públicas, com uma terminologia compartilhada e conceitualização e uma abordagem transformadora de gênero;
- Chamar a atenção para o tema como uma violação dos direitos humanos de meninas e adolescentes, em todas as discussões globais, e destacar a prevalência e características regionais do casamento infantil, precoce e forçado. Usar as lições aprendidas globalmente para colocar o tema firmemente na agenda regional de gênero;
- Assegurar a prestação de contas pelos compromissos assumidos nesta área, incluindo a prestação de contas aos mecanismos regionais e globais de acompanhamento dos direitos humanos;
- Continuar avançando com a mudança dos marcos legais para que eles não apenas assegurem uma idade mínima para o casamento, mas também abordem os direitos relacionados com a prevenção e eliminação do casamento infantil forçado, respeitando a autonomia progressiva de meninas e adolescentes;
- Garantir o acesso gratuito, universal, sensível ao gênero, culturalmente adequado, sem discriminação de qualquer tipo, a meninas e adolescentes;
- Quebrar o silêncio estatístico envolvendo institutos nacionais e academia na abordagem às lacunas nos dados e evidências que tornam o casamento infantil forçado invisível e fenômenos —como trabalho doméstico não remunerado ou violência sexual contra meninas e adolescentes;
- Garantir a participação significativa e contínua de meninas e adolescentes, incluindo suas ideias, conhecimentos, experiências e perspectivas em programas, políticas na tomada de decisões.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

### **UNICEF - Estratégia PARA e COM Meninas Adolescentes: reconstruir com igualdade**

Meninas adolescentes em todo o mundo estão manifestando e liderando mudanças em direção a um mundo com mais igualdade de gênero. Mas enquanto as meninas estão prontas para ajudar a moldar nosso futuro coletivo, uma infinidade de crises e barreiras simultâneas e interligadas estão em seu caminho. À medida que a comunidade global procura “reconstruir a igualdade”, existe uma oportunidade única de superar esses desafios e dar às meninas adolescentes a liberdade e o poder de que precisam para liderar e prosperar.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que, para alcançar o sucesso, a igualdade de gênero deve ser integrada em todas as operações e programas para que mudanças ousadas e transformadoras se tornem reais. Ao mesmo tempo, os planos devem se comprometer a realizar ações revolucionárias que colocam os direitos, o bem-estar e a liderança de meninas adolescentes no centro. São ações específicas e direcionadas para que ocorra a

promoção da saúde, nutrição, aprendizagem e habilidades de meninas adolescentes, bem como proteção contra violência, exploração, abuso e práticas nocivas.

A [Estratégia do Programa de Meninas Adolescentes](#) tem o objetivo de apoiar meninas para que seja possível atingir seu pleno potencial, articulando um plano de programação acelerada - com e para meninas - para promover mais ações multissetoriais, específicas do contexto, orientadas para as meninas. Destina-se a orientar as ações da UNICEF em todo onexo humanitário, de desenvolvimento e paz, refletindo a ampla gama de trabalho programático e técnico com parceiros em mais de 190 países e territórios.

A estratégia foca em três áreas principais:

1. Promoção da saúde, nutrição e saúde mental de meninas adolescentes; saúde sexual e direitos reprodutivos; prevenção, cuidados e tratamento de HIV e AIDS; e acesso a informações de saúde e higiene menstrual de qualidade.
2. Promover o direito de meninas adolescentes a educação de qualidade para aprendizagem, inclusive por meio de habilidades e oportunidades de construção, orientação e coaching - dentro e fora das escolas - para ajudar meninas adolescentes na transição para um mundo do trabalho seguro, satisfatório e equitativo.
3. Proteger cada adolescente da violência, exploração e abuso – online e offline – e prevenção de práticas nocivas, como mutilação genital feminina, casamento infantil e precoce.

Por que este plano é importante? E por que se deve focar em adolescentes e jovens mulheres?

- Globalmente, 15% das mulheres jovens de 20 a 24 anos tornam-se mães antes dos 18 anos.
- Quase o dobro do número de adolescentes meninas de 15 a 19 anos em comparação com os meninos não estão em nenhuma forma de educação, emprego ou treinamento.
- Três quartos das novas infecções por HIV entre adolescentes na África Subsaariana ocorrem entre as meninas.
- Nos países menos desenvolvidos, meninas de 10-14 anos são duas vezes mais prováveis que os meninos da mesma idade para gastar 21 ou mais horas em tarefas domésticas por semana.
- Estima-se que 30% das adolescentes são anêmicas.
- As mulheres representam menos de 30% da força de trabalho global em ciência, tecnologia, educação e matemática.
- Cerca de 12 milhões de meninas a cada ano se tornam noivas crianças, e cerca de 10 milhões adicionais de meninas estão em risco de casamento infantil nos próximos dez anos devido aos impactos da COVID-19.
- Quase 1 em cada 4 meninas adolescentes de 15 a 19 anos casada/em uma relação marital já sofreu violência física ou sexual de um parceiro íntimo pelo menos uma vez em sua vida.

As prioridades desta estratégia abordam alguns dos maiores e urgentes desafios que as adolescentes enfrentam em três áreas principais de enfoque: saúde e nutrição; educação e aprendizagem; e proteção. Essas prioridades devem necessariamente ser personalizadas para o contexto local à medida que a estratégia é implementada.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

## **ONU e ONU Mulheres - Conselho de Segurança analisa papel das Mulheres em acordos de paz**

O Conselho de Segurança se reuniu para a sessão anual sobre mulheres, paz e segurança. O debate faz parte da agenda do Gabão e contou com a participação de Amina Mohammed, vice-secretária geral e Sima Bauhaus, diretora executiva da ONU Mulheres. A reunião deste ano ocorre em um momento em que a segurança global – e o papel desempenhado pelas mulheres na promoção e manutenção dela – está se deteriorando.

### **Representatividade feminina nos acordos de paz**

A importância da presença feminina na construção de sociedades mais resilientes e no desenvolvimento sustentável, bem como a inserção de políticas de gênero nos acordos de paz foi destacada por Amina Mohammed durante o encontro. Ela pontuou que entre 1995 e 2019, a porcentagem de acordos de paz com cláusulas de igualdade de gênero aumentou de 14% para 22%. No entanto, quatro em cada cinco documentos ainda ignoram a pauta. Também ressaltou-se a escassez de presença feminina nos altos níveis de tomada de decisão.

No mesmo período, segundo os dados apresentados por Mohammed, as mulheres constituíam, em média, apenas 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários nos principais processos de paz. 70% dos processos de paz ainda não incluem mediadoras ou signatárias.

### **Cinco ações para a próxima década**

O relatório publicado pela ONU aponta cinco ações para a próxima década sobre os direitos das mulheres. António Guterres, secretário-geral da ONU, pediu prioridade para a proteção das mulheres defensoras dos direitos humanos, que enfrentam crescentes ameaças, represálias e violência. No texto, ele aponta essas corajosas mulheres na vanguarda da agenda de mulheres, paz e segurança.

Amina Mohammed encerrou seu discurso pedindo total paridade de gênero, recomendando o uso de cotas especiais para acelerar a inclusão de mulheres, além do monitoramento eleitoral, reforma do setor de segurança, desarmamento, desmobilização e sistemas de justiça. Ela avalia que, no atual cenário com conflitos e crises, é necessário buscar estratégias para a paz e a estabilidade. “Proteger os direitos das mulheres e promover a inclusão das mulheres é uma dessas estratégias”, concluiu.

Em seu discurso, Sima Bahous, destacou três áreas apresentadas no relatório do secretário-geral: proteger e empoderar as mulheres defensoras dos direitos humanos, garantir o lugar das mulheres nas negociações de paz e financiar o envolvimento das mulheres na paz e na segurança.

Segundo dados da ONU Mulheres, em 2021, 29 defensoras de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas foram mortas, embora se acredite que os números reais sejam muito maiores. Também há ampla evidência de que os acordos de paz são mais sustentáveis quando as mulheres estão à mesa, mas a porcentagem de mulheres nas negociações de paz está diminuindo. Em 2021, a representação das mulheres nos processos de paz liderados pela ONU foi de 19%, menor que em 2020, que foi de 23%.



Paridade na ONU - O relatório do secretário-geral da ONU sobre paridade de gênero também afirma que a agência continua empenhada em alcançar as metas de paridade em todo o sistema.

Guterres avalia que um progresso significativo foi feito em aplicar a liderança feminina. Em julho de 2022, quase metade dos cargos de liderança sênior foram ocupados por mulheres, embora elas ainda ocupem mais cargos de vice-chefes de missão (57%) se comparadas aos cargos de chefes de missão (35%).

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para acessar o discurso completo de Sima Bauhaus, [clique aqui](#). Para acessar a gravação da reunião, [clique aqui](#).

## A encruzilhada da educação na América Latina e Caribe

*Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

O último relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), intitulado “La encrucijada de la educación en América Latina y el Caribe Informe regional de monitoreo ODS4-Educación 2030”<sup>96</sup>, lançado em setembro de 2022, trata do balanço da implementação e desenvolvimento das metas presentes no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) na América Latina e Caribe no período entre 2015-2021.

O relatório traz informações sobre as tendências sociais e econômicas na América Latina e no Caribe; desenvolvimento dos ciclos educativos na primeira infância, na educação primária e secundária; o nível de aprendizagem dos estudantes; qualificação dos docentes e diretores; as tendências da educação superior; **aprendizado e educação com jovens e adultos e financiamento dos governos na educação.**

**Sobre as tendências sociais e econômicas na América Latina e Caribe:** antes da chegada da COVID-19, a economia passava por instabilidade e baixo crescimento, uma crescente desigualdade e uma crise ambiental que colocava em risco a sustentabilidade da vida no planeta. Como resultado, gerou desequilíbrios crescentes, bem como um aumento das tensões políticas e geopolíticas, que aumentam os conflitos e que tanto enfraquecem o sistema multilateral como a legitimidade das democracias a nível interno.

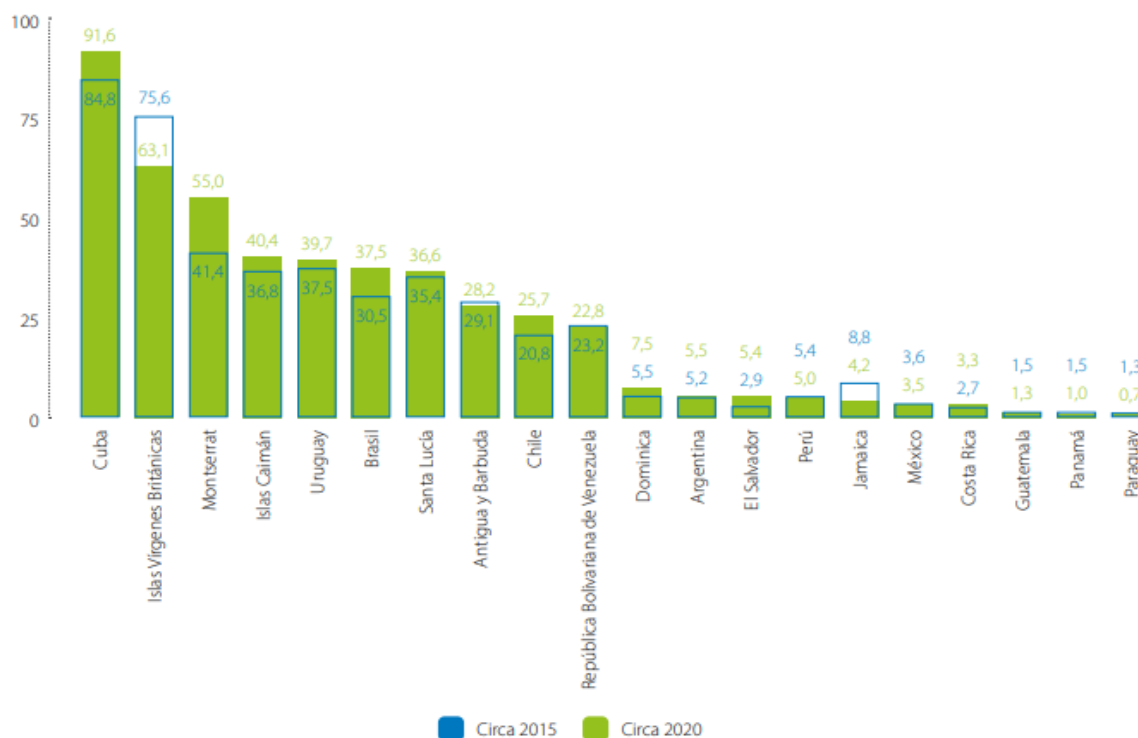
A Agenda 2030 propõe a erradicação da pobreza em todas as suas formas como um de seus objetivos em todo o mundo e como requisito para avançar para o desenvolvimento sustentável. A pobreza, entendido a partir de uma perspectiva multidimensional, implica a privação de oportunidades e participação eficaz na sociedade, e é uma das manifestações mais críticas da violação de direitos. Segundo estimativas da CEPAL, entre 2002 e 2014 ocorreu uma notável redução da pobreza, no entanto este cenário mudou a partir de 2015 com a taxa de pobreza crescendo para 30,5% da população até 2019. Em 2020, como o impacto da pandemia, 17 milhões de pessoas foram adicionadas à categoria de pobreza pessoas mais do que no ano anterior, o que aumentou o total de pobres para 204 milhões. Como consequência, as populações das regiões estão passando por uma acentuada deterioração das condições de vida, que se observa no aumento do desemprego, pobreza e desigualdades.

**Sobre o desenvolvimento dos ciclos educativos na primeira infância, na educação primária e secundária:** para garantir os objetivos da ODS 4 até 2030, os países da região precisam garantir acesso da população infantil e adolescente nos diferentes níveis educativos, desde a primeira infância até a educação secundária. Embora, quase 2,1 milhões de meninos e meninas foram agregados aos programas de desenvolvimento educacional da primeira infância entre 2015 e 2020, um ritmo mais rápido do que nos cinco anos anteriores, a defasagem entre os estágios educacionais é de grande preocupação, enquanto a educação pré-primária (a partir de 3 anos até o ensino fundamental) a taxa bruta de matrícula foi de 77,5% em 2019, a educação na primeira infância a taxa de matrícula foi de apenas 18,6% no mesmo ano.

---

<sup>96</sup>O relatório está disponível no sítio eletrônico da CEPAL nos idiomas espanhol: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48153-la-encrucijada-la-educacion-america-latina-caribe-informe-regional-monitoreo> e em inglês: <https://www.cepal.org/en/publications/48154-education-latin-america-crossroads-regional-monitoring-report-sdg4-education-2030>

**Figura 1 Taxa bruta de matrícula em programas de desenvolvimento educacional na primeira infância. Países da América Latina e Caribe. Por volta de 2015-2020**



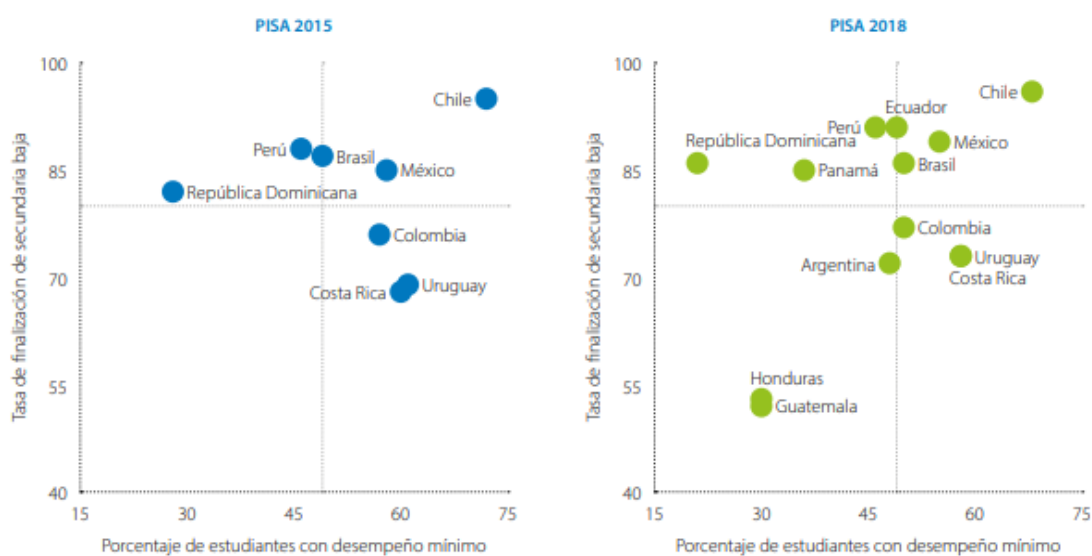
Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO (IEU). Base de dados IEU, disponível em <https://on.unesco.org/3vnhYT5> (acessado em 1 dezembro de 2021).

A taxa de conclusão por nível educacional é outro dos indicadores fundamentais no monitoramento, uma vez que contabiliza aqueles que transitaram em um nível educacional. Com um valor estável ao longo do tempo, 92,7% da população adolescente completou o ensino fundamental em 2020. Para o ensino fundamental e médio, a porcentagem de população jovem que completa cada nível é de 79,1% e 63,7%, respectivamente. É preocupante reconhecer uma desaceleração acentuada na melhoria na conclusão de em relação ao que vinha acontecendo entre 2000 e 2015. Cabe destacar que alguns países, como México, Costa Rica e Uruguai, com histórico de alta exclusão no ensino médio, conseguiram melhorar mais no período recente. Apesar das melhorias, as desigualdades continuam muito amplas: enquanto pessoas de renda mais alta 84,6% conseguem concluir a educação secundária, essa proporção cai para 44,1% para pessoas com renda mais baixa. Por outro lado, 66,6% da população urbana conclui o ensino médio, mas apenas 46,4% o fazem nas áreas rurais. A população indígena é um grupo que apresenta altos níveis de exclusão educacional: na média dos países onde a informação está disponível, 59% conseguem completar o ensino médio.

**Sobre o nível de aprendizagem dos estudantes:** qualificação dos docentes e diretores: para medir o nível de aprendizagem dos alunos é realizado testes internacionais com o objetivo de acompanhar tendências. A análise utiliza como ferramentas centrais os resultados de Estudos Regionais Comparativos e Explicativos (ERCE) do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) para o nível ensino fundamental e avaliações do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE para o ensino médio. Para o ano de 2019, a média dos países avaliados situa-se em valores baixos no quarto ano do ensino fundamental: atinge 54,6% em leitura e 50,9% em matemática. Ou seja, cerca de metade dos

alunos não atingem os níveis mínimos de competência esperada, que nestes anos letivos se concentra principalmente no desenvolvimento da alfabetização. Operações matemáticas iniciais e básicas. No sétimo ano a porcentagem de alunos que atingem o nível mínimo de competências é 31,3% em leitura e 17,2% em matemática. Esta queda revela um problema muito grave na progressão da aprendizagem, pois menos de um terço dos alunos conclui o ensino fundamental adquirindo habilidades mínimas. Na comparação dos países participantes nos testes ERCE, alguns casos de melhora entre 2013 e 2019: Peru em particular continua um histórico de melhoria de testes anteriores, enquanto o Brasil, e em menor medida o Paraguai, República Dominicana e Equador, também alcançaram progresso. Em contraste, alguns países têm declínios em alguns dos testes, como Argentina e Costa Rica em matemática ou Guatemala em leitura. No ensino secundário, para os dez países participantes da América Latina na última edição do PISA em 2018, cerca de metade dos alunos com 15 anos atingiu os níveis mínimos de proficiência em leitura. Esta proporção é ligeiramente mais baixa em ciência, caindo para um terço dos alunos de matemática, o que representa um baixo nível de aprendizagem nesta área.

**Figura 2. Percentual de alunos com desempenho mínimo em leitura no PISA. Países da América Latina. Anos 2015 e 2018**



Fonte: 1 OCDE (2018), PISA 2018 Database, <https://www.oecd.org/pisa/data/2018database/> (acessado em 1 de dezembro de 2021), OCDE (2015), PISA 2015 Database, <https://www.oecd.org/pisa/data/2015database/> (acessado em 1º de dezembro de 2021) e Instituto de Estadística de la UNESCO (IEU). banco de dados IEU. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds> (acessado em 1 de dezembro de 2021).

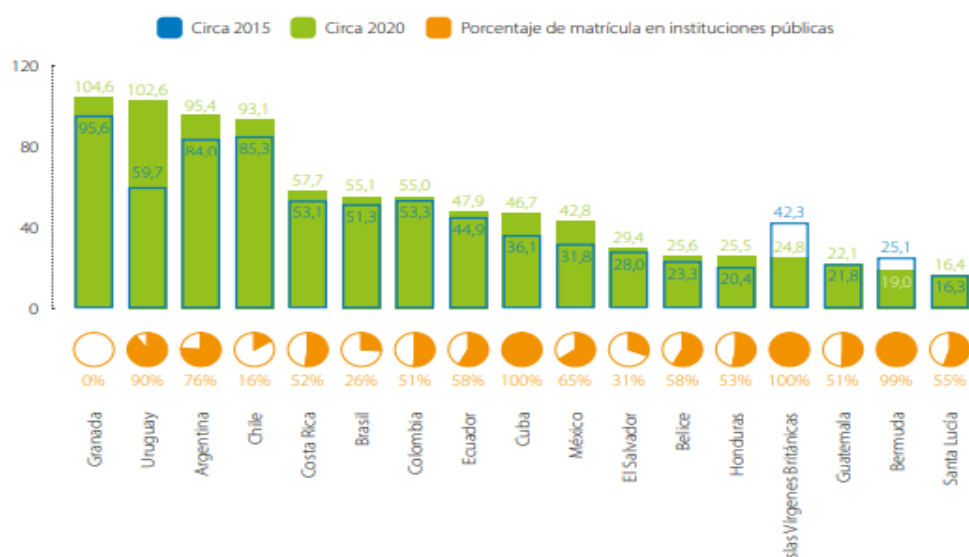
**Sobre a qualificação dos docentes e diretores:** um dos objetivos específicos da ODS 4 destaca a importância em aumentar a oferta de professores qualificados para a expansão dos sistemas educacionais. Entre 2015 e 2019 houve um aumento total de 260 mil professores, número que acompanhou a expansão das matrículas, mas sem reduzir a proporção de alunos por professor. Neste período houve uma desaceleração na incorporação de professores nos sistemas de ensino: apenas 2,7% de aumento. Em relação ao ano de 2015, enquanto nos anos anteriores o aumento havia sido de 9,5% (2007-2011) e 4,5% (2011-2015). Juntos, entre 2000 e 2019, 2,4 milhões de professores aderiram aos sistemas educacionais da região, o que representa um aumento de 30%. Uma melhoria na participação relativa de professores com formação necessária para o ensino. Esta tendência é parte de um processo de renovação constante nos últimos vinte anos. A proporção de professores com formação mínima (indicador ODS 4.c.1) é de cerca de 80% na América Latina e no Caribe, com variações entre os níveis de

ensino. Quanto às características dos professores, manteve-se estável ao longo do tempo a predominância da participação feminina no ensino, especialmente nos níveis pré-primário e primário.

**Sobre as tendências da educação superior:** o desenvolvimento das políticas para educação superior tem caráter estratégico para os países devido aos benefícios que representa em escala nacional, devido à sua capacidade de desenvolver recursos humanos altamente qualificados ao serviço da sociedade, iniciativa privada e pública, bem como gerando novos conhecimentos, promovendo inovação e revitalização social e econômica em contextos voltados para a justiça social, como apresentados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus Agenda para 2030. Entre 2015 e 2020, a taxa de matrícula bruta passou de 49% para 54,1%. Contudo, alguns fatores preocupam como a diferença da taxa de matrícula entre homens e mulheres, se no ano 2000 a distribuição era quase a mesma, até 2020 a taxa bruta de matrícula na educação a maior foi de 61,7% para mulheres e 46,8% para os homens.

Outro fator está ligado às oportunidades de acesso ao ensino superior é o nível socioeconômico. As classes média e alta conseguem com maior facilidade frequentar o ensino superior, enquanto a população de baixa renda encontra maior dificuldade, para efeito de comparação a taxa bruta de matrícula é de 23,2% em 2019 para a população de baixa renda, considerando a média simples dos países que possuem informações, e 136,5% para a população com poder aquisitivo mais alto. Uruguai e República Dominicana, e em menor grau Chile e Argentina são países que mostram as menores aberturas de acesso. Ainda assim, há lacunas muito acentuadas em todos os casos, mesmo quando as diferenças são menores, a taxa bruta de matrícula dos mais pobres representa menos da metade.

**Figura 3. Taxa bruta de matrícula no ensino superior por volta de 2015-2020 e porcentagem de matrícula em instituições públicas por volta de 2020 (em percentuais). Países da América Latina e Caribe**



Fonte: 2 Instituto de Estatística da UNESCO (IEU). banco de dados IEU. <https://on.unesco.org/3vnhYT5> (acessado em 1 de dezembro de 2021)

**Sobre o nível de aprendizagem de jovens e adultos:** A proporção da população alfabetizada vem crescendo de forma constante ao longo do tempo, o número de analfabetos na América Latina e no Caribe foi reduzido em 7,7 milhões nos últimos 10 anos. No entanto,

ainda é um desafio para a região que conta atualmente com cerca de 28 milhões de jovens analfabetos e adultos maiores de 15 anos. As maiores dívidas neste momento encontram-se nas áreas rurais, onde 12,8% da população jovem e adultos é analfabeta. Essa proporção diminuiu nos últimos anos, mas não rápido o suficiente para alcançar a alfabetização universal até 2030. Problemas com a alfabetização persistem em alguns países, especialmente nas faixas etárias mais elevadas. Por exemplo, no Brasil, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Suriname, um quarto ou quinto da população com 65 anos ou mais não é alfabetizada. Dados revelam o número significativo de pessoas idosas que hoje não têm habilidades básicas de alfabetização, o que restringe suas capacidades para desenvolver e exercer direitos.

**Figura 4. Taxa de alfabetização, por faixas etárias. 15 anos e mais. Países da América Latina e Caribe. Por volta de 2015 e 2020**



**Sobre o financiamento dos governos na educação:** o grande crescimento econômico dos países da América Latina e Caribe entre 2004 e 2014, gerou um boom em investimento educacional. O investimento em educação passou de 3,7% para 4,6% do PIB entre 2006 e 2014. Contudo, o esforço financeiro para a educação diminuiu nos últimos anos, caindo para 4,3% em 2019. Um fator relevante é a disparidade entre os países com os gastos na educação, recentemente 18 países aumentaram os gastos com educação e 15 diminuíram, a diferença entre os 10 países com o nível mais alto e o mais baixo de investimento em relação ao PIB passou de 2,7 pontos em 2015 para 3,3 em 2019.

A crise econômica causada pela pandemia de COVID-19 tornou o cenário mais complexo, em um contexto de fechamentos em massa de escolas, a implementação de educação remota e medidas de gestão de retorno exigiu um aumento de recursos, ao mesmo tempo que a contração da economia impactou os cofres dos diferentes governos. Para enfrentar

esta situação, em novembro de 2021, por meio da Declaração de Paris, mais de 40 Estados Membros da UNESCO apelaram aos governos para que protejam o investimento em educação para lidar com crises e desigualdades educacionais agravadas pela pandemia da COVID-19. A Declaração recomendou como principais eixos de resposta à pandemia sustentam os limites mínimos de financiamento incorporados ao Marco de Ação da Educação 2030, alocar planos de estímulo educacional para sustentar ou recuperar a participação de alunos marginalizados, recuperar aprendizagem e bem-estar social, bem como desenvolver habilidades para o emprego e aumentar o volume, a previsibilidade e a eficácia da ajuda internacional à educação.

O relatório traz como conclusão de que a região da América Latina e Caribe apresenta diversos desafios e ameaças para o cumprimento dos objetivos educacionais da Agenda 2030. No período analisado no relatório (2015-2021) é possível notar que os sistemas educacionais da região enfrentam velhas e novas tensões com o objetivo de garantir o direito à educação em vida longa para todos. É um momento difícil, que requer o fortalecimento de alianças e diálogos políticos em processos que incentivem políticas de longo prazo. As habilidades e o maior e melhor investimento em educação são dimensões fundamentais para acelerar o curso de cumprimento do ODS4 até 2030.

## **Intersecções entre crise climática e alimentar em uma agenda de ameaças à saúde global**

***Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas,  
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,  
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,  
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira  
e Luis Eugênio de Souza***

### **Introdução**

Nesta quinzena, houve uma diversidade de temáticas e, ao mesmo tempo, uma maior confluência entre as agendas das OSC de interesse público e privado. Os impactos das mudanças climáticas recebem maior visibilidade e transversalizam outros problemas, devido às dimensões de emergência global instalada. Em meio à crise climática, as instituições estabelecem sua relação direta e indireta com o horizonte perverso da fome, que se amplia sem uma perspectiva real de enfrentamento em prol da garantia de direitos e da dignidade humana.

Os surtos de doenças infecciosas assolam o mundo e convocam às negociações para promover ações que, no mínimo, possam reduzir danos. A escassez de comida e a dificuldade de acesso à água potável são desdobramentos cruciais para disseminação dessas doenças. As vozes que ecoam na sociedade civil pedem espaços de escuta, providências imediatas para os problemas elencados, destacam a insuficiência de financiamento, solicitam compromissos claros de reparações e o fim das “falsas soluções” e da hipocrisia climática.

O fortalecimento da saúde global e dos sistemas de saúde também são convocados através das parcerias e da colaboração intersetorial. Neste plano, a solidariedade, a humanidade, a saúde como um direito e o cuidado integral, conduzem à defesa dos sistemas de saúde públicos, universais, equitativos e interculturais.

A saúde mental global ganha tônica, sendo situada por António Guterres, secretário-geral da ONU, como um dos assuntos mais negligenciados no mundo. Nesta pauta, o tom de denúncia retrata a falta da devida atenção ao problema, inclusive com o baixo investimento na formação de profissionais capacitados para o seu enfrentamento. Tal realidade, impulsiona organizações a solicitarem a elevação da Saúde Mental a uma prioridade global.

Entre as conjunções de crises presentes nas manifestações, a imunização vem sendo incorporada enquanto pauta que amplifica os desafios globais para a vacinação. Entre as abordagens, destacam-se as iniquidades no acesso a vacinas e a importância das mesmas para redução da pressão sobre os sistemas de saúde.

Questões relacionadas aos profissionais da saúde também são mencionadas, com apelo à melhoria nas condições de vida e trabalho, necessidade de formação e capacitação, denúncias da escassez de força de trabalho em saúde, garantia de direitos e equidade de gênero, bem como enfrentamento das situações de violência contra os profissionais nos serviços de saúde.

Outras temáticas surgem isoladamente, mas revelam a abrangência e a complexidade das pautas inseridas como imprescindíveis à agenda da Saúde Global. Migrações e refugiados, saúde ocular, promoção da saúde, trabalho análogo à escravidão, desigualdades e violação de direitos, direitos sexuais e reprodutivos, processos eleitorais, protestos locais, dentre outros,



seguem a configurar questões levantadas pela sociedade civil. E, por fim, os eventos realizados pelas OSC continuam a constituir espaços de aglutinação de forças dessas entidades e de suas agendas específicas.

## **Organizações de Interesse Público**

### **Meio ambiente e Crise climática**

A *ActionAid*<sup>97</sup> comentou [a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu](#) sobre a COP27, em apoio às negociações para promover ações sobre os danos já causados e apoio aos países recuperando-se dos piores impactos das mudanças climáticas. Segundo a responsável pelo tema na ActionAid, o posicionamento da União Europeia vem de crescentes pressões dos cidadãos europeus para que a região se responsabilize e tome providências. Segundo ela, a mensagem enviada pelo Parlamento Europeu aponta para que se estabeleça um mecanismo de financiamento para apoiar comunidades vulneráveis que sofrem com os danos causados por desastres climáticos.

Ainda no tema, *ActionAid* também se [manifestou](#) atribuindo as altas taxas de cólera à crise climática. A organização demonstra sua crescente preocupação com o aumento de surtos da doença ao redor do mundo, especialmente no Malawi, Haiti, Síria e na Somália. Segundo defende, eventos climáticos severos como enchentes, ciclones e secas acabam por reduzir ainda mais o acesso à água potável e criam o ambiente ideal para a disseminação da cólera. Também pontua que os surtos ocorrem em regiões que estavam livres de casos há anos, como o Haiti (3 anos) e Síria e Malawi (mais de uma década).

A *Progressive International*<sup>98</sup> publicou o documento [“African People’s Climate Justice Declaration to African Governments”](#) em vista da 27ª edição do evento da Conferência das Partes (COP27) que será realizada em solo africano. A organização argumenta que é de grande importância que as vozes africanas sejam ouvidas e as suas preocupações e recomendações sejam levadas em consideração. Assim, solicitam à Delegação Africana na COP 27 à pressionar pelos seguintes resultados: financiamento climático; compromissos claros em reparações de “perdas e danos”; construir soberania alimentar; parar de financiar falsas soluções; deixar os combustíveis fósseis no subsolo; transformar o seu sistema de energia; construir a paz e acabar com a hipocrisia climática; parar o colonialismo de resíduos e respeitar e defender os direitos das pessoas.

O *Greenpeace*<sup>99</sup> [faz um chamado importante](#) para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) COP15 que ocorrerá no final deste ano em Montreal. Segundo a organização o evento está esvaziado de autoridades importantes no cenário internacional, fazendo com que esse evento perca a potencialidade que tem em reformular as políticas socioambientais a nível global.

A *Oxfam*<sup>100</sup> [compartilha que seu relatório](#) “Fome num mundo em aquecimento”, chegou à constatação de que embora os países do G20 sejam os responsáveis por ¾ das emissões poluentes globais, os países mais pobres são os que mais sofrem os revezes climáticos dessas políticas históricas desenvolvimentistas. A Somália, por exemplo, é um dos países mais afetados atualmente: vive sua seca mais devastadora em 40 anos, e assim como seus vizinhos Kenya,

---

<sup>97</sup> <https://actionaid.org.br/>

<sup>98</sup> <https://progressive.international/>

<sup>99</sup> <https://www.greenpeace.org/international/>

<sup>100</sup> <https://www.oxfam.org/en>

Etiopia e Sudão do Sul está sofrendo um duro processo de desabastecimento de alimentos. [A fome provavelmente tomará uma vida a cada 36 segundos nessa parte oriental da África devido às secas que virão nos próximos três meses](#). Nenhum desses quatro países, como ressalta diversas vezes a própria organização, foram sujeitos ativos nos fatores aceleradores do atual aquecimento global.

Segundo levantamento do *Greenpeace*, devido às consequências do uso de energia poluente e do desflorestamento de matas nativas brasileiras, [a seca poderá afetar até 80% dos brasileiros em 30 anos](#) e por isso ações urgentes são requisitadas. Além do mais, [vivemos em 2022 um novo recorde de desmatamento na Amazônia](#): o maior acumulado da série histórica no período de janeiro a setembro. O *Greenpeace* Brasil [propõe](#) ao próximo governo brasileiro aderir a agenda de produção de energia 100% renovável até 2050, e, ainda, aponta o atual presidente Jair Bolsonaro como o principal motivador para esse cenário de desmatamento e seca, [o intitulado](#) como pior presidente em 30 anos.

*Greenpeace* [relata uma pequena, mas poderosa insurreição](#) contra grandes empresas de pescaria no Senegal. Grupos de pescadores e pescadoras locais se revoltaram contra a pesca predatória de grandes conglomerados nas costas do Senegal e entraram com ação na Corte Judiciária de Thies, cidade administrativa do Estado do Senegal. Durante a audiência foram revelados elementos surpresa: essas grandes empresas despejavam lixo altamente tóxico nos rios que abasteciam o consumo de água do país. O desejo social é que a decisão tomada pela Corte não só condene, como suspenda totalmente as atividades de uma dessas grandes empresas, a TPM.

### **Fortalecimento da saúde global, dos sistemas de saúde e da solidariedade**

A *International Federation of Medical Students' Associations*<sup>101</sup> (IFMSA) divulgou as atividades do World Health Summit 2022, realizada em Berlim, nos dias 16 a 18 de outubro, destacando a importância das [parcerias na saúde global](#). Acrescentou que a colaboração intersetorial é necessária para sustentar a segurança sanitária e o direito à saúde dentro dos princípios de solidariedade e humanidade.

A *International Federation of Medical Students' Associations* (IFMSA) também se manifestou sobre a necessidade de [fortalecimento dos sistemas de saúde](#) para serem resilientes, baseados em evidências e responsivos. Para tanto, o fortalecimento dos sistemas deve partir dos prestadores de cuidados e promover o acesso equitativo para todas as populações em situação de vulnerabilidade e marginalização.

A *Associação Mundial dos Médicos de Família*<sup>102</sup> (WONCA) publicou a mensagem da sua presidente, Anna Stavdal, referente ao mês de outubro, destacando a [solidariedade global](#) como prioridade nº 1 da Associação. Considerando que o mundo se encontra em estado de desequilíbrio após mais de dois anos de pandemia, a Wonca afirma que é preciso transformar “One Health” de um mero slogan em uma realidade vivida. Para isso, reafirma o seu compromisso incondicional com a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e lança um alerta global enquanto ainda há tempo de agir para evitar um desastre.

O *People's Health Movement*<sup>103</sup> (PHM) divulgou uma [Ação Popular pela Saúde e Bem viver](#), pela transformação e descolonização dos sistemas de saúde da América Latina. Com esta

---

<sup>101</sup> <https://ifmsa.org/>

<sup>102</sup> <https://www.globalfamilydoctor.com/>

<sup>103</sup> <https://phmovement.org/>

campanha, o PHM procura mobilizar a sociedade para criar propostas concretas e influenciar a tomada de decisões e a geração de políticas públicas que transformem sistemas de saúde privatizados, comercializados, segmentados e injustos em sistemas de saúde públicos, universais, equitativos e interculturais, garantindo o cuidado integral à saúde e resgatando o direito à saúde como um direito humano fundamental. O MSP participará do Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, de 19 a 25 de novembro, organizando o Encontro pela transformação e descolonização dos sistemas de saúde na América Latina, além de dois painéis científicos.

### Saúde Mental Global

António Guterres, secretário-geral da ONU, [faz discurso para o evento](#) de dia de promoção à Saúde Mental Global 2022 promovido pela *World Federation for Mental Health*<sup>104</sup>. Nesta declaração, aponta que aproximadamente 1 bilhão de pessoas vivem em circunstâncias adversas de saúde mental. Relata que saúde mental é um dos assuntos médicos mais negligenciados, que alguns países têm média de apenas 2 trabalhadores aptos para trabalhar com saúde mental para cada 100 mil pessoas, e que a ansiedade e a depressão causam sozinhas um impacto negativo de 1 trilhão de dólares todos os anos.

A *World Federation for Mental Health* [esteve em campanha até o dia 10 de outubro](#) (Dia Mundial da Saúde Mental) para elevar a Saúde Mental a uma prioridade global. Através da hashtag [#WorldMentalHealthDay](#) conseguiu mobilizar o compartilhamento de milhares de *tweets* por estúdios de animação, como a [Pixar](#) e a [Disney](#), pela banda internacional [Imagine Dragons](#), assim como empresas transnacionais como a [Mercedes-Benz Group](#) e [Apple TV](#). Foi realizado um [evento presencial no dia 10 de outubro de 2022](#) na cidade de Mumbai, Índia, chamado *Let's Be Brave Together* como parte dessa grande campanha.

A *Mental Health Foundation*<sup>105</sup> (UK) [promoveu em suas redes o uso de laços verdes por conta do Dia Mundial de Saúde Mental \(10 de outubro\)](#). Para o engajamento pediram o uso da hashtag [#PinItForMentalHealth](#) em fotos de animais domésticos ou em selfies. Não foram realizados eventos ou *lives* sobre a temática e data.

A *Mental Health Foundation* (UK) [fez uma carta aberta à Primeira-ministra do Reino Unido](#) pedindo para que se mantenha no projeto de lei de Segurança Online uma regulamentação de conteúdos relacionados a suicídio e automutilação. Segundo dados britânicos de 2017 aproximadamente 26% dos suicídios por pessoas menores de 20 anos foram correlacionados ao uso de internet, assim como 13% na faixa dos 20-24 anos. Para a fundação é necessário que a regulamentação atinja todo o público e não apenas o infantil, uma vez que pessoas de todas as idades podem ser afetadas negativamente, como também inevitavelmente compartilham entre si os dispositivos e conteúdo. A *Mental Health Foundation* pondera que o Reino Unido seria vanguarda ao proteger todas as pessoas de todas as idades.

### Vacinas

Na última quinzena, a *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública*<sup>106</sup> (WFPHA) manifestou-se, fornecendo recomendações para o desenvolvimento de sistemas de imunização fortes e resilientes e planos concretos de preparação para crises em toda a União Europeia, voltadas para a [imunização pediátrica](#) eficaz e priorização da vacinação como um serviço de

<sup>104</sup> <https://wfmh.global/>

<sup>105</sup> <https://www.mentalhealth.org.uk/>

<sup>106</sup> <https://www.wfpha.org/>

saúde essencial. Essas recomendações foram sistematizadas em cinco pontos: monitoramento, comunicação, acesso equitativo, legislação e financiamento e preparação para crises.

A escassez global de [vacinas contra a cólera](#) levou o Grupo de Coordenação Internacional (IGC), composto por membros da OMS, *Médicos Sem Fronteiras (MSF)*<sup>107</sup>, UNICEF e IFRC, a anunciar que está substituindo os dois regimes de doses para o de dose única. A vacinação de dose única fornecerá proteção mais curta, mas é a maneira justa e equitativa de tentar proteger o maior número possível de pessoas ao lidar com surtos simultâneos de cólera, que está aumentando em mais de 20 países.

A [Federação Internacional de Hospitais](#)<sup>108</sup> (IHF), por meio do *Twitter*, ressaltou que as vacinas ajudam a manter os leitos e serviços hospitalares disponíveis para que os profissionais de saúde possam prestar cuidados aos pacientes necessitados. Esta manifestação decorre do post da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas, que afirma o potencial das vacinas para reduzir a pressão sobre os sistemas de saúde, ajudando a prevenir complicações de saúde de mais de 30 doenças infecciosas.

### Profissionais da saúde

A *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* divulgou sua participação na 1ª Conferência Mundial de Pacientes, realizada em Roma, onde discutiu com delegados de outras ONGs internacionais como [preparar melhor os profissionais de saúde](#) para enfrentar o novo normal e lidar com as diferentes crises em curso, desde a pandemia de COVID-19 até as mudanças climáticas, guerras, deslocamentos, etc.

No Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres, o *Conselho Internacional de Enfermeiros*<sup>109</sup> (ICN) lançou um documento com as novas [Competências Essenciais em Enfermagem em Desastres](#): Competências para Enfermeiros envolvidos em Equipes Médicas de Emergência .

O *Conselho Internacional de Enfermeiros* (ICN) congratulou-se com as Enfermeiras suíças que ganharam prêmio Heroínas da Saúde pelas mobilizações contra a escassez de profissionais de enfermagem e a luta por obter melhores condições de trabalho. O prêmio, reconhece as mulheres que estão liderando a mudança para a equidade de gênero na saúde.

A *World Medical Association*<sup>110</sup> lançou uma declaração na Assembleia Geral em [Berlim](#), condenando a [violência](#) contra o pessoal de saúde, que aumentou particularmente desde a pandemia de Covid-19. Delegados de quase 60 associações médicas nacionais instaram as unidades de saúde a adotar uma política de tolerância zero em relação à violência no local de trabalho. E pediram aos governos que [ajam para prevenir a violência e eliminá-la](#).

Uma versão atualizada do [Código Internacional de Ética Médica](#) foi aprovada e publicada pela *World Medical Association*. A nova versão inclui pela primeira vez seções sobre autonomia do paciente, bem-estar do médico, tratamento remoto e sustentabilidade ambiental. O processo de revisão levou três anos para a WMA e envolveu várias conferências regionais de especialistas e consultas públicas.

---

<sup>107</sup> <https://www.msf.org.br/>

<sup>108</sup> <https://www.ihf-fih.org/>

<sup>109</sup> <https://www.icn.ch/>

<sup>110</sup> <https://www.wma.net/>

O novo presidente da *World Medical Association*, Dr. Osahon Enabulele, salientou durante a inauguração da assembleia anual que é importante investir no bem estar e melhorar as condições de vida e trabalho de médicos e outros profissionais da saúde para evitar o [burnout](#) físico e mental. Dentro das principais lições aprendidas da pandemia da COVID-19, está manter a segurança dos profissionais, além de construir sistemas de saúde resilientes, recursos humanos para a saúde e a comunicação pública e o engajamento dos médicos.

### **Migrações e Refugiados**

*MSF* denuncia que Malta viola o princípio de não devolução e atrasa [resgates](#) na sua área de responsabilidade de busca e salvamento marítimo. 23 pessoas que foram resgatadas no Mediterrâneo, após 4 dias no mar, foram impedidas de desembarcar em Malta ou na Itália, apesar de serem os locais seguros mais próximos no momento do resgate. Em vez disso, as pessoas foram levadas à força para o Egito. Embora o Egito seja signatário da Convenção de Genebra de 1951, o país carece de uma estrutura legal nacional adequada para a proteção de refugiados e requerentes de asilo. *MSF* e outras organizações exigem o fim destas graves violações dos direitos humanos no Mediterrâneo central e ao longo das fronteiras externas da UE, cometidas diretamente pelas autoridades europeias através de empresas privadas.

A *People's Vaccine Alliance*<sup>111</sup>, lançou o relatório [“Berlin Declaration: key claims and critiques”](#) para alertar sobre as tentativas da indústria farmacêutica para controlar a resposta de futuras pandemias com as mesmas medidas que falharam em garantir o acesso global equitativo a vacinas, testes e tratamentos nas pandemias de COVID-19 e HIV/AIDS. A Declaração de Berlim foi um documento publicado pela Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA) no intuito de ditar os termos em que as tecnologias médicas devem ser desenvolvidas, financiadas, precificadas, e distribuídas durante futuras emergências de saúde pública. As organizações da sociedade civil temem que esta seja uma tentativa de influenciar as negociações intergovernamentais sobre um tratado de pandemia, já que consagrar as demandas das empresas farmacêuticas normalizaria as desigualdades globais e amarraria as mãos dos governos em futuras crises de saúde.

A [CARE International](#)<sup>112</sup> divulgou o trabalho realizado pela CARE Bangladesh que administra 12 espaços seguros para mulheres e meninas (WGSS), conhecidos localmente como “Shantikhana” (literalmente: “lugar de paz”). Trata-se de oito acampamentos, que formam o maior lar temporário de refugiados do mundo. No Shantikhana, as meninas recebem apoio psicossocial para se recuperar de traumas, enquanto também aprendem habilidades para a vida e alfabetização básica. Os espaços também incluem atividades recreativas e sessões de conscientização sobre violência de gênero, tráfico de pessoas, poligamia, higiene menstrual, abuso infantil e casamento precoce.

### **Insegurança alimentar e Saúde**

*MSF* amplia a cobertura dos seus programas de nutrição para atender ao aumento significativo de crianças com [desnutrição aguda](#) na cidade de Baidoa, no sudoeste da Somália. A área foi severamente afetada por uma seca implacável, a pior em 40 anos, em meio a décadas de conflito, insegurança contínua e uma resposta humanitária inadequada. A desnutrição infantil na região foi exacerbada por doenças infecciosas mortais, como o sarampo. As taxas desta doença estão aumentando dramaticamente à medida que as pessoas se abrigam em

---

<sup>111</sup> <https://peoplesvaccine.org/>

<sup>112</sup> <https://www.care.org/>

condições de superlotação. Em centenas de abrigos e locais improvisados espalhados pela cidade, os serviços de água e saneamento precários contribuem para a disseminação de doenças transmitidas pela água, como a cólera.

A [CARE International](#) divulgou a parceria global entre a CARE USA e a Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN), para melhorar o acesso a dietas saudáveis a preços acessíveis. O anúncio ocorre em um momento de crescente insegurança alimentar para milhões de pessoas em todo o mundo, agravada pelo conflito em andamento na Ucrânia, e se baseia na colaboração da CARE e da GAIN durante a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS) do ano passado.

A [CARE International](#) estima que mais de 600 milhões de pessoas podem perder uma refeição por dia nos próximos 6 meses. Com base em um relatório recente da Gro Intelligence e do CRU Group sobre os impactos do conflito da Ucrânia no fornecimento global de fertilizantes, destaca que uma escassez global de fertilizantes e o aumento resultante nos preços levarão a uma perda total de 72 trilhões de alimentos produzidos apenas em 2022.

*Greenpeace Brasil* [traz a questão da segurança alimentar global como extremamente preocupante](#), citando a 50ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, que ocorreu de 10 a 13 de outubro. Segundo seu levantamento, há uma correlação entre as regiões continentais que mais utilizam agrotóxicos e as que mais têm populações passando fome. Isso ocorre porque as plantações ostensivas e recordes do agronegócio derivadas do uso de agrotóxicos são de pauta exportadora e destinadas à pecuária ou produção de energia. Dessa maneira, extensas parcelas do território estão dominadas por plantações que desestabilizam a geração de seguridade alimentar para seus próprios países, pois prejudicam de forma direta trabalhadores e pessoas que têm contato com produções quimicamente danosas como também deteriora a capacidade do meio ambiente de se recompor devido a contaminação direta e indireta desse tipo de produção.

### **Saúde ocular**

A *Federação Internacional sobre Envelhecimento*<sup>113</sup> (IFA) divulgou informações sobre o debate “Tendências emergentes na política de [biossimilares oftálmicos](#) no Canadá”, apresentando as experiências de médicos e pacientes e o nível de conscientização sobre biossimilares.

A *Federação Internacional sobre Envelhecimento* (IFA) registrou a passagem do [Dia Mundial da Visão](#), celebrado em 13 de outubro, conclamando todos a se juntarem em prol da saúde ocular, garantindo atendimento oftalmológico acessível e inclusivo para todos em todos os lugares.

### **Conflito de interesses na Indústria**

Membros do [Comitê de Conflitos de Interesses](#) da *World Public Health Nutrition Association*<sup>114</sup> reuniram-se para discutir como construir capacidade para comunicar e gerenciar a interferência do conflito de interesses da indústria em países de baixa e média renda.

---

<sup>113</sup> <https://ifa.ngo/>

<sup>114</sup> <https://www.wphna.org/>



A *NCD Alliance*<sup>115</sup> está trabalhando na elaboração de um [kit de ferramentas](#) para apoiar organizações da sociedade civil a identificar situações de conflitos de interesses em sua relação com a indústria.

### **Promoção da Saúde**

A *NCD Alliance* divulgou o [relatório Global status on physical activity 2022](#), publicado pela Organização Mundial da Saúde. O relatório mede a implementação das recomendações para aumentar a atividade física em todas as idades e habilidades, pelos governos. Segundo a notícia “Dados de 194 países mostram que, em geral, o progresso é lento e que os países precisam acelerar o desenvolvimento e a implementação de políticas para aumentar os níveis de atividade física e, assim, prevenir doenças e reduzir a carga sobre os sistemas de saúde já sobrecarregados”.

O programa Young Physician Leaders (YPL) da *InterAcademy Partnership*<sup>116</sup> selecionou 21 jovens profissionais de saúde para fornecer as habilidades necessárias para promover a saúde e fortalecer os sistemas de saúde em todo o mundo no [YPL leadership workshop](#) realizado em 13 de outubro e posteriormente participaram do World Health Summit (WHS) 2022, um fórum internacional líder para a saúde global, realizado em Berlim e virtualmente de 16 a 18 de outubro.

### **Trabalho Escravo Moderno**

*Oxfam Brasil* divulgou [uma lista de candidatos às eleições brasileiras de 2022](#) que assinaram compromisso no combate ao trabalho escravo. Segundo a organização, os setores de construção, vestuário e agroexportador (ressaltando a pecuária) são os meios que mais impõem esse tipo de condição degradante e desumana a seus trabalhadores. Para a *Oxfam Brasil* deve-se eleger candidatos que coloquem como pauta a erradicação do trabalho escravo. Presidenciáveis como Luís Inácio Lula da Silva, Vera Lúcia, Ciro Gomes, Léo Péricles, Simone Tebet, José Eymael e Soraya Thronicke assinaram até a presente data (18/10/2022) a carta de compromisso.

No dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, a *Oxfam Brasil* [divulgou sua petição](#) para que os conglomerados Pão de Açúcar, Big e Carrefour façam transparência de onde compram suas frutas e café. Essas três grandes empresas equivalem a metade do setor de mercados brasileiros, e, por isso, têm um peso gigante na cadeia de mercados caso sejam compelidas a romper com essa opacidade, que segundo a *Oxfam*, colabora para que o trabalho escravo e não digno se perdue.

### **Desigualdades Sociais e Violação de Direitos**

A *Oxfam* [divulgou um Index classificativo](#) de países e seu comprometimento com a redução da desigualdade. Segundo este, metade dos países mais pobres diminuíram seus gastos com saúde mesmo durante o período pandêmico de COVID-19. A *Oxfam* diz que para cada dólar investido em saúde pelos países em desenvolvimento, quatro dólares são gastos em pagamento de dívidas a credores ricos, demonstrando também como o endividamento sistêmico internacional limita as possibilidades de investimento dos países mais vulneráveis na melhoria da qualidade de vida. Nações como a Palestina (Território Ocupado da Palestina) é um

---

<sup>115</sup> <https://ncdalliance.org/>

<sup>116</sup> <https://www.interacademies.org/>

contraponto digno de nota, pois aumentou seus gastos com saúde em mais de um terço durante o mesmo período.

*Greenpeace Brasil* [divulga vídeo](#) com lideranças do povo Karipuna, de Rondônia, que estão sendo cercados e violentados pela pecuária criminosa e ostensiva em seus territórios. O relato decorre após diversas denúncias serem feitas aos órgãos competentes brasileiros e resoluções não terem sido efetivadas. Os indígenas Karipuna decidiram então pedir reunião com embaixadores de diversos países, principalmente da União Europeia, requisitando ajuda diplomática e maior pressão ao Estado Brasileiro para fazer cumprir a lei nas propriedades indígenas invadidas.

### **Cúpula Mundial da Saúde**

No dia 16 de outubro, antes do início da Cúpula Mundial da Saúde em Berlim, a International Association of National Public Health Institutes<sup>117</sup> (IANPHI) assinou um [memorando](#) de entendimento com a OMS para fortalecer, por meio de apoio técnico e político, funções essenciais de saúde pública, preparação para emergências e vigilância colaborativa em nível nacional, por meio dos institutos nacionais de saúde pública. Segundo Duncan Selbie, presidente da IANPHI, o acordo marca um momento histórico para ambas as organizações e inicia uma ação colaborativa para melhorar a saúde pública.

Membros da [IANPHI](#) participaram de uma [sessão](#) da Cúpula Mundial da Saúde, no Hub da OMS para Pandemia e Inteligência Epidemiológica, junto ao Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças, o Instituto Robert Koch da Alemanha, o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e o Instituto Nacional de Saúde da África do Sul. Na mesa “Superando as pandemias: vigilância colaborativa e o papel dos institutos de saúde pública”, a IANPHI compartilhou informações de uma pesquisa recente sobre vigilância integrada de doenças (IDS).

### **Doenças Infecciosas**

A [CARE International](#) chama à atenção para o ressurgimento da cólera em alguns dos focos de fome do mundo, incluindo Haiti, Síria, Paquistão, Sudão do Sul e Afeganistão, que está ameaçando a vida de milhões de pessoas já vulneráveis. Globalmente, mais de 200 milhões de pessoas enfrentam fome aguda e 50 milhões de pessoas estão à beira da fome em 45 países. A CREA afirma que o “coquetel tóxico” de cólera e fome cria um ciclo potencialmente letal. Aqueles que estão agudamente desnutridos e têm baixa imunidade, então são mais propensos a contrair cólera ou diarreia aguda.

### **Direitos Sociais**

*Greenpeace* [mostra os efeitos](#) de passagens de transporte público mais baratas ou de graça em países europeus. Segundo seu levantamento, as sociedades abraçaram essa possibilidade que países como Alemanha, Espanha e Áustria ofertaram no ano corrente. Atualmente, esse tipo de iniciativa política pode ajudar a diminuir o estresse do uso de petróleo e seus derivados, uma vez que o transporte público atende um número maior de pessoas e gera uma maior efetividade no gasto de energia. Ainda, preços baixos de transporte faz com que as pessoas tenham mais dinheiro para outros gastos, aumenta a democratização dos territórios e parece gerar maior coesão social. O Greenpeace conseguiu levantar mais de meio milhão de assinaturas de cidadãos alemães interessados em manter as tarifas de transporte público baixas,

---

<sup>117</sup> <https://www.ianphi.org/>



o que a organização comemorou chamando de “grande momento europeu por passagens climaticamente seguras”.

### **Processos eleitorais**

[Jeremy Corbyn](#), membro do parlamento de UK, vai se unir à delegação da *Progressive Internacional* que acompanhará o segundo turno das eleições presidenciais do Brasil, dado que são importantes não apenas para o Brasil, mas também para todo o planeta. O atual governo de Jair Bolsonaro devastou a floresta amazônica e instituições financeiras britânicas tiveram um papel importante financiando a destruição da Amazônia. Descobriu-se que a soja vendida para as granjas de frango da Grã-Bretanha é cultivada em terras desmatadas na Amazônia brasileira. Não podemos mais ser cúmplices, argumentou Jeremy Corbyn.

A *CARE Internacional* aponta três razões pelas quais o voto é importante para as mulheres e meninas ao redor do mundo. As eleições de meio de mandato dos EUA em 2022 ocorrem em um momento de níveis crescentes de fome global, choques climáticos catastróficos e aumento da violência baseada em gênero, que afetam exclusivamente mulheres e meninas, não importa onde estejam no mundo. Compreender o potencial impacto mundial de um único voto pode ajudar ao comprometimento de criar um mundo mais justo e igualitário para todos.

### **Medicamentos**

Membros do Comitê Consultivo de Medicamentos Obstétricos, Reprodutivos e Urológicos da FDA votaram 14 a 1 a favor da solicitação do *Public Citizen*<sup>118</sup> feita em 2019 para retirar a aprovação do [Makena](#) (caproato de hidroxiprogesterona) medicação para prevenção de parto prematuro. Os achados em ensaio clínico mostraram que não é eficaz para prevenir o parto prematuro ou complicações em recém-nascidos. “É inaceitável continuar a expor as mulheres e seus fetos aos riscos conhecidos e potenciais da droga”, diz o Dr. Michael Carome, diretor do Public Citizen's Health Research Group.

A *Public Citizen* levantou uma ação para exigir ao presidente Biden tomar medidas para reduzir o custo da [insulina](#). Mais de 1.3 milhões de pessoas precisam racionar a insulina devido aos altos custos e ninguém deveria ter que escolher entre comprar mantimentos ou pagar um medicamento que precisa para viver.

### **Saúde da População Idosa**

Um documento lançado pela *World Medical Association* diz que [idosos](#) sofrem todo tipo de discriminação nos serviços de saúde. Podem ser percebidos como uma carga para os sistemas de saúde, portanto, existe um racionamento dos procedimentos e são excluídos de ensaios clínicos a partir de determinada idade. Por isso, a *World Medical Association* faz um chamado aos profissionais da saúde e governos de todo o mundo a erradicar todo tipo de discriminação contra os idosos.

### **Direito ao aborto**

Em seu [boletim de número 35](#), o *People's Health Movement* traz destaques sobre mobilizações ao redor do mundo em prol do direito ao aborto seguro. Destaca protestos na Colômbia, Estados Unidos e Argentina. A publicação também traz a notícia sobre a declaração da Suprema Corte da Índia de que todas as mulheres têm direito ao aborto seguro e legal até 24

---

<sup>118</sup> <https://www.citizen.org/>

semanas de gestação. Também traz informações sobre as mudanças no acesso ao aborto após a legalização na Argentina.

### **Protestos no Haiti**

A *Progressive International* informou que nas últimas semanas voltaram a ser realizados protestos no Haiti contra os bancos e as ONG que invadem a ilha desde o terremoto em 2010. O ciclo de protestos começou em 2018, ano em que o preço do combustível aumentou em 50% devido às sanções feitas pelos Estados Unidos ao governo da Venezuela que teve que parar de enviar petróleo com desconto ao Haiti.

### **Organizações de Interesse privado**

#### **COVAX e acesso a vacinas**

A *GAVI Alliance*<sup>119</sup> anunciou a [assinatura de um acordo](#) com a fabricante de vacinas Moderna para o fornecimento de doses contra a COVID-19 em países de renda baixa. Os termos possibilitam o cancelamento de doses restantes pelo acordo anterior estabelecido através do mecanismo COVAX para garantir que os países de renda baixa recebam doses de vacina contendo variantes (VCV) a partir de 2023, mantendo os preços negociados em valores mais baixos dentro do acordo.

A *Fundação Rockefeller*<sup>120</sup> aponta que o Instituto de Doenças Infecciosas de [Uganda](#) conduziu um programa para descobrir por que as comunidades de alto risco não estavam sendo vacinadas contra a COVID-19.

A *Fundação Bill e Melinda Gates*<sup>121</sup> salientou o ressurgimento de doenças imunopreveníveis e ressalta a importância de investir em um [sistema de saúde pública](#) que possa sustentar altas taxas de vacinação. Especificamente destacaram a estratégia “[Vax Now](#)” está levando vacinas para comunidades estigmatizadas. A Fundação Rockefeller também frisa a iniciativa de [Vacinação Equity-First](#), que apoia mais de 100 organizações comunitárias dos EUA para melhorar o acesso às vacinas e informações precisas. Foi dado ênfase para a participação de líderes mundiais, que devem garantir o acesso à imunização para todas as crianças necessitadas, pois em 2021, 18 milhões de crianças [nunca receberam uma única dose de vacinas](#).

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais publicou [relatório](#) sobre a Venezuela abordando as situações políticas, econômicas e de saúde, além das medidas internacionais que estão sendo tomadas para imunização dos imigrantes oriundos deste país.

#### **Doenças infecciosas**

A *Fundação Bill e Melinda Gates* evidenciou a necessidade compromisso dos líderes mundiais, especificamente para conseguir erradicar a [pólio](#), e realçou o compromisso de um mundo livre da pólio e a salvo de futuras ameaças à saúde. Nesse sentido, a Fundação sublinha a importância de [investir](#) na erradicação da pólio, para um mundo mais saudável e teve compromisso de US\$ 1,2 bilhão para ajudar os profissionais de saúde a combater a [pólio](#) e proteger as crianças.

---

<sup>119</sup> <https://www.gavi.org/>

<sup>120</sup> <https://www.rockefellerfoundation.org/>

<sup>121</sup> <https://www.gatesfoundation.org/>

A Fundação ainda realçou a importância de melhorar os esforços na luta contra o HIV, pois a COVID-19 dificultou o acesso ao tratamento e serviços do HIV para os necessitados.

A *Global Fund*<sup>122</sup> chamou a atenção sobre o [investimento](#) em programas que colocam as opções de prevenção do HIV nas mãos de meninas adolescentes e mulheres jovens onde a carga do HIV é mais alta, chegando a 4,4 milhões com programas de prevenção do HIV em 2021. Destacando que para acabar com o HIV, deve-se investir vigorosamente para reduzir a transmissão do vírus nesta população e apoiar à ampla [testagem](#) do HIV nas comunidades.

Também divulgou o [relatório](#) sobre o impacto do progresso dos países de língua portuguesa no combate ao HIV, tuberculose e malária, assim como o apoio do [Reino Unido](#) à GF para acabar com o HIV, a tuberculose e a malária e salvar vidas.

A *Fundação Wellcome Trust*<sup>123</sup> referiu ao [planejamento](#) para evitar surtos de doenças, criar acesso equitativo a vacinas, testes e tratamentos; e incentivar o investimento em pesquisa, desenvolvimento e fabricação de longo prazo. Em consideração do surto global de varíola, que evidenciou as fraquezas que existem na capacidade do mundo de se preparar e responder a doenças infecciosas. Mencionou a experiência de pesquisadores de "[Monkeypox](#)" na África Central, onde a doença é endêmica. Outro surto destacado foi o acontecido no [Haiti](#), onde se registrou novos casos de Cólera pela primeira vez em três anos, foi sinalizado que é necessária uma ação coordenada e urgente para impedir que o surto se espalhe.

A *Fundação Wellcome Trust* divulgou a reunião de especialistas globais em saúde no [World Health Summit](#) com destaque no desenvolvimento de um sistema para a detecção e prevenção de doenças infecciosas. Nesse sentido, apontou o uso de tecnologias para rastrear infecções por varíola em [águas residuais](#), que permite testar anonimamente, capturar infecções assintomáticas e medir o nível de vírus nas populações. Essa técnica também tem sido usada para monitorar a [COVID-19](#) e detectar o mais recente surto de poliomielite.

Por outra parte, a *Fundação Bill e Melinda Gates* destacou a importância de investir na pesquisa de [novos antibióticos](#) para tratar doenças resistentes a medicamentos, como malária e tuberculose.

### **Crise climática**

A *Fundação Wellcome Trust* evidenciou que a mudança climática é um problema de saúde global que afeta milhões de pessoas facilitando a [disseminação de doenças infecciosas](#) e afetando os sistemas alimentares. Assim, aponta que os registros confiáveis e acessíveis de temperatura são necessários para os sistemas de alerta precoce para ondas de calor. Nesse sentido, deu visibilidade ao [relatório](#) sobre a crise climática que aponta a necessidade de se adaptar para lidar com verões mais quentes no futuro.

A *Fundação Rockefeller* abordou a importância do monitoramento ambiental para se antecipar e responder melhor a possíveis surtos, pois o aumento do calor e das inundações cria ambientes mais favoráveis aos mosquitos e para a propagação de doenças como malária, dengue e Zika, de igual forma o estudo de águas residuais e a vigilância aérea para identificação de patógenos.

---

<sup>122</sup> <https://www.theglobalfund.org/en/>

<sup>123</sup> <https://wellcome.org/>

Nesse sentido, a *Fundação Wellcome Trust* salientou a necessidade de recursos e planos para enfrentar o surto de doenças a causa das [inundações](#) devastadoras no Paquistão como a cólera, se espalham por água contaminada e mosquitos que transmitem dengue e malária, que são transmitidas pela água, e prosperam em águas estagnadas de enchentes, em um contexto de hospitais superlotados e escassez de medicamentos. Também deu ênfase na necessidade de um [rastreador](#) de clima e saúde como ferramenta útil para destacar as lacunas sobre dados faltantes.

A *Fundação Wellcome Trust* comentou sobre o recorde de 40°C no Reino Unido durante o verão, que esteve associado a excesso de mortes em mulheres, em pessoas com mais de 65 anos e mortes precoces entre os mais vulneráveis. Por outro lado, também ressaltou o [trabalho](#) de um especialista em clima, acerca de intervenções como telhados verdes e sombreamento, que podem ajudar trabalhadores de fábricas de roupas em Bangladesh, onde as temperaturas podem chegar a mais de 40°C. Ao mesmo tempo, faz referência ao trabalho de um pesquisador sobre o efeito de [temperaturas extremas](#) na Gâmbia, de aproximadamente 45°C. O estudo busca conscientizar as mulheres e parteiras sobre esses riscos à saúde de mulheres grávidas e seus bebês.

À medida que a crise climática se intensifica, a [caminhada](#) até a água se torna mais longa e mais quente para aqueles que necessitam fazer longos deslocamentos em busca de acesso. As inundações no [Paquistão](#) deslocaram milhões de pessoas e as mulheres grávidas na procura de cuidados para a saúde. Por outro lado, se deu destaque ao projeto que prioriza [espaços verdes](#) em Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia, que também começou a enfrentar um grave problema de calor urbano.

### **Crise alimentar**

A *Fundação Wellcome Trust* enfatizou a importância de melhorar os sistemas alimentares para proteger nosso planeta e nossa saúde, considerando a considerável [emissor de gases](#) associada ao desperdício de alimentos. Estimou-se que apenas 75% dos alimentos que comemos vêm de apenas 12 plantas e cinco espécies animais, pelo que a Fundação reforçou a importância de diversificar nosso [sistema alimentar global](#).

Pelo "Indigenous Peoples Day", a *Fundação Rockefeller* salientou o trabalho das pessoas que desempenham um papel vital nas transições para sistemas alimentares sustentáveis e equitativos, como o sistema alimentar da tribo "Sicangu Lakota", que está liderando a revitalização de suas terras por meio de [práticas sustentáveis](#), que envolve reprodução de sementes, agricultura regenerativa e colheita sustentável de búfalos.

A *Fundação Bill e Melinda Gates* abordou a necessidade de reconhecer a importância dos pequenos agricultores e investir em sua resiliência e crescimento, para acabar com a fome. Também enfatizou o apoio às mulheres agricultoras, responsáveis por melhorar a produtividade agrícola, a segurança alimentar e nutricional da família e a resiliência climática da comunidade.

Por outro lado, a *Fundação Rockefeller* ressalta que está aprendendo a usar métodos regenerativos de agricultura e educação de jovens para promover a [soberania alimentar](#) indígena. Realçou o objetivo de melhorar a saúde de 500 milhões de pessoas até 2030 por meio da construção de um [sistema alimentar](#) mais equitativo e regenerativo. Foi destacada a [Growing Justice](#), que é um fundo inédito focado na aquisição equitativa de bons alimentos que coloca os atores da cadeia alimentar na liderança, assim como o trabalho com agricultores e a inversão

em visionários para escalar práticas regenerativas, sustentáveis e locais que expandirão o acesso a boa comida para todos.

A *Fundação Bill e Melinda Gates* mencionou a importância de apoiar as inovações de adaptação climática para pequenos agricultores e tornar os sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis, para que os mais vulneráveis aos impactos climáticos não passem fome.

A *Fundação Rockefeller* divulgou a "EnergyAlliance", que trabalha para [desenvolver programas](#) nacionais de uso produtivo agrícola que gerem impacto no acesso à energia e melhoria nos meios de subsistência e renda. Também apontou o investimento em programas 'Food is Medicine', como o Produce Rx, para aumentar o acesso a alimentos nutritivos, diminuir os custos de saúde e melhorar a saúde e a equidade na saúde, assim como no programa [Food Systems Fellowship](#) para desenvolver habilidades de liderança para a mudança alimentar. Outra iniciativa foi a [DREAM](#), responsável de um sistema de irrigação, alimentado por mini-rede de grande escala em África que visa melhorar o acesso à eletricidade, melhorar mais de 60 mil empregos e deslocar 200 mil toneladas de emissões.

A Fundação, em parceria com a Action Against Hunger US, que visa transformar os sistemas alimentares para serem mais nutritivos e equitativos, e a [Sasipen Pan](#), enfatizou o uso da farinha feita de folhas de arroz para ajudar a nutrir as pessoas. Apontou ainda, o Programa Mundial de Alimentos para integrar alimentos de grãos integrais fortificados nas refeições nas escolas de [Ruanda](#) - reduzindo a desnutrição. Nos EUA, evidenciou o trabalho do "[Healthy School Lunches](#)" sobre adquirir e preparar alimentos cultivados de forma mais local e sustentável para estudantes em todos os EUA.

## Saúde Mental Global

A *Fundação Wellcome Trust* ressaltou o potencial do novo [tratamento da esquizofrenia](#) ao qual financiou. A Fundação salienta, pelo dia mundial da Saúde Mental, a necessidade urgente de enfrentar os problemas de saúde mental em todo o mundo, entendendo melhor os seus desafios. Nesta direção, apontou as novas [orientações da OMS](#) para empregadores apoiarem a saúde mental no local de trabalho com foco em entender o que funciona, para quem e em que contexto.

A Fundação repercutiu as [evidências](#), ainda são pouco compreendidos, que conectam o sono, os ritmos circadianos e a saúde mental e seus mecanismos subjacente. Evidências científicas permitem prever transtornos mentais, como ansiedade e depressão, atuar como um sinal precoce de recaída em transtornos psiquiátricos e identificar novas intervenções em saúde mental. Foi sinalizada a importância de mais estudos do sono focado em jovens e em países de baixa renda. Há os prós e contras nas tecnologias de [rastreamento do sono](#) e o papel na pesquisa. A *Fundação Wellcome Trust* apontou o papel crucial dos [locais de trabalho](#) no cuidado da saúde mental e a carência de informações valiosas para subsidiar intervenções futuras. Outro ponto em destaque é o [financiamento](#) para estudo sobre o papel do sono e dos ritmos circadianos na ansiedade, depressão e psicose.

## Financiamento

A *Fundação Wellcome Trust* publicou a chamada de financiamento de [saúde mental](#), e assim como próximas chamadas de [financiamento](#) dentro do [programa](#) para 11 [novos projetos](#), com o compromisso em [envolver](#) pessoas com experiência vivida em saúde mental nos projetos

e pesquisas financiados. Em geral, abordou que estas iniciativas de [financiamento](#) são direcionadas para grandes desafios de pesquisa. Também destacou os '[financiamentos direcionados](#)' parte do programa "Discovery Research da Wellcome", que deram como resultado descobertas usando o "Diamond Light Sou", uma máquina de imagem científica avançada 10.000 vezes mais poderosa que um microscópio tradicional, que permitiu identificar enzimas que comem plástico e anticorpos contra o câncer. Também a "Zero Gap Fund" da FR, que tem [investido](#) US\$ 18 milhões, e mobilizado \$ 582 milhões em capital privado em inovações para o benefício da sociedade e apoio a [empreendedores minoritários](#), que conseguiram implementar US\$ 2,1 milhões e distribuir 12 empréstimos.

A *Fundação Rockefeller* divulgou a participação no [SOCAP22](#), um painel discutindo como seria a filantropia eficaz e o investimento em impacto com integridade. E apontou o compromisso de US\$ 5,25 milhões através da [MDB Challenge Fund](#) com Open Society e Gates Foundation destinado a liberar mais financiamento por bancos multilaterais de desenvolvimento para países de baixa e média renda. Apontou também, o [relatório](#) sobre o financiamento às Metas de desenvolvimento sustentável e Acordo Climático de Paris da ONU, inspirado nas recomendações do painel independente do G20. A Fundação Wellcome Trust reforça o apoio ao UK Biobank para aprimorar ainda mais o banco de dados de meio milhão de pessoas em todo o Reino Unido e criar recursos valioso para a comunidade científica internacional.

### **Profissionais de Saúde**

O trabalho de agentes comunitárias de saúde com meninas adolescentes e mulheres jovens na Tanzânia foi evidenciado pela *Global Fund*, assim como a importância de assistentes sociais e agentes comunitários na continuidade do cuidado para [tuberculose](#) (TB) em Kharkiv, Ucrânia, onde o conflito teve consequências devastadoras no sistema de saúde. De igual forma a distribuição de mosquiteiros e o trabalho de [agentes comunitários de saúde](#) que lideraram a adaptação dos programas para o fim da malária. Nesse sentido se fez ênfase na importância de investir em [profissionais de saúde](#) com foco na comunidade para fortalecer os sistemas de saúde.

### **Outros assuntos**

A *Fundação Wellcome Trust* repercutiu a fala do Dr. Tedros na abertura do World Health Summit: "Saúde não é um custo, é um investimento". A *Fundação Rockefeller* destacou a participação na [jornada de aprendizado](#) juntamente com formuladores de políticas na Ásia-Pacífico, onde se deu importância aos dados para ajudar a preencher as lacunas de governança, habilidade e conhecimento.

A *Fundação Bill e Melinda Gates* apresentou o [relatório](#) do evento sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio de 2022, com destaque no combater à igualdade de gênero, a insegurança alimentar, a pobreza e muito mais para tornar o mundo um lugar mais seguro e justo. Por outro lado, a *Global Fund* destacou a importância do apoio do [Reino Unido](#) aos países da Commonwealth para manter as estratégias de contenção das doenças e se pede reafirmar o seu apoio.

A *Fundação Rockefeller* apontou o apoio a "[Adelante Mujeres](#)", uma organização liderada por mulheres que oferece oportunidades de empoderamento para mulheres e famílias latinas de baixa renda, assim como à campanha "[Good Jobs Champions](#)", que lidera a luta por

um futuro melhor do trabalho com melhores salários, benefícios adequados, sem discriminação nem assédio.

A *Fundação Bill e Melinda Gates* deu destaque a importância de eliminar a [diferença salarial](#), pois globalmente, as mulheres ainda recebem 20% menos que os homens. Nesse sentido, incentiva a maior participação das mulheres na força de trabalho, para aumentar a [produção econômica](#) em uma média de 35% em países com maior desigualdade de gênero. Esse parece ser um aspecto a ser aprofundado, pois por outra parte, a *Fundação Rockefeller* destacou que menos da metade dos trabalhadores relatou ter um bom [emprego](#), pelo que foi destacado o apoio para torná-los acessíveis a todos.

A *Fundação Bill e Melinda Gates* destacou [soluções](#) que vão fazer a diferença na igualdade de gênero como a educação universal das meninas, a oportunidades de emprego e apoio à saúde materna e cuidados infantis. A *Global Fund* também destacou o direito à saúde para [todos](#), com ênfase à população LGBTQI+.

## **Eventos**

### **Formação: ativismo em saúde**

O MSP, juntamente com suas redes no Sul da Ásia e Sudeste da Ásia e Pacífico, [organiza um curso](#) intitulado “Ação para Sistemas de Saúde Equitativos – Avançando o tema da atenção primária à saúde em tempos de pandemia”. A ideia do curso é promover conhecimento entre ativistas da saúde sobre porque a atenção à saúde é um direito de todos os seres humanos e como é possível sua realização, além de apresentar boas práticas nesta área. O curso também pretende capacitar ativistas para análise e mobilização de pessoas e governos em seus locais de atuação. O curso ocorre de maneira virtual em novembro, e presencial, em Bangkok, no mês de dezembro.

A Women in Global Health<sup>124</sup> realizou no dia 17 o encontro de gala [Heroínas da Saúde](#). À margem da Cúpula Mundial da Saúde em Berlim, 17 mulheres que contribuíram com destaque para a saúde em seus países estiveram presentes. Entre elas, a enfermeira brasileira [Monica Batista Teixeira](#), que coordenou e apoiou o transporte de mais de 900 pacientes com Covid-19 de Manaus para estados vizinhos. Seu esforço resultou na taxa de sobrevivência de 90% desses pacientes.

### **Segurança da Saúde da América**

Dia 19 de Outubro aconteceu o [bate-papo](#) sobre o Fortalecimento da Segurança da Saúde da América com o Dr. RajPanjabi, Assistente Especial do Presidente e Diretor Sênior de Segurança da Saúde Global e Biodefesa no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca. A conversa explorou a abordagem em evolução da administração Biden para biodefesa nacional, preparação para pandemias e segurança de saúde global.

### **Processos eleitorais**

O CSIS realizou o evento [Eleições presidenciais do Brasil](#): perspectivas de embaixadores dos EUA, com a presença de três ex-embaixadores dos EUA no Brasil. O evento discutiu as visões díspares de Bolsonaro e Lula para o futuro do Brasil no mundo.

---

<sup>124</sup> <https://womeningh.org/>



## **Complexidade e continuidade do cuidado**

O Congresso WADEM 2023 convida a submissão de resumos para apresentações orais e pôsteres. O tema do Congresso será “Complexidade e Continuidade: cuidar, enfrentar e superar em um mundo cada vez mais desafiador”. As submissões são incentivadas em uma ampla gama de temas de relevância para a medicina de desastres, atendimento pré-hospitalar e os aspectos de saúde do gerenciamento de emergências e crises humanitárias complexas. Todos os resumos devem ser enviados até 12:00 de segunda-feira, 7 de novembro de 2022.

## **Aprendizagens globais e Saúde Sustentável**

A [Federação Internacional dos Hospitais](#) divulgou, na quinzena, as mesas de discussão do 45º Congresso Hospital Mundial da IHF. Com o tema “Aprendizagens globais, ações locais: saúde sustentável” será realizado de 9 a 11 de novembro de 2022, em Dubai.

## **Enfermagem e Saúde global**

As inscrições para o [Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) 2023 estão abertas e entra no prazo final para submissão de resumos. O ICN 2023 será realizado presencialmente, de 1 a 5 de julho de 2023, em Montreal, Canadá, em parceria com a Canadian Nurses Association (CNA). O tema do Congresso de 2023 é “Enfermeiras juntas: uma força para a saúde global”. O prazo para submissão é 31 de outubro.

## **Assembleia Geral anual da World Medical Association**

Delegados de 57 associações médicas nacionais de todo o mundo participaram da [Assembleia Geral](#) anual da World Medical Association de 5 a 8 de outubro. Foram discutidos: o conflito armado da Ucrânia; os protestos de Iran; o uso ético das redes sociais; o uso de tele saúde; o novo presidente da World Medical Association; orientações sobre discriminação contra idosos; médicos que atendem seus familiares; tecnologias de reprodução assistida; condições carcerárias e tuberculose e doenças crônicas

## **Imunização**

Entre 16 e 19 de outubro, a WFPHA participou da World Health Summit 2022 em Berlim, representada por Michael Moore, coordenador da Força-Tarefa Internacional de Políticas de Imunização, para defender a importância da [imunização adequada ao longo da vida](#) para prevenir doenças e promover a saúde e o bem-estar de nossas comunidades.

## **Considerações Finais**

As Organizações da Sociedade Civil constroem um panorama importante de temas sobre os principais desafios para a Saúde Global. Esta síntese desvela um conjunto de problemas, com todas as suas intersecções, que afeta a humanidade em uma escala global e exige respostas multidimensionais. Os fenômenos não podem ser compreendidos isoladamente, visto que as interfaces estão postas e são imprescindíveis a qualquer exercício de compreensão e busca por respostas efetivas que atenuem as crises que assolam o planeta e afetam de forma ainda mais intensa as populações em situação de vulnerabilidade.

A crise climática é interligada à crise alimentar, destacam tanto as OSC de interesse público quanto as de interesse privado. A impossibilidade de dissociação revela um nó crítico do colapso ambiental e aponta para um futuro de acentuada escassez de comida e de dignidade humana, caso o enfrentamento desta realidade não seja prioridade de todas as agendas globais.



As guerras e a pandemia foram secundarizadas e, quando mencionadas, revelam apenas mais uma face das “tragédias” que são anunciadas. Talvez, um indicativo de que tais temáticas não podem mais ofuscar outras emergências que têm deixado de afetar somente os países marginalizados, transpondo fronteiras que ameaçam também o norte global.

## **Superando a colonialidade da Saúde Global: desafios e possibilidades no protagonismo da sociedade civil de interesse público**

***Armando De Negri Filho***

A função da Sociedade Civil, defensora do Interesse Público, em escala global, e' produzir conhecimento, construir argumentos com esses conhecimentos, incidir com esses argumentos nos processos de decisão e logo disputar e garantir que as decisões influídas se tornem realidade em diversas escalas, do local ao global.

A potência das ideias e dos argumentos que geram são as ferramentas de que dispõe esta sociedade civil crítica e beligerante. Ideias e argumentos que constituem a vertebração das ações, dos conflitos a enfrentar e que logo retroalimentam, ampliam ou descartam as ideias que lhes deram origem e esteio.

Daí que se justifica destacar desde as ideias transformadoras o potencial de reorientação das ações e suas consequências. Este informe propõe uma reflexão sobre o objeto que nos anima – a saúde global desde uma perspectiva decolonial a partir do enfrentamento da injustiça epistêmica. O objetivo desta reflexão proposta e' examinar o quanto do que estamos produzindo como saúde global reforça a hegemonia atual e quanto contribui para uma hegemonia alternativa, emancipadora. Os três primeiros textos selecionados da Revista Lancet - Saúde Global, são expressões dessas formulações / ações da sociedade civil, propõem primeiro a reflexão sobre a injustiça epistêmica existente na produção acadêmica sobre saúde global ( enfoque que nos lembra do enfoque necessário desde o Sul Global para rever o Direito Internacional); segundo, segue nesta linha para transcender o dogma global da saúde, antepondo uma perspectiva indígena e assim dando materialidade `a reversão da injustiça epistêmica; e o terceiro como uma provocação para questionar os limites desta transformação do objeto: a saúde global sobreviverá à sua descolonização ou decolonização? Ou se transformara' em outro objeto?

Também destacamos neste informe a iniciativa da ONU sobre o Dia Internacional para erradicação da pobreza 2022-2023. Tema 2022: Dignidade para Todos na Prática. Os compromissos que fazemos juntos pela justiça social, pela paz e pelo planeta. Importante apropriar para transformar o objeto da pobreza com a perspectiva do direito ao desenvolvimento e a plena emancipação. O que nos permite refletir sobre a maneira como a saúde global e a diplomacia em saúde se inserem nas políticas sociais e sua relação com a pobreza, a universalidade e a focalização das proteções sociais para que nos vejamos no espelho de um sistema amplo e desafiador que necessitamos transformar.

Para seguir nesta linha, de repolitização do Mundo, cabe evocar o alimento para pensar criticamente que nos propõe Claudio Schuftan do Movimento pela Saúde dos Povos, ao provocar uma reflexão sobre a organização de e em partidos políticos e a necessidade de que nos organizemos em agremiações políticas para enfrentar a 'recessão democrática' em que vivemos, com a necessidade de recuperar uma política ativa, o que hoje e' uma coisa de e para poucos. Esta leitura é sobre o estado lamentável dos partidos políticos tradicionais, o balanço para a direita e os políticos ignorando os Direitos Humanos ou levando-os de ânimo leve.

Seguindo na linha dos enfrentamentos com a complexidade, destacamos o seminário / oficina sobre um tema mais que urgente: resistência antimicrobiana e mudanças climáticas - a abordagem de "One Health" necessária para enfrentar o problema. A resistência antimicrobiana (AMR) possivelmente representa a maior crise global na saúde pública hoje, mas o fenômeno

vai muito além do domínio da saúde humana e animal e nos remete a um desequilíbrio social e ambiental enorme, que necessitamos enfrentar já. Enfrentando assim a fragmentada estrutura de governo da saúde global e a falta de limites éticos entre os interesses públicos e privados.

Noticiamos também o seminário de lançamento e a preview do Relatório Principal 2022 do Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre o Desenvolvimento Social, intitulado "Crises da Desigualdade: Mudança de Poder para um Novo Contrato Eco-Social" de 2022. Uma importante contribuição para as transformações a empreender.

Finalmente, destacamos o seminário sobre "Porque as políticas de Pós Crescimento ou de Decrescimento são essenciais para a saúde planetária". Diálogos Políticos do MMI, a realizar-se pelo Centro de Saúde Planetária de Berlin – Alemanha. Sexta-feira, 28 de outubro de 2022.

Enfoque que fortalece os argumentos em torno das transformações para que o enfoque de One Health possa instalar-se no marco do direito ao desenvolvimento com justiça social e ambiental. Boa leitura!

### Artigos e documentos traduzidos para o português

**1. Injustiça epistêmica na produção acadêmica sobre saúde global.**  
HimaniBhakuniPhD<sup>ab†</sup>SeyeAbimbolaPhD<sup>ac†</sup>  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214109X21003016> Volume 9, Issue 10, October 2021, Pages e1465-e1470 [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(21\)00301-6](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(21)00301-6)  
[rights and content](#)

**Resumo.** Este Ponto de Vista chama a atenção para os erros generalizados relacionados à produção, uso e circulação do conhecimento na saúde global, muitos dos quais são tomados como garantidos. Argumentamos que as práticas comuns em saúde global acadêmica (por exemplo, práticas de autoria, parcerias de pesquisa, escrita acadêmica, práticas editoriais, práticas de fazer sentido e a escolha de enquadramentos, perguntas e métodos de audiência ou pesquisa) são apimentadas com erros epistêmicos que levam ou exacerbam a injustiça epistêmica. Descrevemos duas formas de erros epistêmicos, déficit de credibilidade e marginalização interpretativa, que decorrem da exclusão estrutural de produtores marginalizados e beneficiários do conhecimento.

Ilustramos então essas formas de erros epistêmicos usando exemplos de práticas comuns na saúde global acadêmica, e mostramos como esses erros estão ligados à pose (ou posicionalidade) e ao olhar (ou público) dos produtores de conhecimento. O quadro de injustiça epistêmica mostrado neste Ponto de Vista pode ajudar a emergir, detectar, comunicar, fazer sentido, evitar e potencialmente desfazer práticas de conhecimento desleais na saúde global que são infligidas às pessoas em sua capacidade como conhecedores, e como produtores e destinatários do conhecimento, devido a preconceitos estruturais nos processos envolvidos na produção de conhecimento, uso, e circulação na saúde global.

**Introdução.** Alguns grupos sociais acham que a saúde global acadêmica é voltada para seus interesses, enquanto outros encontram menos prioridade sobre o que sabem, como vêem o mundo ou o que é de consequências pronunciadas para eles. Algumas pessoas são reconhecidas como conhecedoras confiáveis dentro da saúde global, e o conhecimento mantido por alguns outros é proporcionado menor credibilidade. À luz desse desequilíbrio, tem havido crescentes apelos para democratizar e descentralizar a saúde acadêmica global.<sup>1</sup> Também tem aumentado os apelos por maiores, mais profundos e éticos engajamento da comunidade,<sup>2</sup> para disseminar

pesquisas e conhecimentos localmente relevantes para seus usuários finais apropriados,<sup>3</sup> para se afastar de abordagens de cima para baixo para pesquisas e intervenções,<sup>4</sup> e para fazer pesquisas que atendam equitativamente às necessidades das pessoas em países de baixa renda e de renda média (LMICs)<sup>5</sup> e, de forma mais ampla, as necessidades de pessoas marginalizadas em todos os lugares, inclusive em países de alta renda (HICs).

Em nossa opinião, o quadro de injustiça epistêmica pode ajudar nos esforços para vir à tona, fazer sentido, e potencialmente desfazer práticas de conhecimento desleais em saúde global.<sup>1, 6, 7</sup> Erros epistêmicos são erros morais que ocorrem em processos envolvidos na produção de conhecimento, uso ou circulação.<sup>8</sup> Erros epistêmicos podem levar a injustiças epistêmicas se o conhecimento mantido por pessoas que pertencem a grupos marginalizados (e se seu status como conhecedores) for sistematicamente concedido menos credibilidade e se os seus recursos interpretativos (ou de fazer sentido) não são reconhecidos.<sup>8</sup> Tais erros também levam à injustiça se grupos estruturalmente marginalizados são prejudicialmente negados recursos interpretativos para dar sentido ao mundo ou sua percepção do mundo,<sup>8</sup> ou se eles são incapazes de usar o conhecimento que recebem porque foi produzido isoladamente deles.<sup>9</sup> É agora sabido que a exclusão epistêmica estrutural e persistente existe na saúde global acadêmica, e que os conhecedores, e produtores e destinatários do conhecimento, de grupos marginalizados em HICs e LMICs sofrem erros epistêmicos distintos.

A primeira teoria sistemática da injustiça epistêmica foi proposta por Miranda Fricker,<sup>8</sup> que descreveu alguns erros distintos feitos a uma pessoa em sua capacidade como conhecedor. Fricker identificou duas formas de injustiça epistêmica: injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica (no texto seguinte usaremos o termo interpretativo, sendo sinônimo e mais acessível do que hermenêutico). A injustiça testemunhal ocorre se um ouvinte atribui prejudicialmente menor credibilidade à palavra de um orador, por exemplo, através de atos que silenciam, subestimam ou distorcem as contribuições do orador (ou seja, por meio de um déficit de credibilidade). A injustiça interpretativa ocorre se indivíduos ou grupos lutam para entender e compartilhar sua experiência do mundo, devido a uma lacuna nos recursos legitimados de interpretação coletiva (ou de fazer sentido) legitimados.

A injustiça interpretativa decorre da marginalização interpretativa, que ocorre se as experiências de tais indivíduos ou grupos marginalizados não forem compreendidas por si mesmas ou por outros porque essas experiências não se encaixam em nenhum conceito conhecido por eles (ou por outros). Muitas práticas de conhecimento em saúde global, muitas vezes tomadas como garantidas, se encaixam em qualquer uma dessas duas formas de injustiça epistêmica (ou seja, injustiça testemunhal e injustiça interpretativa) ou até mesmo exacerbam-nas. Nesta perspectiva, chamamos a atenção para essas práticas e mostramos a importância de identificá-las como erros morais relacionados à injustiça epistêmica.

**Práticas de conhecimento na saúde global como injustiça epistêmica.** Fricker aborda injustiça epistêmica em nível individual ou interpessoal. No entanto, o conceito também é aplicável em nível sistêmico ou institucional.<sup>10</sup> Os sistemas de conhecimento são sistemas sociais, com sua parcela de preconceitos sociais e vieses implícitos que resultam em déficits de credibilidade ou marginalização interpretativa para membros de grupos marginalizados. Esses preconceitos e vieses interferem na capacidade das pessoas de participar de forma plena e igualitária na produção, uso e circulação do conhecimento. Por exemplo, com a marginalização interpretativa, os membros de um grupo marginalizado são incapazes de participar plena e igualmente nas práticas sociais através das quais os recursos interpretativos coletivos (ou de fazer sentido) são gerados e divulgados. Essa marginalização interpretativa pode levar ao déficit de credibilidade.

A marginalização interpretativa também pode decorrer do déficit de credibilidade. Além disso, o domínio de quadros favorecidos por grupos privilegiados pode limitar o uso de recursos interpretativos ou de construção de sentidos de propriedade ou gerados por membros de grupos marginalizados.<sup>8, 11</sup>

Com marginalização interpretativa, grupos sociais dominantes e epistêmicos, que não dão atenção suficiente à possibilidade de que suas ferramentas interpretativas ou quadros conceituais e de conhecimento sejam imperfeitos (especialmente no que diz respeito às experiências de grupos marginalizados),<sup>12</sup> afetam negativamente as liberdades relacionadas ao conhecimento desses grupos marginalizados. Além disso, membros de grupos dominantes podem abrigar preconceitos e preconceitos que os levam a desconsiderar o conhecimento mantido pelos membros de grupos marginalizados e sua credibilidade como conhecidos, o que também leva a um déficit de credibilidade. Os déficits de credibilidade na saúde global acadêmica podem, sem dúvida, estar ligados a privilégios epistêmicos não merecidos concedidos a grupos dominantes, ou seja, excesso de credibilidade. Tal excesso de credibilidade pode estar enraizado em padrões históricos de relações sociais (por exemplo, racismo, sexismo e colonização) em que o excesso de credibilidade de um grupo social ou epistêmico vem em detrimento do déficit de credibilidade de um grupo marginalizado.<sup>13</sup>

A injustiça epistêmica é relevante na perspectiva da descolonização do conhecimento. As preocupações com injustiças epistêmicas, sem o uso explícito do termo, têm sido fundamentais para a bolsa de estudos descolonial e pós-colonial; por exemplo, a pergunta colocada por Gayatri Chakravorty Spivak,<sup>14</sup> "O subalterno pode falar?", foi sobre os déficits de credibilidade e marginalização interpretativa do subalterno (ou seja, o colonizado, marginalizado ou não-elite). Descolonizar o conhecimento é, portanto, equilibrar os déficits de credibilidade e reverter a marginalização interpretativa na sociedade.<sup>15</sup> A descolonização do conhecimento está há muito atrasada na saúde global,<sup>1, 16, 17, 18</sup> um campo que nasceu no colonialismo, e que continua a exibir premissas hierárquicas implícitas, desconsidera o conhecimento local e indígena, e se recusa a aprender com pessoas muitas vezes consideradas como sendo de menor número de motivos.

Os sistemas sociais (por exemplo, governança) e as realidades sociais (por exemplo, iniquidades) que a saúde global busca alterar são complexos,<sup>19, 20</sup> ou seja, consistem em múltiplos componentes móveis com interações distribuídas que são emergentes, dinâmicas, adaptativas, dependentes da história, contingentes no contexto.<sup>21, 22</sup> e "alvejados com relações de poder".<sup>23</sup> O conhecimento sobre tais sistemas complexos e reais é sempre parcial e provisório, e requer conceitualizações, estruturas, e ferramentas interpretativas.<sup>24, 25</sup> Descrições completas, generalizações simples e explicações universais são impossíveis.<sup>21, 24</sup> Conhecimentos, perspectivas e sensores locais ou internos são de importância primária,<sup>26</sup> e esforços para descrevê-los, estudar ou avaliá-los inevitavelmente envolvem reduzir sua complexidade e, em seguida, fazer escolhas<sup>21, 24</sup> sobre quais aspectos destacar e quais ferramentas interpretativas (ou de senso) usar. Essas escolhas são influenciadas pelo poder, posição ou perspectivas das pessoas que as fazem, e pelo público primário pretendido ou assumido da descrição, análise ou avaliação.<sup>6</sup>

Compreender um sistema social complexo ou realidade requer, portanto, uma pluralidade de formas de pensar ou fazer sentido sobre ele.<sup>24, 25</sup> Por exemplo, por si só, mesmo uma perspectiva local, conta interna ou abordagem emic pode ser inadequada. Ao ser particular a um lugar ou localização, às vezes pode lutar para compreender aspectos de um sistema ou realidade de uma forma que incorpore conhecimento além de suas fronteiras ou experiência

imediatas, algo que uma abordagem etic (ou seja, estrangeira ou de fora) às vezes permite.<sup>27</sup> Ter uma pluralidade de perspectivas, contas, abordagens e dispositivos de sensemaking (dos quais alguns podem ser locais e alguns não locais) que complementam uns aos outros é essencial na saúde global.

A implementação bem-sucedida de intervenções biomédicas universalmente comprovadas requer tal pluralidade,<sup>28</sup> para compreender os sistemas complexos dentro dos quais tais intervenções serão implementadas e as complexas realidades que elas alterarão ou criarão. As práticas de conhecimento em saúde global acadêmica tipicamente privilegiam grupos dominantes, divergindo assim da pluralidade e da necessidade de adiar para o conhecimento local, interno ou emic e a formulação de sentidos dos indivíduos e grupos cujos sistemas e realidades o campo busca alterar.

Descrevemos essas práticas de conhecimento em duas categorias: primeiro, erros associados ao orador, ou seja, a aparente pose ou posicionalidade<sup>6</sup> de grupos e indivíduos envolvidos na produção de conhecimento; e segundo, erros associados ao ouvinte, ou seja, o olhar presumido ou público<sup>6</sup> de grupos e indivíduos envolvidos na produção do conhecimento. Mostramos como essas práticas de conhecimento se encaixam, e são concretas, enquadrando-as em termos de déficits de credibilidade e marginalização interpretativa que levam a injustiças epistêmicas, ou seja, injustiças testemunhais e interpretativas.

**Práticas associadas à pose ou posicionalidade.** Pose ou posicionalidade referem-se ao ponto de vista a partir do qual o conhecimento é produzido. Há potencial para injustiça epistêmica se as práticas dominantes de conhecimento limitarem até que ponto membros de grupos sociais ou epistêmicos marginalizados têm propriedade da produção de conhecimento e da criação de sentidos. A injustiça epistêmica pode ser vista em quem é reconhecido como um produtor de conhecimento confiável e em cujas ferramentas interpretativas são usadas para dar sentido ao conhecimento existente ou a novos conhecimentos. Pesquisadores acadêmicos podem desfrutar do excesso de credibilidade em comparação com atores não acadêmicos que podem ter déficit de credibilidade ou marginalização interpretativa. Atores distantes ou estrangeiros podem desfrutar do excesso de credibilidade em comparação com atores locais ou próximos, que podem ter déficit de credibilidade ou marginalização interpretativa.

Parker e Kingori<sup>29</sup> observam que, frequentemente, em colaborações internacionais de pesquisa, o papel dos cientistas locais do LMIC limita-se a fornecer amostras ou fazer trabalhos de campo, ao mesmo tempo em que são excluídos das características científicas das colaborações através das quais eles podem analisar e teorizar sobre dados. HIC ou especialistas estrangeiros que são atribuídos ao papel de teóricos desfrutam do excesso de credibilidade, enquanto especialistas locais em LMIC que são designados para o papel de coletores de dados sofrem um déficit de credibilidade.<sup>30</sup> Se os pesquisadores acadêmicos decidirem que o que determina se uma política ou intervenção é eficaz (ou não) é evidência de outros lugares, mesmo que a eficácia dependa do contexto local e não possa ser definida ao longo do binário de obras versus não funciona, eles fazem isso ao lado do conhecimento local. Os acadêmicos se somam à marginalização interpretativa dos especialistas locais quando julgam intervenções usando dispositivos interpretativos de outros lugares, sem reconhecer as interpretações de pessoas com experiência cotidiana de implementação dessas intervenções.<sup>26</sup>

Déficits de credibilidade também podem ocorrer se especialistas locais ou pessoas marginalizadas em uma comunidade epistêmica não forem reconhecidos como autores em posições que indiquem a propriedade (primeira e última posição autora em artigos de saúde

pública ou saúde global). As práticas de autoria revelam o excesso de credibilidade de especialistas estrangeiros ou *hic*. Análises de autoria em colaborações internacionais identificam um padrão chamado de *preso no meio*<sup>31</sup> em que, mesmo que reconhecidos como autores, os parceiros locais de LMIC muitas vezes não são nem primeiro nem último autor de estudos feitos em seu próprio país.<sup>31, 32</sup> De fato, tais esforços de poder e posição são tão comuns que os fenômenos têm sido dados rótulos como o efeito Matthew<sup>33</sup> e o efeito Touro Branco.<sup>34</sup> O efeito Mateus refere-se aos coautores estabelecidos e reconhecidos que recebem coautores reconhecidos, crédito desproporcional sobre os pesquisadores menos estabelecidos ou mais juniores. O efeito Touro Branco é quando pesquisadores seniores afirmam coercitivamente ou manipulativamente um primeiro crédito de autoria. Ambas as práticas muitas vezes resultam em pesquisadores juniores, menos experientes ou de grupos marginalizados sendo totalmente excluídos da lista de autores ou recebendo um crédito de autoria que ignora sua contribuição intelectual e apenas reflete seu papel e status organizacional.

O déficit de credibilidade também pode ser visto na maneira pela qual o trabalho de especialistas em LMIC ou pessoas marginalizadas é julgado e percebido com base em sua posição local por pares, editores e revisores de pares de revistas acadêmicas. Essa forma de preconceito tem sido denominada racismo editorial,<sup>9</sup> e reflete preconceito e preconceito de editores e revisores de pares contra o conhecimento que é produzido por pesquisadores baseados em LMICs versus HICs, ou em instituições e periódicos não prestigiados versus prestigiados (tipicamente ocidentais). Na saúde global, esse déficit de credibilidade perpetua o que Lauer descreve como "falsidades sobre o que está errado e como corrigi-lo", criando assim situações em que "recursos são desviados de políticas produtivas".<sup>36</sup>

Em um exemplo de déficit de credibilidade que decorre da marginalização interpretativa, especialistas locais ou pessoas marginalizadas não são reconhecidos como pessoas que podem determinar o quadro de análise ou abordagem para a formulação de sentido, ou como pessoas cujo quadro ou abordagem é válido. O resultado é que quadros interpretativos estrangeiros ou dominantes são impostos às realidades locais, o que poderia levar a análises inadequadas e, em última instância, a falsidades. Por exemplo, Richardson<sup>18</sup> examina análises epidemiológicas que atribuem a disseminação do vírus Ebola na RD Congo à desconfiança, pois mesmo que as intervenções (por exemplo, cuidados médicos e vacinação) estivessem disponíveis, as pessoas não as usariam. Richardson argumentou que uma explicação que pára na desconfiança omite as "relações de poder globais, a história colonial e as economias políticas extrativistas contemporâneas" que levaram à desconfiança em primeiro lugar.<sup>18</sup>

Quando questionados, as pessoas na DR Congo deram explicações e interpretações historicamente informadas dos condutores estruturais das origens e transmissão da doença, e da desconfiança nas intervenções disponíveis.<sup>18</sup> Ao privilegiar tais explicações unicitórias e a jusantes da causalidade da doença, a saúde global acadêmica comete injustiças interpretativas que "reciclam alegações culturais de causalidade que mistificam mais de cem anos de colonialidade e acumulação predatórias como explicações".<sup>18</sup>

Olhar ou público refere-se ao receptor pretendido do conhecimento que é produzido. Há potencial para a injustiça epistêmica se as práticas de conhecimento não priorizarem o público local ou o olhar local para o propósito da aprendizagem local, ou se a produção de conhecimento atende às necessidades de atores estrangeiros e distantes ou comunidades epistêmicas de elite — por exemplo, por padrão aos padrões globais ou pela busca de conhecimento universalmente aplicável, em vez do que um sistema precisa aprender consigo mesmo. A injustiça epistêmica relacionada ao olhar ou ao público pode existir em relação a

quem é reconhecido como um beneficiário confiável do conhecimento, e em como a escolha do público influencia cujas ferramentas interpretativas são usadas para dar sentido aos sistemas sociais, realidades e experiência, para determinar o que constitui conhecimento e transmitir ou circular conhecimentos novos e existentes.

A marginalização interpretativa relativa ao olhar ou ao público, particularmente em pesquisas que reivindicam o conhecimento das experiências locais vividas, manifesta-se os membros de grupos marginalizados não veem seus próprios dispositivos interpretativos refletidos no conhecimento que é produzido porque os conceitos usados para interpretar dados ou fazer sentido de achados não refletem como eles fazem sentido de sua própria experiência. Práticas de conhecimento que causam marginalização interpretativa podem resultar do alinhamento da pesquisa com as prioridades dos financiadores ou público de grupos dominantes, e poderiam dar aos grupos marginalizados razões para desconfiar da comunidade científica. A marginalização interpretativa pode levar a suposições erradas que não são controladas, pois grupos marginalizados não são considerados públicos legítimos, levando a entendimentos falhos ou ignorância que podem prejudicar grupos marginalizados.

Tais suposições equivocadas na pesquisa, particularmente prejudiciais, contribuíram para a ignorância e levaram a entendimentos falhos que prejudicaram desproporcionalmente as comunidades marginalizadas. Exemplos incluem pesquisas feitas em participantes do sexo masculino em vez de olhar para indicadores específicos do sexo,<sup>37</sup> suposições sexistas que sustentaram pesquisas sobre a sexualidade das mulheres,<sup>38</sup> e estudos racistas que afirmavam explicar diferenças entre pessoas com raízes europeias versus africanas.<sup>39</sup>

É um exemplo de marginalização interpretativa se, devido ao preconceito ou preconceito socialmente enraizado, os produtores de conhecimento implicitamente padrão ou adiar para um público ocidental, e ao fazê-lo, confundem o que é universal com o que é ocidental; ou mesmo atribuir a origem dos conceitos universais à primeira pessoa ocidental a mencioná-lo ou descrevê-lo; ou considerar declarações universais mais críveis do que declarações localmente relevantes. Tais instâncias de viés negam implicitamente às pessoas e grupos marginalizados o espaço para interpretar sua própria realidade. Essa forma de marginalização interpretativa pode ser encontrada em intervenções e recomendações na literatura que priorizam as concepções universais de, por exemplo, "princípios de cuidado materno respeitosos" sobre "noções locais de bom cuidado",<sup>40</sup> ou se os atores não devem ou priorizam medidas globalmente definidas de desempenho do sistema de saúde (por exemplo, mortalidade materna) sobre o enquadramento localmente definido de desempenho.<sup>41</sup>

Essa forma de marginalização interpretativa poderia levar ainda mais ao déficit de credibilidade se vozes ocidentais (localizadas ou orientadas) fossem permitidas a falar pelo universal, mas outras só podem falar de local (sendo assim desvalorizadas). De forma circular, tais casos de déficit de credibilidade podem levar à marginalização interpretativa se limitar a disponibilidade de ferramentas interpretativas que pertencem a usuários e produtores de conhecimento localizados ou não ocidentais. O déficit de credibilidade se manifesta em preferências sinalizadas por editores de revistas acadêmicas de elite — por exemplo, para estudos de vários países (sobre estudos de um país) ou conhecimento padronizado (sobre conhecimentos localmente úteis), por causa da privilegição de um público estrangeiro, chamado global ou dominante (que muitas vezes se traduz em público ocidental).

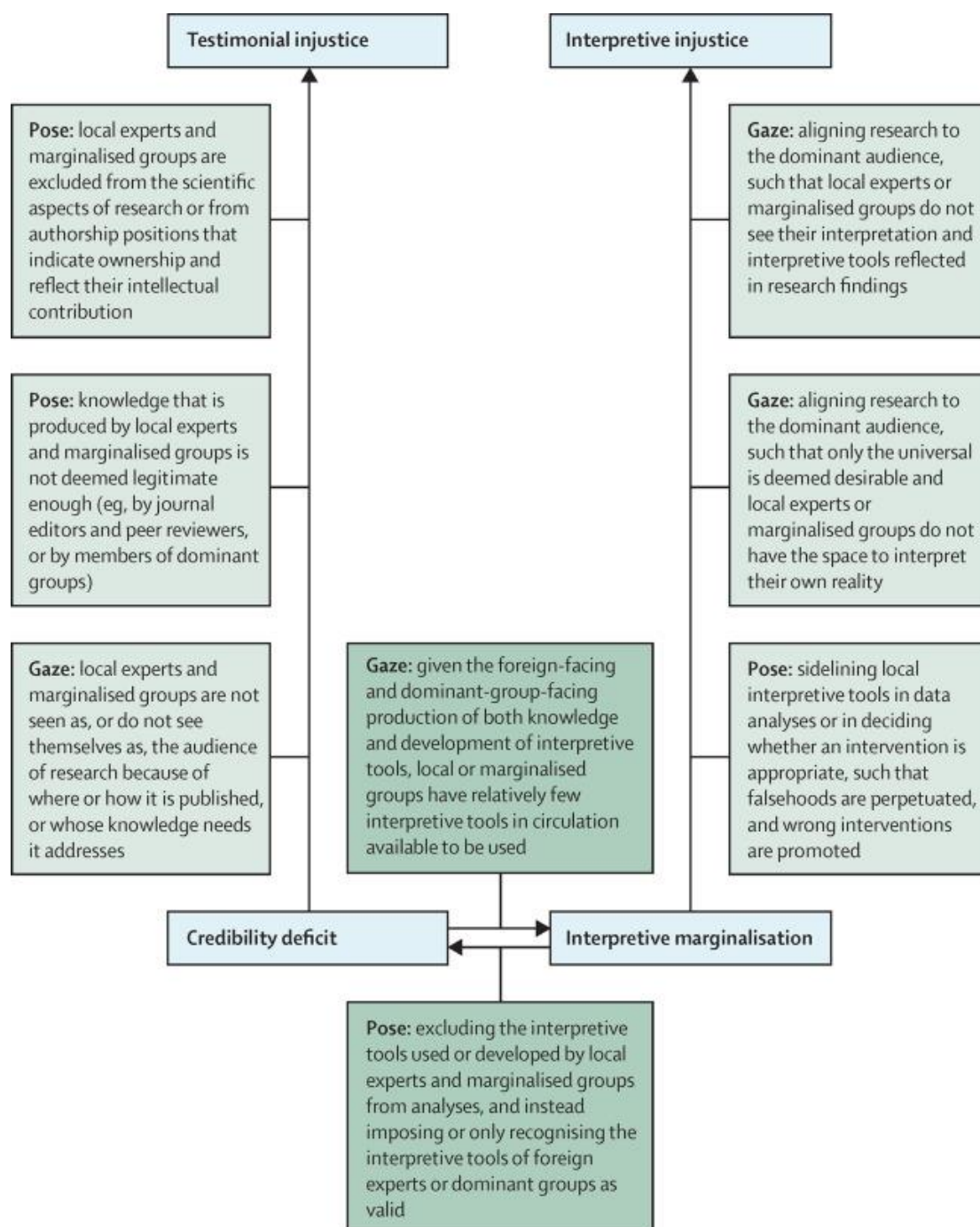
O déficit de credibilidade tão imposto às audiências locais ou marginalizadas manifesta-se se os locais não são estudados por seu próprio mérito, mas sim para fornecer um estudo de



caso que ilustra um tema mais amplo, ou se os autores não mencionam a localização de um estudo no título, abstrato ou conclusão de um artigo (de modo que as pessoas de quem o conhecimento é extraído não o vêem como pretendido principalmente para eles). Esse déficit ocorre devido ao excesso de credibilidade desfrutado pela elite ou pelos jornais ocidentais. Especialistas locais podem até, por causa disso, impor déficit a si mesmos para apelar ao olhar estrangeiro, adotando métodos e dispositivos de fazer sentidos que atraem um público ocidental ou globalizado.<sup>6, 42</sup>

Em outro exemplo de déficit de credibilidade relacionado ao olhar ou público, os pesquisadores podem justificar um estudo ou publicação com base em uma lacuna na literatura, como se a literatura pudesse ser considerada a soma de todo o conhecimento disponível. Essa prática desconta a credibilidade de atores não acadêmicos como titulares e produtores de conhecimento. Tais práticas de conhecimento podem refletir ou implicar uma presunção de que o conhecimento sobre questões sobre as quais as pessoas têm experiência cotidiana não existe porque não está na literatura. O déficit de credibilidade é imposto a especialistas locais ou conhecedores marginalizados se a necessidade de produzir conhecimento é baseada no que é conhecido globalmente ou não, em vez do que é conhecido localmente ou não. Por exemplo, revisões sistemáticas muitas vezes exigem mais pesquisas se não identificarem o estudo no título, evidências abstratamente aplicáveis (por exemplo, devido a lacunas na medição, ou a ausência de instrumentos validados, sobre o que medir, ou sobre métodos), como se os instrumentos locais não validados ou a ausência de consenso global ou universal fossem inerentemente problemáticos.

O déficit de credibilidade envolvendo olhar ou público (figura) se manifesta quando pesquisadores que estudam grupos marginalizados ou populações LMIC são publicados apenas em revistas de elite, com pouco ou nenhum leitor, seja em LMICs ou entre grupos marginalizados dos quais o conhecimento foi coletado. Tais circunstâncias, combinadas com a ausência de reconhecimento de especialistas locais entre grupos marginalizados como conhecedores ou como destinatários ou portadores de conhecimento, podem corroer a confiabilidade da comunidade acadêmica ou das colaborações internacionais. Tal ausência de confiança pode levar à rejeição do conhecimento (às vezes útil) ou dificultar a aquisição e o uso de conhecimentos que estão em circulação. O dano também pode ser circular. Por desconfiar de uma comunidade de pesquisa ou de um grupo epistêmico, membros de grupos marginalizados podem se tornar menos propensos a participar plenamente das atividades de investigação,<sup>43</sup> e por não participarem plenamente de tais atividades, podem perder a oportunidade de corrigir as condições que levaram à injustiça epistêmica em primeiro lugar.<sup>44</sup>



1. [Download : Download high-res image \(1MB\)](#)
2. [Download : Download full-size image](#)

Figura. Exemplos de déficit de credibilidade e marginalização interpretativa na saúde global acadêmica

**Conclusão.** O quadro de injustiça epistêmica pode ajudar a emergir, detectar, comunicar e potencialmente evitar erros específicos que os conhecedores e destinatários do conhecimento sofrem devido a preconceitos estruturais nos processos envolvidos na produção, uso e circulação de conhecimento na saúde global. No entanto, é necessário um trabalho filosófico e empírico para delinear os limites da injustiça epistêmica na pesquisa global em saúde e desenvolver estratégias precisas para enfrentar essas injustiças altamente contextuais. As pessoas, e até mesmo grupos e comunidades, geralmente desconhecem seus preconceitos e preconceitos. Trabalhos públicos substanciais (inclusive entre acadêmicos) para aumentar a

conscientização poderiam levar algumas pessoas a praticar dando maiores graus de credibilidade a grupos marginalizados confiáveis, e também poderia levar algumas pessoas a evitar práticas que corroem o papel interpretativo ou de fazer sentidos de grupos marginalizados.

Além disso, membros da comunidade global de saúde frequentemente testemunham um ciclo no qual pesquisadores assumem que os moradores em áreas marginalizadas e membros de grupos marginalizados não têm a capacidade de contribuir para a pesquisa e, assim, contornar a participação dessas pessoas. Ao fazê-lo, quanto mais os conhecedores locais e membros de grupos marginalizados são ignorados, mais eles são marginalizados. Reconhecemos que superar erros epistêmicos pode exigir mais recursos ou colocar uma carga maior sobre os pesquisadores. Por exemplo, membros da comunidade e trabalhadores de campo podem precisar ser treinados, ou serem ouvidos, e preconceitos podem precisar ser descartados para incluir suas vozes nas saídas acadêmicas finais. Mas, ao estarem cientes dos erros epistêmicos e ao tentar superá-los, os pesquisadores poderiam quebrar um ciclo de pesquisa injusto e poderiam produzir conhecimentos cada vez mais autênticos, completos e valiosos especialmente para os usuários locais.

Fricker observa que "ser compreendido, expressar-se, ser capaz de contribuir para a tomada de sentido são capacidades humanas básicas e constitutivas de uma vida digna".<sup>45</sup> A literatura sobre justiça na saúde global tem sido solidária à abordagem das capacidades,<sup>46, 47, 48</sup> que afirma que a liberdade de alcançar o bem-estar é de importância moral crucial, e que o bem-estar deve ser compreendido em termos de funcionamento e capacidade das pessoas. Esta abordagem é consistente com o quadro de injustiça epistêmica. Afinal, ser capaz de acessar o conhecimento produzido pelos outros e colocá-lo em uso e ser tratado igualmente como um conhecedor e criador de conhecimento, são todas as capacidades necessárias para o florescimento humano. Como nós, na comunidade global de saúde, buscamos promover a equidade na saúde, não podemos esquecer que as suposições sobre as quais nosso campo produz, usa e circula conhecimento são recheados de erros epistêmicos, e dão origem a práticas que causam ou exacerbam injustiças epistêmicas.

**2. Transcendendo o dogma global da saúde: uma perspectiva indígena.** As perspectivas atuais sobre a saúde global são amplamente determinadas e defendidas por pessoas ou instituições na Europa ou nos EUA.<sup>1</sup> Aqueles que determinam as questões não são diversos, o que resulta em soluções hegemônicas para todo o mundo.<sup>2</sup> Às vezes, com base apenas na categoria arbitrária e comparativa de renda, recomenda-se uma solução generalizada para os quase 6,5 bilhões de pessoas que vivem em países de baixa renda e de renda média, do Afeganistão ao Brasil, da China à Jamaica. Questionamos se essa abordagem pode realmente levar à equidade em saúde. Essas soluções são exportadas e disseminadas pelo apoio a acadêmicos e políticos e se tornam um dogma global.

Como em qualquer dogma, a crítica é desencorajada e a crença em especialistas é exigida. Sugerimos quatro passos para transcender essa abordagem e permitir a pluralidade. Primeiro, reconhecendo que a saúde e os caminhos para a saúde são definidos de forma diferente em tradições distintas em todo o mundo.<sup>3,4</sup> Cada tradição cultural contribui para o cultivo de uma dinâmica de cuidados de saúde fundamentada em sua própria história, ponto de vista e questões, e guiada por princípios e valores específicos. Esses fatores não podem ser assimilados no projeto civilização — que historicamente e muitas vezes ainda considera muitos povos e tradições indígenas como retrocessos e necessitados de salvação, desenvolvimento ou modernização. Esse fato é ignorado por muitas instituições de saúde, tanto globais quanto

locais, e reconhecer isso pode resultar em novas reflexões sobre a assistência à saúde e em uma abordagem mais relevante e matizada para a equidade em saúde.

O próximo passo é garantir que pessoas com diversas perspectivas sejam bem-vindas. O conceito indígena de rituais de encontro, uma prática cerimonial que orienta anfitriões e visitantes através de seu engajamento, pode facilitar a colaboração e a cooperação. Groot e seus colegas<sup>5</sup> descrevem tal ritual de encontro, o pōwhiri, que é nativo de Aotearoa Nova Zelândia. Este ritual dinâmico é realizado em várias configurações e mudanças com tempo e circunstâncias. O ritual mostra o que é compartilhado pelos membros da comunidade e conecta anfitriões e visitantes, permitindo tanto gerenciar a incerteza quanto explorar seu relacionamento e seus desafios e decidir se a cooperação é possível. Eles acrescentam que "é através de tais rituais de encontro que māori (povos indígenas de Aotearoa Nova Zelândia) estabelecem formas de conversar, ouvir, testemunhar e criar espaços para encontros entre grupos que formam a base de uma dialética contínua de engajamento".<sup>5</sup>

Terceiro, criar um espaço aberto a diversas perspectivas. A mesma estrutura e regras de engajamento na saúde global não levarão à equidade. Os espaços globais de saúde, reais e virtuais, devem ser cuidadosamente redesenhados para mudar a posição atual. Um exemplo é a construção de uma tradicional casa Guarani na Universidade de São Paulo (SP), após extensa consulta à comunidade Guarani sobre a melhor forma de incluí-los em um ambiente de onde foram estruturalmente excluídos. O povo Guarani participou de todo o processo, incluindo a construção, e foram auxiliados por voluntários. Esse ato cooperativo criou um espaço onde não eram apenas indivíduos a serem salvos, mas participantes ativos. Os pontos fortes, sabedoria, direitos e desafios do povo Guarani tornaram-se tangíveis para os acadêmicos, o que mudou a relação, pelo menos em parte, entre as comunidades acadêmica e guarani.<sup>6</sup>

A mudança da estrutura física foi essencial para a mudança da desigualdade estrutural. Quais mudanças estruturais devem ser feitas nas instituições globais de saúde? Finalmente, aceitar a pluralidade significa convidar vozes diversas e discordantes e entender que o acordo nem sempre é possível. As diferenças precisam ser respeitadas sem a necessidade de dominar ou suprimir vozes, pessoas e perspectivas. Muitos sistemas de conhecimento indígenas estão abertos a ideias não indígenas, mas essa abertura geralmente não é recíproca. Conceitos indígenas de saúde são muitas vezes desvalorizados por profissionais e sistemas não indígenas de saúde.<sup>7-9</sup> Abordagens dialógicas visam ampliar as práticas de atenção à saúde por meio da inclusão de perspectivas silenciadas, o que depende da compreensão de como o conhecimento de diferentes tradições culturais se diferencia de outras tradições, até que ponto são traduzíveis uns aos outros, e como alguns conceitos e práticas abordados sob a perspectiva de uma tradição cultural específica não são referidos em sistemas semióticos distintos.<sup>9</sup>

Os povos indígenas em todo o mundo reconheceram os limites dos conceitos atuais de sistemas não indígenas sobre saúde, particularmente ao abordar a ligação entre o Comentário e1358 [www.thelancet.com/lancetgh](http://www.thelancet.com/lancetgh) Vol 9 de outubro de 2021 realidades socioculturais específicas e desfechos de saúde.<sup>10</sup> Os chamados modelos modernos de intervenção em saúde são inadequados ao lidar com pessoas e sociedades que resistem ao ethos da aceleração que caracteriza muitas sociedades contemporâneas. Os sistemas globais (e locais) de saúde devem abraçar pessoas muitas vezes ignoradas, suas palavras e seus sistemas de pensamento, em teoria, método e intervenção. Ao rejeitar a imposição de uma visão insalubre, dogmática e o incentivo a abordagens dialógicas, há uma oportunidade de criar um caminho ético para a saúde equitativa para tudo o que abraça a complexidade e o potencial que os diálogos interétnicos trazem.

O DSG informa uma bolsa de produtividade (número de bolsas 306227/2020-7) concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. Subvenção. desenvolver o projeto Princípios de Atenção Psicológica aos Povos Indígenas (número de subvenção 306227/2020-7). KR declara não interesses concorrentes. Copyright © 2021 O Autor(s). Publicado por Elsevier Ltd. Este é um artigo de Acesso Aberto sob a licença CC BY-NC-ND 4.0. \*Kirti Ranchod, Danilo Silva Guimarães k.ranchod@atlanticfellows.org Hospital Pietersburg, Polokwane 0700, África do Sul (KR); Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil (DSG)

### **3. A saúde global sobreviverá à sua descolonização? (thelancet.com)**

Perspectivas 1628 www.thelancet.com Vol 396 21 de novembro de 2020.

[Will global health survive its decolonisation? \(thelancet.com\)](https://www.thelancet.com/perspectives/2020-11-21/will-global-health-survive-its-decolonisation)

A arte da medicina. A saúde global sobreviverá à sua descolonização? Há crescentes chamadas para descolonizar a saúde global. Este processo está apenas começando. Mas como seria o sucesso? A saúde global sobreviverá à sua descolonização? Esta é uma pergunta que nos enche de imaginação. É uma pergunta que nos faz refletir sobre o que Martin Luther King Jr viu quando disse em 1968, no último discurso que fez antes de ser morto, que "estive no topo da montanha... e eu vi a Terra Prometida. Se o que ele viu era um mundo igual, inclusivo e diversificado sem um toque de supremacia, então, esse mundo ainda é evasivo. Da mesma forma, uma arquitetura de saúde global igual, inclusiva, justa e diversificada sem um toque de supremacia não é a saúde global como a conhecemos hoje. O que conhecemos como saúde global hoje emergiu como um facilitador da colonização europeia de grande parte do resto do mundo.

Desde então, assumiu diferentes formas, por exemplo, medicina colonial, medicina missionária, medicina tropical e saúde internacional, mas ainda está para derramar suas origens e estruturas coloniais. Ainda hoje, a saúde global não é global nem diversificada. Mais líderes de organizações globais de saúde são ex-alunos de Harvard do que mulheres de países de baixa renda e de renda média (LMICs). A saúde global permanece muito centrada em indivíduos e agências em países de alta renda (HICs). Um futuro em que a saúde global é descolonizada seria aquele em que não há mais remanescentes supremacistas de colonização dentro da prática global de saúde. Mas como imaginamos um mundo assim? Os apelos por equidade e justiça na prática global de saúde precisam ser combinados com uma visão ousada do futuro. Em que visão os profissionais de saúde globais podem se reunir e trabalhar? À medida que a luta por equidade e justiça continua, os que estão no poder provavelmente revidam — ou responderão com evasões, concessões de tokens e mudanças na aparência, mas não em substância.

Talvez, uma visão clara de como é a equidade e a justiça possa ajudar os profissionais de saúde globais a superar respostas tão inadequadas. Descolonizar a saúde global é remover todas as formas de supremacia dentro de todos os espaços da prática global de saúde, dentro dos países, entre países e a nível global. A supremacia não se restringe à supremacia branca ou à dominação masculina. Trata-se do que acontece não só entre pessoas de HICs e LMICs, mas também o que acontece entre grupos e indivíduos dentro de HICs e dentro de LMICs. A supremacia está lá, flagrantemente, na forma como as organizações globais de saúde operam, quem as dirige, onde estão localizadas, quem detém as cordas da bolsa, quem define a agenda, e cujas opiniões, histórias e conhecimento são levados a sério. A supremacia é vista no persistente desrespeito ao conhecimento local e indígena, na pretensão do conhecimento, na

recusa em aprender com lugares e pessoas muitas vezes consideradas "inferiores", e na falta de ver que há muitas maneiras de ser e fazer.

A supremacia está lá em atitudes coloniais e imperialistas persistentes (europeias e de outras maneiras), no racismo gritante e disfarçado, na supremacia branca, no salvador branco e nas demonstrações de superioridade de classe, casta, religiosa e étnica, na tolerância aquiescista ao capitalismo extrativo, ao patriarcado e muito mais. De fato, a supremacia persiste nas formas de ver e suposições que sustentam a prática global de saúde. É uma maneira supremacista de ver e fazer quando entretemos suposições hierárquicas implícitas — por exemplo, sobre a sede de uma organização global de saúde ser mais importante do que seus escritórios regionais ou erônicos. A supremacia se manifesta ao ver o grande como superior ao pequeno — por exemplo, no foco nos governos nacionais, quando os governos subnacionais são mais consequentes e mais próximos do chão.

E a supremacia é decretada quando um valor maior é colocado em pesquisas por HIC ou especialistas distantes do que o conhecimento daqueles com experiência vivida. A saúde global sobreviverá à sua descolonização? Talvez. Mas só se seus praticantes se comprometerem com sua verdadeira transformação. Um primeiro passo crucial é reconhecer que a nossa é uma disciplina que mantém dentro de si uma profunda contradição — a saúde global nasceu em supremacia, mas sua missão é reduzir ou eliminar iniquidades globalmente. Para transcender suas origens, a saúde global deve AFP/Getty Images Martin Luther King Jr (1929-68) tornar-se ativamente anti-supremacista, e anti-opressor e antirracista. Equidade e justiça envolvem inverter todos os eixos da supremacia em sua cabeça. A supremacia que se manifesta na saúde global não é peculiar à saúde global. Enraizada na fibra dos sistemas sociais e políticos passados e atuais, a supremacia recria as iniquidades que a saúde global busca desfazer. Também gera financiamento, empregos e oportunidades de treinamento em saúde global.

Mas, em vez de reencenar e refletir o mundo de volta à plenitude da opressão entrincheirada, a saúde global deve oferecer ao mundo uma versão melhor de si mesma. A saúde global deve se libertar da persistente cegueira da supremacia e abraçar sua alternativa — equidade e justiça. Na terra prometida que imaginamos, a saúde global acadêmica parece muito diferente. O desequilíbrio na autoria dentro de parcerias entre HICs e LMICs é coisa do passado. Os diários foram transformados. As plataformas de conhecimento estão agora descentralizadas e democratizadas. Não existem mais revistas ocidentais exclusivas e de alto impacto agora entre uma infinidade de lugares, a maioria dos quais agora estão sediados no Sul Global. Em nosso mundo reimaginado, a mentalidade tradicional em saúde global — que a expertise flui de HICs para LMICs — é coisa do passado. Muitas instituições acadêmicas no Sul Global são tão influentes quanto as do Norte Global — com uma clara missão de servir os desfavorecidos em ambos os cenários.

Não há dependência, apenas aprendizado mútuo. Os estagiários dos HICs estão ansiosos para estudar saúde global em LMICs para aprender diretamente com especialistas que estão mais próximos dos problemas e mais próximos das soluções. Os graus globais de saúde são acessíveis àqueles que mais precisam e são ensinados por aqueles que estão na linha de frente. É um mundo diferente. Relatos de racismo em organizações globais de saúde são coisa do passado. Essas organizações não são mais instituições lideradas por brancos, dominadas por brancos em HICs, mas reorientaram suas operações para serem mais próximas e responsáveis pelas pessoas que servem. Eles são dirigidos por pessoas que são locais para as questões e o conhecimento local requer preeminência. Governadas de forma inclusiva e responsiva, essas organizações agora se concentram na mudança orgânica, como aliados e facilitadores de

processos e aprendizado locais. Em vez de ver a saúde global como caridade ou salvador, eles buscam pressionar pela saúde como um direito humano fundamental, local e globalmente.

Nesse futuro imaginado, os profissionais globais de saúde em HICs e aqueles que são privilegiados de outra forma, adotaram uma visão adequadamente modesta de sua importância, e dominaram a arte da aliadação crítica, onde vêem seu papel principal como aliados e facilitadores em vez de líderes. Em vez de se basear em um pool limitado de talentos de instituições de elite do HIC, negros, indígenas e outras pessoas de cor são os verdadeiros líderes da saúde global. Em particular, as mulheres do Sul Global, que formam a maioria da força de trabalho global em saúde, são proporcionalmente representadas na liderança. Neste futuro que mal podemos ver, diversidade e inclusão não são suficientes.

O foco não está apenas em coisas que podem ser facilmente medidas, mas também em coisas que importam, mas não podem ser facilmente contadas — por exemplo, como novas vozes são ouvidas e priorizadas e como as pessoas que agora fazem o campo diversificado vão remodelá-lo para melhor. Neste mundo imaginado, a representação é tão importante quanto a forma como altera a agenda; o que está na mesa é tão importante quanto quem está ao redor da mesa. É uma paisagem que serve aos mais desfavorecidos e reconhece que você não pode realmente ajudar ou apoiar as pessoas, ser seus aliados e facilitadores, sem ver o mundo através de seus olhos e ver-se como eles vêem você. O salto imaginativo que permite a um profissional de saúde global considerar sua posição ou uma questão de diferentes pontos de vista requer respeito e humildade. Empatia não é suficiente.

O desejo de fazer do mundo um lugar melhor, por mais genuíno e sincero que seja, não é suficiente. Respeito e humildade são vacinas contra a supremacia. É um futuro com o qual só podemos sonhar. Essa visão é um mero começo — um esboço de um sonho — um convite para que outros se juntem a nós, sonhem mais vividamente e traçar um caminho para tornar esse sonho realidade. Vemos muitos jovens profissionais de saúde globais que compartilham esses sonhos. Eles não têm medo de fazer perguntas desconfortáveis. Profissionais de saúde globais estabelecidos, incluindo nós, devem fazer melhor, mesmo que isso signifique "incliná-lo" para abrir espaço para líderes jovens e minorias que estão melhor posicionados para imaginar a saúde global novamente.

A saúde global sobreviverá à sua descolonização? Bem, se o futuro da saúde global é mais do mesmo com algumas mudanças cosméticas para disfarçar a supremacia, teria falhado. Mas se o futuro é uma transformação radical, então a saúde global seria irreconhecível. Talvez tenhamos que dar um novo nome. O objetivo da saúde global não deve ser sobreviver à sua descolonização, mas se levantar e fazer jus às demandas prementes de sua missão. A realidade do sonho de Martin Luther King Jr de um mundo justo e igual não teria sido diferente. É um mundo diferente, uma saúde global diferente.

Seye Abimbola, \*Madhukar Pai School of Public Health, Universidade de Sydney, Sydney, NSW, Austrália (SA); e Escola de População e Saúde Global e McGill International TB Centre, McGill University, Montreal, QC H3A 1A2, Canadá (MP) madhukar.pai@mcgill.ca @paimadhu SA é Editor-Chefe da BMJ Global Health e MP está em seu conselho editorial;

**4. Dia Internacional para erradicação da pobreza para 2022-2023. Tema 2022: Dignidade para Todos na Prática. Os compromissos que fazemos juntos pela justiça social, pela paz e pelo planeta.** <https://www.un.org/en/observances/day-for-eradicating-poverty>

Dignidade para todos na prática é o tema guarda-chuva do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza para 2022-2023. A dignidade do ser humano não é apenas um direito fundamental em si, mas constitui a base de todos os outros direitos fundamentais. Portanto, "Dignidade" não é um conceito abstrato: pertence a cada um. Hoje, muitas pessoas que vivem na pobreza persistente experimentam sua dignidade sendo negada e desrespeitada. Com o compromisso de acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas em todos os lugares desfrutem da paz e da prosperidade, a Agenda 2030 voltou a fazer o mesmo gesto estabelecido sob a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, a realidade atual mostra que 1,3 bilhão de pessoas ainda vivem na pobreza multidimensional, com quase metade delas crianças e jovens.

As desigualdades de oportunidades e renda estão em alta e, a cada ano, a diferença entre ricos e pobres aumenta ainda mais. No último ano, enquanto milhões lutam pela erosão dos direitos dos trabalhadores e pela qualidade do trabalho para chegar a outro dia, o poder corporativo e a riqueza da classe bilionária registraram um aumento sem precedentes. A pobreza e a desigualdade não são inevitáveis. São o resultado de decisões deliberadas ou inações que descapacitam os mais pobres e marginalizados em nossas sociedades e violam seus direitos fundamentais. A violência silenciosa e sustentada da pobreza – exclusão social, discriminação estrutural e desempoderamento – torna mais difícil para as pessoas presas na pobreza extrema escapar e negar sua humanidade.

A pandemia COVID-19 destacou essa dinâmica, expondo lacunas e falhas do sistema de proteção social, bem como desigualdades estruturais e diversas formas de discriminação que aprofundam e perpetuam a pobreza. Além disso, a emergência climática constitui uma nova violência contra as pessoas que vivem em situação de pobreza, uma vez que essas comunidades são indevidamente sobrecarregadas por ocorrências mais frequentes de desastres naturais e degradação ambiental, levando à destruição de suas casas, plantações e meios de subsistência. Este ano marca o 35º aniversário do Dia Mundial para Superar a Pobreza Extrema e o 30º aniversário do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Este Dia homenageia os milhões de pessoas que sofrem com a pobreza e sua coragem diária e reconhece a solidariedade global essencial e a responsabilidade compartilhada que temos para erradicar a pobreza e combater todas as formas de discriminação.

Histórico. Em um mundo caracterizado por um nível sem precedentes de desenvolvimento econômico, meios tecnológicos e recursos financeiros, que milhões de pessoas vivem em extrema pobreza é um ultraje moral. A pobreza não é apenas uma questão econômica, mas sim um fenômeno multidimensional que engloba a falta de renda e as capacidades básicas de viver com dignidade. As pessoas que vivem em situação de pobreza experimentam muitas privações interrelacionadas e mutuamente reforçadas que as impedem de realizar seus direitos e perpetuam sua pobreza, incluindo: condições perigosas de trabalho; moradias inseguras; falta de alimentos nutritivos; acesso desigual à justiça; falta de poder político; limitado acesso aos cuidados de saúde.

##### **5. Direitos humanos: Alimento para pensar "política ativa e Direitos Humanos".HRR 652. Claudio Schuftan.**

Estamos vivenciando uma 'recessão democrática': A POLÍTICA ATIVA TORNOU-SE AGORA A COISA DE POUCOS. (Corriere della Sera). Se você está lendo isso, as chances são de que você se importe com os Direitos Humanos. Esta leitura é sobre o estado lamentável dos partidos políticos tradicionais, o balanço para a direita e os políticos ignorando o RH ou levando-o de ânimo leve. Para uma visão geral rápida, basta ler o texto em negrito.

**Era uma vez, em que havia partidos...** 1. Esses partidos foram associações ativas que se desenvolveram com a conquista do sufrágio universal que eventualmente trouxe milhões de



pessoas para a cidadania ativa. Eles tinham poderosos ramos territoriais, jovens e organizações laterais. A cada dois ou três anos eles reuniam os representantes de seus membros em congressos onde as correntes se confrontavam, moções opostas eram apresentadas e votações eram tomadas sobre programas e líderes. Considerando que em tempos anteriores, na Itália, por exemplo, cerca de 9% da população com mais de 16 anos estava registrada em festas, hoje seria de pouco mais de 1%. Os eleitores também estão diminuindo (enquanto a população tem aumentado). O recrutamento de membros do partido é muitas vezes por razões de gestão de poder e não por razões idealistas - direitos humanos (DH)...

2. A estrutura dos partidos tornou-se hoje em dia a das oligarquias; agora os poucos colaboradores próximos do líder chamam os tiros. Não é à toa que poucos na população confiam em partidos. Pessoas e grupos de interesse especial dão doações liberais aos partidos do status quo. Programas e plataformas não se originam de debates internos, mas são encomendados por consultores e os sites dos partidos dizem muito pouco, fazendo-os parecer modelos da burocracia muito reprechida.

3. Todos esses dados mostram que uma verdadeira agonia das partes está em andamento. Tornaram-se frágeis, voláteis, insubstanciais. A política ativa, que era o compromisso de muitos, tornou-se agora a coisa de poucos. São chamadas de forças políticas, mas não são forças nem representam políticas claras. Pergunto: Como o Estado pode ser democrático se os partidos, que ainda são o principal instrumento de democratização do Estado, não o são? (i) (Sabino Cassese, *Corriere della Sera*) (i): Pensando bem: ainda estou tentando entender se e como a democracia digital pode servir para tornar os partidos mais democráticos. Sim, política é estressante

4. O objetivo da prática da política deve ser evitar que o estresse se transforme em parada cardíaca. A este respeito, a política é mais uma busca desesperada e trágica do que a busca de ideais utópicos. (ii) O primeiro ânimo para a política é certamente fazer com que as pessoas ajam em uníssono(iii); a segunda é fazê-los parar e prevenir a parada cardíaca. (Adam Gopnik); (iv): Parece que as utopias políticas terminaram definitivamente (os DH são um deles...?); eles estão sendo substituídos por distopias -- e por utopias científicas e tecnológicas (falsas?). (Albino Gomez) (iii): A política seria melhor se todos compartilhassem minha política? O maior serviço da política não é permitir a mobilização de pessoas que só têm as minhas mesmas opiniões; é permitir que as pessoas vivam juntas quando suas opiniões diferem. (A. Gopnik) ... com certeza uma perseguição aos DH.

5. Duas ressalvas aqui: Mesmo no melhor dos casos, o processo que leva ao uso do conhecimento para a tomada de decisões é tão complexo que a ciência e a pesquisa ainda mal são levadas em conta na prática e na tomada de decisões políticas. (Universite de Montreal); e Ativistas 'politicamente corretos' sob a asa de corporações (financiadas por) por meio de seus inúmeros tentáculos culturais e universitários, continuam a caminhar em suas importantes reuniões de tomada de decisão e, em última instância, se alinham com o status-quo. (Oleg Yasinsky). Politicamente incorreto. Onde a ortodoxia política e/ou religiosa é imposta, você tem a semente do totalitarismo. (James Banner)

6. Há grandes diferenças entre variantes e sub-variantes da extrema direita, como neonazistas, supremacistas, ultranacionalistas, tradicionalistas... Hoje, seu principal centro de recrutamento ocorre nas redes sociais, especialmente em grupos fechados do Twitter ou nessas plataformas que não aceitam qualquer tipo de regulamentação e que, pelo contrário, incentivam o discurso de ódio através de uma falsa liberdade de expressão sem limites ou

sanções. Isso aponta para um futuro decadente que rejeita qualquer tipo de democracia, por causa do que esses usuários da plataforma consideram erroneamente as "vantagens" e as "oportunidades" que a democracia está dando aos setores que a extrema Direita rejeita, ou seja, os pobres, estrangeiros, judeus, mulheres, indígenas e pessoas trans etc. (todos intimamente ligados aos DH). Tudo o que cheira a progressividade é considerado uma herança perversa do "marxismo cultural". Para eles só há recurso à violência e à ação direta. (Daniel Kersffeld)

7. A ideologia das diferentes variantes é a mesma, porém, mas tenha em mente que não há apenas uma extrema direita, mas vários grupos espalhados por diferentes geografias e sociedades para que eles tenham objetivos diferentes e usem métodos de ação muito diferentes.

8. Para setores da extrema direita, o "comunismo" serve como uma arma conveniente para demonizar infundadamente adversários políticos, para justificar difamar esses oponentes nas mídias sociais e promover o discurso de ódio. É muito cedo para uma avaliação geral dos tempos que estamos vivendo, mas os sinais são perturbadores e não são bons. (Boaventura de Sousa Santos)

9. Aha! Também se considera prontamente as acusações viscerais que veem a extrema-esquerda e a extrema-direita como igualmente ruins. (??) Mas eles não são. É uma falsa equivalência. Alguns, como eu, veem a extrema-direita como severamente pior que a esquerda. A extrema-direita é pior do que a extrema-esquerda, porque mantém a burocracia refém dos caprichos dos valores puritanos arcaicos; porque ela resgata aqueles ricos -- e isso é muito mais perigoso, uma vez que negligencia a opinião majoritária em quase todos os assuntos legislativos. O dano da extrema-esquerda à cultura, aos DH e à política empalidece em comparação com o mencionado. A extrema-esquerda e a extrema-direita não são igualmente ruins. (Daniel Lehwych) Você decide o que pensa...

10. E um ponto final aqui relacionado aos totalitarismos: Por que os seres humanos se permitem ser dominados e viver uma existência submissa submetida ao poder de outros seres humanos? (Henri Laborit) É um caso de servidão voluntária? Submissão, servilidade consciente e mero hábito são uma questão de covardia moral? (iv) (Étienne de la Boétie já em meados de 1500). (v): E visto do outro lado da moeda: Os estratos sociais dominantes vêem, com medo, que os dominados podem se rebelar e não aceitar a dominação. Vivemos em um esquema de dominação que adoce não só a população subjugada, mas também a casta dominante. Políticos e empresários conservadores, beneficiários de constituições e leis que eles mesmos aprovaram vêem, com horror, o fim de um regime que garante sua sobrevivência e dominação política, econômica, financeira e cultural sobre a massa dos dominados. (Louis Casado) Uma citação aqui é adequada: "Viajante, vá e diga a Esparta que aqui mentimos por ter obedecido suas leis". (Simonide de Ceos, palavras inscritas no cume do Monte Kolonos em homenagem a Leônidas).

11. Muitas constituições, escritas pelas elites, têm a consequência de que, quem estiver no governo, forçará as maiorias a fazer o que as elites querem. As regras, então, são mantidas em função da estrita preservação dos interesses de "aqueles que precisam ganhar" a todo custo e de qualquer forma necessária. (v) (v): Não esqueçamos: Igualdade de oportunidades é o que a loteria promete: todos podem ganhar. Na realidade, apenas um sempre ganha. E quando você trapaceia na loteria... (L. Casado) E quanto aos muitas vezes politicamente corruptos? - Para Nietzsche, a aparência, o fingimento e a decepção são mais profundos do que a vontade para a verdade - lembra alguns políticos? - A política é muito mais pessoal do que gostamos de admitir. (D. Lehwych)

12. Os políticos sozinhos não podem abraçar nem enfrentar todos os desafios que o mundo apresenta hoje. Verdadeiro. Mas é hora de os políticos interagirem proativamente com a sociedade civil de interesse público e com a comunidade intelectual. (Federico Prefeito Zaragoza). ... Não apenas enganosamente fazendo as pessoas acreditarem que são livres. Nunca se esqueça: Tony Blair costumava dizer: "A memória da opinião pública não dura mais do que oito dias".

13. A política mesquinha, criando tempestades em um copo de água, ou puxando cortinas de fumaça na frente dos olhos de peOple, são todos os recursos que vieram à tona para desviar a atenção dos problemas subjacentes e dos grandes problemas de RH em jogo. Mas o que vemos é que certos políticos não estão abordando as questões com mais franqueza e com menos conflitos de interesse (sempre presentes). Isso não é diferente da prática de gerações de políticos que entrelaçaram política e dinheiro. A verdade é que se estamos falando de superioridade moral, seria melhor para eles calar a boca (ou para nós fazê-los calar a boca!).

14. Uma nova geração de políticos chegou com posições que a velha política está lutando para não perder o controle sobre o poder. O frescor ou a franqueza desses novos políticos nada mais é do que uma maneira de fazer política de forma mais transparente, com menos mentiras e de uma forma capaz de quebrar os tabus do chamado "politicamente correto" -- mesmo que isso signifique pisar nos dedos de alguns políticos e empresários que acreditam que são intocáveis. (Primera Piedra) ... um raio de esperança aqui? Claudio Schuftan, Cidade de Ho Chi Minh. Seus comentários são bem-vindos ao [schuftan@gmail.com](mailto:schuftan@gmail.com) Todos os textos estão disponíveis em [www.claudioschuftan.com](http://www.claudioschuftan.com)

**Postscript/Marginalia** - Os partidos de esquerda, com poucas exceções, desistiram de sua própria posição (de esquerda) sobre a guerra na Ucrânia. Alguns desses partidos que se destacaram no passado com sua posição contra a expansão da OTAN permaneceram em silêncio diante de sua expansão sem sentido e perigosa. (B. de Sousa Santos)

## **6. Resistência antimicrobiana e mudanças climáticas: a abordagem "One Health" necessária para enfrentar o problema.**

A resistência antimicrobiana (AMR) possivelmente representa a maior crise global na saúde pública hoje, mas o fenômeno vai muito além do domínio da saúde. A RM está intimamente associada às perturbações humanas provocadas pela globalização e aos desdobramentos da era do Antropoceno, agora reproduzida e transmitida como vetores da doença, ou seja, a crise ambiental e as mudanças climáticas. A AMR tornou-se um problema extremamente sério. O cenário crítico não se deve tanto à transferência de bactérias e genes - um processo biológico natural e necessário entre humanos e animais que habitam o mesmo ambiente - mas ao fato de que esse fenômeno literalmente saiu de controle, alterado por intervenções antropogênicas. A maioria dos produtos químicos utilizados na agricultura industrial e nos ciclos de criação, na aquicultura e na indústria de flores, em processos industriais que levam à poluição plástica e metais pesados e plásticos simplesmente acabam na natureza sem controle, invisível, levando à resistência antimicrobiana. Os efeitos causados pelo homem que influenciam o mundo microbiano é uma circunstância que potencialmente atingiu o nível de catástrofe, trazendo-nos de volta a uma era pré-antibiótico do século XIX, quando a maioria das doenças não podia ser tratada.

No contexto de uma crise crescente, no entanto, o debate sobre a resistência antimicrobiana precisa ser colocado na análise contextual adequada. É essencial, por exemplo, distanciar-se da crescente narrativa antibacteriana que vem com a modernidade e a abordagem

biossegurança/biossegurança. Como o famoso microbiologista Dr. Jacques Acar, que alegou ser "amigo das bactérias", não pretendemos contribuir para a noção de que as bactérias são nossos inimigos, e que precisamos nos proteger delas. Isso está em aberta contradição com a realidade do corpo humano e seu microbioma: estimativas mais conservadoras sugerem uma razão de 1:1 entre células humanas e bacterianas. Sem bactérias não existiríamos. Devemos, portanto, quebrar a visão isolacionista do corpo humano e abraçar sua realidade como um microuniverso onde as células humanas vivem em relações simbióticas com outro organismo em uma relação aberta com o sistema ecológico mais amplo. É disso que se trata o One Health, afinal. Não podemos vencer a luta contra a AMR com uma estratégia defensiva, contribuindo assim para a pressão seletiva que desencadeia a AMR em primeiro lugar.

Na última década, as instituições se reuniram com cada vez mais frequência para discutir e planejar contra as ameaças relacionadas à resistência antimicrobiana. O que foi feito até agora? A resposta da política foi até o desafio sistêmico da AMR? Infelizmente, não. A comunidade internacional se entrega a um cenário de pesadelo, nas garras de uma governança global bizantina e altamente confusa da AMR. Como resposta primária para preencher as lacunas atuais, as instituições têm focado no desenvolvimento de novos antibióticos e possivelmente vacinas por meio de programas de investimento público e incentivos ao setor privado, impulsionando essa agenda. Mas até que a economia política da RM SE permaneça ignorada, superficialmente compreendida e não tratada em todas as suas complexas implicações, o desenvolvimento de novas drogas parece secundário e não ajudará a erradicar a pandemia em curso. A prevalência de AMR continuará aumentando porque as mudanças climáticas estão acelerando sua dinâmica. É uma ironia que as instalações de saúde deveriam ter se tornado pontos quentes de maior contaminação.

A intersecção entre as mudanças climáticas e a resistência antimicrobiana permanece, em vez disso, amplamente negligenciada e não relatada. Mas com a mudança do clima, a crise da AMR será empurrada para mais perto de um ponto de ruptura. O impacto antropogênico no meio ambiente é a principal fonte de mudanças climáticas e genes AMR. Isso ocorre em todo o mundo. O sistema alimentar industrializado global, por exemplo, é um dos principais contribuintes para o aquecimento global - 21-37% das emissões anuais - além de ser um dos principais gatilhos da AMR. A gestão de águas residuais é mais um motor da AMR e da devastação ambiental.

O workshop que o Centro Sul e a Sociedade para o Desenvolvimento Internacional estão propondo decorre da percepção compartilhada da necessidade de revisitar urgentemente a narrativa política predominante sobre a resistência antimicrobiana, com uma lente especial sobre as perspectivas e necessidades globais do Sul. Um dos maiores obstáculos nessa área da saúde é a negligência generalizada das causas básicas da crise da RM, que pré-existe a chegada do Covid-19. Estes são globais e devem ser abordados. É por isso que os organizadores da oficina confidenciam que especialistas e formuladores de políticas compartilharão experiências de seus próprios contextos e discutirão os remédios a políticas econômicas mal elaboradas que favorecem a disseminação de organismos e genes resistentes no meio ambiente, e seus impactos sobre a biodiversidade e a saúde humana.

A estrutura da oficina será a seguinte: 9:00-9:30 – Abertura da Sessão. 9:30 -10:00: Nicoletta Dentico abre o workshop. Palestrante: Vandana Shiva, Navdanya International. 10.00-11.30: Resistência antimicrobiana e drivers relacionados às mudanças climáticas e sistemas alimentares. Painel temático com Arno Germond , AMR Think Do Tank; Sofia Monsalve, FIAN International; Mirza Alas, The South Centre. Moderado por Magdalena Ackermann, Sociedade

para o Desenvolvimento Internacional (SID). 11:30- 11:45: coffee break. 11:45- 13:30: One Health / Uma Saúde e a Torre Babel da governança da resistência antimicrobiana. Painel de governança com Stefano Prato, Sociedade para o Desenvolvimento Internacional Armando De Negri Filho, Assessor Internacional de Sistemas e Serviços de Saúde, OMS/OPAS Mexico; Remco Vas de Pas, Centro de Política de Saúde Planetária. Moderada por Nicoletta Dentico, Sociedade para o Desenvolvimento Internacional. 13:30 - 15:00: Intervalo para almoço no Centro Sul. 15:00 - 17:00: Clima, crises ambientais e antimicrobianas: rumo a um Painel de Resposta Transformadora com representantes do governo: Evelyn Wesangula, Ponto Focal Nacional, Ministério da Saúde do Quênia; Olga Perovic, AmR Lead no Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis (NICD), África do Sul; Cecilia Elizondo, Grupo Acadêmico de Agroecologia, Ecosur, México. Moderado por Viviana Munoz, Centro Sul. 17:00 -17:20: conclusões e o caminho a seguir - Viviana Munoz.

**7. Evento de lançamento do Relatório Principal do UNRISD**, na semana do 30º aniversário do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza — que, sob o tema "Dignidade para todos na prática", lembra nosso compromisso com a justiça social, a paz e o planeta <https://www.unrisd.org/en/activities/events/crises-of-inequality-shifting-power-for-a-new-eco-social-contract-launch-of-the-unrisd-2022-flagship>

A UNRISD teve o prazer de lançar seu Relatório Principal de 2022 em 21 de outubro de 2022, no Palais des Nations em Genebra. Encerrando a semana do 30º aniversário do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza — que, sob o tema "Dignidade para todos na prática", lembra nosso compromisso com a justiça social, a paz e o planeta, imaginamos isso como uma ocasião para reafirmar a importância de reduzir a pobreza em todas as formas, e destacar o imperativo intimamente ligado à pesquisa e à formulação de políticas que se concentram não apenas no fundo da pirâmide, mas também no topo. Se queremos aproveitar a crise como uma oportunidade de mudança, a hora de agir é agora. É necessário um novo modelo de desenvolvimento que promova a justiça social, econômica e ambiental, reduza a desigualdade e corrija os produtores de crises.

### ***Relatório emblemático do UNRISD 2022.***

**Sobre o relatório.** O mundo está em um profundo estado de crise, confrontado com conflitos violentos e divisões políticas entrenchadas, uma crise de custo de vida que afeta tanto o Norte e o Sul globais, quanto a ameaça existencial da crise climática que se manifesta em eventos climáticos extremos, enquanto ainda enfrenta as consequências devastadoras da pandemia Covid-19. O relatório "Crises da Desigualdade: Mudança de Poder para um Novo Contrato Eco-Social" de 2022 mostra que este não é o resultado de um sistema quebrado, mas aquele em que a desigualdade, a injustiça e a detenção são construídas pelo design, em grande detrimento das pessoas e do planeta. Demonstra que as desigualdades e crises interseccionais estão intimamente ligadas, reforçando e compondo-se mutuamente a um ponto de extrema vulnerabilidade, disparidade e insustentabilidade, e são sustentadas por dinâmicas de poder generalizadas.

Sobre o evento Junte-se à UNRISD e convidados especiais para o nosso Lançamento em Genebra para mergulhar na visão do relatório para um novo contrato eco-social e um modelo alternativo de desenvolvimento que exige a transformação de sistemas econômicos, a implementação de políticas sociais universais e o fortalecimento da solidariedade e do multilateralismo em todo o mundo. Os autores do relatório Katja Hujo (Coordenadora Sênior de Pesquisa da UNRISD) e Maggie Carter (Analista Sênior de Pesquisa da UNRISD) apresentarão as

principais mensagens do relatório, seguidas por intervenções de Shahra Razavi, Diretora do Departamento de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Magdalena Sepúlveda Carmona, Diretora Executiva da Iniciativa Global de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (GI-ESCR) e Masana Diretor de Programas da Sonke Gender Justice. O diretor da UNRISD, Paul Ladd, conduzirá então uma discussão interativa com o público, a ser continuada informalmente durante uma recepção. O evento também será transmitido ao vivo no [YouTube](#)

**8. Preview do Relatório "Crises da Desigualdade: Mudança de Poder para um Novo Contrato Eco-Social". UNRISD 2022** <https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/preview-unrisd-flagship-report-2022.pdf>

“Os danos causados pela Covid-19, HIV e outras pandemias não são o resultado apenas dos vírus, mas de como eles expandem as fissuras de nossa sociedade desigual.” Winnie Byanyima Diretor Executivo, UNAIDS

**Introdução.** Talvez não haja um exemplo mais revelador da forma como nossa ordem mundial atual está inclinada para a injustiça do que a pandemia Covid-19, simultaneamente tão universal e experimentada de forma tão diferente de pessoa para pessoa e lugar para lugar. O período desde que o vírus foi detectado pela primeira vez no início de 2020 foi marcado por extensas perdas de vidas, grave crise econômica, reversão de muitos indicadores de desenvolvimento humano e aumento global da pobreza. No entanto, ao mesmo tempo, também trouxe ganhos significativos para um grupo muito pequeno de pessoas, uma vez que a concentração de riqueza no topo se intensificou desde o início da pandemia. Tal aumento extremo do sofrimento humano combinado com um aumento igualmente extremo de lucro e privilégio tem sido o infeliz refrão que percorre a história das crises recentes, crescendo mais alto a cada ano que passa.

Com um foco central na desigualdade, este relatório parte da premissa de que um sistema no qual uma crise global de saúde pode dobrar a riqueza dos 10 homens mais ricos do mundo (Oxfam 2022a; ver figura 1) enquanto envia mais de 120 milhões de pessoas para a pobreza extrema (ONU 2021) sinaliza um contrato social quebrado, deixando para trás muitas pessoas e não protegendo nosso planeta. Nosso mundo está em estado de fratura, confrontado com crises severas, aumentando as desigualdades e desvendando contratos sociais. Agora é a hora de agir para garantir nosso futuro e co-construir um novo contrato eco-social que entregue para as pessoas e o planeta.

As desigualdades extremas de hoje, a destruição ambiental e a vulnerabilidade à crise não são uma falha no sistema, mas uma característica dele. Apenas mudanças sistêmicas em larga escala podem resolver esta situação terrível. A desigualdade tem sido um motor, amplificador e consequência de múltiplas e sobrepostas crises — econômicas, sociais, políticas e ecológicas. O resultado é um ciclo vicioso que está perturbando a base da vida humana neste planeta e corroendo as perspectivas de uma vida digna e pacífica para todos. Grupos vulneráveis e marginalizados, que enfrentam múltiplas desigualdades intersectoriais, são os mais afetados, ficando mais para trás.

As elites podem em grande parte proteger-se de impactos adversos das crises e muitas vezes até mesmo explorar crises para seu próprio ganho. Podemos criar caminhos para um novo contrato eco-social baseado em uma visão de justiça, igualdade e sustentabilidade. Para isso, precisamos de um novo modelo de desenvolvimento com três pilares fundamentais: abordagens econômicas alternativas que centralizam as relações ambientais e sociais e reequilibrem as relações entre o Estado e a sociedade; políticas sociais transformadoras

baseadas em um pacto fiscal justo; e reimaginou o multilateralismo e fortaleceu as solidariedades. Os que estão no poder trabalham para preservar e perpetuar um sistema que beneficia poucos à custa de muitos.

Somente se reequilibrarmos as estruturas de poder existentes e criarmos novas alianças podemos alcançar mudanças transformadoras. Líderes políticos progressistas, coalizões inclusivas, cidadãos ativos e movimentos sociais precisam se unir para co-criar um novo contrato eco-social para o clima e a justiça social.

**Mensagens-chave.** Precisamos de um novo modelo de desenvolvimento para a justiça social e climática. A implementação da visão de um novo contrato eco-social exigirá uma abordagem integrada composta por três pilares que reforçam mutuamente: abordagens econômicas alternativas que centralizam a justiça ambiental e social e reequilibram as relações entre Estado, sociedade, mercados e natureza; políticas sociais transformadoras financiadas por um contrato fiscal justo; e fortalecer o multilateralismo e solidez. Abordagens econômicas alternativas — como a Economia Social e Solidária, propostas progressistas para um Novo Acordo Verde e estratégias de transição justas — mantêm a promessa de tornar nossas economias mais sustentáveis e equitativas. Para alcançar essa transformação, os Estados precisam desempenhar um papel ativo de desenvolvimento e expandir seu espaço político, particularmente no Sul global.

Políticas sociais transformadoras são princípios fundamentais de um novo contrato eco-social. Eles incluem proteção social universal e serviços sociais, sistemas integrados de assistência e políticas de mercado de trabalho que promovem o trabalho decente e o emprego produtivo. Eles precisam ser baseados em um pacto fiscal justo onde os ricos pagam relativamente mais do que as pessoas pobres, ao mesmo tempo em que promovem instrumentos de financiamento inovadores que apoiam a transição para a sustentabilidade.

O progresso em direção à transformação em níveis regionais, nacionais e locais pode ser fortalecido por meio de um sistema multilateral reimaginado e solidez reforçada. A reforma internacional e a regulamentação para apoiar mudanças transformadoras são necessárias em múltiplas áreas: a redução da concorrência fiscal e a evasão; melhorar as normas sociais e ambientais ao longo das cadeias globais de valor; invertendo a concentração do poder econômico e político da elite empresarial global; e fortalecimento da redistribuição e cooperação globais.

As assimetrias de poder no multilateralismo precisam ser reequilibradas, capacitando os atores globais do Sul e da sociedade civil. Mudanças transformadoras podem ser apoiadas por uma nova narrativa, que abandona os mitos de mercados auto-corrigidos, recursos naturais infinitamente renováveis e desenvolvimento "gotejamento". Tal abordagem deve abordar os condutores de crises estruturais, desigualdades entrincheiradas e contradições internas associadas à hiperglobalização neoliberal. Líderes progressistas, cidadãos ativos e movimentos sociais precisam unir forças para alcançar uma visão verdadeiramente inclusiva do clima e da justiça social.

**9. Porque as políticas de Pós Crescimento são essenciais para a saúde planetária.** Diálogos Políticos do MMI. Sexta-feira, 28 de outubro de 2022 15.30-17.00 CEST (Zoom webinar) <https://www.medicusmundi.org/28october2022/>

Nestes tempos de múltiplas crises, muitos esforços globais de saúde têm se esforçado para tecnologia, medicamentos e conhecimento, como a vacina Covid-19, para se tornar

disponível em todos os países. Embora, sem dúvida, muito mais investimentos devem ser feitos na Atenção Primária à Saúde, desenvolvimento da força de trabalho em saúde e proteção social da saúde, grande parte do financiamento atual, também via cooperação para o desenvolvimento, eventualmente contribui para o crescimento constante de um negócio de saúde que custa mais à sociedade e ao meio ambiente do que o benefício que ela traz.

A má qualidade dos cuidados de saúde e seu relativo uso excessivo, impulsionado por forças de privatização e falta de capacidade regulatória, tornaram-se lentamente uma realidade nos países de alta renda. Até que ponto a financeirização dos cuidados de saúde, sendo o setor econômico de serviços mais rápido do mundo, tornando-se também um problema nos países de baixa e média renda? Quais seriam as ações políticas alternativas para avançar a justiça social em saúde e superar profundas iniquidades? A sociedade civil, a saúde e os especialistas acadêmicos exploram e discutem quais caminhos sociais e ecológicos poderiam implicar a partir de uma perspectiva econômica pós-crescimento. Como podemos promover a cooperação internacional em saúde, respeitando as fronteiras planetárias ecológicas? Quais seriam os modelos diferentes dos programas biomédicos e de cooperação em saúde orientados a dados que se tornaram tão dominantes?

Programa/palestrantes: Remco van de Pas, Centro de Política De Saúde Planetária; Dian Maria Blandina, Movimento de Saúde Popular; Winne van Woerden, Rede Comum; Eduardo Missoni, Universidade Bocconi. Introdução e insumos seguidos de um diálogo interativo. Língua desta sessão: Inglês Contato: Remco van de Pas, [remco.van.de.pas@cphp-berlin.de](mailto:remco.van.de.pas@cphp-berlin.de)

Diálogo de Política organizado pela Secretaria do MMI em colaboração com o Centro de Política de Saúde Planetária (CPHP)



### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

### **Destaques do UNOSSC**



#### **Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU celebra 5 anos de colaboração Sul-Sul**

O Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia-ONU, de US\$ 150 milhões foi estabelecido, em 2017, pelo governo da Índia para trabalhar com países em desenvolvimento em um espírito de cooperação Sul-Sul. Durante estes primeiros 5 anos, estabeleceu parcerias com 51 países parceiros em 66 projetos de desenvolvimento. O UNOSSC administra o Fundo e os projetos são implementados em colaboração com o sistema das Nações Unidas e governos parceiros.

Durante a celebração foi lançado o [relatório anual de 2022](#) em um momento marcante para refletir sobre como a visão da colaboração Sul-Sul enraizada na ambição e no design do Fundo ganhou alcance em todo o Sul Global e se tornou importante para países e comunidades parceiras.

### **Segundo Destaque**

#### **Promovendo a cooperação Sul-Sul e Triangular em apoio à recuperação do Covid-19 e ao desenvolvimento sustentável por meio de projetos UNOSSC**

No dia 18 de outubro de 2022, o UNOSSC e o Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos (CICETE), organizaram um webinar para apresentar soluções e iniciativas locais inovadoras. O evento também serviu para facilitar o compartilhamento de conhecimento baseado em experiência e mostrar a intermediação de parcerias por meio do aproveitamento e promoção da Cooperação Sul-Sul em nível subnacional/municipal e centros de excelência em todo o Sul Global. Este webinar foi organizado no âmbito do Projeto Cidades e Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global (GSSDC).

Foi um evento pré-gravado que demonstrou uma série de parceiros de projetos de países e cidades do Sul Global, a fim de mostrar soluções locais e práticas inovadoras através da implementação de projetos piloto setoriais no campo, facilitação do compartilhamento de



conhecimento e parcerias, bem como a promoção dos Clusters de Cidades Sul-Sul sob a Galáxia Sul-Sul, uma plataforma online e comunidade de prática para cooperação para o desenvolvimento setorial, aprendizado mútuo e construção de parcerias entre cidades e localidades do Sul Global.

Para assistir o webinar, [clique aqui](#).

**Dia das Nações Unidas - 24 de outubro - [Assista ao vídeo](#)**

### **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>125</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>126</sup>, Paris (UNESCO)<sup>127</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>128</sup>, Viena (UNIDO)<sup>129</sup> e Washington ((G-24)<sup>130</sup>.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano. Em 2023 a presidência do G-77 estará a cargo da República de Cuba.

Entre os dias 06 e 24 de outubro de 2022, o G-77 e a China participaram de **14 reuniões da AGNU**.

**New York, 06 de outubro de 2022**

<sup>125</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

<sup>126</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>127</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>128</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>129</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>130</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens 16 e 17 da agenda política macroeconômica e sub itens e financiamento para o desenvolvimento no 2º Comitê da AGNU



### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

O embaixador iniciou seu pronunciamento dizendo que o sistema financeiro global e a arquitetura econômica da época, concordaram que a Conferência Financeira Monetária de 1944 tinha como objetivo fortalecer a estabilidade financeira e econômica dos estados, mitigar o risco de comércio e comportamento econômico mutuamente destrutivos, promover a cooperação para ampliação compartilhada do crescimento e da prosperidade e garantir espaço suficiente aos governos para adequar suas políticas às circunstâncias locais.

Na Conferência de Bretton Wood, o presidente dos Estados Unidos Roosevelt afirmou que as "Doenças Econômicas são altamente contagiosas". Portanto, a saúde econômica de cada país é um assunto próprio de preocupação para todos os seus vizinhos, próximos e distantes.

Infelizmente, esses acordos foram negociados na ausência da maioria dos países em desenvolvimento que ainda estavam sob domínio colonial e estrangeiro. Como disse o secretário-geral da ONU, a estrutura global foi negociada "pelos ricos para os ricos".

Ao longo das últimas 7 décadas, a desigualdade desses arranjos foi visível. Seja qual for a análise, o fato de que a diferença de renda entre os países industrializados e em desenvolvimento aumentou significativamente.

Muitos esforços foram feitos, principalmente na ONU e suas organizações, como a UNCTAD, para reformar os regimes de Bretton Woods e da Organização Mundial do Comércio (OMC) para induzir maior igualdade e inclusão.

Muitos podem lembrar que as Estratégias de Desenvolvimento Industrial da ONU ou a Nova Ordem Econômica Internacional, solenemente adotada pela AGNU e pelo ECOSOC, não teve sucesso em mudar as estruturas originais de Bretton Woods.

Seguindo a abordagem oferecida pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), a ONU liderou o caminho para a adoção dos ODS na Agenda 2030. Esses ODS e as metas que os acompanham fornecem uma estrutura abrangente para a ação nacional e internacional.

Sua implementação é amplamente mensurável. Embora haja compromisso nacional com os ODS por parte dos países em desenvolvimento, visível em seus planos de desenvolvimento e em suas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), o nível de apoio internacional necessário, detalhado na Agenda de Ação de Adis Abeba, ficou aquém mesmo antes da pandemia de Covid-19.

A série de crises recentes, externas à economia mundial, como a pandemia de Covid-19, a alta nos preços de commodities e bens, desencadeada pela interrupção da cadeia de suprimentos e excesso de liquidez injetado nas economias fortes, a crescente frequência e intensidade dos impactos das mudanças climáticas e, finalmente, as tensões geopolíticas e as perturbações que as acompanham devido a restrições comerciais e financeiras, tiveram um impacto desproporcional nos países mais pobres e nas pessoas mais pobres de todos os países.

Os impactos desiguais foram acompanhados por um déficit de solidariedade visível na disponibilidade de vacinas e no suporte de liquidez. US\$ 17 trilhões gerados nos mais ricos, menos de US\$ 100 bilhões para o mundo em desenvolvimento. E, agora, as taxas de juros estão subindo; moedas do terceiro mundo desvalorizando; dinheiro fluindo dos países em desenvolvimento para as economias mais ricas; e a economia global pode mergulhar em outra depressão.

Como consequência, a pobreza aumentou, com mais de 100 milhões de pessoas que voltaram para a pobreza extrema. Os países em desenvolvimento enfrentam agora o triplo desafio de atender às suas necessidades alimentares, combustível e financiamento. Mais de 50 países em desenvolvimento estão em situação de sobre endividamento e muitos podem ser obrigados a dar calote em suas dívidas. Enquanto isso, as mudanças climáticas continuam cobrando seu preço.

Elogiamos os esforços feitos pelo Secretário-Geral da ONU e outros para melhorar a situação dos mais pobres e vulneráveis. Mas, ainda não há um roteiro claro para superar a emergência do desenvolvimento e muito menos para corrigir as deficiências sistêmicas da economia global para reequilibrar a relação entre capital, trabalho e meio ambiente para promover a prosperidade para todos.

O G-77 acredita que é importante identificar as metas e resultados específicos para o alcance dos ODS durante a década restante de ação, tais como:

Um, o "estímulo dos ODS" proposto pelo Secretário-Geral da ONU, inclusive por meio da criação de novas Reservas Especiais (SDRs<sup>131</sup>) e realocação de SDRs não utilizados para países em desenvolvimento; empréstimos multiplicados pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, especialmente seu financiamento concessional.

Segundo, é necessária uma solução imediata para o endividamento de quase 60 países em desenvolvimento por meio da operação efetiva da estrutura comum do G-20 e dos acordos bilaterais, abrangendo todos os credores públicos e privados.

Terceiro, a mobilização pela COP27 de pelo menos US\$ 100 bilhões em financiamento climático, com metade alocada para adaptação, acompanhada de um mecanismo de financiamento para "perdas e danos".

Quarto, uma revisão do papel das agências de classificação de crédito, com vistas a reduzir a dependência da avaliação subjetiva e mecanicista do risco e a consideração de medidas para adaptar seus critérios às circunstâncias sem precedentes da pandemia.

Cinco, esforços concentrados para mobilizar investimentos de até US\$ 1 trilhão anualmente em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente nos países em desenvolvimento, inclusive pela mobilização de financiamento privado por meio de mecanismos de redução de risco e assistência aos países em desenvolvimento por meio dos escritórios da ONU e do MDB nos países para preparar projetos viáveis de infraestrutura alinhada ao clima e ODS.

Sexto, discussão sobre um regime tributário justo e inclusivo que seja desenvolvido por meio de processos intergovernamentais.

---

<sup>131</sup> Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

Sétimo, uma reforma do sistema de comércio internacional que deve contribuir para a realização dos ODS por meio do crescimento liderado pela exportação nos países em desenvolvimento, ampliando o acesso preferencial ao comércio para os países em desenvolvimento, fornecendo espaço político para a industrialização por meio da flexibilidade dos acordos TRIPS<sup>132</sup> e TRIMS<sup>133</sup> e eliminação de barreiras comerciais incompatíveis com a OMC.

Oitavo, devemos buscar um regime internacional equitativo de tecnologia da informação que elimine a exclusão digital e permita que os países em desenvolvimento saltem para a economia digital global do futuro.

Nono, a imposição de medidas econômicas coercitivas unilaterais contra países em desenvolvimento, que são incompatíveis com os princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, não contribui para o desenvolvimento econômico e social, incluindo o diálogo e o entendimento entre os países, e impede a capacidade de países-alvo para responder eficientemente à pandemia de Covid-19 e promover a recuperação pós-pandemia.

Por isso, reiteramos a necessidade urgente de eliminá-los imediatamente.

#### **New York, 07 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens 15 e 20 da agenda do 2º Comitê da AGNU. Item 15: tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento sustentável e item 20: globalização e interdependência.

#### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

#### **Item 15 da Agenda: Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são responsáveis por mudanças profundas na forma como as economias e as sociedades funcionam. TIC está impulsionando a inovação, estimulando o crescimento econômico e aumentando a produtividade.

A pandemia acelerou o ritmo da transformação digital e demonstrou como as TIC se tornaram parte integrante da vida, aumentando a dependência da Internet para uma série de funções, como negócios, comércio, produção, sistemas de saúde etc.

Ao mesmo tempo, a pandemia revelou as desigualdades existentes na esfera digital e destacou o risco de a exclusão digital se tornar a nova face da exclusão do desenvolvimento.

Cerca de 2,9 bilhões de pessoas permanecem offline, 96% das quais vivem em países em desenvolvimento. Cerca de 390 milhões de pessoas não são sequer cobertas por um sinal de banda larga móvel.

Além do problema de acesso, a falta de capacidade para se envolver de forma significativa com as TIC e produtos relacionados, incluindo tecnologias de ponta, continua sendo uma questão fundamental para os países em desenvolvimento.

---

<sup>132</sup> Acordos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)

<sup>133</sup> Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS)

Os fatores por trás da exclusão digital, incluindo falta de infraestrutura, alto custo de equipamentos digitais, falta de habilidades e alfabetização digitais, devem ser enfrentados por meio de investimentos significativos em infraestrutura digital, transferência de tecnologia e capacitação.

Na ausência de um diálogo consistente e mecanismos institucionalizados de compartilhamento de conhecimento, experiência, expertise e tecnologias, não seremos capazes de atingir esses objetivos.

Questões como tributação da economia digital, fortalecimento da capacidade regulatória, instituição de um regime robusto de Direitos de Propriedade Intelectual, movimentação de dados entre fronteiras, governança da Internet, proteção dos direitos da força de trabalho da economia digital e identificação de incentivos políticos para maiores investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e ações conjuntas e esforços para Pesquisa e Desenvolvimento são apenas algumas das áreas onde a troca de ideias e experiências seria mais útil.

A exclusão digital atravessa gênero, demografia e geografia também são um grande obstáculo para aproveitar as vantagens das TIC. Há, portanto, a necessidade de encontrar um terreno comum em termos de como podemos promover a inclusão.

O Grupo aguarda com expectativa as discussões sobre essas questões no segundo comitê e no pacto digital global.

#### **Item 20 da Agenda: Globalização e Interdependência**

Hoje, somos confrontados com o que é, sem dúvida, os maiores desafios do nosso tempo, a pandemia de Covid-19, as tensões geopolíticas, as alterações climáticas e a crise alimentar e a crise financeira que a acompanha.

Os impactos das crises atuais são os mais deletérios sobre os países em desenvolvimento e os povos mais pobres.

Deve-se entender que a economia internacional não vai se recuperar dessa recessão se a grande maioria da população mundial, nos países em desenvolvimento, não fizer parte da recuperação.

As crises ilustraram brutalmente, a necessidade essencial de unidade da humanidade. Hoje, ninguém estará a salvo do vírus, a menos que todos estejam seguros.

As múltiplas crises são um lembrete da necessidade de uma forte cooperação multilateral para enfrentar os desafios complexos e mutuamente reforçados que a comunidade internacional enfrenta coletivamente.

A melhor medida de nosso compromisso com o multilateralismo é nos comprometermos novamente com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. A ONU será tão fraca ou forte quanto os Estados membros desejarem.

Precisamos de uma ONU que defenda plenamente os princípios e propósitos da Carta, com base na igualdade soberana dos Estados, sua integridade territorial, solução pacífica de disputas e o direito das pessoas à autodeterminação. A menos que a ONU se torne fiel a esses ideais, a meta de paz e prosperidade em "liberdades maiores" permanecerá ilusória.

Precisamos de uma ONU robusta e ágil que possa reagir rapidamente aos desafios; precisamos de uma ONU mais representativa, transparente e responsável; precisamos de uma ONU que efetue a articulação entre paz e segurança e desenvolvimento sustentável; precisamos de uma ONU que coloque o ECOSOC no centro da arquitetura econômica global, etc.; precisamos primeiro reafirmar nossa fé no princípio da Carta de igualdade soberana, não interferência em assuntos internos, não uso da força, solução pacífica de conflitos e ordem internacional baseada em regras e sua visão de cooperação internacional para promover vidas melhores, em maiores liberdades.

Segundo, não há paz sem desenvolvimento sustentável e não há desenvolvimento sustentável sem paz. No entanto, a paz e a segurança só podem ser alcançadas abordando suas causas subjacentes.

Terceiro, a profunda e crescente desconfiança global é consequência da crescente desigualdade dentro e entre os países. A questão transcende as desigualdades econômicas. É o resultado de violações dos fundamentos do direito internacional, resoluções vinculantes da ONU e acordos internacionais e disputas prolongadas e purulentas.

Ela só pode ser abordada garantindo a adesão estrita aos princípios da Carta das Nações Unidas e buscando instituições financeiras e políticas globais mais representativas e equitativas.

#### **New York, 10 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 137 da agenda: Orçamento programa para 2022 – estimativa revisada das atividades da ONU para mitigar a insegurança alimentar global e seu impacto humanitário no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

Agradecemos a apresentação do [relatório A/77/325](#) e agradecemos a Comissão Assessora de Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) por apresentar o [relatório A/77/486](#) do Comitê Consultivo.

Neste momento crítico em que o mundo enfrenta as consequências negativas da insegurança alimentar, a discussão deste item da agenda é oportuna e indispensável. Expressamos profunda preocupação com o atual estado de insegurança alimentar global, que está exacerbando as necessidades humanitárias e aumentando o risco de fome em todo o mundo dos países em desenvolvimento, incluindo países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países de média renda. Um aumento repentino nos preços globais do trigo, outros suprimentos alimentares e fertilizantes essenciais coloca em risco a segurança alimentar de muitos países vulneráveis.

O G-77 e a China destacam os mandatos expressos na [resolução 76/124](#) e na [resolução 76/264](#) sobre o estado de insegurança alimentar global. Lembramos os esforços do Secretário-Geral na coordenação de uma resposta global abrangente para mitigar a insegurança alimentar global e seu impacto humanitário por meio da implementação paralela das duas iniciativas: a Iniciativa de Facilitação do Comércio e a Iniciativa de Grãos do Mar Negro.

O Grupo espera que as discussões do 5º Comitê evitem a politização deste importante item da agenda. Desta forma o G-77 e a China são favoráveis à adoção de uma proposta de resolução curta e concisa, concedendo ao Secretário-Geral os recursos necessários.

### **New York, 10 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 18 da agenda: desenvolvimento sustentável no 2º Comitê da AGNU

### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 são, tanto uma âncora quanto uma plataforma para políticas, estratégias e planos para enfrentar os principais desafios econômicos, de governança, sustentabilidade e inclusão enfrentados pelo nosso mundo.

A Agenda 2030 ganhou força em todo o mundo. No entanto, como foi observado no recente Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e na Declaração Ministerial de 2022, apesar dos melhores esforços e intenções, as nações em desenvolvimento estão lutando para alcançar progresso em uma enorme gama de objetivos e metas.

Esse déficit se deve a três fatores principais.

Primeiro, há uma grande e crescente lacuna de financiamento, que a maioria das estimativas situa em mais de US\$ 2,5 trilhões por ano. Somente para a adaptação climática, o FMI estima que serão necessários entre US\$ 3 a 5 trilhões anualmente até 2050. Os mercados emergentes e em desenvolvimento respondem por dois terços da população global, mas por apenas 20% do total de investimentos em energia, e mesmo estes caíram 20% desde 2016.

Em segundo lugar, as graves crises econômicas globais causadas pelo Covid-19, instabilidade geopolítica, volatilidade do mercado, elevaram a marca da crise alimentar, financeira, da dívida e criaram desafios à segurança energética e reverteram o progresso em direção aos ODS.

O aumento das taxas de juros e a depreciação da moeda nos países em desenvolvimento exacerbaram o sobre endividamento e o risco de inadimplência.

Terceiro, os efeitos adversos das mudanças climáticas continuam a causar estragos no planeta, nas pessoas e nos meios de subsistência. As nações em desenvolvimento são, como sempre, desproporcionalmente afetadas. O impacto de uma diminuição da criosfera, o aquecimento ininterrupto dos oceanos desde 1970 e a perda acelerada de massa de gelo que levou a inundações e outros desastres são o resultado de ações inadequadas para prevenir, reduzir e redistribuir os efeitos das mudanças climáticas.

Para superar essas crises em cascata, restaurar nossas economias e alcançar os ODS, precisamos garantir meios de implementação por meio de uma série de medidas emergenciais e, simultaneamente, promover mudanças estruturais no sistema econômico internacional desigual e injusto.

É importante mobilizar apoio humanitário, econômico e financeiro urgente aos países em desenvolvimento que estão em dificuldades econômicas.



São necessárias ações emergenciais para moderar os preços dos alimentos, ampliando a produção de alimentos e apoiando o acesso dos pequenos agricultores a sementes, fertilizantes e financiamento.

Há necessidade de garantir o acesso à energia para os países em desenvolvimento e explorar mecanismos para reduzir o ônus financeiro das importações de energia, inclusive aumentando os investimentos no setor de energia.

É urgente fornecer assistência adequada aos países que sofrem os impactos devastadores das mudanças climáticas.

Além das ações emergenciais, precisamos promover estruturas e políticas globais que possam acabar com a desigualdade e a desigualdade entre e dentro das nações, e permitir que todos os países em desenvolvimento alcancem os ODS e as metas do Acordo de Paris.

Para isso, será necessário:

Primeiro: a arquitetura financeira internacional deve estar alinhada com os ODS. Isso implica uma gestão sustentável da dívida soberana, maior financiamento concessional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs); emissão de Reservas Especiais (SDRs) adicionais; reduzindo os custos de empréstimos para os países em desenvolvimento e aumentando o financiamento climático.

Segundo: se quisermos garantir uma transição oportuna para uma economia global sustentável e dinâmica, precisamos mobilizar US\$ 1 trilhão anualmente como investimento em infraestrutura sustentável e resiliente (energia, transporte, habitação, indústria e agricultura).

Terceiro: devemos implementar plena e fielmente a agenda de mudanças climáticas de acordo com o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Até a COP27, devemos garantir o cumprimento da promessa dos países desenvolvidos de fornecer mais de US\$ 100 bilhões anualmente em financiamento climático; alocar metade disso para a adaptação ao clima e estabelecer um mecanismo de financiamento para compensar os países em desenvolvimento por "perdas e danos" dos impactos climáticos. Enquanto isso, os países desenvolvidos devem assumir o ônus da mitigação para atingir emissões zero-net bem antes de 2050.

O G77 e a China também apoiam os esforços para alcançar o Objetivo 15 dos ODS (vida terrestre), saúdam a decisão das Partes da Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB) de aumentar o financiamento relacionado à biodiversidade para implementar ações e saúdam novas discussões sobre como as medidas de conservação da biodiversidade pelos países em desenvolvimento podem ser facilitadas.

Quarto: O acesso preferencial deve ser oferecido aos países em desenvolvimento a tecnologias avançadas relevantes e as restrições discriminatórias devem ser removidas. Também devemos focar a pesquisa e o desenvolvimento globais em avanços científicos relevantes para os 17 ODS.

Quinto: devemos buscar um regime internacional equitativo de tecnologia da informação que elimine a exclusão digital e permita que os países em desenvolvimento "saltem" para a economia digital global do futuro.

**New York, 12 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens 139: Planejamento do Programa e 138: Proposta de orçamento programa para 2023 no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

O G-77 e a China estão seriamente preocupados com o cronograma em que o orçamento-programa relacionado foi preparado pelo secretariado, analisado pela Comissão de Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) e depois nos apresentado, sem um plano de programa acordado entre os governos. conforme estipulados no Planejamento do Programa, nos Aspectos do Orçamento do Programa, no Monitoramento da Implementação e nos Métodos de Avaliação (PPBME). À medida que o período inicial do ciclo orçamentário anual se esgota e avaliamos o formato e os prazos para o futuro próximo, o G-77 e a China ressaltam a enorme importância de preservar o planejamento de programas como a pedra angular de todo o processo orçamentário por programas da Organização.

Portanto, esperamos continuar as discussões neste Comitê sobre a sequência apropriada a ser seguida no processo de formulação, revisão e adoção do plano e orçamento programa. Abordaremos isso com mais detalhes durante nossas deliberações sobre a revisão da implementação do ciclo orçamentário anual.

O Grupo reafirma seu firme apoio às prerrogativas da Comissão de Programação e Coordenação (CPC) em seu trabalho como principal órgão subsidiário da AGNU e do ECOSOC para planejamento, programação, avaliação e coordenação. Registramos a participação presencial de especialistas da capital na sessão deste ano e agradecemos os tão necessários serviços de interpretação durante os procedimentos do CPC. Registramos também com satisfação a quinta semana adicional prestada ao CPC que teve um resultado positivo nos trabalhos da Comissão.

O Grupo examinou o plano do programa e o relatório do CPC e agradece as contínuas melhorias feitas pelo secretariado à luz da [resolução 74/251](#), no que diz respeito ao formato dos programas e subprogramas, apesar da falta de consistência às vezes com termos e terminologias aprovados. Embora tenha sido decepcionante a falta de consenso no CPC para apresentar recomendações transversais sobre o formato dos programas, acreditamos fortemente que serão necessárias mais orientações, considerando o fato de que estamos no final do período experimental do plano e orçamento anual do programa.

O Grupo observou que o Comitê conseguiu fazer recomendações sobre a maior parte do plano do programa e também revisou vários relatórios de avaliação do Escritório de Serviços de Supervisão Interna (OIOS), o relatório da Unidade de Inspeção Conjunta sobre a integração da sustentabilidade ambiental e os relatórios de coordenação sobre o apoio do sistema das Nações Unidas para a Agenda 2063: A África que Queremos e sobre o Conselho de Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Coordenação.

No entanto, há uma série de programas que foram deixados sem recomendações do CPC devido à falta de consenso. O Grupo lembra os mandatos claros refletidos no parágrafo 16 da [resolução 76/236](#) e no parágrafo 9 da [resolução 75/243](#) de que se o CPC não tiver sido capaz de concluir e traçar recomendações sobre um determinado programa ou subprograma, então a

plenária ou o Comitê Principal relevante da AGNU, considerará o referido subprograma ou programa na primeira oportunidade para apresentar recomendações ao 5ª Comitê, o mais tardar quatro semanas após o início da sessão.

Enquanto aguardamos nossas deliberações, apreciamos que, no atual programa de trabalho, as sessões informais sobre o plano do programa estejam recebendo a precedência que deveriam ter antes da consideração de suas seções orçamentárias correspondentes. O Grupo salienta que estes itens, embora intimamente relacionados, não são e nunca poderão ser vistos como iguais. O Grupo salienta que não são possíveis acordos sobre qualquer das seções orçamentárias correspondentes dos programas abertos sem o necessário acordo sobre esses programas.

Sobre o orçamento-programa, este é um dos itens mais importantes da agenda desta sessão. Ele serve como base de recursos para um elemento importante que sustenta a ONU para cumprir seu papel e executar seus mandatos. O documento orçamentário não é apenas uma ferramenta financeira e contábil. É uma declaração de autoridade que deve refletir a visão estratégica do Secretário-Geral na entrega dos mandatos e prioridades acordados pelos Estados Membros. Por esta razão, o Grupo sempre esteve totalmente comprometido com um orçamento substantivo e entregue no prazo e continuará a trabalhar com todos os lados para garantir que o orçamento seja finalizado em tempo hábil. O Grupo reitera seu pedido ao Secretariado e a todos os Estados Membros para que cumpram rigorosamente as decisões consistentes da AGNU de que nenhuma mudança na metodologia, procedimentos e práticas orçamentárias estabelecidas ou nos regulamentos financeiros deve ser implementada sem prévia revisão e aprovação pelo Assembleia Geral.

O Grupo reconhece os esforços do Secretário-Geral para melhorar a apresentação do orçamento-programa. No entanto, concordamos com os comentários do Comitê Consultivo de que mais melhorias podem ser feitas, como na apresentação de resultados para todos os programas e na garantia de um orçamento baseado em resultados que reflita os mandatos existentes.

O Grupo também aprecia o esforço do Secretário-Geral para melhorar a gestão da Conferência em toda a diretoria e, em particular, seus esforços para implementar o mandato da Assembleia Geral para aumentar a produtividade na área de documentação e serviços de tradução e congratula-se com as observações e recomendações da ACABQ a esse respeito. No mesmo espírito, saudamos o retorno às reuniões presenciais e reconhecemos os esforços do secretariado para usar reuniões virtuais e híbridas como medida extraordinária para garantir a continuidade dos trabalhos após consideração da AGNU. Agradecemos a possibilidade de retomar a diplomacia interpessoal e, nesse sentido, destacamos a necessidade de restabelecer integralmente os serviços dos delegados e funcionários nas instalações da ONU.

No próprio orçamento-programa proposto, o Grupo observa a diferença nas taxas reais de vagas em seções individuais do documento. Observamos ainda que o recrutamento oportuno foi limitado pela questão de liquidez. Com a melhoria da situação financeira e a flexibilização do congelamento de contratações, o Grupo reitera que os cargos vagos devem ser preenchidos com a maior celeridade possível tendo em consideração a equidade na representação geográfica.

As Nações Unidas adotaram a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável há sete anos. Estamos agora a menos de uma década de nossa meta de 2030. A paz, a segurança e o

desenvolvimento internacionais são dois lados da mesma moeda. As condições básicas para a paz e a estabilidade não serão estabelecidas se a agenda de desenvolvimento não for realizada.

Nesse sentido, o Grupo reitera seu apelo ao fortalecimento do pilar desenvolvimento e trabalhará para garantir recursos adequados para os órgãos que integram este pilar. Para este fim, o G-77 também apoia a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), o Escritório do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos, Países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (OHRLS), Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA), Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCA).

### **New York, 12 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre "Novas perspectivas para a erradicação da pobreza, entendimentos para uma recuperação sustentável" durante a reunião conjunta do 2º Comitê da AGNU e do Conselho econômico e social (ECOSOC).

### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

Cerca de um bilhão de pessoas, quase 15% da população mundial, sobrevive na pobreza, sem renda e capacidade para viver com dignidade.

A pobreza impõe um enorme sofrimento humano e é a violação mais generalizada dos direitos humanos. É também a causa raiz da instabilidade social e econômica e da maioria dos problemas políticos e de segurança em todo o mundo. Portanto, é justo que a erradicação da pobreza seja a primeira entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Nos últimos 30 anos, a pobreza diminuiu visivelmente. No entanto, as múltiplas crises desencadeadas pela pandemia de Covid-19, as tensões geopolíticas e a catástrofe climática empurraram cerca de 100 milhões de pessoas para a pobreza extrema. Mais de quatro anos de progresso contra a extrema pobreza foram apagados pela Covid-19. O aumento da inflação e os impactos das tensões geopolíticas pioraram ainda mais o processo.

Nelson Mandela que disse uma vez: "Assim como a escravidão e como o apartheid, a pobreza não é natural, é feita pelo homem e pode ser superada por ações de seres humanos".

É óbvio que nossas ações perpetuam e aumentam a pobreza global.

Concordamos com o Secretário-Geral que "a desigualdade é a marca do nosso tempo"

Hoje, as 26 pessoas mais ricas do mundo possuem tanta riqueza quanto metade da população mundial. Os países mais ricos mobilizaram mais de US\$ 17 trilhões para se recuperar da crise do Covid. Os países em desenvolvimento, por outro lado, estão lutando para encontrar uma pequena fração dos US\$ 4,3 trilhões que precisam para se recuperar da pandemia e alcançar os ODS.

Ironicamente, os países que menos contribuíram para a degradação do clima são os que mais sofrem com a pobreza relacionada às mudanças climáticas.

Vendo a escala da crise humana, os governos de todo o mundo foram obrigados a fornecer ajuda às pessoas pobres e vulneráveis na forma de medidas de proteção social, especialmente transferências diretas de dinheiro. Estima-se que 3.333 medidas de proteção social foram planejadas e implementadas em vários países durante a Pandemia. As atuais tensões geopolíticas exacerbaram ainda mais as dificuldades socioeconômicas e humanitárias dos países em desenvolvimento.

O aumento dos preços dos alimentos e da energia exige apoio financeiro e logístico maciço e rápido e investimentos em medidas de proteção social.

A comunidade internacional precisa promover uma série de ações concertadas e coordenadas para enfrentar a crise alimentar com base na [resolução 76/264](#) intitulada "Estado de Insegurança Alimentar Global".

Os produtores de alimentos, especialmente os pequenos produtores nos países em desenvolvimento, devem ter acesso adequado a sementes, fertilizantes e financiamento para contribuir para a expansão da produção local e nacional de alimentos.

As crises também resultaram na perda de 220 milhões de empregos em tempo integral, aumentando o desemprego em todo o mundo. Portanto, precisamos promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

Além do ataque direto à pobreza, precisamos abordar suas causas sistêmicas nos níveis nacional, regional e internacional.

Os conflitos estão aumentando, assim como o deslocamento forçado, exacerbando as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais.

É importante que as estruturas de finanças, produção e comércio sejam justas e equitativas.

A exploração dos recursos naturais dos países mais pobres deve deixar de incluir recursos transfronteiriços. A lei internacional deve ser aplicada e respeitada. Os países mais pobres devem ter sua parte justa no desenvolvimento global, há muito tempo solicitada por eles.

Deve-se ajudar os países em desenvolvimento a se recuperar das crises atuais para realizar os ODS e evitar os impactos das mudanças climáticas.

Deve-se mobilizar os recursos financeiros necessários para os países em desenvolvimento, por meio de uma boa gestão da dívida, recanalização de SDRs<sup>134</sup> não utilizados, emissão de SDRs adicionais e expansão de doações e financiamento concessional, particularmente para os países em extremas dificuldades financeiras e/ou que sofrem de problemas e desastres naturais e humanos.

A realização dos ODS pode ser acelerada, especialmente por meio de grandes investimentos em infraestrutura sustentável, em energia renovável, transporte, habitação, educação, água e saneamento. Novas tecnologias devem ser mobilizadas e a exclusão digital

---

<sup>134</sup> Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

superada para permitir que os países em desenvolvimento avancem para um paradigma de desenvolvimento moderno e inclusivo.

As múltiplas crises que enfrentamos hoje exigem o cumprimento dos compromissos e promessas feitas aos países em desenvolvimento para fornecer apoio financeiro, tecnológico e de capacitação, para que possam erradicar a pobreza e alcançar os ODS.

O Grupo reitera também o seu apelo ao levantamento das medidas unilaterais coercivas. O Grupo está confiante de que nossas discussões este ano no 2º comitê fornecerão orientação para nossa luta coletiva contra a pobreza global e promoção dos ODS.

### **New York, 13 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 21 da agenda: grupo de países em situação especiais: (A) acompanhamento da 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos; (B) acompanhamento da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre países em desenvolvimento sem acesso ao mar, no 2º Comitê da AGNU

### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

Chegamos ao fim do [Programa de Ação de Istambul](#). No entanto, é alarmante que, apenas 4 países tenham saído da lista de Países menos desenvolvidos (PMD).

Quarenta e seis LDC, que compreendem 14% da população global, são os países mais pobres e vulneráveis do mundo. Eles são vítimas da desigualdade global: no acesso às vacinas e no acesso ao financiamento e apenas 27% da população dos LDCs está online.

Os recentes conflitos e tensões geopolíticas também impactaram desproporcionalmente o Sul Global e particularmente os países em situação especial.

Os países em desenvolvimento sem acesso ao mar (LLDC) também enfrentam um conjunto específico de desafios.

A falta de acesso territorial ao mar, agravada pelo afastamento dos mercados mundiais e pelos altos custos e riscos de trânsito, continua a representar sérias restrições ao crescimento geral e ao desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento sem litoral.

O número de mortes por Covid-19 em países em desenvolvimento sem litoral triplicou entre abril de 2021 e abril de 2022, para 157.000 mortes, e apenas 26% da população foi totalmente vacinada no final de abril de 2022, em comparação com 59% em todo o mundo.

Condições econômicas globais adversas, incluindo crescimento estagnado, inflação em alta, crise de energia, altos níveis de dívida externa, preços voláteis de commodities, preços crescentes de alimentos e disfunções na segurança alimentar global, custos de transporte disparados, interrupções na cadeia de suprimentos e produção e custos elevados de transporte e comércio, estão restringindo os LLDCs a se recuperarem dos impactos socioeconômicos da pandemia de Covid

Para cumprir nosso compromisso coletivo de “não deixar ninguém para trás”, devemos começar pelos mais distantes.

A adoção do [Programa de Ação de Doha](#) foi um passo importante na abordagem dos problemas dos mais pobres. O Programa de Ação estabelece uma meta ambiciosa para permitir

que outros 15 países menos desenvolvidos atendam aos critérios de graduação até 2031. Isso não será possível sem uma parceria global revitalizada.

Aguardamos com expectativa a segunda parte da 5ª Conferência das Nações Unidas sobre países menos desenvolvidos a ser realizada em Doha, Catar, de 5 a 9 de março de 2023, em nível de Chefes de Estado e de Governo. Uma vez que o Programa de Ação já foi adotado, esperamos que a Conferência se concentre na construção de parcerias e impulso político em apoio à implementação do [Programa de Ação de Doha](#) em tempo hábil.

Da mesma forma, a implementação acelerada do [Programa de Ação de Viena](#) apoiaria a consecução de seus objetivos nos poucos anos restantes. Também precisamos trabalhar no processo preparatório da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) a ser realizada em 2024.

Na fase de implementação de ambos os Programas de Ação, precisamos nos concentrar nas principais questões prioritárias enfrentadas pelos países em situação especial:

Primeiro, devemos corrigir a desigualdade de acesso a vacina contra o Covid-19, garantindo acesso adequado e oportuno a vacinas de qualidade, seguras e eficazes para todos, inclusive por meio da ampliação das capacidades de produção locais e regionais.

Em segundo lugar, o compromisso histórico dos países desenvolvidos de contribuir com 0,7% da Renda nacional Bruta (RNB) como Assistência oficial ao desenvolvimento e 0,15% a 0,25% para os Países menos desenvolvidos, deve ser cumprido.

Terceiro, cinco Países menos desenvolvidos estão em situação de sobre endividamento, enquanto 22 estão em alto risco. Da mesma forma, 34,3% dos países sem litoral são agora avaliados como de alto risco ou em perigo. Eles devem receber uma suspensão temporária de suas dívidas, trocas de dívidas e recompras de dívidas.

Quarto, devemos garantir o funcionamento normal de mercados abertos, conectividade global da cadeia de suprimentos e viagens transfronteiriças para fins essenciais.

Quinto, a realocação de US\$ 250 bilhões em Direitos Especiais de Saque não utilizados pode fornecer uma via rápida para liquidez adicional dos países em dificuldades.

Sexto, a ameaça existencial representada pelas mudanças climáticas deve ser enfrentada resolutamente de acordo com o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada e respectivas capacidades.

Os países desenvolvidos devem cumprir sua promessa de disponibilizar mais US\$ 100 bilhões em financiamento climático anual, esforçando-se para alcançar um melhor equilíbrio entre mitigação e adaptação. Deve-se criar um mecanismo financeiro para perdas e danos para compensar os impactos das mudanças climáticas. E os países industrializados devem liderar os esforços para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa e aumentar o *net-zero*, zero bem antes de 2050.

#### **New York, 13 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 137 (D) da agenda: orçamento programa para 2022: Escritório das Nações Unidas para parcerias no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

## **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

Agradecemos ao Secretário-Geral por seu relatório contido no [documento A/77/320](#) sobre as atividades do Escritório de Parcerias das Nações Unidas, conforme solicitação da AGNU.

O Grupo elogia o Escritório das Nações Unidas para Parcerias por seu trabalho no avanço da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e por consultorias e divulgação de parcerias em resposta às demandas do sistema das Nações Unidas e de seus Estados Membros.

Para o ano de 2021, o grupo aponta duas novas iniciativas: um investimento de US\$ 20 milhões no “*Women Rise for All*” para promover a saúde e o empoderamento econômico das mulheres para uma recuperação justa da pandemia; e um investimento de US\$ 24 milhões no “*New Frontiers in Research Fund*” para a recuperação pós-pandemia. No que diz respeito ao fundo de solidariedade Covid-19, a fundação da ONU concluiu seu papel em 2021 e contribuiu bem na mobilização de contribuições privadas para o Fundo.

O grupo observa ainda o uso efetivo de redes sociais para o público por meio dos defensores dos ODS. Houve melhora nas tendências de financiamento na 15ª e 16ª rodada de financiamento do Fundo para a Democracia das Nações Unidas.

O Grupo deliberou sobre os relatórios sobre Democracia em Ação em vários países. Também observou um aumento da atividade no fundo da ONU para parceria internacional em saúde global e meninas na educação.

Por fim, notamos que a fundação da ONU tem atuado como agente fiscal para várias entidades da ONU e canalizou US\$ 2,2 milhões conforme seus acordos fiduciários em 2021.

O Grupo encoraja o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOP) a fortalecer parcerias com organizações regionais e sub-regionais e a apoiar os esforços de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. O Grupo também incentiva o UNOP a aumentar a responsabilidade e a transparência no futuro.

### **New York, 14 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens 19 e 23 da agenda: nova agenda urbana; atividades operacionais de desenvolvimento: (A) atividades operacionais de desenvolvimento do sistema da ONU; e (B) cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento no 2º Comitê da AGNU

### **O 2º segundo comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

O Grupo reitera seu apoio à Nova Agenda Urbana, em que 60% da população mundial vive em áreas urbanas. Embora essas áreas ocupem apenas cerca de 2% da terra global, elas são responsáveis pelo consumo de quase 60% da energia global, gerando 70% dos gases de efeito estufa e 70% do lixo global.

O Grupo reconhece que políticas urbanas, regulamentos, planejamento e design apropriados e realistas são passos importantes para melhorar a utilização de recursos e promover o desenvolvimento econômico e sustentável.

O Grupo também reitera sua determinação em tornar os assentamentos urbanos e humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



No entanto, várias crises globais, incluindo a pandemia do Covid-19, o aumento das tensões geopolíticas globais e a declínio das condições econômicas globais afetaram desproporcionalmente os países em desenvolvimento, resultando em mais restrições no espaço fiscal para cumprir os compromissos de avançar com a Nova Agenda Urbana.

Além disso, um aumento na frequência de eventos severos de mudanças climáticas e o aumento da devastação causada por inundações e outros desastres relacionados às mudanças climáticas adicionam complexidade aos desafios significativos associados à realização do ODS 11.

Aproveitamos esta oportunidade para destacar a necessidade urgente de mobilizar financiamento concessional e de doações e aumentar o financiamento para ação climática, especialmente para adaptação. Também pedimos que seja estabelecido um mecanismo independente de financiamento de perdas e danos na COP-27.

Nosso mundo continua em um espiral descendente resultante da pandemia de Covid-19 e seus impactos devastadores, que agora estão sendo ainda mais exacerbados por conflitos e tensões geopolíticas.

Nossa Agenda de Desenvolvimento está sob séria ameaça, precisamos urgentemente trabalhar para fortalecer o multilateralismo e reafirmar por meio de nossas ações, nossos compromissos na Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás e para chegar primeiro aos mais distantes. Infelizmente, as atividades de desenvolvimento são deixadas de lado e não recebem a mesma atenção e recursos da comunidade internacional que outros temas, como questões humanitárias.

Nesse sentido, elogiamos o Secretário-Geral por sua persistência em manter o foco nas questões de desenvolvimento e trabalhar assiduamente para melhorar a esfera de desenvolvimento do sistema das Nações Unidas.

Como países do programa, apreciamos muito o progresso feito até agora no sistema de desenvolvimento reposicionado e no sistema de Coordenador Residente.

Também enfatizamos que o sistema de desenvolvimento da ONU deve apoiar os países do programa na preparação de projetos financiáveis, aumento das capacidades de produção, industrialização e acesso a financiamento concessional.

O sistema de desenvolvimento da ONU também deve ajudar os países em desenvolvimento no desenvolvimento das capacidades dos países em desenvolvimento para preparar projetos financiáveis para que grandes somas de dinheiro privado também possam ser mobilizadas para a realização do desenvolvimento sustentável.

No entanto, continuamos preocupados com o financiamento inadequado do sistema de Coordenadores Residentes e das atividades de desenvolvimento como um todo.

Portanto, continuamos nosso apelo por um financiamento mais adequado, previsível e sustentável para as principais atividades operacionais das Nações Unidas para o desenvolvimento, pois é fundamental para alcançar os ODS.

Observando a escassez de financiamento, devemos garantir que as entidades do sistema de desenvolvimento da ONU utilizem seus recursos de forma coordenada e eficiente e de acordo com as prioridades, planos e políticas nacionais dos países do programa.

No calor da pandemia de Covid-19 vimos um aumento na Cooperação Sul-Sul, isso é promissor. Em tempos de dificuldade para todos, a solidariedade sul-sul continua viva.

Continuamos a sustentar que a cooperação Sul-Sul é um complemento e não um substituto para a cooperação Norte-Sul e deve continuar a ser guiado pelos princípios de respeito pela soberania nacional, propriedade e independência nacionais, igualdade, não condicionalidade, não interferência nos assuntos internos e benefício mútuo.

Reafirmamos também a necessidade de trabalhar para um sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento que reconheça o caráter multidimensional do desenvolvimento.

O Grupo continua a enfatizar a importância dos fundos, programas e agências especializadas da ONU para continuar a tomar medidas concretas para aumentar o apoio à cooperação Sul-Sul e triangular.

Além disso, a Cooperação Sul-Sul não pode ser medida ou avaliada da mesma forma que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, pois seu valor vai além dos custos diretos e indiretos. Portanto, elogiamos a aprovação de uma estrutura conceitual pela Comissão Estatística das Nações Unidas e aguardamos o desenvolvimento e implementação da estrutura com a UNCTAD como co-guardiã.

O sistema de desenvolvimento da ONU desempenha um papel crítico em nossos países no apoio à implementação dos ODS e da Agenda 2030 e, portanto, devemos continuar tomando medidas concretas para aumentar o apoio à cooperação Sul-Sul e triangular.

#### **New York, 17 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 56 da agenda: soberania permanente do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental e a população árabe no Golan Sírio ocupado, sobre os seus recursos naturais, no 2º Comitê da 77ª Sessão da AGNU

#### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

O Grupo saúda o relatório do SG sobre "Repercussões econômicas e sociais da ocupação israelense nas condições de vida do povo palestino no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e da população árabe no Golã sírio ocupado", contido no [documento A/77/90-E/2022/66](#), que destaca, em números e estatísticas preocupantes, o impacto das persistentes políticas e práticas israelenses nos territórios árabes ocupados em todas as áreas da vida, incluindo a soberania dos palestinos e sírios sobre os seus recursos naturais.

O Grupo reitera seu apoio inabalável e inequívoco aos esforços de desenvolvimento econômico e às aspirações do povo palestino no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental e o povo sírio no Golã sírio ocupado.

O G-77 e a China seguem profundamente preocupados com o declínio das condições sociais e econômicas do povo palestino como resultado de práticas israelenses ilegais, que incluem, mas não se limitam à colonização contínua de terras palestinas por Israel, como ocupante, e em grave violação do direito internacional humanitário e do Estatuto de Roma do Tribunal de Justiça Internacional, bem como em flagrante violação de resoluções relevantes da

ONU, incluindo a [resolução 2334 do Conselho de Segurança](#), e desrespeito ao parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça.

Neste contexto, o Grupo exige o fim do confisco de propriedades palestianas por parte de Israel, a construção e expansão dos assentamentos israelitas e do muro, a demolição de casas palestianas, a desapropriação em massa e a deslocação forçada de civis palestinos e todas as medidas de anexação, e apela ao pleno respeito do direito internacional e de todas as resoluções relevantes.

O relatório da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) indicou que a Área C constitui mais de 60% da área ocupada da Cisjordânia e é a mais rica em termos de disponibilidade de recursos naturais.

No entanto, o Grupo está muito preocupado que o povo palestino continua a enfrentar severas restrições ao planejamento, construção e acesso aos recursos naturais nesta área e qualquer investimento ou atividade econômica requer licenças emitidas por Israel; uma licença que é quase impossível para o povo palestino obter, já que quase 99% dos pedidos de licença de construção palestina foram rejeitados ao longo dos anos, tornando extremamente desafiador para eles construir e desenvolver suas comunidades em sua própria terra.

Em Gaza, o bloqueio ilegal de Israel e as repetidas agressões militares tornaram as metas de desenvolvimento cada vez mais ilusórias, como o relatório do Secretário-Geral afirmou que "o bloqueio e o fechamento de Gaza limitam o acesso palestino a materiais e tecnologias que podem promover o uso eficiente de energia, água e outros recursos naturais".

Nesse sentido, o Grupo reafirma os direitos inalienáveis do povo palestino e da população do Golã sírio ocupado sobre seus recursos naturais, incluindo terra, água e recursos energéticos, e exige que Israel, a potência ocupante, cesse a exploração, danifique, cause a perda ou esgotamento e ameça dos recursos naturais no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado, que constituem violações do direito internacional e prejudicam gravemente sua capacidade de buscar o desenvolvimento sustentável.

O Grupo reitera seu apelo à comunidade internacional para assumir suas responsabilidades de proteção internacional ao povo palestino, de acordo com o direito internacional e as resoluções relevantes da ONU, e para exercer pressão sobre Israel para que cesse seus repetidos ataques a civis inocentes e infraestrutura.

Ressaltamos também a necessidade de mobilização urgente e o desdobramento de esforços multilaterais para avançar na realização de um horizonte político e preservar as perspectivas de alcançar uma solução justa e duradoura para o povo da Palestina, com base na solução de dois Estados, com a povos que vivem lado a lado em paz e segurança, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas pré-1967.

#### **New York, 19 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no debate geral do 4º Comitê da Assembleia Geral sobre o item 50: Questões relacionadas à informação

#### **O 4º Comitê é responsável por questões políticas especiais e a descolonização**

Em nome do G-77 e da China, agradeço ao Departamento de Comunicação Global pela ampla apresentação do relatório do SG sobre questões relacionadas à informação.

A 44ª sessão do Comitê de Informação (COI) foi uma plataforma essencial para discutir como as Nações Unidas podem aprimorar seus métodos para comunicar sua mensagem ao mundo, particularmente no contexto atual em que se enfrenta múltiplos desafios e crises.

Elogiamos a resposta global de comunicações estratégicas do Departamento a uma ampla gama de novos e contínuos desafios, como a pandemia (Covid-19), as mudanças climáticas e a proliferação de conflitos.

Essas crises adicionaram uma nova dimensão aos esforços da Organização para combater a desinformação e promover a solidariedade internacional. Nesse sentido, o trabalho do Departamento construído sobre os esforços existentes, como a “campanha verificada”, originalmente focada na Covid-19, ao expandir seu alcance para outras questões, como mudanças climáticas e discurso de ódio, merece apreciação.

Ao apoiar as atividades do Departamento, o Grupo gostaria de fazer as seguintes observações e recomendações:

Primeiro, os impactos das mudanças climáticas estão causando caos com frequência e fúria cada vez maiores, em todo o mundo, como evidenciado, por exemplo, pelo enorme desastre das enchentes no Paquistão. Muitas outras regiões também foram afetadas por isso.

Os esforços das Nações Unidas para destacar a crise climática e oferecer soluções devem continuar sendo um foco contínuo para a comunicação do Departamento. As ferramentas de informação devem ser usadas de forma eficaz para aumentar a conscientização.

Como o mundo entrou em uma emergência climática, uma das principais prioridades de comunicação do Departamento deve ser destacar os desafios das mudanças climáticas.

O Departamento, em cooperação com os países envolvidos e com as organizações e órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas, deve continuar a tomar as medidas apropriadas para aumentar a conscientização pública mundial sobre o multilateralismo, crises humanitárias sem precedentes e necessidades no mundo, em particular a coordenação estratégica em ajuda humanitária, especialmente em desastres naturais e outras crises emergentes devido às mudanças climáticas.

Em segundo lugar, as Nações Unidas continuam a ser a base indispensável de um mundo pacífico e justo. Suas mensagens devem ser ouvidas de forma clara e eficaz. As informações fornecidas necessitam ser precisas, confiáveis e imparciais. Da mesma forma, o Departamento de Comunicações Globais não deve editar notícias de última hora e alertas de notícias.

O Departamento de Comunicações Globais, guiado pelas resoluções da ONU, está liderando pelo exemplo na adesão ao mais alto padrão de precisão, integridade e responsabilidade, bem como de total conformidade com os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

A este respeito, tomando nota da Estratégia e Plano de Ação da ONU sobre Discursos de Ódio, e da Nota de Orientação da ONU sobre Abordagem e Combate ao Discurso de Ódio relacionados ao Covid-19, o Grupo encoraja o Departamento de Comunicações Globais a estabelecer, promover e fortalecer as parcerias com os meios de comunicação, novos e

tradicionais, para abordar as narrativas de discurso de ódio e promover a tolerância, a não discriminação, o pluralismo e a liberdade de opinião e expressão.

Além disso, o Grupo deseja destacar as atividades do Departamento de Comunicações Globais para levar a informação ao público da ONU em seus idiomas e de forma criativa, a fim de assegurar que as mensagens-chave sejam difundidas de forma equitativa e visando todos os povos.

Em terceiro lugar, a tendência crescente de “notícias falsas” e desinformação em plataformas online, inclusive nas redes sociais, que está exacerbando a discórdia social, nacionalismos concorrentes, discriminação e discurso de ódio, contribui para o aumento do racismo, xenofobia, estereótipos negativos e intolerância relacionadas.

Isso foi exacerbado pela pandemia de Covid-19 e pela extrema dependência das TICs, produzindo fenômenos de curas falsas a conspirações antivacinas. Este fenômeno de desinformação tem um impacto negativo no gozo dos direitos humanos, muitas vezes constitui interferência nos assuntos internos dos Estados, corrói a cooperação internacional e pode representar uma ameaça à paz e segurança internacionais.

O Grupo toma nota do relatório do Secretário-Geral de acordo com a [resolução 76/227](#), observando que combater as diferentes manifestações de desinformação requer abordagens às tensões sociais subjacentes, requer a promoção do respeito pelos direitos humanos, online e offline, e apoio a um espaço cívico e todas as formas de mídia.

Instamos fortemente o Departamento de Comunicações Globais intensifique seu apoio aos esforços da ONU para combater a desinformação. Também reiteramos nosso apelo por um foco maior na disseminação de informações sérias, factuais, oportunas, direcionadas, claras, acessíveis, multilíngues e baseadas em ciência em todas as plataformas. Ao mesmo tempo, instamos a promoção de mensagens de tolerância, coexistência pacífica e harmonia inter-religiosa e cultural entre todas as religiões, etnias e nações

Em quarto lugar, o Grupo expressa séria preocupação com ataques e violência contra jornalistas e profissionais associados. A impunidade para ataques contra jornalistas continua sendo um dos maiores desafios para a segurança dos jornalistas. Garantir a responsabilização por crimes cometidos contra estes profissionais é um elemento-chave na prevenção de futuros ataques.

A esse respeito, condenamos veementemente o assassinato do jornalista palestina-americana Shireen Abu Akleh e enfatizamos a necessidade de garantir a responsabilização pelo ato. O Grupo compartilha da decisão da ONU de honrar sua bravura e legado renomeando o programa de treinamento para emissoras e jornalistas palestinos com seu nome.

Quinto, ao entrarmos na década de ação para a implementação dos ODS em meio à pandemia, reiteramos a importância da estrutura multilateral existente para alcançar os ODS até 2030. O Grupo espera que o Departamento de Comunicações Globais possa prestar especial atenção à promoção do crescimento econômico sustentado e do desenvolvimento sustentável de acordo com as resoluções e compromissos pertinentes.

Sexto, o G-77 e a China atribuem grande importância ao aproveitamento das tecnologias digitais para permitir o desenvolvimento socioeconômico e facilitar uma governança e prestação de serviços públicos mais eficazes e eficientes. Ao mesmo tempo, o Grupo está profundamente

preocupado com as disparidades digitais que estão surgindo como uma nova forma de desigualdade entre os Estados.

Incentivamos as organizações relevantes a tomar medidas para garantir maior conectividade à Internet, especialmente nos países em desenvolvimento, e corrigir os desequilíbrios do atual desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação para tornar o mundo da mídia mais justo, equitativo e imparcial.

Devemos buscar um regime internacional equitativo de tecnologia da informação que elimine a exclusão digital e permita que os países em desenvolvimento "saltem" para a economia digital global do futuro. Isso é essencial para a transição global para economias nacionais modernas e eficientes e cooperação internacional eficaz, incluindo uma economia digital inclusiva com conectividade, bem como para delinear princípios compartilhados para um futuro digital para todos alcançarem a Agenda 2030.

Sétimo, o Grupo destaca a importância de incorporar o multilinguismo em todas as atividades da Organização. Este é um pilar essencial para a compreensão mútua que ajudará a garantir a inclusão, a diversidade e a tolerância.

Incentivamos o Departamento de Comunicações Globais a mobilizar recursos adequados, inclusive explorando opções de financiamento inovadoras, bem como contribuições voluntárias para promover o multilinguismo e maximizar seu alcance no nível de base.

A [resolução 76/268](#) da Assembleia Geral reconhece que o multilinguismo promove a unidade na diversidade e a compreensão internacional. O Grupo apoia plenamente a sua integração nas atividades da ONU. Embora observando que houve alguns progressos, o Grupo continua preocupado com a disparidade no uso de todos os idiomas oficiais nos materiais e plataformas de informação pública da Organização, incluindo várias campanhas de redes social.

Além disso, também incentivamos os Centros de Informação e Representações da ONU a divulgar informações sobre o trabalho das Nações Unidas nos idiomas locais. Isso não apenas ajudará a superar a barreira linguística enfrentada por grande parte da população mundial, mas também permitirá que eles participem do discurso sobre questões globais.

O Grupo destaca que a ONU deve superar a cultura da tradução e avançar em prol da produção de conteúdo em diferentes idiomas, conforme a Resolução sobre Multilinguismo recentemente adotada.

Oitavo, saudamos também as campanhas promocionais do Departamento de Comunicações Globais, apresentando os países contribuintes com tropas/policiais e incentivamos o Departamento a desenvolver estratégias de comunicação mais eficazes e integradas para destacar suas contribuições de maneira eficaz.

Finalmente, instamos o Departamento de Comunicações Globais a continuar a apoiar e fortalecer os centros de informação da ONU e a realizar o processo de racionalização de tais centros em consulta com todos os Estados Membros interessados, os países servidos por esses centros de informação e outros países interessados na região.

**New York, 20 de outubro de 2022**

Declaração feita pela Sra Rabia Ijaz, segunda secretária da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no 6º Comitê da ONU sobre o

item 76 da agenda: Programa das Nações Unidas de Assistência ao ensino, estudo, difusão e ampla valorização do direito internacional

### **O 6º Comitê é o responsável pelas questões jurídicas na Assembleia Geral**

O G-77 e a China reafirmam seu apoio ao Programa de Assistência que serve como meio eficaz de fortalecer a paz e a segurança internacionais e promover relações amistosas e de cooperação entre os Estados por meio da disseminação do direito internacional. Passados mais de 50 anos de sua criação, o Programa continua a ser relevante para os objetivos das Nações Unidas, ao formar gerações de especialistas, sobretudo dos países em desenvolvimento, no campo do direito internacional.

O G-77 e a China agradecem os recursos necessários orçados para a administração do Programa e reitera seu apelo à continuidade do financiamento do Programa para os próximos anos. Esse financiamento continua a ser essencial para a realização do Programa de Bolsas de Direito Internacional e dos Cursos Regionais das Nações Unidas em Direito Internacional; emissão de publicações; desenvolvimento e manutenção da Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional das Nações Unidas; e pela concessão da bolsa (*fellowship*) Hamilton Shirley Amerasinghe Memorial em leis do mar.

Essas atividades de capacitação ajudam a melhorar a participação dos países em desenvolvimento na arena multilateral. Também expressamos nosso sincero agradecimento a todos os Estados Membros que fizeram contribuições financeiras e em espécie para garantir o sucesso contínuo do Programa de Assistência.

Durante o período do relatório, o Curso Regional de Direito Internacional para a Ásia-Pacífico estava programado para ser realizado na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico em Bangkok, de 15 de novembro a 10 de dezembro de 2021; para a África estava programado para ser realizado na Comissão Econômica para a África em Adis Abeba de 14 de fevereiro a 8 de março de 2022 e para a América Latina e o Caribe, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago de 9 a 31 de maio de 2022.

Infelizmente, os cursos regionais não puderam ser realizados conforme planejado devido às circunstâncias decorrentes da Pandemia do Covid-19. A este respeito, o Grupo congratula-se com os esforços da Divisão de Codificação para oferecer aos candidatos um currículo de aprendizagem à distância como um meio provisório de capacitação até que o Curso Regional possa ser realizado. O Grupo também observa com satisfação as oficinas regionais on-line sobre solução pacífica de disputas internacionais organizados e facilitados pela Divisão de Codificação durante esse período.

O programa (*fellowship*) de lei internacional foi realizado em Haia de 4 de julho a 5 de agosto de 2022. Os participantes também participaram da sessão de direito internacional público do Curso de Verão organizado pela Academia de Direito Internacional de Haia, realizada presencialmente, de 11 a 29 de julho de 2022.

Deve-se ressaltar a importância da Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional. Esta biblioteca continua a oferecer treinamento virtual de alta qualidade para um número ilimitado de indivíduos em todo o mundo, gratuitamente, através da Internet. O G-77 e a China também apoiam a gravação de sessões realizadas pela Divisão de Codificação em vários locais, a fim de promover uma representação geográfica e linguística mais ampla das palestras gravadas e também gravar palestrantes que não podem viajar para Nova York.

Durante o período em análise, foram gravadas 41 palestras para o Ciclo de Palestras. Também elogiamos a Divisão de Codificação por seus esforços para facilitar o acesso às palestras para usuários com Internet de baixa velocidade em computadores e dispositivos móveis por meio do podcast da biblioteca.

Aplaudimos os esforços do Escritório de Assuntos Jurídicos para promover o conhecimento do direito internacional de maneira inclusiva e incentivamos seu contato contínuo com os Estados Membros para informá-los sobre como acessar e usar os recursos disponíveis.

O Grupo reitera a importância do Programa de Assistência para alcançar o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) mais particularmente, a meta 16.3 que preconiza a promoção do Estado de Direito nos níveis nacional e internacional e a garantia de igualdade de acesso à justiça para todos. As atividades de treinamento no âmbito do Programa garantirão uma maior divulgação do direito internacional e, em última análise, fortalecerão o estado de direito.

### **New York, 21 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 140 da agenda: Melhorar a situação financeira da ONU no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da AGNU

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

Mesmo quando emerge da pandemia do Covid-19, o mundo enfrenta instabilidade e outros desafios que agravaram os problemas socioeconômicos. Em particular, as economias em desenvolvimento, os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, são mais afetadas negativamente devido às suas fragilidades e vulnerabilidades adicionais. Para ajudar os Estados membros em sua recuperação, a ONU e o sistema multilateral devem ser adequadamente financiados.

A imprevisibilidade no padrão das contribuições regulares tem resultado, repetidas vezes, em medidas extraordinárias, como a desaceleração das contratações e o controle dos gastos, que afetam negativamente o trabalho da ONU. O Grupo reitera que a gestão do orçamento deve ser orientada por programas e não com base em fundos disponíveis. O Grupo está, portanto, extremamente preocupado com o fato de que mais de três quartos dos atuais atrasos no orçamento ordinário possam ser atribuídos a um único Estado membro. Para agravar a situação, esse Estado-Membro se beneficia de um teto artificialmente imposto às suas contribuições, que se baseava na liquidação de contribuições atrasadas. Instamos esse Estado membro a cumprir suas obrigações financeiras e legais para com a Organização, sem demora. Os ciclos fiscais nacionais não devem ser usados como desculpa para pagamentos atrasados, dada a previsibilidade do ciclo orçamentário da ONU.

Quanto ao trabalho de manutenção da paz, o Grupo está de acordo que as medidas aprovadas na [resolução da Assembleia Geral 73/307](#), quer seja, o mecanismo de financiamento cruzado e a inclusão do orçamento total estimado para todo o ano fiscal de manutenção da paz nas cartas de avaliação, facilitou o pagamento de responsabilidades para com os países contribuintes com tropas e policiais.

A capacidade da Organização de liquidar seus passivos depende totalmente dos pagamentos feitos à ONU. Apelamos aos Estados membros que estão em condições de fazê-lo



para que coloquem seus compromissos em dia e paguem suas contribuições regulares integralmente, no prazo e sem condições.

O Grupo expressa seu agradecimento aos Estados Membros que se esforçaram para reduzir suas contribuições pendentes, apesar do impacto dos atuais desafios globais em suas economias. Entendemos os Estados-Membros que são genuinamente incapazes de cumprir com as suas obrigações financeiras por motivos alheios ao seu controle. O Grupo também deseja reafirmar que todas as ações devem ser tomadas para facilitar os pagamentos das contribuições regulares dos Estados Membros, e que os Estados Membros não devem ser impedidos de honrar com suas obrigações legais e financeiras para com a Organização.

Apesar de arcar com uma parcela cada vez maior dos encargos financeiros da Organização, o G-77 e a China seguem empenhados em participar de forma construtiva em todos os esforços para resolver as dificuldades financeiras da Organização.

Embora os países em desenvolvimento continuem a enfrentar grandes desafios econômicos, continuamos a levar muito a sério nossas contribuições à ONU. Da mesma forma, pedimos aos nossos parceiros que façam o mesmo. Caso contrário, estaremos preparando a Organização para o fracasso em um momento em que seu sucesso é mais imperativo.

#### **New York, 21 de outubro de 2022**

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 137 da agenda: Orçamento-programa para 2022 – Plano mestre de capital no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da AGNU

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

Gostaria de agradecer ao Secretário-Geral adjunto e responsável por todas as questões contábeis por apresentar o 20º relatório anual de progresso do Secretário-Geral sobre a implementação do Plano Diretor de Capital e ao Presidente do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias, por apresentar seu relatório.

Destacamos que foram concluídas, todas as obras de construção e atividades de encerramento administrativo, exceto um, que se encontra em processo de arbitragem.

O Grupo também lembra que o financiamento aprovado para o projeto do Plano Diretor de Capital é de US\$ 2.150,4 milhões e que o requisito final consolidado permanece no mesmo nível de financiamento ou US\$ 2.309,3 milhões se for considerada a parcela financiada para apoio às operações de manutenção da paz. O Grupo observa que, em 30 de junho de 2021, as despesas cumulativas incorridas no projeto totalizaram US\$ 2.150,4 milhões.

O Grupo está seriamente preocupado que, mais uma vez, o fechamento financeiro do projeto do plano diretor de capital será adiado devido ao processo de arbitragem em andamento, com custos estimados em US\$ 750.000 para o período de julho a dezembro de 2022.

Como resultado, desde julho de 2021, as despesas cumulativas estimadas estarão na ordem de US\$ 8,75 milhões até o final de dezembro de 2022.

Apesar dos esforços realizados pelo Escritório de Assuntos Jurídicos na defesa ativa dos interesses da Organização nos procedimentos de arbitragem para evitar que a Organização

incorra em despesas evitáveis, estas ocorrerão. No entanto, concordamos com a recomendação do Comitê Consultivo de que o Secretário-Geral deva avaliar uma forma de mitigar os custos dos processos em andamento e limitar ao máximo a responsabilidade financeira da Organização.

O Grupo também toma nota da situação da implementação das recomendações do Conselho de Auditores contempladas no 20º relatório anual de progresso e observa que sete das nove recomendações pendentes foram implementadas e posteriormente encerradas pelo Conselho de Auditores. As duas recomendações restantes estão pendentes do resultado do caso de arbitragem em andamento e da conclusão do projeto para atualizar as instalações da sede das Nações Unidas para os Padrões da Lei Americana para pessoas com Deficiência (ADA) de 2010 para melhorar a acessibilidade. Incentivamos o Secretário-Geral a continuar seus esforços para implementar as duas recomendações restantes.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

### **Destaques do MNA**



A Organização de jovens do MNA felicitou as Nações Unidas pelo seu 77º aniversário, com um vídeo dedicado ao UNDay.

Os membros da Organização de jovens da MNA de várias partes do mundo, compartilham seus pensamentos sobre o papel vital na manutenção da paz e da prosperidade.

[Veja o vídeo](#)

### **Centro Sul (South Centre)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Twitter do South Centre**



Dr. Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul, fez um pronunciamento na 8ª Sessão do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas (OEIGWG) na ONU em Genebra, no dia 24 de outubro, reiterando o apoio do Centro Sul ao processo em busca de justiça para vítimas de violações e abusos de direitos humanos por parte das empresas.

É importante destacar que as violações de direitos humanos no contexto de operações comerciais, seja diretamente por corporações transnacionais ou por meio de suas cadeias de suprimentos, afetam desproporcionalmente os países em desenvolvimento, como tem sido consistentemente destacado.

Para ler a declaração do Centro Sul, [clique aqui](#).

Em sua 26ª sessão, em 2014, o Conselho de Direitos Humanos adotou a [resolução 26/9](#)



pela qual decidiu “estabelecer um grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas em matéria de direitos humanos, com o mandato de elaborar um instrumento internacional juridicamente vinculante para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades das corporações transnacionais e outras empresas”.

O Centro Sul, em parceria com a Sociedade Internacional para o Desenvolvimento promoveu uma oficina de trabalho presencial, no dia 24 de outubro para discutir a Resistência Antimicrobiana.

E foi publicado um artigo de pesquisa pelo Centro Sul sobre: “Reduzindo o uso desnecessário de antimicrobianos na pecuária”.

#### **Sumário deste artigo:**

A resistência antimicrobiana é agravada devido ao uso excessivo e inadequado de antimicrobianos na saúde humana e animal e na agricultura vegetal e animal.

Enquanto os padrões internacionais estão sendo desenvolvidos, os governos estão lançando regulamentos com o objetivo de conter o uso excessivo e o uso indevido de antimicrobianos, para preservar sua eficácia pelo maior tempo possível. Este artigo de pesquisa discute dois novos regulamentos introduzidos pela União Europeia (UE) sobre alimentos medicamentosos para animais ([Regulamento \(UE\) 2019/4](#) e medicamentos veterinários ([Regulamento \(UE\) 2019/6](#)) que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2022.

Como parte da implementação dos regulamentos, a UE deve elaborar um plano abrangente para ajudar a implementação pelos países e produtores de alimentos de origem animal do Sul Global, vinculado ao apoio à transição para sistemas agrícolas sustentáveis e desenvolvimento.

Para ler o artigo, [clique aqui](#).

## G7, G20 e OCDE – momentos distintos

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,  
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

O G7- Na última semana teve lugar em Berlim a Cúpula Mundial da Saúde 2022 (em inglês, World Health Summit, WHS), que reuniu mais de 200 especialistas em saúde global de diversas organizações e países do mundo. O objetivo era fortalecer o intercâmbio e pensar soluções inovadoras para a saúde, colocando o tema da saúde global como uma questão política chave no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU<sup>135</sup>. A presidência do G7, representada por Olaf Scholz, abriu o evento com um discurso de “aprendendo com o passado”. Segundo Scholz, isso significa aprendendo e compartilhando as experiências passadas com a Covid-19 para estarmos mais preparados para futuras pandemias. Scholz enfatiza essa tarefa como uma cooperação internacional no seu mais alto nível científico entre os países, aprendendo a identificar os riscos precocemente e trocando informações<sup>136</sup>.



Fonte: G7 Germany.

Ainda na abertura, Scholz reforçou que a comunidade acadêmica deve ser mais ouvida e ter mais participação na formulação de políticas, dada a complexidade que a atualidade exige nas respostas a pandemias, baseadas na inovação tecnológica. Continua afirmando que "uma posição clara tem que ser tomada contra aqueles que deliberadamente questionam o progresso científico, que intencionalmente espalham desinformação e que em alguns casos até mesmo desacreditam e ameaçam os pesquisadores" (tradução livre)<sup>137</sup>. Finalizou dizendo que aumentaria para 3,5% do produto interno bruto até 2025 os recursos para pesquisa e desenvolvimento.

No âmbito do WHS, a Alemanha reforçou algumas medidas que vem tomando no campo da saúde, de forma a mostrar à comunidade internacional que foi uma questão-chave em sua agenda. Destacou políticas como: 1) o repasse de 1,2 bilhões de doses de vacina aos países do

<sup>135</sup> World Health Summit 2022. WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2022/10/16/default-calendar/world-health-summit-2022>>. Acesso em: 22/10/2022.

<sup>136</sup> “We must be better prepared for future pandemics”. G7 Germany. 2022. Disponível em: <<https://www.bundesregierung.de/breg-en/news/world-health-summit-2134652>>. Acesso em: 22/10/2022.

<sup>137</sup> Ibid.

G7; 2) 83% do investimento no ACT Accelerator sendo promovido pela Alemanha; 3) Apoio aos países da África e Oriente Médio com até 850 milhões de euros para garantia da distribuição eficiente de vacinas doadas; 4) Desenvolvimento da produção de vacinas no continente africano junto com a UE, União Africana, Senegal e Ruanda não só para Covid-19, mas também Malária e Ebola; 5) Contribuição de 1,3 bilhões de euros para o fundo global de combate a AIDS, tuberculose e malária (30% a mais desde a última doação); 6) Em 26 de outubro ocorrerá a Iniciativa Global para Erradicação da Pólio, em que a Alemanha vai doar 35 milhões de euros em 2022; 7) “Pact for Pandemic Readiness”, articulado para detecção prévia de futuras pandemias; 8) “Financial Intermediary Fund”, estabelecido em setembro pelo G7 para segurança financeira na preparação e resposta a pandemias, para o qual a Alemanha já contribuiu com cerca de 70 milhões de euros. 8) Por fim, o envolvimento nas negociações para um tratado internacional sobre pandemias e elaboração de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional.

Vale acrescentar um importante destaque na quinzena: em 25 de outubro acontecerá o evento sobre recuperação, reconstrução e modernização da Ucrânia, chamado “International Expert Conference on the Recovery”, em Berlim<sup>138</sup>. Olaf Scholz e a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen farão a abertura do evento e o discurso principal será organizado por Volodymyr Zelensky. O encontro é resultado dos *outputs* da Cúpula de Elmau. O objetivo desse evento é unir diversos especialistas de diferentes organizações internacionais e grupos de reflexão nas temáticas de recuperação, reconstrução e modernização para pensar o caso da Ucrânia para formar a concepção e ideia de implementação do planejamento nacional de recuperação. O evento também reafirma o compromisso no apoio da comunidade internacional ao país. Modalidades de financiamento, estão entre os temas a serem discutidos. O encontro tem a pretensão de ocorrer anualmente e o próximo está agendado para 2023 no Reino Unido. As recomendações serão publicadas no site da conferência, mas como essa não possui poder decisório, serão levadas posteriormente a fóruns políticos competentes. A conferência será aberta ao público e terá transmissão no site do G7<sup>139</sup>. Ainda na esteira da reconstrução da Ucrânia, Zelensky afirmou aos doadores do G7 de que é necessário, em apoio externo para 2023, de USD 55 bilhões de dólares para infraestrutura básica e mais afetada, como por exemplo escolas<sup>140</sup>.

## **G20: falha em chegar a um consenso e amplia a distância entre a retórica e a prática**

Se os últimos acontecimentos no âmbito do G20, relatados nas edições anteriores do Informe, reforçaram uma postura positiva do grupo em direção a um maior consenso e proatividade, os resultados desta quinzena alteram esse cenário. Durante os dias 12 e 13 de outubro, foi realizada em Washington a 4ª Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 (FMBCG). E, pela segunda vez consecutiva, o grupo falhou em produzir uma declaração conjunta sobre o assunto. Por essa razão, poucas foram as notícias publicadas na plataforma oficial do bloco.

---

<sup>138</sup> The most important questions and answers at a glance. G7 Germany. 2022. Disponível em: <<https://www.bundesregierung.de/breg-en/news/conference-reconstruction-ukraine-2134566>>. Acesso em: 21/10/2022.

<sup>139</sup> Link para a transmissão da “International Expert Conference on the Recovery”: <https://www.bundesregierung.de/breg-de>. Acesso em: 21/10/2022.

<sup>140</sup> Germany's Lindner: Ukraine can rely on G7 finance support in times of war. Reuters. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/germanys-lindner-ukraine-can-rely-g7-finance-support-times-war-2022-10-13/>>. Acesso em: 21/10/2022.

Mediante os diversos problemas enfrentados globalmente, como a crescente insegurança alimentar, altas taxas de inflação e a crise energética, o encontro era considerado crucial para discutir e propor soluções para a atual situação econômica internacional. Não obstante, tendo em vista o papel fundamental que os membros do G20 possuem na governança econômica e financeira, já que representam mais de 85% da economia mundial, também se esperava um senso de responsabilização por parte dos países em realizar esforços conjuntos para controlar os problemas e prevenir possíveis riscos fiscais.

Embora o comunicado oficial feito para a imprensa tenha reafirmado o compromisso do bloco em resolver os crescentes desafios por meio de ações concretas, na realidade apenas algumas discussões avançaram. A Ministra das Finanças da Indonésia, Sri Mulyani Indrawati, chegou a reconhecer em entrevista coletiva que o G20 enfrenta vários desafios com as diferentes opiniões e a escalada das questões geopolíticas. Contudo, a Ministra, reiterou que o grupo continuará a fortalecer a cooperação em questões de interesse comum, destacando o G20 como a principal plataforma de cooperação econômica global<sup>141</sup>.

Nesse sentido, alguns pontos de convergência foram alcançados – sobretudo no que tange a construção de um sistema financeiro mais resiliente<sup>142</sup>. Os compromissos firmados, então, incluem o fortalecimento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) para garantir a implementação de uma estrutura comum para o tratamento da dívida que vá além Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), e a determinação do Direito de Saque Especial (SDR) para apoiar países em maior vulnerabilidade fiscal.

Além disso, a reunião destacou o progresso na implementação de regulamentos de várias áreas do setor financeiro, incluindo os ativos do mercado de criptomoedas, sustentabilidade econômica inclusiva e alfabetização financeira digital. Os participantes do encontro também reafirmaram o compromisso com uma arquitetura financeira sustentável para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Algo que inclui investimentos para: a implementação de energia verde, o setor de infraestrutura, com especial atenção ao setor privado, e tecnologias digitais.

Quanto aos criptoativos, é interessante mencionar a iniciativa de transparência, apresentada no encontro, desenvolvida em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): o Relatório de Estrutura de Criptoativos (CARF, na sigla em inglês)<sup>143</sup>. Com a adoção do uso de criptoativos para uma ampla gama de investimentos e usos financeiros, garantir uma maior transparência nessas movimentações se tornou necessário. Isso porque, ao contrário dos produtos financeiros tradicionais, os ativos criptográficos não utilizam um administrador ou intermediários centrais, como bancos, para serem transferidos e mantidos. O CARF, portanto, garantirá a transparência por meio da coleta e troca automática de informações sobre transações de criptomoedas entre os países do bloco.

---

<sup>141</sup> G20 chair Indrawati says 'huge gaps' remain on Ukraine war, geopolitical issues. **Reuters**. 13 out 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g20-chair-indrawati-says-huge-gaps-remain-ukraine-war-geopolitical-issues-2022-10-13/>> Acesso em: 21 out 2022.

<sup>142</sup> 4th FMCBG meeting important to maintain G20's credibility. **Antara News**. 14 out 2022. Disponível em: <<https://en.antaranews.com/news/254877/4th-fmcbg-meeting-important-to-maintain-g20s-credibility-minister>> Acesso em: 21 out 2022.

<sup>143</sup> OECD presents new transparency framework for crypto-assets to G20. **OCDE**. 10 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-presents-new-transparency-framework-for-crypto-assets-to-g20.htm>> Acesso em: 21 out 2022.



Ainda que alguns tópicos no debate tenham sido desenvolvidos, é fato que o grupo não conseguiu entregar uma ação coletiva eficiente para enfrentar o atual cenário. Em resposta a esses acontecimentos, em 19 de outubro, o grupo independente The Elders, formado por ex-líderes globais, emitiu uma declaração criticando a atuação do G20<sup>144</sup>.

**Figura 1:** Membros do Grupo The Elders



Fonte: The Elders, 2022.

A associação, composta por figuras de notório saber como Ban Ki-moon, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), Gro Harlem Brundtland, ex-Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), e Zeid Raad Al Hussein, ex-Alto-Comissário da ONU para os Direitos Humanos, pediu aos membros do bloco que “superem suas diferenças e encontrem consenso para enfrentar as crises interconectadas que a humanidade enfrenta”.

Os membros do The Elders também sugeriram alguns passos a serem tomados imediatamente. Em primeiro lugar, uma ação coordenada para conter a inflação e impedir uma recessão global. De mesmo modo, financiamentos para uma transição energética justa e para a consolidação de uma infraestrutura global de saúde resiliente para enfrentar futuras pandemias. E, por fim, investimentos substantivos para comunidades que enfrentam pobreza extrema e insegurança alimentar.

Com o multilateralismo já enfraquecido na percepção pública, o fracasso do G20 em cumprir sua missão original de reunir países para enfrentar problemas comuns, só alimenta essa desconfiança em todas as regiões do mundo. Por esse motivo, segundo o The Elders, a Cúpula do G20, que acontecerá em novembro deste ano, representa uma oportunidade para os Estados revitalizarem o sistema multilateral e demonstrarem responsabilidade compartilhada ao abordarem as dificuldades enfrentadas por milhões de pessoas em todo o mundo. Uma oportunidade, portanto, que não pode ser desperdiçada.

---

<sup>144</sup> The Elders warn G20: your failure of leadership is worsening global crises. **The Elders**. 19 out 2022. Disponível em: <<https://theelders.org/news/elders-warn-g20-your-failure-leadership-worsening-global-crises>> Acesso em: 21 out 2022.

## OCDE

No início da quinzena, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico participou do encontro de Ministros das Finanças do G20 e Governadores dos Bancos Centrais, organizado pelo próprio G20, onde foi-se discutido, dentro outros temas, a situação do mercado de criptomoedas<sup>145</sup>. Divergindo do modelo e dos produtos financeiros tradicionais, os ativos criptográficos podem ser transferidos e mantidos sem a intervenção de intermediários financeiros tradicionais (como bancos) e sem um administrador central que tenha total visibilidade dos ativos criptográficos ou das transações realizadas. Ademais, sua regulamentação financeira ainda é escassa e seus ativos e transações não são amplamente cobertos pelo Padrão de Relatório Comum (CRS, na sigla em inglês) da OCDE e do G20, aumentando assim a probabilidade do intuito de seu uso para evasão fiscal e prejudicando o progresso realizado na transparência tributária por meio da adoção do CRS.

Com isso em mente e devido a alta na adoção do uso de criptoativos para uma ampla gama de investimentos e usos financeiros, as organizações se dedicaram a apresentar iniciativas a fim de solucionar as problemáticas de transparência e regulamentação do mercado. Dessa forma, a OCDE apresentou o que propõe ser uma nova estrutura global de transparência tributária para o fornecimento de relatório e intercâmbio de informações com relação a ativos criptográficos: o chamado Relatório de Estrutura de Criptoativos (CARF, na sigla em inglês)<sup>146</sup>.

O recurso se visa a garantir a transparência em relação às transações de criptoativos, através da troca automática dessas informações com as jurisdições de residência dos contribuintes anualmente, em formato padronizado semelhante ao CRS, além de fornecer estruturas modelo para assistir a adaptação de suas ideias para as legislações domésticas e para a administração de sua implementação. O CARF ainda apresenta um conjunto de propostas para atualizações do CRS, buscando modernizar seu escopo ao abranger também produtos financeiros digitais e incrementar seu funcionamento e mecanismos após a experiência adquirida no período de sua aplicação em países e empresas.

Ainda nesta quinzena, a organização divulgou também seu estudo “Disability, Work and Inclusion: Mainstreaming in All Policies and Practices” (2022), onde aborda sobre a atual situação do mercado de trabalho das pessoas com deficiência, que continuam a enfrentar exclusões e significativas disparidades de emprego, desemprego e pobreza em comparação com pessoas sem deficiência<sup>147</sup>. O relatório aponta que a meta estabelecida há cerca de vinte anos de tornar as políticas de deficiência pró-ativas e orientadas para o emprego não foi alcançada, com certas áreas-chave para a mudança positiva da situação recebendo pouquíssima atenção até o atual momento.

---

<sup>145</sup> OECD presents new transparency framework for crypto-assets to G20. **OCDE**. 10 out 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-presents-new-transparency-framework-for-crypto-assets-to-g20.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>146</sup> OCDE. **Crypto-Asset Reporting Framework and Amendments to the Common Reporting Standard**, Paris: OECD, 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/tax/exchange-of-tax-information/crypto-asset-reporting-framework-and-amendments-to-the-common-reporting-standard.pdf>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>147</sup> OCDE. **Disability, Work and Inclusion: Mainstreaming in All Policies and Practices**. Paris: OECD, 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/social/disability-work-and-inclusion-1eaa5e9c-en.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.



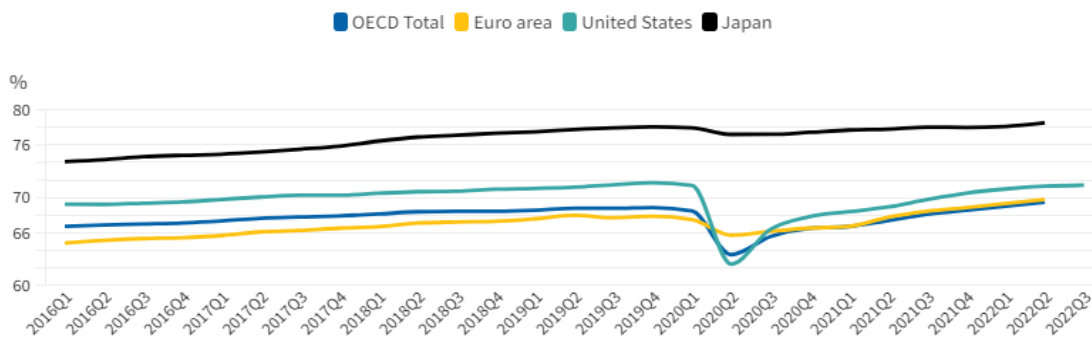
Diante disso, o trabalho recomenda que os tomadores de decisão se concentrem em três áreas-chave para melhorar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: (i) tornar a intervenção precoce a norma, com uma série de esforços antes de qualquer aplicação aos benefícios por deficiência; (ii) lidar com as lacunas de habilidades persistentes de pessoas com deficiência por meio de sistemas de aprendizagem inclusivas e acessíveis; e (iii) apoiar os jovens com deficiência através de educação inclusiva, programas de transição da escola para o trabalho adaptados às realidades de tais jovens e a proteção social adequada e compatível com incentivos intimamente relacionados apoios à transição da escola para o mercado de trabalho.

Na esteira de tal discussão, em sua série de mapeamento e estudo do mercado de trabalho em seus países membros, o relatório referente ao mês de agosto e publicado no período desta quinzena revelou que a taxa de desemprego na OCDE manteve-se praticamente estável no mês, aumentando ligeiramente para 4,9% após os 4,8% apontados em julho<sup>148</sup>. Outras informações de destaque da publicação são: (i) que o número de trabalhadores desempregados na OCDE aumentaram pela primeira vez desde abril de 2021, atingindo 33,2 milhões; (ii) que apesar da estabilidade da taxa de desemprego para mulheres e homens, houve um aumento acentuado da taxa especialmente para os trabalhadores mais jovens; (iii) que observou-se estabilidade no desemprego da zona do euro e aumento nos Estados Unidos e no Canadá; e, por fim, (iv) que o segundo trimestre de 2022, a taxa de emprego (que inclui empregados e autônomos) atingiu seu maior nível desde 2005 (ano de início do mapeamento da OCDE), com 69,5%.

**Figura 1: Taxa de Emprego do Estudo**

**Figure 3. Employment rates (15 - 64)**

as a percentage of the working-age population, seasonally adjusted



Source: OECD (2022) *Short-Term Labour Market Statistics (Database)*

(1) A large part of the increase in the employment rate for the OECD in the third quarter of 2020 and, to a lesser extent, fourth quarter of 2020 reflects the return to work of furloughed workers in Canada and the United States, where they are recorded as unemployed, whereas in most other countries, they are recorded as employed

Fonte: OCDE, 2022.

Em matéria ainda sobre a análise da economia global, a mais recente atualização dos Indicadores Antecipados Compostos da OCDE (CLIs, em inglês), projetados para antecipar os pontos de virada da atividade econômica em relação à tendência com informações reunidas até setembro de 2022, indica a desaceleração do crescimento na área da OCDE, com a maioria das principais economias sendo afetadas pela alta inflação, aumento de taxas de juros e queda dos

<sup>148</sup> Labour Market Situation, OECD - Updated: October 2022. **OCDE**. 10 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/labour-market-situation-oecd-updated-october-2022.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

preços das ações<sup>149</sup>. Já entre as principais economias emergentes, espera-se uma perda de impulso do crescimento chinês (setor industrial) e do brasileiro, no entanto as projeções indicam um crescimento estável para o contexto indiano.

Por fim, em relação ao processo de entrada do Brasil para a organização, nesta quinzena o Ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou em reunião da Confederação Nacional do Comércio, Bens e Serviços que o país conseguiu a aprovação de 108 de seus requisitos entregues, além de possuir 77 em processo de análise pela organização, faltando apenas 45 requisitos para completar o processo de entrega do material para adesão<sup>150</sup>. Contudo, diferentes veículos de notícias denunciaram e reportaram uma série de falhas e irregularidades na documentação entregue do governo à OCDE, como não a menção ao orçamento secreto na divulgação sobre as contas públicas brasileiras<sup>151</sup>, a omissão da taxa de desmatamento<sup>152</sup>, não abordagem sobre a paralisação dos principais instrumentos financeiros de apoio à ação climática e proteção ambiental<sup>153</sup> e a omissão dos cortes de orçamento para o programa de inspeção do trabalho ao apresentar seus compromisso sobre a área trabalhista<sup>154</sup>.

É válido destacar também que o Brasil caiu em seu posicionamento global de corrupção no relatório produzido pela Transparência Internacional<sup>155</sup>, devido à interferência governamental no trabalho das agências de aplicação da lei e suas reverberações negativas e regressões nos esforços anticorrupção e antissuborno promovidos pela OCDE – o que pode afetar a aprovação da entrada do país latino no grupo.

---

<sup>149</sup> Composite Leading Indicators (CLI), OECD, October 2022. **OCDE**. 11 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/composite-leading-indicators-cli-oecd-october-2022.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>150</sup> GONÇALVES, Rafaela. Guedes diz que faltam apenas 45 requisitos para adesão do Brasil à OCDE. **CORREIO BRAZILIENSE**. 20 out 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5045692-guedes-diz-que-faltam-45-requisitos-para-adesao-do-brasil-a-ocde.html>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>151</sup> CHADE, Jamil. Governo esconde orçamento secreto e diz à OCDE que contas são transparentes. **UOL NOTÍCIAS**. 19 out 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/19/governo-esconde-orcamento-secreto-e-diz-a-ocde-que-contas-sao-transparentes.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>152</sup> CHADE, Jamil. Para aderir à OCDE, governo mente, omite e distorce dados ambientais, **UOL NOTÍCIAS**. 18 out 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/18/para-aderir-a-ocde-governo-mente-omite-e-distorce-dados-ambientais.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>153</sup> Governo Bolsonaro tenta enganar OCDE em dados sobre meio ambiente. **CLIMAINFO**. 19 out 2022. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2022/10/18/governo-bolsonaro-tenta-enganar-ocde-em-dados-sobre-meio-ambiente/>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>154</sup> CHADE, Jamil. Para aderir à OCDE, Bolsonaro mente sobre combate ao trabalho forçado. **UOL NOTÍCIAS**. 20 out 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/20/para-aderir-a-ocde-bolsonaro-mente-sobre-combate-ao-trabalho-forcado.htm>>. Acesso em: 21 out 2022.

<sup>155</sup> Convenção da OCDE: Brasil recua no combate à corrupção internacional. **TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL**. 11 out 2022. Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/posts/convencao-da-ocde-brasil-recua-no-combate-a-corrupcao-internacional/>>. Acesso em: 21 out 2022.

## A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA e a China

*Claudia Hoirisch*



A Casa Branca divulgou a Estratégia de Segurança Nacional em outubro com a lista usual de desafios: mudança climática, segurança alimentar, pandemias, energia limpa, tecnologia, corrupção e planos para todas as regiões do globo. A estratégia de segurança foi adiada e revelada após 21 meses do governo do presidente Joe Biden devido à guerra na Ucrânia.

A nova estratégia mantém o enquadramento democracia x autocracia, mas em vez de uma competição global entre todas as autocracias e todas as democracias, a Casa Branca agora saúda as autocracias que rejeitam o uso da força para mudar fronteiras.

A NSS 2022 reforça temas-chave como vencer a competição com a China e a contenção da Rússia, e o fará investindo domesticamente e construindo uma coalisão com parceiros que pensam de modo semelhante para avançar em seus interesses e sua visão de um “mundo livre, aberto, seguro e próspero”. Além de trabalhar com aliados e parceiros com pensamento semelhante, sabiamente defendem que os EUA devem buscar uma “abordagem dual” que envolva rivais geopolíticos para enfrentar os muitos desafios globais que representam uma ameaça existencial como mudança climática, segurança energética, pandemias e insegurança alimentar.

O documento afirma que **“A China é a única concorrente com a intenção de reformular a ordem internacional** e cada vez mais possui os poderes econômico, diplomático, militar e tecnológico para fazê-lo. **Pequim tem ambições de criar uma esfera de influência no Indo-Pacífico e se tornar a principal potência mundial.** Está usando sua capacidade tecnológica e crescente influência sobre as instituições internacionais. Pequim usa seu poder econômico para coagir países. Beneficia-se da abertura da economia internacional ao mesmo tempo em que limita o acesso ao seu mercado interno, e busca tornar o mundo mais dependente da China reduzindo sua própria dependência do mundo. **A China possui influência no Indo-Pacífico e está crescendo em força e alcance globais – enquanto busca corroer alianças dos EUA na região e em todo o mundo.”**

Para a equipe de Biden a Rússia é mais um incendiário da ordem internacional existente e a China procura ser um arquiteto de uma ordem revisada. Vê a Rússia como uma ameaça no curto prazo e a China, como um desafio mais sério, de longo prazo.

Para competir, reconhecem que o investimento público é a espinha dorsal de uma forte

base industrial e de inovação na economia global do século XXI. Estão identificando e investindo em áreas-chave onde a indústria privada não se mobilizou para proteger seus principais interesses econômicos e de segurança nacional. Reconhecem a importância da cadeia de fornecimento de semicondutores (SC) para a competitividade, e estão buscando revigorar sua indústria de chips, com investimentos de P&D de US\$ 280 bilhões previstos em Lei para áreas como SC, computação avançada, comunicações de última geração, tecnologias de energia limpa e biotecnologia.

Mas se o documento aponta a China como o principal rival, deixou uma porta aberta para cooperar com aquele país, chamando-o de fundamental para a economia global e apontando que a China tem um impacto nos desafios compartilhados, particularmente nas mudanças climáticas e na saúde pública global. "É possível que os Estados Unidos e a China coexistam pacificamente, compartilhem e contribuam para o progresso humano juntos".

O perigo em vender demais a ideia de "concorrência com a China" é que pode criar pontos cegos para o engajamento com a China; assustar potenciais parceiros que podem optar por ficar à margem para não serem forçados a escolher entre ficar do lado dos EUA ou da China e pode endurecer as linhas de uma crescente ordem global bifurcada e minar a forma inclusiva de governança necessária para enfrentar problemas que afligem a humanidade como mudanças climáticas, pandemias e não-proliferação nuclear.

Entre as estratégias de segurança nacional por região estão a de promover um Indo-Pacífico mais aberto, aprofundar a aliança com a Europa, promover a prosperidade no hemisfério ocidental, promover a desescalada e a integração no OM e construir parcerias com a África.

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Montserrat Vargas Solorzano*

### Introdução

A América Latina parece estar no centro de uma disputa por zonas de influência política e econômica entre Estados Unidos e o gigante asiático, China. Algo parecido com o que ocorreu na década de 1980, quando a política externa estadunidense acreditava que abrir um Mc Donalds em Moscou poderia ser mais importante do que um avanço militar. Mas nem tudo é o que parece. Embora durante a Cúpula das Américas os Estados Unidos demonstraram veementemente intenção em retomar a liderança na região, os seus desdobramentos tiveram pouco ou nenhum impacto até o momento.

Estados Unidos tem intensificado seu relacionamento com México, que já se apresenta como um dos seus principais sócios. O Presidente Manuel López Obrador, que nos tempos de sua presidência da CELAC se manifestava progressista, advogando pela unidade latino-americana, agora, à luz da renovação de seu Tratado de Livre Comércio com EUA e Canadá, se apresenta como mediador de um possível acordo entre EUA e a República Bolivariana da Venezuela. Sua preocupação se baseia nas migrações de venezuelanos que tentam acessar os EUA pela fronteira mexicana, fugindo de dificuldades econômicas e distúrbios políticos no país sul-americano.

A situação da migração venezuelana é uma preocupação não apenas para os Estados Unidos, para o México ela resulta em enormes quantidades de grupos populacionais que acabam ficando em seu território devido à rejeição na fronteira de seu vizinho. Nesse sentido, México advoga pela recuperação das relações com a Venezuela e a assinatura de um acordo migratório com o país.

Embora representantes do Departamento do Estado dos EUA tenham visitado Chile, Peru e a Venezuela e congressistas americanos tenham se reunido em Bogotá, na prática a região parece ter pouca prioridade para o governo Biden. Talvez o México e a América Central provem ter uma relação mais fluida com o departamento de Estado norte-americano, mas a América do Sul está caminhando para um maior alinhamento com os chineses e o Caribe aos Europeus.

A integração da América Latina e do Caribe tem ficado mais num plano teórico que na prática. Ainda é preciso atores ou “*big players*” com liderança e compromisso político para avançar. Apesar da chegada ao poder de novos presidentes latino-americanos e de que haja certo otimismo na direção de uma possível nova “onda rosa” não está claro se vamos superar os belos discursos. Passar de fato a atuar para uma maior integração dentre de uma perspectiva multidimensional, que contemple os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais-educacionais e ambientais, ainda é um grande desafio para a região.

A integração centro-americana e caribenha tem alcançado importantes avanços com a construção de uma institucionalidade que tem funcionado no âmbito econômico e parlamentar, constituindo Uniões Aduaneiras e uma ação diplomática comum.

No entanto, após a investida neoconservadora dos ex-presidentes Sebastián Piñera, no Chile, Ivan Duque, na Colômbia, e Mauricio Macri, na Argentina, que levaram ao desmantelamento da UNASUL, a América do Sul ficou em uma situação de fragmentação de iniciativas, duplicação de esforços e perda de ação comum na diplomacia visando a integração.

Apesar disso, uma possível Cúpula sobre Amazônia, em 2023, defendida pelo ex-chanceler brasileiro, Celso Amorim, com intuito de reposicionar o Brasil na questão ambiental e da crise climática, num contexto do intenso desmatamento na Amazônia, pode contribuir para reaquecer os esforços de uma maior ação unitária na região.

### **EUA, China e Colômbia: o jogo da disputa por influência e presença no país latino-americano<sup>156</sup>**

157 158

Na semana passada, congressistas americanos que visitaram Bogotá, chefiados pelo senador democrata Bob Menéndez, se mostraram claramente preocupados com as relações que membros do governo colombiano têm mantido com burocratas chineses para estudar os investimentos que o país asiático poderia realizar.

Os Estados Unidos não veem com bons olhos as aproximações que a China está tendo com a Colômbia, que está tecendo cada vez mais alianças no país por meio de projetos de infraestrutura tão decisivos para o desenvolvimento do país, como o Metrô de Bogotá ou seu interesse no Hidroituango<sup>159</sup>.

O governo norte-americano vem expressando sua preocupação com a influência chinesa na região e, especialmente, na Colômbia com a posse do novo presidente Gustavo Petro.

Em uma clara disputa de influência – e interessados no momento de investimento em infraestruturas do novo governo, os parlamentares informaram a Petro e aos ministros que o acompanhavam que não é uma boa ideia facilitar os negócios das estatais chinesas, interessadas em participar da transição energética que o presidente colombiano pretende realizar.

Nesse sentido, o governo colombiano contestou aos congressistas que uma forma de evitar a crescente presença da China é redobrar a cooperação de Washington. Especificamente, Petro pretende convencer o presidente americano, Joe Biden, a financiar a compra das terras dos pecuaristas pelo Estado para entregá-las aos camponeses.

O governo de Petro chegou a um acordo com os latifundiários que, surpreendente, mostraram-se dispostos a facilitar a reforma agrária proposta. Com isso, querem minimizar dois problemas graves do país: a violência e o negócio da cocaína. Agora é preciso obter o financiamento para realizar a compra desses três milhões de hectares. E é aí que Petro espera que Biden desempenhe um papel fundamental.

Porém, a presença do gigante asiático na Colômbia já é uma realidade. Duas empresas, a China Harbour Engineering e a Xi'An Metro Company, estão construindo o metrô de Bogotá, e uma terceira, a China Civil Engineering Construction, está criando um serviço de trens suburbanos que ligará a capital a uma região próxima. A diretora executiva da câmara de investimentos Colombo-Chinesa, Ingrid Chaves, explicou à Bloomberg que a estatal China

---

<sup>156</sup> <https://www.elcolombiano.com/colombia/estados-unidos-advierte-a-gustavo-petro-sobre-influencia-de-china-en-colombia-y-latinoamerica-AA18904004>

<sup>157</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/10/eua-alertam-petro-para-riscos-de-expandir-negocios-com-a-china.ghtml>

<sup>158</sup> <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/congresistas-de-estados-unidos-advierten-a-petro-de-trabajar-con-china-711320>

<sup>159</sup> Hidroituango é um megaprojeto que inclui uma barragem de 225 metros de altura e começou a ser construído em 2014 no noroeste de Antioquia, na Colômbia.

Railway se estabeleceu como empresa na Colômbia e está mapeando completamente o país para encontrar oportunidades de negócios. Esses projetos parecem ser apenas o começo.

É a essa penetração de Pequim que os Estados Unidos se incomodam. Há uma década, a China exerce seu *soft power* na região, o mesmo que os Estados Unidos fizeram pelo mundo na década de 1980.

O governo chinês, com seu próprio método de influência — o do dinheiro — multiplicou sua presença no restante do planeta por meio de investimentos, especialmente em infraestrutura. Além disso, na América Latina impulsionou sua indústria farmacêutica com a venda de milhões de vacinas contra a Covid-19 durante a pandemia. Em 2021, conseguiu um intercâmbio comercial com a região de mais de US\$ 400 bilhões.

Pequim veio em auxílio de países latino-americanos que mantêm uma relação distante ou fria com Washington. Nos últimos anos, Pequim vem aproveitando o vácuo de influência dos em países com declarada oposição à Washington (como Venezuela e Cuba, por exemplo) e oferecendo empréstimos a países com classificações de crédito muito baixas, como Argentina e Venezuela.

Neste momento, o novo governo colombiano tem forte interesse na transição energética para gradativamente reduzir o uso de carvão e petróleo e aumentar o consumo de energia renováveis. Pequim possui grande experiência nesse mercado e detectou uma oportunidade na Colômbia com a chegada ao poder de Gustavo Petro, um presidente muito interessado em liderar este processo.

### **México pede aos EUA para retomar relações com a Venezuela e sugere acordo**<sup>160 161</sup>

O presidente mexicano, López Obrador, vem insistindo para que os Estados Unidos e a Venezuela restaurem as relações e busquem um acordo, ao passo que pede ao seu vizinho que permita a entrada de mais venezuelanos.

Os Estados Unidos anunciaram na semana passada um plano para conceder a entrada humanitária de até 24 mil venezuelanos por via aérea em meio a esforços para impedir o aumento das travessias de fronteira impulsionadas pelas dificuldades econômicas na Venezuela.

Sob essa política, que foi elaborada junto com o México, os Estados Unidos também podem expulsar venezuelanos que tentam cruzar ilegalmente a fronteira.

A Patrulha de Fronteira dos EUA registrou na sexta-feira um recorde de 2,2 milhões de encontros com migrantes ao longo da fronteira com o México no ano fiscal de 2022, que terminou em setembro.

Desde que o plano foi promulgado, em 12 de outubro, houve uma queda de mais de 80% nos encontros de venezuelanos na fronteira, segundo autoridades norte-americanas.

Autoridades mexicanas estão ansiosas para que Washington e Caracas melhorem os laços para aliviar a situação econômica na Venezuela e facilitar o retorno de migrantes.

López Obrador afirmou que “As relações entre o governo dos Estados Unidos e a Venezuela precisam ser restauradas (...). Eu sei que eles estão trabalhando para um acordo.” No

<sup>160</sup> <https://www.euronews.com/2022/10/22/usa-immigration-mexico>

<sup>161</sup> <https://www.reuters.com/world/americas/mexico-will-propose-expanding-us-humanitarian-access-venezuelans-2022-10-21/>

entanto, para a agência Reuters o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional disse que a política dos EUA em relação à Venezuela não mudou.

Antes que o novo plano fosse anunciado, os venezuelanos que cruzavam ilegalmente os Estados Unidos – que romperam relações diplomáticas com Caracas em 2019 – muitas vezes eram autorizados a ficar porque era difícil enviá-los de volta. Desde que a política foi promulgada, vários milhares de venezuelanos que entraram nos Estados Unidos ilegalmente foram devolvidos ao México. Nesse sentido, López Obrador pediu aos Estados Unidos que expandam as permissões de acesso humanitário da Venezuela para além de 24 mil pessoas.

Mais de 150 mil venezuelanos foram detidos na fronteira EUA-México entre outubro de 2021 e agosto de 2022, mais do que o triplo do número em todo o ano fiscal de 2021, segundo os EUA.

A Igreja no México disse na sexta-feira estar preocupada com a crise humanitária enfrentada pelos venezuelanos no México, que descreveu como “produto de acordos políticos entre os governos do México e dos Estados Unidos”. A Human Rights Watch também criticou a nova política, dizendo que provavelmente beneficiaria apenas “poucos selecionados” a entrada nos Estados Unidos, enquanto prejudicava muitos outros forçados a retornar ao México.

#### **Haiti: fome e violência levaram a uma catástrofe humanitária**<sup>162 163</sup>

O Haiti, a nação mais pobre das Américas vem sofrendo agudas crises políticas, econômicas, de saúde e de segurança que alimentaram a crescente violência e paralisia que assola o país. A dimensão da crise é tamanha que o principal terminal de combustível do país foi bloqueado por gangues poderosas o abastecimento de alimentos básicos e água foi interrompido.

As Nações Unidas definem a situação que está ocorrendo no Haiti como uma “catástrofe humanitária”. A fome em uma das maiores favelas do país caribenho está em níveis catastróficos, à medida que a violência das gangues e as crises econômicas levam o país a um “ponto de inflexão”.

Quase 20 mil pessoas no bairro pobre de Cité Soleil, na capital haitiana, têm perigosamente pouco acesso a alimentos e podem morrer de fome. “A gravidade e o alcance da insegurança alimentar no Haiti estão piorando”, alerta Jean-Martin Bauer, diretor do Programa Mundial de Alimentos da ONU naquele país.

As agências da ONU afirmam que a fome atingiu níveis catastróficos, ou o nível 5, o mais alto na Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar em Cité Soleil, a maior comunidade de Porto Príncipe, capital do Haiti.

Segundo a última análise da Classificação, conhecida como IPC, um recorde de 4,7 milhões de pessoas estão atualmente enfrentando fome aguda, nível 3 ou mais alto, incluindo 1,8 milhão de pessoas em Fase de Emergência, nível 4, e pela primeira vez no Haiti, 19 mil pessoas estão em Fase de Catástrofe, nível 5.

---

<sup>162</sup> <https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803767>

<sup>163</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-63266132>



Em Cité Soleil, o aumento da insegurança alimentar preocupa nos últimos três anos. Atualmente, 65% de sua população, especialmente os mais pobres e vulneráveis, estão nos mais altos níveis do IPC, com 5% em necessidade urgente de assistência humanitária.

O descontentamento social com a forma como o governo lidou com as múltiplas crises do país se transformou em protestos contra o governo. E estes se transformaram em saques e confrontos violentos.

No dia 18 de outubro, a Organização Mundial da Saúde disse que houve 16 mortes de cólera e 32 casos confirmados no país, três anos depois que uma epidemia da doença transmitida pela água matou 100 mil pessoas.

Outro funcionário da ONU disse que 100 mil crianças com menos de 5 anos estavam gravemente desnutridas e especialmente vulneráveis à cólera.

O primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, pediu ajuda militar estrangeira, mas o pedido foi criticado por alguns haitianos que o consideram uma interferência estrangeira. Desde então, a ONU pediu o envio imediato de uma força armada internacional especial para o Haiti, mas ainda não está claro quais países forneceriam os membros de tal força e qual seria sua tarefa.

Gangues assumiram o controle de rodovias importantes, bem como Varreux, o maior terminal de combustível do Haiti. Devido à suspensão das entregas de alimentos e combustível, mais e mais haitianos passam fome. Vários armazéns administrados por organizações humanitárias também foram saqueados, deixando os mais vulneráveis sem comida ou água potável.

#### **CEPAL: 39ª Período de Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe<sup>164</sup>**

A 39ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) começa hoje, dia 24 de outubro e será realizada até o dia 26 de outubro de 2022, no Centro Cultural Kirchner, em Buenos Aires. A CEPAL apresentará aos países da região sua proposta de promover um crescimento mais elevado e sustentado e um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O encontro reunirá autoridades de alto escalão da região, além de pesquisadores de renome mundial, acadêmicos, representantes da sociedade civil e autoridades internacionais.

Segundo a Comissão, a América Latina e o Caribe exigem políticas públicas ambiciosas para superar a profunda crise que vivenciaram nos últimos dez anos. A região está atolada em uma crise de desenvolvimento, em meio a uma década perdida, não pode transformar os modelos de desenvolvimento fazendo a mesma coisa ou fazendo o que funciona em pequena escala. Não é hora de mudanças graduais e tímidas, mas de políticas ousadas e transformadoras que realmente movam as agulhas do desenvolvimento. Por isso, a CEPAL propõe 10 áreas políticas prioritárias para transformar o modelo de desenvolvimento da região e identifica possíveis setores que promovam o crescimento sustentável e inclusivo.

Esta é a proposta que a Comissão apresentará a seus 46 Estados membros e 14 países associados durante a 39ª Sessão a mais importante reunião bienal da entidade.

O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, apresentará o documento intitulado [\*Para a transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina\*](#)

---

<sup>164</sup><https://periododesesiones.cepal.org/39/es/noticias/america-latina-caribe-debe-redoblar-esfuerzos-transformar-modelos-desarrollo-colocar-centro>

[e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade](#), no qual a organização entregará aos países sua proposta de recuperação e desenvolvimento sustentável no novo contexto global e regional.

Em seus cinco capítulos, o relatório analisa, entre outros temas, o presente e o futuro da globalização, a própria heterogeneidade produtiva da região e discute as políticas de desenvolvimento produtivo sustentável. Da mesma forma, aborda a dinâmica entre emprego e proteção social e a importância dos impulsos setoriais para reativar o crescimento econômico. Também examina outros temas, como a economia circular, a economia do cuidado e a transformação digital, e apresenta um conjunto de recomendações de políticas para o desenvolvimento sustentável no novo cenário internacional e regional.

De acordo com o documento, em 2022 os países da região enfrentarão os efeitos de uma série de crises em cascata: clima, saúde, emprego, social, educação, segurança alimentar, energia e custo de vida, que impactam com diferentes intensidades e características variadas para muitos países, incluindo toda a América Latina e Caribe.

Na região, a combinação de fatores externos e internos reduziu a capacidade de crescimento econômico e de geração de empregos de qualidade e dificultou o combate à pobreza e à extrema pobreza. Suas estruturas econômicas e sociais enfraqueceram e entraram em situações que reforçam a inércia do fraco desempenho econômico.

Nesse sentido, a publicação indica que após a baixa taxa de crescimento econômico de 0,6% média anual registrada no período 2014-2019, uma contração histórica de 6,9% em 2020 e uma recuperação de 6,5% em 2021, a CEPAL estima que as economias da América Latina e Caribe crescerá 3,2% em 2022 e espera-se uma forte desaceleração com crescimento projetado de 1,4% em 2023.

Além disso, recentemente, o menor crescimento da atividade econômica foi acompanhado por um aumento significativo da taxa de inflação. Em junho de 2022, a média regional foi de 8,4%, mais que o dobro do valor da média observada entre janeiro de 2005 e dezembro de 2019 (4,1%). Por outro lado, a situação fiscal dos países da região se deteriorou como resultado dos importantes esforços fiscais realizados para combater os piores momentos da crise da COVID-19 e suas consequências sociais.

De acordo com o exposto, a situação social na região também se deteriorou, com aumentos consideráveis dos níveis de pobreza refletindo os efeitos da pandemia e da recessão econômica que a acompanhou. Para 2020, a CEPAL calculou que a pobreza e a extrema pobreza atingiram, respectivamente, 33,0% e 13,1% da população. Até 2021, a recuperação incipiente das economias traduziu-se numa queda muito modesta da pobreza para 32,1% e um aumento marginal mas contínuo da pobreza extrema para 13,8%.

Ao longo da sua história, a Comissão insistiu são necessárias políticas de desenvolvimento produtivo tanto transversais quanto setoriais. Nessa linha de pensamento, a CEPAL propôs à região uma série de setores impulsionadores que podem impulsionar a transformação produtiva e estrutural, bem como o investimento e a geração de empregos. São eles: energia (transição energética), eletromobilidade, economia circular, bioeconomia, indústria manufatureira da saúde, transformação digital, economia do cuidado, turismo sustentável e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e economia social e solidária.

Para articular um universo tão amplo de problemas e alternativas de políticas, a CEPAL destaca a necessidade de avançar nos acordos fiscais, produtivos, sociais e ambientais para

superar os problemas da situação atual e caminhar no longo prazo para sociedades sustentáveis, coesas e resilientes, características que implicam avançar para a realização de estados de bem-estar social no quadro de uma sociedade de cuidados.

Para acompanhar os debates da mais importante conferência intergovernamental da CEPAL, a 39ª sessão será transmitida por todas as plataformas da instituição: <https://periododesecciones.cepal.org/39/es>

### **Diretores de Recursos Humanos dos Ministérios da Saúde Andinos reuniram-se em Caracas para avaliar a Política Regional<sup>165</sup>**

Nos dias 17 e 18 de outubro em Caracas, Venezuela, os Diretores de Recursos Humanos dos Ministérios Andinos da Saúde reuniram-se com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da força de trabalho em saúde visando fortalecer a transformação dos Sistemas de Saúde dos países. acesso e cobertura à saúde.

A reunião contou com a presença da Vice-Ministra de Hospitais do Ministério do Poder Popular para a Saúde da Venezuela, Dra. Liz Martínez Higuera; da Secretária Executiva do ORAS-CONHU, Dra. María del Carmen Calle Dávila, bem como dos Diretores dos Escritórios de Recursos Humanos dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e do país anfitrião Venezuela, com o apoio técnico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

Durante a reunião, destacou-se que, para enfrentar a pandemia, os Ministérios da Saúde andinos aumentaram o número de vagas disponíveis, garantindo a contratação de profissionais de saúde como parte dos esforços para fortalecer a primeira linha de atendimento à população afetada, além de compartilhar informações sobre ações e experiências bem-sucedidas realizadas em cinco dos seis países andinos (Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela).

Entre as ações destacadas, por exemplo, a elaboração da Política de Planejamento de Recursos Humanos em Saúde implementada pelo Ministério da Saúde do Chile; e a aprovação da Lei da Carreira de Saúde promovida pelo Ministério da Saúde Pública do Equador.

A retenção de recursos humanos de linha de frente que atenderam pacientes com Covid-19 e a disponibilidade de vagas no sistema público de saúde foram ações destacadas pelo Ministério da Saúde do Peru; e a reorientação curricular para a atenção primária à saúde em todas as carreiras de saúde realizada pelo Ministério do Poder Popular para a Saúde da Venezuela.

Um dos principais aspectos analisados foi o desafio da migração na região andina, para o qual foram propostos acordos como a geração de evidências para estabelecer uma linha de base que permitisse dimensionar ou quantificar os profissionais estrangeiros presentes nos sistemas de saúde dos países andinos, a implementação de um repositório de estratégias bem-sucedidas e boas práticas realizadas pelos países, entre outros.

### **Colômbia e Equador unem forças para vacinação na fronteira<sup>166</sup>**

A campanha organizada pelas autoridades sanitárias dos Ministérios da Colômbia e Equador e o apoio da Organização Andina de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) teve como lema: "Juntos pela vacinação nas fronteiras" os Ministérios da Saúde da Colômbia e

<sup>165</sup> <https://www.orasconhu.org/es/directores-de-recursos-humanos-de-los-ministerios-de-salud-andinos-se-reunieron-en-caracas-para>

<sup>166</sup> <https://www.orasconhu.org/es/colombia-y-ecuador-se-unen-para-la-vacunacion-en-fronteras>

Equador e foi realizada em 22 de outubro, na cidade colombiana de Ipiales. A campanha de vacinação binacional realizada nas áreas fronteiriças dos países andinos teve como objetivo fechar as lacunas na vacinação contra a Covid-19 e no esquema regular contra doenças imunopreveníveis nas áreas fronteiriças.

“Com esta iniciativa queremos ajudar a melhorar a cobertura vacinal nas zonas fronteiriças onde existem lacunas a colmatar, com destaque para crianças, adolescentes, grávidas e idosos. Queremos que a população esteja protegida com a vacina Covid-19 e, além disso, complete o calendário regular de vacinação para protegê-la contra doenças como poliomielite, gripe, sarampo, pneumococo, entre outras”, disse a Dra. María del Carmen Calle Dávila, Secretário Executivo da ORAS-CONHU.

A campanha binacional de vacinação nas fronteiras visa coordenar as equipes de Imunização dos Ministérios da Saúde de ambos os países para mobilizar postos fixos de vacinação e brigadas móveis em ambas as partes da fronteira binacional com o objetivo de proteger o maior número de pessoas vacinadas pendente.

A campanha mobiliza os governos locais e as comunidades distritais de ambos os países, que se unem para ajudar a promover o acesso à vacina em condições de equidade, qualidade e oportunidade.

Ressalta-se que as imunizações são as intervenções de saúde mais eficazes em todos os países do mundo, evitando que doenças consideradas evitáveis continuem a causar morte em diferentes faixas etárias da população. As vacinas são seguras, eficazes e gratuitas.

Estima-se que cerca de 30 milhões de habitantes em áreas de fronteira tenham dificuldades de acesso a cuidados de saúde para doenças imunopreveníveis.

### **ORAS/CONHU, COMISCA e OPAS lançam campanha de comunicação para acesso a exames diagnósticos para tuberculose<sup>167</sup>**

A campanha de divulgação foi lançada em conjunto com atores da sociedade civil para promover o acesso a testes moleculares para o diagnóstico de tuberculose (TB) em 10 países das Américas e será liderada pela Associação Nacional de Pessoas Positivas "Vida Nueva", de El Salvador, que foi selecionado pelo ORAS-CONHU no âmbito do Programa de Fortalecimento do Diagnóstico Laboratorial da Tuberculose na Região das Américas TB. Lab 2020-2023, financiado pelo Fundo Global e que tem como sub-recipientes a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana e a Organização Pan-Americana da Saúde OPAS/OMS.

Durante a cerimônia de lançamento, a Secretária Executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle, destacou que, entre as atividades a serem desenvolvidas para melhorar o diagnóstico da TB, a bolsa regional considerou a realização de uma campanha de divulgação voltada à sociedade civil para divulgar as vantagens do teste molecular tipo PCR (Reação em Cadeia da Polimerase).

“O diagnóstico de tuberculose diminuiu durante a pandemia. Precisamos recuperar e aumentar a notificação de casos da doença, principalmente aqueles que devem receber um exame laboratorial especialmente indicado em determinadas condições”, explicou.

---

<sup>167</sup><https://www.orasconhu.org/es/lanzan-campana-comunicacional-para-el-acceso-pruebas-de-diagnostico-para-tuberculosis>

Ele também indicou que a tuberculose é a doença infecciosa que registra a maior mortalidade no mundo. “Para tratar com sucesso uma pessoa com TB, é necessário um diagnóstico laboratorial rápido e preciso. Cabe a todos nós advogar no campo em que nos encontramos para acabar com a TB como problema de saúde pública”, invocou.

“Os governos aumentam a cada ano suas capacidades em equipamentos e insumos para ampliar o acesso da população a esse tipo de diagnóstico, mas é muito importante compartilhar informações, como base para o exercício dos direitos de quem exige o exame”, disse. Nesse sentido, convidou todos os países a participarem da campanha de divulgação. “É hora de nos unirmos para alcançar mais pessoas através das redes sociais e com mensagens válidas para melhor orientar as decisões em benefício da saúde”, disse.

A iniciativa também foi destacada pela Secretária Executiva do COMISCA, Alejandra Acuña, que afirmou que a campanha é necessária para reduzir e tratar a tuberculose. “Uniremos todas as ações que as organizações da sociedade civil requerem para o apoio em nível dos países da região centro-americana e da República Dominicana”, disse

Por sua vez, a diretora executiva da Associação Nacional de Pessoas Positivas "Vida Nueva", Katherine Serpa, salientou que é necessário avançar na resposta à TB a partir de diferentes abordagens ou perspectivas sociais. “No nosso trabalho, da sociedade civil, é importante colocar a pessoa no centro da resposta à TB. Não só levar em conta a saúde, mas todas as suas condições sociais para a pessoa e populações-chave, na perspectiva dos direitos humanos”, disse.

Em nome da OPAS/OMS, o chefe da Unidade de HIV, Tuberculose, Hepatite e Infecções Sexualmente Transmissíveis, Rubén Mayorga, afirmou que existe um compromisso no mundo para acabar com a tuberculose como problema de saúde pública. "Um dos indicadores que queremos medir para ver como está esse avanço para o fim da tuberculose é a porcentagem do diagnóstico que é feito com testes rápidos de PCR", disse. Ele também indicou que, graças aos testes de PCR, economiza-se muito tempo para confirmar se a pessoa tem tuberculose e, assim, fornecer tratamento adequado de acordo com o tipo de resistência aos medicamentos que possa apresentar.

Finalmente, o coordenador regional dos Observatórios Sociais de Tuberculose da América Latina e coordenador regional da Coalizão de Ativistas da Tuberculose das Américas, Alberto Colorado, expressou a opinião de que a tuberculose é um indicador biopsicossocial de uma iniquidade social que existe em nossos países: “Com este trabalho colaborativo vamos mostrar que podemos ter algum alcance. A abordagem que queremos que seja abordada em toda a região é uma abordagem de Direitos Humanos, uma abordagem de gênero e relevância cultural”.

#### **Plataforma de Seguimiento de Situación Electoral de la Región de América Latina del Instituto de Relaciones Internacionales y estratégicas de París -IRIS**

Como personas que trabajamos en ámbitos relacionados con el análisis global de temas relacionados con la acción internacional y sus impactos en sectores tan diversos como el medio ambiente, la salud, el comercio internacional, entre otros; es importante que contemos con acceso a herramientas y plataformas que nos permitan realizar una vigilancia continua de los temas prioritarios y las posiciones nacionales, para desde la evidencia científica reaccionar eficazmente a la evolución de estos temas.

Quisiera presentar el Instituto de Relaciones Internacionales y estratégicas de París (IRIS – por sus siglas en francés) y su plataforma de seguimiento de la situación electoral de la región de América Latina – Observatorio Electoral (<https://www.iris-france.org/observatoires/observatoire-electoral-2022-de-lamerique-latine/>)

El IRIS es uno de los principales grupos de reflexión (think tank) en Francia especializado en temas geopolíticos y estratégicos. Tiene la particularidad de estar compuesto por un centro de investigación y una estructura de enseñanza que puede otorgar diplomas reconocidos por el Estado como nivel 7 (según la categoría francesa master), a través de la “escuela superior” IRIS, lo que le brinda gran reconocimiento, atrayendo talentos a nivel nacional e internacional. Las modalidades pueden ser presenciales o a distancia en temas tales como:

- a. Analista de estrategia internacional, con tres especialidades posibles (geopolítica y prospectiva, defensa, seguridad y gestión de crisis)
- b. Geoeconomía con gestión de riesgos y responsabilidad de empresa
- c. Manager de programas internacionales
- d. Análisis humanitario y desarrollo, con tres especialidades (estrategia, operacionales – Abogacía y comunicación de influencia).

Por su parte las formaciones cortas en línea pueden orientarse a sectores o competencias específicas.

Desde su creación en 1991, el IRIS se ha afirmado y proyectado por su pericia, animando debates internacionales, al punto que en 2009 fue declarado institución de utilidad pública. Siendo que aborda los temas geopolíticos desde un análisis global y transversal, la institución ha ganado la posibilidad de dirigirse a las decidores políticos y económicos, así como a instituciones, sociedad civil y sectores académicos, para posicionar su trabajo, todo esto sin olvidar la importancia de generar conocimiento accesible y comprensible para el gran público.

Como think tank el IRIS se encuentra hoy clasificado como número 29 en el ranking mundial en la categoría «Mejor grupo de reflexión sobre cuestiones políticas extranjeras y los desafíos internacionales», esto entre 11 175 estructuras postulantes y, también, es número 17 ranking de «Mejor grupo de reflexión sobre cuestiones de defensa y seguridad nacional» según el Global Go-To Think Tanks 2020 de la Universidad de Pensilvania. Todo esto permite al IRIS organizar su acción desde cuatro pilares: investigación, divulgación (publicaciones), organización de eventos y formación.

Gracias a su reconocimiento nacional e internacional, el equipo de investigación produce estudios, notas conceptuales y brinda consultorías a mecenas públicos y/o privados, así como a organismos internacionales. Estas acciones y servicios facilitan la puesta en practica de cooperación con otros *think tank* alrededor del mundo, con instituciones o empresas.

Siendo que los equipos de investigación se ocupan a la vez de cuestiones regionales y transversales, se busca que la estructuración de los equipos sea pluridisciplinaria, para lo cual se cuenta con una docena de investigadores permanentes y alrededor de cuarenta investigadores asociados a una red nacional e internacional que reúne competencias de análisis y prospectiva y siempre desde la base del rigor académico-científico que les permite publicar en reconocidas revistas o fuentes, así como ser invitados en importantes conferencias en Francia y el extranjero.

Según la deontología del IRIS se trabaja desde una perspectiva de libertad de expresión, sin imponer posiciones oficiales a sus investigadores que al mismo tiempo son responsables de sus textos o propósitos.

El pilar de organización de eventos trabaja en estrecha colaboración con los equipos de investigación, para proponer un importante número de eventos por año, en línea con los estudios realizados y que brinden una divulgación responsable de los temas actuales y relevantes para la sociedad. Algunos de estos eventos son abiertos al público general, lo que permite al Instituto formar parte de importantes debates sobre cuestiones Internacionales estratégicas, al tiempo que descifra estos temas para todos los públicos.

Otros eventos pueden estar reservados a una audiencia más restringida o especializada, reuniendo, ya sea por iniciativa del IRIS o por solicitud de socios, a decisores políticos, económicos, militares, diplomáticos, periodistas, expertos y académicos, franceses y extranjeros, para profundizar en el análisis y debatir desde el respeto de todas las opiniones.

### **Observatorio Electoral 2022 para la región de América Latina y el Caribe**

El año 2022 ha estado marcado en la región latinoamericana, por una serie de procesos políticos en un contexto regional e internacional, particularmente, complejo e inestable.

Ya el año 2019 la crisis de contenedores, producida al iniciar la pandemia por COVID-19, implicó el cierre total de la economía en China, lo que generó diversos impactos negativos en la cadena logística de suministro de la mayoría de las industrias. La escasez de contenedores actual ha afectado el transporte de productos de origen asiático a países de occidente y viceversa. Además, ha producido el incremento en los precios del transporte marítimo, llegando incluso a alcanzar hasta cuatro veces su valor comparado con los años anteriores.

Por otro lado, la guerra entre Rusia y Ucrania tiene consecuencias que amplifican la crisis regional, especialmente, por los efectos combinados de la situación financiera internacional que se arrastra desde 2008 y la pandemia de COVID-19. La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), señala que la región vive «la peor crisis de su historia» en términos económicos y sociales<sup>168</sup>.

Aunado a lo anterior el Observatorio señala, que con este “telón de fondo” junto a los crecientes movimientos de protesta social y política y la recurrencia de la crisis regional venezolana, 2022 es y será testigo de importantes procesos políticos y electorales, tales como: elecciones presidenciales en Costa Rica (febrero y abril), legislativas y presidenciales en Colombia (marzo, mayo-junio), un referéndum revocatorio sobre la presidencia de Andrés Manuel López Obrador en México (abril), elecciones en Brasil (octubre). Por su parte Chile tiene un nuevo gobierno de izquierda, presidido por Gabriel Boric, cuyo mandato inició el 11 de marzo de 2022 y que consultó una nueva Constitución el 4 de septiembre.

IRIS lanzó el Observatorio Electoral 2022 de América Latina, como una iniciativa de colaboración con diversos *think tanks* y centros de investigación de relaciones internacionales de América Latina y Estados Unidos, entre los que podemos citar: el Center for Economic and Policy Research (CEPR, Washington, Estados Unidos.), la Fundación Chile 21 (Santiago de Chile, Chile), el Grupo de estudios de la democracia de la universidad del Rosario (Colombia), el Grupo de trabajo sobre geopolítica, integración regional y sistema mundial (GIS) del Consejo

---

<sup>168</sup> [Cepal: Pandemia es peor crisis en América Latina en 120 años | Listín Diario \(listindiario.com\)](#)

latinoamericano de ciencias sociales (CLACSO), y el Instituto Joaquín Herrera Flores (Río de Janeiro, Brasil).

Es importante para quienes estamos implicados en el ámbito internacional conocer y hacer uso de este tipo de plataformas que brindar información de calidad y de primera mano respecto de temas de gran impacto social.



## O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá,  
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

### UNIÃO AFRICANA

**Departamento de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente Sustentável e Economia Azul (DARBE)**

#### **Conferência de alto nível sobre segurança alimentar e nutricional**

Este evento foi organizado conjuntamente pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O estado da segurança alimentar e nutricional no Relatório Mundial e o sexto Relatório Anual Global sobre Crises Alimentares argumentam que os níveis globais de fome continuam a aumentar. Em 2021, mais de 193 milhões de pessoas estavam em insegurança alimentar grave com necessidades de assistência urgente, sendo a prevalência da insegurança alimentar mais elevada entre as mulheres do que entre os homens a nível global e em todas as regiões. Espera-se que as projeções para 2022 se deterioreem ainda mais à medida que os desafios agravantes, incluindo os ciclos de conflitos complexos e prolongados no continente, o impacto da pandemia da Covid-19 e o impacto das alterações climáticas, aumentem a ameaça da insegurança alimentar.

A pandemia perturbou os sistemas agroalimentares e as cadeias de abastecimento, impactando as economias mundiais, causando inflação nos produtos agrícolas e nos alimentos básicos. Além disso, prevê-se que a insegurança global agrave as crises de insegurança alimentar que já se avizinham, à medida que as cadeias de abastecimento são interrompidas e o custo global dos alimentos, combustíveis e fertilizantes aumenta. Em combinação, estes fatores de insegurança alimentar alargaram o fosso da fome e da subnutrição em todo o continente, expondo a fragilidade dos sistemas alimentares globais e locais.

A conferência foi organizada para defender a expansão dos esforços em responder ao imperativo humanitário em todo o continente, ao mesmo tempo que se investe na resposta às necessidades a longo prazo, tal como delineado nos compromissos globais e regionais. Ela baseou-se igualmente no extenso trabalho que vem sendo realizado a nível político, prático e programático pela União Africana, através da sua Comissão, das Comunidades Económicas Regionais, bem como dos Estados-Membros e dos parceiros de desenvolvimento, e aproveita também o trabalho do defensor da União Africana em segurança alimentar e nutricional, o Rei e patrono da Cruz Vermelha do Lesoto. Por fim, mobilizar o compromisso institucional e político necessário para alcançar a escala necessária para as necessidades atuais e a longo prazo da segurança alimentar, através do aumento dos investimentos em soluções a todos os níveis.

#### **Finalidade e objetivos da conferência**

- Servir como uma plataforma de incidência política para acelerar a implementação dos compromissos globais e regionais, incluindo a implementação dos quadros estratégicos, como o Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP - *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*)

- Apresentar os planos de resposta implementados por várias instituições para mitigar o impacto da crise alimentar e avaliar a conveniência de outras medidas adicionais;
- Construir sob a Posição Comum Africana sobre Sistemas Alimentares para elevar a sensibilização, gerar consenso sobre uma visão partilhada e galvanizar ações individuais e coletivas cruciais, tais como o alinhamento de políticas e o aumento de investimentos, para criar e manter um sistema alimentar resistente, sustentável e inclusivo antes da COP 27;
- Antes da conferência foi convocada uma reunião com organizações da sociedade civil (OSC) a nível continental, cujas conclusões serão integradas nos resultados finais.

O diário de Inglaterra *The Guardian* repercutiu a conferência, com uma grande manchete na sua edição de 11 de outubro: [‘Overlapping shocks’ are undoing efforts to end hunger in Africa](#) (“Choques sobrepostos” estão a minar esforços para pôr fim à fome em África”).



8 pessoas que passam fome na África aumentará para 310 milhões até 2030.  
Fotografia: Jérôme Delay/AP

De acordo com a FAO, décadas de trabalho para reduzir a fome estão sendo revertidas à medida que o continente enfrenta, simultaneamente, diversos conflitos político-militares, a crise climática e a recessão econômica global.

Cerca de 278 milhões de pessoas - aproximadamente um quinto da população total - passaram fome em 2021, um aumento de 50 milhões de pessoas desde 2019, de acordo com números da ONU. Com base nas tendências atuais, prevê-se que este número aumente para 310 milhões até 2030.

Nas palavras do Diretor-Geral Adjunto da FAO, Abebe Haile-Gabriel, o continente recua nos esforços para pôr fim à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição, atribuindo o aumento a "*choques múltiplos e sobrepostos e crises prolongadas na África*", incluindo a crise climática, os efeitos prolongados da pandemia, os conflitos regionais e o aumento global dos preços dos combustíveis. Afirmou que a maioria dos países africanos carece de resistência e mecanismos para lidar com estes choques, resultando na destruição da subsistência de milhões de pessoas. Disse ainda que a situação é insustentável a menos que a África mude de rumo e aprenda a fazer as coisas de forma diferente e melhor.

O Corno de África tem sido particularmente atingido pela seca após quatro estações chuvosas sucessivas e falhadas. Uma quinta estação chuvosa consecutiva está prevista para falhar também. A organização humanitária internacional *Action Against Hunger* aponta para a deterioração da situação conduzir a "*uma explosão de necessidades*" na Somália, Quênia e Etiópia, onde [36,1 milhões de pessoas](#) nos três países são afetadas por uma seca severa, contra 19 milhões em julho.

No entanto, os apelos humanitários em todo o continente têm sido subfinanciados. Francesco Rocca, Presidente das Sociedades Internacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, destacou que a situação atual na Somália o lembrou da fome de 2011, que matou um quarto de milhão de pessoas. Francesco Rocca advertiu que "milhões" podem morrer de fome no Corno de África e na região do Sahel se faltarem os meios financeiros para aumentar a resposta humanitária, e descreveu o fracasso em responder rapidamente como "moralmente inaceitável".

A anfitriã da conferência, a angolana Josefa Sacko, Comissária da União Africana para Agricultura, disse que a África deve tornar-se autossuficiente na produção de alimentos, a fim de se proteger melhor das crises externas. Ela considerou que a África deve construir um sistema alimentar sustentável e resistente que possa resistir a choques futuros, acrescentando que o apoio financeiro a curto e médio prazos deve ser orientado para este objetivo.

A África obteve [44% do seu trigo](#) da Rússia e da Ucrânia antes da eclosão do conflito e foi duramente atingida pela perturbação das cadeias de abastecimento globais causada pela pandemia da Covid-19.

**Líder do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) insta aos bancos multilaterais de desenvolvimento que aumentem o financiamento dos cuidados de saúde**



**Akinwumi Adesina**, que foi orador numa das sessões da cimeira intitulada '*Mudar o Jogo: um novo olhar sobre o investimento em saúde e bem-estar*', lamentou a situação adversa em que se encontravam os países africanos no final da fila global de vacinas, quando a Covid-19 devastou as populações durante a sua rápida propagação global. Começou pela afirmação categórica de que a África nunca mais deverá ser apanhada descalça no início de outra pandemia de saúde.

Considerou que esta situação tinha levado o Banco Africano de Desenvolvimento a tomar medidas inovadoras para fazer face tanto ao impacto da pandemia em África como ao financiamento dos cuidados de saúde para a região de forma mais holística. Isto incluía a emissão de um [título de dívida social](#) histórico no valor de 3 bilhões de dólares americanos. A sua mensagem-chave para a cimeira de Berlim foi que o investimento inovador por parte dos bancos multilaterais de desenvolvimento era fundamental para impulsionar o financiamento dos cuidados de saúde para os países em desenvolvimento.

É preciso realçar que o BAD estabeleceu recentemente [um sistema de defesa sanitária](#) assente em três pilares:

- ❖ renovação da indústria farmacêutica africana;

- ❖ construção da capacidade de fabrico de vacinas do continente;
- ❖ construção da sua infraestrutura de cuidados de saúde de qualidade.

Adesina disse que o banco está a investir 3 bilhões de dólares na indústria farmacêutica e criada a Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica, que se ocuparia dos direitos de propriedade intelectual e do acesso à tecnologia proprietária para permitir a África fabricar os seus medicamentos e construir o seu próprio ecossistema para a capacidade nesta área<sup>169</sup>.

Tanto o antigo Primeiro-Ministro britânico Gordon Brown - que é Embaixador da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o Financiamento Global da Saúde - como a Adesina sublinharam a importância de um financiamento inovador e de um melhor aproveitamento do sistema financeiro global para melhor responder aos desafios do financiamento da saúde global.

Brown disse que era importante fazer com que o capital privado e os mercados de capitais funcionassem para os países em desenvolvimento.

O líder do Banco Africano de Desenvolvimento disse que angariar o dinheiro necessário do setor privado significava angariar capital de risco, que era o que precisava de ser alavancado.

*"A nossa estrutura de capital no Banco Africano de Desenvolvimento é, em grande parte, capital exigível. Portanto, a questão é como os bancos multilaterais de desenvolvimento podem melhorar a qualidade desse capital exigível no rating das agências de notação financeira. Assim, podemos angariar dinheiro a longo prazo para apoiar o que estamos a fazer", explicou.*

Adesina apelou à utilização de mecanismos inovadores tais como a utilização de Direitos Especiais de Saque (SDR) do Fundo Monetário Internacional para investimentos para o desenvolvimento, a emissão de obrigações sociais, e a titularização.

Outros oradores no painel foram Sir Ronald Mourad Cohen, Presidente britânico do Comité Global para os Investimentos com Impacto; Dr. Jayasree K. Iyer, CEO da Access to Medicine Foundation na Holanda; Esther Passaris, membro do Parlamento do Condado de Nairobi no Quênia; Ong Ye Kung, Ministro da Saúde de Singapura; e Thomas Östros, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento.

Partilhando uma perspectiva africana, Esther Passaris falou da importância de a saúde ser ao mesmo tempo acessível e comportável financeiramente, tendo afirmado:

*"No Quênia demos prioridade à Cobertura Universal da Saúde bem como à habitação acessível, segurança alimentar e criação de emprego. Não podemos olhar apenas para a saúde sem uma abordagem holística completa no sentido de garantir que cada cidadão se sinta incluído e não deixado para trás".*

À margem desta cimeira, o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento reuniu-se com o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghereyesius, e a Diretora Regional da OMS para África, Dr.<sup>a</sup> Matshidiso Moeti. Ambas as organizações devem continuar a trabalhar de perto para satisfazer a necessidade de África reforçar o seu sistema de defesa sanitária. Adesina garantiu ao responsável de saúde da ONU que o Banco Africano de Desenvolvimento continuaria a apoiar o seu investimento em infraestruturas de saúde e a apoiar a capacidade de fabrico de

---

<sup>169</sup> A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi convidada pelo Presidente do BAD a compor o eminente Conselho Consultivo da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica ([African Pharmaceutical Technology Foundation - APTF](#)).

produtos farmacêuticos e vacinas. Ele disse que abordar a saúde era simultaneamente uma questão de saúde e uma questão multissetorial, envolvendo investimentos na agricultura, água e saneamento, infraestruturas de energias renováveis, entre outros.

A normalização dos Cuidados de Saúde Primários no continente deve ser uma área chave de cooperação. As duas organizações também unirão esforços para assegurar que muito do conhecimento e *know-how* dos profissionais de saúde africanos na diáspora sejam utilizados da melhor forma possível no desenvolvimento das instalações de saúde necessárias e no desenvolvimento de capacidades.

Ainda à margem da cimeira, Adesina encontrou-se com altos funcionários da gigante tecnológica Google, incluindo o Diretor Sênior da empresa para o Impacto Social, Hema Budaraju, e o seu Diretor de Assuntos Governamentais e Políticas Públicas para a África Subsaariana, Charles Murito. O Banco Africano de Desenvolvimento e a Google irão explorar formas de utilizar tecnologia digital inovadora para fazer avançar os sistemas de saúde em África, e para melhorar os sistemas alimentares e agrícolas.

## **OMS AFRO E CDC ÁFRICA**

### **Ministros da Saúde tomam medidas para conter a epidemia do Ébola**

Uma avaliação conduzida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) concluiu que o risco do vírus de Ébola no Sudão se espalhar aos países vizinhos é muito elevado devido aos movimentos transfronteiriços entre Uganda e outros países. A grande mobilidade da população é determinada pelas ligações comerciais, sociais e culturais. Além disso, o país acolhe muitos refugiados que continuam a manter laços com os seus países de origem.

Reconhecendo a importância dos esforços de colaboração, o Governo do Uganda, com o apoio do CDC África e da OMS, acolheu no dia 12 de outubro, em Kampala, [uma reunião ministerial de alto nível](#) sobre colaboração transfronteiriça para a preparação e resposta a surtos de doenças de Ébola. Os Ministros da Saúde e representantes do Governo de 9 países acordaram medidas conjuntas para parar a propagação potencial do surto de Ebola em curso no Uganda e para além das suas fronteiras.

A referida reunião terminou com um comunicado no qual os Ministros da Saúde e altos funcionários governamentais do Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Libéria, Ruanda, Serra Leoa, Sul do Sudão, Tanzânia e Uganda aprovaram medidas-chave para evitar a propagação transfronteiriça do Ebola. Tais medidas incluem vigilância da doença, rastreamento e monitoramento de contatos, notificação imediata de alerta, compartilhamento de informações e treinamento conjunto de equipas de emergência, bem como a realização de exercícios de simulação para melhorar a preparação e resposta.

Os Ministros da Saúde também acordaram em planos conjuntos para a realização de planos de prontidão transfronteiriça, incluindo a sensibilização do público e a realização de campanhas de envolvimento comunitário. Também concordaram com o rápido destacamento transfronteiriço de pessoal médico para combater a doença.

Como ainda não foi licenciada nenhuma vacina eficaz contra o Ébola, as autoridades de saúde ugandesas concentraram-se no apoio aos casos confirmados, ao mesmo tempo que intensificaram os testes, a vigilância, a prevenção e o controlo das infecções, bem como a colaboração com as comunidades para apoiar as medidas de prevenção das doenças.

Existem pelo menos seis vacinas candidatas contra o Ébola, que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Três delas têm dados da Fase 1 (dados de segurança e imunogenicidade em humanos), e as restantes estão na fase de avaliação pré-clínica.

## **CDC ÁFRICA**

### **Lançamento do Quadro de Referência continental para o fortalecimento de Vigilância da Mortalidade**

A Zâmbia, em colaboração com o CDC África e a Comissão da União Africana, acolheu um painel de peritos de alto nível para lançar o Quadro Continental para o Reforço da Vigilância da Mortalidade em África. O documento-quadro foi desenvolvido através de uma série de consultas desde 2019, através das quais foram recebidos vários feedbacks e contributos de todas as partes interessadas, incluindo os Estados-Membros e parceiros, levando ao seu lançamento a 29 de setembro de 2022, em Lusaka.

Este Quadro Continental para reforçar a vigilância da mortalidade baseia-se nas lições aprendidas com a pandemia da Covid-19 e outras emergências de saúde pública anteriores para orientação dos Estados-Membros da União Africana sobre como aproveitar os sistemas de informação existentes para construir os seus repositórios nacionais de dados de mortalidade a fim de reforçar as *estatísticas vitais*, incluindo *nascimentos e mortes* e usar a informação resultante para melhor proteger a saúde da população.

Como é de conhecimento geral, a pandemia levou a perdas significativas de vidas e meios de subsistência na África e, apesar dos mais de 12 milhões de casos e mais de 250.000 mortes documentadas, o verdadeiro fardo desta pandemia nos sistemas de saúde ainda permanece desconhecido.

A Vice-Presidente da República da Zâmbia, a senhora *Mutale W. K. Nalumango*, que honrou a ocasião em nome do seu governo, apelou aos colegas líderes africanos e aos Estados-Membros da União Africana para darem prioridade aos investimentos tanto financeiros como em capital humano, para assegurar o estabelecimento e a operacionalização de sistemas de vigilância da mortalidade que estejam alinhados com as prioridades do país e com os padrões internacionais ou regionais. Ela acrescentou que a informação gerada através de tais sistemas proporcionaria aos líderes uma visão das disparidades na carga da doença entre grupos geográficos e demográficos. Ela exortou os 55 Estados-Membros da União Africana a utilizarem este importante documento de orientação para desenvolver *sistemas holísticos de vigilância da mortalidade*, a fim de garantir a disponibilidade de dados credíveis e oportunos sobre a mortalidade em todos os sistemas de saúde do continente.

O referido Quadro Continental foi traçado com base na visão dos Chefes de Estado e de Governo, da "Agenda 2063 - *A África que Queremos*" e da Nova Ordem de Saúde Pública com os seus 5 pilares necessários para que o continente garanta a sua segurança sanitária: (a) reforço das instituições de saúde pública; (b) dispor da força de trabalho em saúde pública; (c) recursos financeiros internos para saúde; (d) produção local de medicamentos e vacinas; (e) parcerias respeitadas e orientadas para a ação.

O Quadro propriamente dito é intrinsecamente alinhado com iniciativas regionais existentes, tais como o Programa Africano de Melhoria Acelerada do Registo Civil e Estatísticas Vitais (APAI CRVS), a Campanha de Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África

(CARMMA), e a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África 2017-2026 (SHaSA), Estratégia de Saúde em África, 2016-2030, entre outras.

O Diretor-Geral Interino do CDC África, *Dr. Ahmed Ogwel Ouma*, nas suas observações iniciais agradeceu a todos os intervenientes pelas suas contribuições para o desenvolvimento do quadro continental, tendo salientado o mandato do CDC orientado pela ambição da União Africana de apoiar todos os Estados-Membros para que cada um possa ter um repositório nacional e uma base de dados específica sobre mortalidade.

Na sua intervenção enquanto painalista, o Ministro Adjunto responsável pelas Estatísticas Vitais do Ministério da Saúde da Libéria, fez eco da necessidade de parcerias consistentes, apelando aos parceiros de desenvolvimento e partes interessadas para alinharem os seus recursos com as prioridades do continente a fim de assegurar a operacionalização deste novo Quadro de Referência continental. O Vice-Ministro revelou ainda que o documento contém todas as estratégias necessárias para reforçar os sistemas de saúde, o registo civil e as estatísticas vitais.

Digno de realce foi a participação de outros convidados dos Estados-Membros da União Africana, Ministros da Saúde, parceiros internacionais e Comunidades Económicas Regionais que quiseram assim testemunhar o lançamento do Quadro de Referência continental para o reforço da Vigilância da Mortalidade.

Contudo, é preciso assinalar que [o comunicado à imprensa do CDC África](#) só tornou público o evento e não disponibilizou ainda no seu portal o documento ora lançado na cerimónia de alto nível que decorreu na capital da Zâmbia.

## **COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)**

### **Formação de epidemiologistas de campo para uma melhor segurança sanitária**

No âmbito da implementação do Roteiro 2022, com base nos temas da Educação, Saúde e Cultura, foi realizado em 18 de outubro por videoconferência, [um workshop regional dedicado às necessidades de formação em epidemiologia de campo](#) dos países beneficiários do Projeto de Fortalecimento dos Sistemas de Vigilância de Doenças na África Central (REDISSE IV<sup>170</sup>), financiado pelo Banco Mundial.

Participaram da reunião funcionários responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos humanos nos setores de saúde humana, animal e ambiental dos 5 Estados-Membros da CEEAC beneficiários do projeto REDISSE Fase IV, peritos da Unidade de Gestão de Projetos REDISSE IV a nível regional e nacional e representantes das instituições sub-regionais de formação existentes na África Central e Ocidental no campo da epidemiologia de campo (FELTP) e outros cursos afins que integram a abordagem "**Uma Saúde**". Estas incluem as seguintes instituições:

- ❖ Programa BFELTP<sup>171</sup>, Universidade Joseph Ki-ZERBO de Ouagadougou, Burkina Faso;
- ❖ Programa de Formação em Epidemiologia de Campo dos Camarões (CAFETP);

---

<sup>170</sup> Regional Disease Surveillance Systems Enhancement Project (REDISSE). Os objetivos do Projecto na África Central, Fase IV, são (i) reforçar a capacidade nacional e regional intersectorial para a vigilância colaborativa de doenças e a preparação para epidemias nos Estados Membros da região.

<sup>171</sup> Burkina Field Epidemiology and Laboratory Program (BFELTP) da Universidade Joseph Ki-Zerbo, Burkina Faso.

- ❖ Programme de Formation en Épidémiologie d'Intervention et Gestion de Laboratoire DRC-FELTP da Escola de Saúde Pública de Kinshasa, RDC;
- ❖ Instituto de Especialização em Saúde (IES) de Angola;
- ❖ Centre Inter-États d'Enseignement Supérieur en Santé Publique d'Afrique Centrale (CIESPAC), Brazzaville, Congo.

O encontro foi oficialmente aberto pelo chefe da Unidade de Coordenação e Gestão Regional do Projeto REDISSE, Fase IV, em nome da Comissária responsável pelo Departamento de Promoção de Género, Desenvolvimento Humano e Social da CEEAC.

Após as apresentações das necessidades e oportunidades de formação em epidemiologia de campo, seguidas de intercâmbios frutuozos, os participantes identificaram os principais desafios:

- ❖ todos os países têm um défice de recursos humanos qualificados na área da saúde humana, animal e ambiental;
- ❖ existe pouca colaboração entre os sectores da saúde humana, animal e ambiental, tanto em termos de formação como de vigilância colaborativa no terreno, a fim de reunir os recursos disponíveis;
- ❖ as necessidades de formação dos epidemiologistas nem sempre estão bem identificadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Sanitário;
- ❖ não existe um plano para o destacamento de epidemiologistas de campo de acordo com a abordagem **Uma Saúde** para uma boa vigilância colaborativa;
- ❖ a data de encerramento do Projecto REDISSE IV que está próxima limita a organização de formação de nível avançado em epidemiologia de campo que requer um mínimo de dois anos;
- ❖ financiamento insuficiente para a formação a todos os níveis;
- ❖ As ofertas de formação apresentadas pelas instituições de formação da sub-região da África Ocidental e Central cobrem geralmente as necessidades expressas pelos países beneficiários do Projeto REDISSE IV Fase.

Os participantes recomendaram que os países beneficiários da **REDISSE IV Fase**:

- ❖ reservem fundos para a formação de epidemiologistas de nível 1 e 2 para os países beneficiários;
- ❖ reforcem a capacidade de recursos humanos qualificados na área da saúde humana, animal e ambiental;
- ❖ melhorem a colaboração entre os sectores da saúde humana, animal e ambiental, tanto na formação como na vigilância colaborativa, a fim de reunir o uso dos recursos disponíveis;
- ❖ tenham em conta, de forma sustentável, a formação de epidemiologistas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Sanitário, saúde animal e ambiental, tanto no treinamento como na vigilância colaborativa, para reunir o uso dos recursos disponíveis;
- ❖ desenvolver planos de implantação de epidemiologistas treinados para um melhor uso dos recursos;



- ❖ aumentar o financiamento para a pesquisa operacional em vigilância de doenças.

Os participantes também recomendaram que a **Unidade de Coordenação e Gestão Regional do Projeto REDISSE IV- CEEAC** deveria:

- ❖ assegurar a formação de epidemiologistas de campo para níveis intermédios e avançados;
- ❖ desenvolver um plano regional de formação em epidemiologia de campo, incluindo a abordagem Uma Saúde;
- ❖ criar um mecanismo sub-regional para a criação de redes de escolas de formação em saúde pública/epidemiologia, incluindo saúde humana, animal e ambiental;
- ❖ organizar reuniões regionais anuais para acompanhar os progressos no desenvolvimento de recursos humanos em saúde;
- ❖ interceder junto do Banco Mundial para continuar a financiar a formação para além da data de encerramento do Projecto REDISSE IV;
- ❖ mobilizar recursos técnicos e financeiros para preencher a lacuna de formação de epidemiologistas de campo;
- ❖ promover visitas a escolas de formação pré-selecionadas antes de qualquer contratação.

Quanto às **instituições de formação em saúde**, foi recomendado que:

- ❖ promovessem a pesquisa operacional para a documentação de modelos bem sucedidos de formação em saúde pública/epidemiologia, incluindo saúde humana, animal e ambiental;
- ❖ apoiassem a constituição de uma rede de escolas regionais de formação em saúde pública/epidemiologia de campo;
- ❖ harmonizassem os currículos de formação e incentivassem o intercâmbio de estudantes e de experiências entre profissionais;
- ❖ integrassem o programa de formação acreditado para epidemiologistas de campo (FELTP) nos cursos clássicos de formação em saúde pública para aumentar a oferta de formação a nível regional.

Os cinco (5) Estados-Membros países beneficiários do Projecto REDISSE IV Fase são: Angola, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo (RDC) e o Chade.

### **Harmonização dos Índices de Preços ao Consumidor em África<sup>172</sup>**

Em cumprimento do acordo assinado entre o COMESA e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) realizaram um workshop regional de cinco dias em Naivasha, Quênia, de 10 a 14 de outubro de 2022, com objetivo de melhorar o processo de mediação e harmonização dos índices de preços ao consumidor (IHCs) na região africana.

portanto, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor é uma métrica usada pelos países para medir a inflação e para orientar as instituições financeiras centrais de cada país

---

<sup>172</sup> <https://www.comesa.int/afdb-comesa-initiative-towards-harmonized-consumer-price-indices-in-africa/>

incluindo o Banco Mundial na formulação de políticas públicas dos países, abrir um espaço fértil para financiamento alocado pelo fundo africano de desenvolvimento.

Entre as áreas de intervenção está o apoio à harmonização dos índices de preços ao consumidor nos países alvo e o apoio às Comunidades Económicas Regionais (CERs) para a compilação de HCPIs regionais de modo a informar e produzir dados comparáveis entre países como estratégia prioritária para o alcance da agenda 2063, a agenda global 2030 para o desenvolvimento sustentável e políticas regionais por meio da produção e uso de estatísticas harmonizadas, incluindo HCPIs.

Isto é um reconhecimento do fato de que a integração regional bem-sucedida requer dados precisos, confiáveis, oportunos, harmonizados e comparáveis dentro e entre as CERs para apoiar o planeamento, monitoramento e avaliação de políticas. Assim, as CERs constituem as pedras angulares da agenda de integração e, portanto, precisam construir capacidade estatística proporcional ao longo do tempo para facilitar o processo para a integração total.

### **Estatística sobre Balanços Alimentares na África**

As estatísticas do Balanço Alimentar (FBS) são fundamentais para avaliar a situação de segurança alimentar de um país e, mais amplamente, para avaliar a força geral de todo o sector alimentar e agrícola de um país. De facto, ajudam a compreender o estado de abastecimento e utilização de cada produto alimentar dentro de um determinado país, a acompanhar o progresso em relação aos objectivos de desenvolvimento estabelecidos e a informar os decisores. Os balanços alimentares são essenciais na derivação de

- (i) auto-suficiência na produção alimentar e rácios de dependência das importações de alimentos, e
- (ii) o Índice de Perdas de Alimentos (FLI), que é outro indicador importante do SDG (SDG Target 12.3, que procura reduzir para metade o desperdício alimentar global per capita a nível retalhista e de consumo, e reduzir as perdas alimentares ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita).

Todas estas estatísticas são de importância crucial para os decisores, particularmente no sector agrícola. No âmbito da implementação da Estratégia Global para a Melhoria das Estatísticas Agrícolas e Rurais, foram preparadas novas diretrizes sobre a compilação de Balanços Alimentares, com a intenção de fornecer aos países um manual de fácil utilização que possa ajudar na construção de Balanços Alimentares a nível nacional para análise política. Para além destas diretrizes, foi desenvolvido um novo protótipo de ferramenta de compilação para ser adaptado ao contexto e especificidades de cada país.

Mais de 70 estatísticos agrícolas nacionais e regionais de 37 países em África participarão no seminário presencial a realizar em Nairobi (Quênia) entre 24 a 28 de outubro. O seminário incluirá sessões de formação especializada em questões metodológicas relacionadas com o FBS, sessões de aprendizagem entre pares sobre o FBS e perspectivas regionais pelas CERs. Também estará presente a Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA), um parceiro do COMESA.

## Direitos de Propriedade Intelectual na indústria farmacêutica africana<sup>173</sup>

O programa de [Harmonização Regulatória de Medicamentos Africanos \(AMRH\)](#) teve início em 2009, como resposta aos desafios enfrentados pelas Autoridades Reguladoras Nacionais de Medicamentos (NMRAs) na África. Esses desafios incluem; estruturas legislativas fracas ou não coerentes, processos lentos de registro de medicamentos e subsequente decisão de aprovação atrasada, ineficiência e capacidade técnica limitada, entre outros. Essa situação se traduz em um mau acesso aos medicamentos essenciais prioritários pelos pacientes e é um fator que contribui para medicamentos superfaturados.

É neste contexto que representantes de empresas envolvidas no fabrico de medicamentos antirretrovirais (ARVs) participaram num workshop de formação sobre Direitos de Propriedade Intelectual para Empresas na cadeia de valor ARV organizado pela SADC em parceria com o Organização Regional de Propriedade Intelectual (ARIPO) em Harare, Zimbábue, de 13 a 15 de outubro de 2022. Na lista dos países que participaram no workshop de capacitação para fortalecer as Políticas e Regulamentações de Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) regionais e nacionais e Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) está o Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, África do Sul e Zâmbia, Zimbábue.

O professor Michael Blakeney da University of Western Australia, o principal consultor do treinamento em parceria com especialistas da [African Regional Intellectual Property Organization](#) (ARIPO), conduziu o treinamento e os tópicos abordados incluíram Introdução aos Conceitos e Princípios de Propriedade Intelectual; Patentes e Genéricos; Patentes Farmacêuticas e PMEs; Direitos de Propriedade Intelectual, Competição de Mercado e Acesso a Medicamentos Acessíveis; Aplicação de DPIs no Setor de ARVs; e Proteção de Medicamentos e Conhecimentos Tradicionais.

A formação acrescentou a consciencialização dos DPIs entre os participantes do sector dos ARVs na Região da SADC que aprenderam sobre as patentes dos ARVs; disponibilidade de ARVs patenteados; patentes e combinações de dose fixa; licenciamento; custos dos genéricos; pool de patentes de medicamentos; licenciamento obrigatório de patentes; isenção de TRIPS; flexibilidades TRIPS; aquisição de ARVs na SADC; e controles de competição.

De acordo com a ARIPO, a Propriedade Intelectual é um campo do direito muito amplo que afeta o ser humano em todas as atividades cotidianas no consumo de produtos e serviços e é composto por três componentes, a saber, propriedade industrial; direitos autorais e direitos conexos; bem como questões emergentes de Propriedade Intelectual. Pode ser uma invenção (patente/modelo de utilidade), um design (desenho industrial), uma marca (marca registrada) ou uma obra literária e artística (direitos autorais). A proteção da propriedade intelectual é fundamental para promover a inovação. Sem proteção de ideias, empresas e indivíduos não colheriam todos os benefícios de suas invenções e inovações e se concentrariam menos em pesquisa e desenvolvimento.

No final do treinamento, todos os participantes receberam os respectivos certificados na sede da ARIPO em Harare. De lembrar que o treinamento se enquadra no âmbito do programa de Apoio à Industrialização e Sector Produtivo ([Support to Industrialization and Productive Sector](#) -SIPS). O SIPS é um programa financiado pela União Europeia (UE) e pelo

---

<sup>173</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/companies-arvs-value-chain-sadc-region-learn-about-intellectual-property-rights>

Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ). O SIPS visa melhorar a política regional e o ambiente regulatório e a participação do setor privado nas cadeias de valor regionais. O objetivo do SIPS é contribuir para a agenda de industrialização e integração regional da SADC, melhorando o desempenho e o crescimento de cadeias de valor regionais selecionadas, bem como os serviços relacionados nos setores de agro-processamento e farmacêutico.

A SADC supervisiona o ambiente político, regulatório e de negócios aprimorado em níveis nacional e regional para o desenvolvimento e operação sustentável das cadeias de valor regionais para produtos selecionados nos setores de agro-processamento e farmacêutico, enquanto a agência de desenvolvimento alemã, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), um implementador chave do SIPS, coordena o aumento da participação do setor privado nas cadeias de valor de ARV, CMPP e couro na Área de Resultado 2. A Área de Resultado 1, que é implementada pelo Secretariado da SADC, procura melhorar o ambiente político, regulamentar e de negócios a nível nacional e regional para o desenvolvimento e operação sustentável das cadeias de valor regionais nos sectores de agro-processamento e farmacêutico.

### **Políticas de incisão da mulher na defesa de direitos humano**

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Unidade de Apoio à Mediação ([Mediation Support Unit-MSU](#)) com apoio do Fundo Fiduciário da União Europeia (EUTF) através da Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) integrado no Programa IPPSHAR, realizou um workshop para mulheres em campos de refugiados sobre habilidades de mediação e transferência de conhecimento para trabalhar como mediadoras em seus próprios direitos em Kampala (Uganda) entre 12 a 14 de 2022. Seguindo as tentativas contínuas de organizações de mulheres e ONGs que tentam apoiar mulheres vulneráveis, a convenção reuniu mulheres de todas as idades e culturas de diferentes campos de refugiados em Uganda, nomeadamente, kiryandongo, Rhino camp, Bidibidi, Ayilo, imvepi etc. construção da paz no Sudão do Sul e a vida no campo.

À luz dos esforços da MSU uma prevenção de conflitos por meio da diplomacia preventiva e da mediação, e fortalecendo as capacidades das instituições dos Estados membros e grupos da sociedade civil, a MSU promoveu este workshop para fortalecer a capacidade dos grupos de mulheres em campos de refugiados e aumentar seu conhecimento sobre alternativas mecanismos de resolução de conflitos.

As mulheres são muitas vezes a base de uma família, comunidade e nação. Eles são uma incorporação da humanidade. As mulheres podem influenciar, persuadir e manipular qualquer situação ou pessoas para uma direção de sua escolha de forma positiva ou negativa. Quando bem equipados com as habilidades necessárias, eles são os melhores recursos para manutenção da paz e coexistência em qualquer nível. A maioria deles agora vive em campos de refugiados em toda a região. Equipando-os com as habilidades necessárias para a construção da paz, foi uma garantia de que eles se motivaram a se tornarem mediadores e pregadores da paz, bem como de esperança para os outros. É essencial que as mulheres nos campos de refugiados tenham a capacidade de falar e defender os seus direitos e os direitos dos outros; abordar questões de interesse para os órgãos que estão em condições de prestar assistência quando necessário. Este workshop teve como objetivo elevar as mulheres em acampamentos,

O diretor da MSU, Dr. Aleu Garang, em seu discurso de encerramento, reconhecendo os esforços dessas mulheres na construção da paz, exortou as mulheres a continuarem fazendo

parte do processo de paz em suas diferentes capacidades. mas eles são afetados por conflitos, incluindo mulheres, jovens, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), até grupos políticos também e encorajá-los, esta é a melhor prática” nos processos da IGAD, apenas no Sudão do Sul os casos estão sendo implementados.

As mulheres enfatizaram que a instabilidade na metrópole que as mantinha nos campos ameaçava o próprio progresso de defender qualquer coisa porque viviam constantemente com medo de dizer a coisa errada ou ser alvo de exigir que suas vozes fossem ouvidas. No entanto, o perdão foi uma sugestão que eles recomendaram para a recuperação e o diálogo de paz. Como resolução, eles disseram que o envolvimento de mais mulheres no processo de mediação poderia ajudar a diminuir os conflitos, a pobreza, a igualdade de gênero e o trabalho inclusivo em escala global.

## A Europa em ebulição

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

O Reino Unido tem novo primeiro-ministro, em substituição a Liz Truss que renunciou ao cargo, pelo insucesso de seu plano econômico. Rishi Sunak é ex-ministro das finanças de Boris Johnson, antecessor de Liz, que chegou a integrar a corrida pela liderança do Partido Conservador e conseqüente assunção do cargo de primeiro-ministro britânico, mas desistiu de fazê-lo. Liz Truss ficou apenas 44 dias no poder depois de ter sido eleita em setembro pelos membros do Partido Conservador em uma disputa em que derrotou Sunak.

De acordo com o sistema eleitoral britânico, o Partido Conservador foi eleito para governar e cabe ao líder do partido mais votado chefiar o executivo. Sunak será o terceiro líder dos Conservadores nos últimos três meses. Atualmente, o Partido Conservador conta com uma ampla maioria de 357 parlamentares, de modo que [pode escolher um novo líder e elevá-lo ao cargo de primeiro-ministro](#) sem a necessidade de buscar apoio adicional de outros partidos ou convocar eleições gerais.

Os candidatos precisavam ter apoio de pelo menos 100 deputados conservadores para entrar na disputa. Apesar de ter conseguido os apoios, Johnson se retirou do pleito: "Infelizmente, nos últimos dias cheguei à conclusão de que simplesmente não seria o correto. Não se pode governar com eficácia se não há um partido unido no Parlamento", explicou Johnson em um comunicado. Com a desistência de Penny Mordaunt - líder do partido no Legislativo, ex-ministra do comércio e ex-secretária de Defesa -, os caminhos se abriram para Sunak, que se tornou candidato único, conduzido ao posto de chefe de Governo.

Seus desafios serão governar um país abalado por uma grave crise no custo de vida, com uma inflação superior a 10%; acalmar os mercados, inquietos desde o anúncio de um mini orçamento do governo Truss no fim de setembro; e unir um partido dividido a dois anos das eleições legislativas. Embora seja o primeiro governante não branco e de origem asiática do Reino Unido, sua fortuna - estimada em 730 milhões de libras esterlinas -, é notável.

Em cenário não menos desafiador, a [Itália também nomeia sua primeira-ministra, Giorgia Meloni](#), que assume o cargo em momento tenso, com a economia entrando em recessão, empresas sofrendo com as contas de energia cada vez mais caras e divergências dentro de sua coalizão com relação à guerra na Ucrânia. Líder do partido nacionalista Irmãos da Itália, Meloni conquistou a vitória em uma coalizão que incluía o Força Itália, liderado pelo ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, e o Liga, de Matteo Salvini. Embora Meloni tenha prometido apoio à Ucrânia, Berlusconi a vem enfraquecendo, em declarações como a que culpa Kiev pela guerra e a que revela troca de presentes e "cartas doces" com seu velho amigo, o presidente russo, Vladimir Putin. A nova primeira-ministra sentiu-se obrigada a explicar que a Itália "faz parte plenamente, e de cabeça erguida", da UE e da Otan.

A equipe apresentada por Meloni, traz 5 ministérios à Liga e à Força Itália e reserva nove cargos no gabinete para seu partido. Com média etária de 60 anos, a equipe de governo conta apenas com 6 mulheres, entre os 24 ministros. O Ministério das Relações Exteriores foi entregue ao veterano do Força Itália Antonio Tajani, visto como um conciliador pró-europeu e ex-presidente do Parlamento Europeu. No mesmo dia em que assumiu o cargo, Giorgia Meloni recebeu o presidente francês, Emmanuel Macron, em Roma, em seu primeiro encontro com um líder estrangeiro.

Na França de Macron, [mais de 100 mil pessoas participaram de atos públicos](#), os maiores do segundo mandato do presidente Emmanuel Macron. O mal-estar vem das ruas e do Parlamento, no qual o governo não tem maioria absoluta. Depois de tentativas frustradas, foi preciso acionar uma ferramenta constitucional para permitir ao Executivo aprovar a primeira parte do orçamento para 2023 sem os votos dos deputados.

A Alemanha prepara instalações para receber gás natural liquefeito e, assim, reduzir sua dependência do gás russo. Já a [Turquia, conversa com a Rússia sobre a construção de um gasoduto](#), que a tornaria um centro de distribuição de gás russo para a Europa. O futuro gasoduto, "Turk Stream", que ficará localizado na parte europeia da Turquia, pretende desviar o transporte de gás do desativado Nord Stream, do Mar báltico para o Mar Negro. Resta saber quais países europeus vão querer e poder comprar gás russo, tendo em vista a política de imposição de sanções à Rússia.

## Guerra

A Ucrânia acusa a Rússia de usar drones de ataque Shahed-136, de fabricação iraniana, que navegam em direção ao alvo e explodem com o impacto. O [Reino Unido, que já impôs sanções ao Irã pelo fornecimento de drones à Rússia](#), também denuncia o uso de veículos aéreos não tripulados iranianos contra alvos em todo o território ucraniano, pelos russos. O Irã condenou veementemente [o pedido da França, Alemanha e Reino Unido para que a ONU investigue as acusações de uso de drones iranianos na guerra](#), disse o Ministério das Relações Exteriores iraniano. Em carta assinada e endereçada à ONU, os três países europeus apoiam o pedido da Ucrânia por uma investigação da ONU, argumentando que o uso de drones viola a Resolução 2231 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR).

Os ataques russos à Ucrânia prosseguem não só com a utilização de drones, mas também de mísseis, o que leva a Europa a discutir sobre um escudo antimísseis. O projeto, liderado pela Alemanha, é apoiado por 14 países membros da Otan e visa adquirir um sistema de defesa antiaérea que se integraria com o sistema da Organização. Este, atualmente, consiste em um sistema de radares, situado na Turquia, que detecta a entrada de um míssil balístico no espaço aéreo para abatê-lo a partir da terra ou da água. O novo escudo europeu pretende cobrir lacunas, melhorando a capacidade europeia de defesa<sup>174</sup>.

[Bomba-suja](#), assim a Rússia se refere a uma bomba que dispersa material radioativo, que estaria para ser lançada pela Ucrânia. Para Ben Wallace, responsável pela pasta britânica da Defesa, trata-se de um pretexto e um sinal de escalada no conflito. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, concorda: "Se a Rússia declara que a Ucrânia está alegadamente a preparar algo, isso só significa uma coisa: que a Rússia já tem tudo preparado. O mundo tem de reagir da forma mais dura possível".

## Saúde Global

Sobre a escalada da crise humanitária na Ucrânia, decorrente da intensificação dos bombardeios da guerra que completa 8 meses, o diretor regional da OMS Europa, Hans Kluge chama atenção para a sobrevivência da população civil da Ucrânia e do próprio sistema de saúde. A prioridade imediata é [responder com urgência aos danos causados pelos últimos ataques à saúde](#), com o total de ataques à saúde confirmados pela OMS em 620 desde o início da guerra em fevereiro: "Precisamos aumentar nosso apoio ao processo de reconstrução.

---

<sup>174</sup> El País, Edição de 14 de outubro de 2022, página 2.

Paralelamente, estamos fazendo esforços contínuos para aumentar a capacidade – e o moral – da força de trabalho de saúde e assistência esgotada. Até agora, a OMS ajudou a treinar cerca de 11.000 profissionais de saúde em uma série de questões, incluindo cirurgia de trauma, vítimas em massa, exposição química, epidemiologia e diagnóstico laboratorial.”

A segunda prioridade é atender às necessidades imediatas de saúde das pessoas nas áreas recém-acessíveis sob controle ucraniano. A terceira prioridade é antecipar e preparar-se para os desafios significativos que o inverno trará. Muitas pessoas na Ucrânia estão vivendo precariamente, mudando de um local para outro, vivendo em estruturas precárias ou sem acesso a aquecimento. Isso pode levar a congelamento, hipotermia, pneumonia, acidente vascular cerebral e ataque cardíaco. A destruição de casas e a falta de acesso a combustível ou eletricidade devido a infraestrutura danificada pode se tornar uma questão de vida ou morte se as pessoas não conseguirem aquecer suas casas.

No dia mundial da Pólio, celebrado em 24 de outubro, o diretor regional da OMS Europa, Hans Kluge, celebrou o marco de [20 anos livre da doença na Região Europeia](#). No entanto, alertou para a vulnerabilidade do progresso e do status livre da pólio, lembrando que no ano passado, houve registro de poliovírus em Israel, Ucrânia e Reino Unido, onde a circulação de poliovírus derivados de vacinas foi confirmada. Ele explicou que o poliovírus derivado da vacina é fruto de uma mutação de vírus contido numa cepa enfraquecida originalmente contida na vacina oral. Alertou que esse poliovírus derivado da vacina pode se espalhar em bolsões de pessoas sub-imunizadas, tornando-se fundamental garantir uma alta cobertura vacinal em todos os grupos populacionais. Em toda a região europeia da OMS, a cobertura com a terceira dose da vacina contra a poliomielite caiu 1% de 2019 a 2020. Em 2021, apenas 25 dos 53 países da nossa região atingiram a taxa de cobertura vacinal de 95% ou mais que a OMS recomenda.

A Covid-19 voltou à pauta e foi tema de pronunciamento conjunto da Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Sra. Stella Kyriakides, do Diretor Regional da OMS Europa, Hans Kluge, e da Diretora do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC), Andrea Ammon. Eles alertam que a pandemia não acabou e que os indicadores estão subindo na Europa, sugerindo que outra onda de infecções começou. Com a chegada do outono e inverno, o ressurgimento da gripe também é esperado. Para evitar o ônus dessa co-circulação nos sistemas de saúde, reforçam que a vacinação continua sendo uma das ferramentas mais eficazes contra ambos os vírus. Instam os países da Região Europeia a priorizar a proteção dos grupos mais vulneráveis, coadministrando vacinas contra influenza e Covid-19 sempre que possível.

Frente à resistência antimicrobiana, que se coloca como um dos grandes desafios da saúde global, a [indústria farmacêutica impõe contrapartida para o desenvolvimento de novas drogas](#), propondo aumentar o período de exclusividade da patente de outro medicamento rentável, como por exemplo um anti-depressivo, para compensar o investimento nas pesquisas. A indústria farmacêutica argumenta que encontrar novas moléculas requer alto investimento em pesquisa, mas que nem todos os antibióticos são comercialmente interessantes. Para as organizações de defesa dos consumidores, a proposta é escandalosa. A extensão da exclusividade da patente de outros medicamentos poderá custar caro aos sistemas de saúde e aos cidadãos. Este mecanismo está sendo objeto de debate na Comissão Europeia, no âmbito da revisão da legislação farmacêutica.



As perspectivas para o inverno europeu não são boas. Além da tripla crise de segurança, economia e energia, o cenário político inspira instabilidade, com dias difíceis para as maiores economias do continente.

## Mudanças climáticas é tema central para Ásia e para região árabe, mas sob urgências diferentes

**Lúcia Marques**

O direito à vida, à alimentação, ao desenvolvimento, à autodeterminação, à água e ao saneamento e à habitação adequada está sendo negado a milhões de pessoas por causa das mudanças climáticas, disse o primeiro relator especial da ONU sobre a Proteção dos Direitos Humanos no contexto das Mudanças Climáticas, Ian Fry, em seu primeiro [relatório](#) formal ao órgão, que se concentra em três áreas: ação de mitigação, perda e dano, acesso e inclusão e a proteção dos defensores dos direitos climáticos.<sup>175</sup> Abordou alguns dos desafios da ação climática dada a guerra na Ucrânia e compartilhou algumas das recomendações que fez aos Estados-membros, incluindo a convocação para um Fórum de Alto Nível a ser realizado no próximo ano.

A mudança climática induzida pelo homem é a maior e mais difundida ameaça ao ambiente natural e às sociedades que o mundo já experimentou, e os países mais pobres estão pagando o preço mais pesado", disse o especialista. "Os membros do G20, por exemplo, são responsáveis por 78% das emissões na última década", ressaltou.

Embora os efeitos das mudanças climáticas sejam sentidos em todos o mundo, é na Ásia, região MENA e Sahel que estão os países que mais sofrem as urgências climáticas – onde estão a maioria dos Estados em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos (LDCs<sup>176</sup>), países em desenvolvimento sem acesso ao mar (LLDCs<sup>177</sup>) e pequenos Estados insulares (SIDS<sup>178</sup>), que têm seus próprios desafios especiais. E têm urgências diferentes, seja imediata, para ajuda humanitária e para reconstrução de infraestruturas em consequência dos eventos extremos, ou seja, de curto e médio prazo, para ações de mitigação e prevenção, para financiamento e transferência de tecnologia verde e sustentável.

Para Fry, como não há ações suficientes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, é preciso olhar para as implicações dos direitos humanos nesse contexto de mudanças climáticas. É preciso melhorar e ampliar as ações para mitigação. É preciso olhar para as questões da perda e dano, que são os enormes impactos que os países estão sofrendo como consequência das mudanças climáticas e dos enormes custos envolvidos. Até agora, houve discussões em torno da criação de um *fundo de perdas e danos*, mas pouco avanço. São milhões de pessoas em todo o mundo cujo gozo básico dos direitos humanos está sendo afetado. Dois exemplos recentes são as inundações na Nigéria e no Paquistão. Países que pouco contribuem

---

<sup>175</sup> [ENTREVISTA: A conexão entre direitos humanos e mudanças climáticas 'não deve ser negada' | | 1UN notícia](#)

<sup>176</sup> São **46 países menos desenvolvidos** (LDCs)<sup>176</sup>, **32 países em desenvolvimento sem terra** (LLDCs)<sup>176</sup> **38 Estados em desenvolvimento de pequenas ilhas** (SIDS)<sup>176</sup>.

<sup>177</sup> Países com falta de acesso territorial ao mar, com isolamento dos mercados mundiais, altos custos de trânsito, envolvendo complexos processos de travessia de fronteira, terrenos difíceis, etc. Em muitos casos, os vizinhos de trânsito da LLDC são eles mesmos países em desenvolvimento e muitas vezes enfrentam desafios econômicos semelhantes. Os altos custos de transporte corroem a vantagem competitiva das LLDCs, desencorajam os investidores. O Cazaquistão tem a maior distância do mar (3.750 km), seguido pelo Afeganistão, Chade, Níger, Zâmbia e Zimbábue com distâncias da costa marítima mais próxima de 2.000 km.

<sup>178</sup> Países insulares que enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais únicas. Localizados no Caribe, o Pacífico e o Atlântico, o Oceano Índico e o Mar do Sul da China (AIS). Questões como tamanho populacional, distâncias de rotas comerciais, pequena extensão territorial, ou localizados em rota de ciclones e tempestades tropicais. Ex.: Tonga e Ilhas Marshal.

para o efeito estufa, mas sofrem as piores consequências e estão pagando sozinhos os custos desses estragos.

Uma questão final é em torno do acesso e inclusão. Isso está fazendo com que as pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas possam apresentar suas vozes às reuniões sobre mudanças climáticas. Trata-se de mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, povos indígenas, todos os grupos que estão na vanguarda das mudanças climáticas e dos impactos dos direitos humanos. Precisamos encontrar maneiras de colocar sua voz no processo de mudança climática.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO MUNDO ÁRABE – URGÊNCIA IMEDIATA**

A região árabe (e devemos incluir o Irã, Paquistão e Afeganistão, que não são árabes<sup>179</sup>) é altamente vulnerável às mudanças climáticas. Os efeitos adversos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos pelas comunidades rurais e urbanas e por todos os setores. Modelos climáticos regionais projetam que a temperatura média anual poderia aumentar quase 5°C antes do final do século sob o cenário de alta emissão. Os níveis de precipitação devem seguir uma tendência decrescente, mas volátil no geral. Secas mais frequentes e incêndios florestais serão presenciados em algumas áreas, enquanto um aumento no número de enchentes é esperado em outras. Isso está afetando a segurança hídrica, a produtividade agrícola, o turismo, os ecossistemas e a saúde. Os impactos socioeconômicos e ambientais devem piorar no futuro, com riscos à segurança e à estabilidade.

Para aumentar a resiliência, os países precisam reforçar sua capacidade adaptativa. Isso inclui o fortalecimento do progresso para o cumprimento das metas nacionais em apoio aos ODS e a garantia de uma transição energética justa e inclusiva que forneça aos países os recursos energéticos sustentáveis necessários para atingir esses objetivos.<sup>180</sup> Além de ações políticas e diplomáticas para o mundo avançar nas medidas compensatórias, uma vez que a maioria desses países não são os grandes vilões do aquecimento global, mas vítimas.

### **15º Workshop Regional sobre Desenvolvimento de Capacidade para Negociações sobre Mudanças Climáticas**

[A ESCWA](#), Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental da ONU, em parceria com a Liga dos Estados Árabes, com o PNUMA, com a UNESCO organizou o [15º workshop regional sobre desenvolvimento de capacidade para as negociações sobre mudanças climáticas](#), em Omã. O workshop teve como objetivo apoiar os Estados Árabes na implementação das decisões assumidas no [Pacto climático de Glasgow](#), durante a COP26, e permitiu que os participantes discutissem questões urgentes para a próxima [COP 27](#) - Cúpula para implementação climática - como adaptação, mitigação e financiamento. As discussões também estiveram focadas na interface ciência e política nas negociações, bem como posições regionais para a COP27.

O documento principal do Workshop foi a [Estratégia de mobilização financeira](#) para 2022-2030, cujo objetivo é aumentar o acesso e a mobilização do financiamento climático para atender às necessidades climáticas e cumprir as metas climáticas da região.

### **Água subterrânea na região árabe**

---

<sup>179</sup> Não devemos confundir etnia com religião: o Irã é de etnia persa; o Afeganistão, um misto de etnias asiáticas, com predominância dos pashtuns, e o Paquistão de etnia indo-europeia. Mas todos são islâmicos. Esses três países são membros da Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico – ESCAP.

<sup>180</sup> [Necessidades e fluxos de finanças climáticas na região árabe - ESCWA \(uneswca.org\)](#)

A região árabe é uma das regiões mais escassas de água do mundo, com 19 Estados abaixo do limiar de escassez de água. Isso é ainda mais complicado pelos recursos hídricos transfronteiriços, uma vez que dois terços de todos os recursos hídricos da região árabe cruzam uma ou mais fronteiras. Outros fatores que agravam a situação da escassez de água incluem poluição, uso ineficiente de água, altas taxas de crescimento populacional e mudanças climáticas e eventos climáticos extremos. A ocupação e o conflito afetam ainda mais a capacidade das pessoas de acessar serviços de água e saneamento. Mais da metade dos estados árabes dependem fortemente das águas subterrâneas como o principal recurso de água doce. Em países como Djibuti, Líbia, Estado da Palestina e Arábia Saudita, as águas subterrâneas constituem mais de 80% de toda a água doce utilizada. O uso de águas subterrâneas também está crescendo em países onde a água superficial tem sido tradicionalmente a principal fonte de água doce, mas já sofre com as secas prolongadas.

O [relatório da ESCWA](#) tem como objetivo fornecer uma visão geral dos recursos hídricos na região árabe e dos muitos desafios enfrentados por sua gestão sustentável, ao mesmo tempo em que destaca oportunidades de romper com o modo de operações de negócios como de costume, aproveitando os avanços na gestão, cooperação e tecnologias. Fornece uma sinopse do status das águas subterrâneas e oferece soluções para buscar proteção e preservação das águas subterrâneas com o propósito final de melhorar a segurança hídrica na região árabe. Reconhece e enfatiza os desafios que afetam as águas subterrâneas, ao mesmo tempo em que enquadra as águas subterrâneas dentro dos pilares do desenvolvimento sustentável, donexo de segurança água-alimentos-energia e da gestão e governança integrada dos recursos hídricos.

Entre os múltiplos desafios que dificultam a boa governança das águas subterrâneas, estão: informações e conhecimentos limitados, financiamento insuficiente e falta de políticas e vontade política. A ESCWA, em sua plataforma de publicações para políticas públicas e para tomadores de decisão, tem vários relatórios e estudos envolvendo os [desafios climáticos, políticas e financiamento](#), publicados pelo cluster de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade dos Recursos Naturais: [Finanças Climáticas](#); [Projeções climáticas](#); [Sistemas agrícolas inteligentes](#); entre outros.

A ESCWA também está realizando uma série de [Diálogos Regionais sobre Águas Subterrâneas](#) para abordar as questões prioritárias levantadas por especialistas e representantes dos Estados Árabes durante a [Reunião Preparatória Regional Árabe para a Revisão Abrangente de Médio Prazo da Década Internacional de Ação para a Água](#).

Os Diálogos abordam as seguintes questões prioritárias: 1) Fortalecimento da governança das águas subterrâneas, especialmente para recursos hídricos não renováveis; 2) Melhorar o conhecimento e as informações sobre sistemas de águas subterrâneas, aumentando o acesso aos dados e compartilhando e desenvolvendo sistemas de monitoramento; 3) Desenvolvimento de mais cooperação transfronteiriça para a gestão sustentável das águas subterrâneas e da segurança hídrica na região árabe; 4) Capacidade de construção e realização de estudos sobre recarga de aquífero gerenciado para que possa ser incluído em planos de ação; 5) Realizando estudos sobre o impacto das mudanças climáticas nas águas subterrâneas para informar os formuladores de políticas; 6) Monitorando o bombeamento de águas subterrâneas movidas a energia solar para limitar a supertração.

E como um escritório regional da Comissão Econômica e Social, que trabalha os ODS e os contextos dos determinantes sociais, a ESCWA divulgou um documento [Entendendo as potenciais ligações entre mudanças climáticas e conflitos na região árabe](#), sobre como as

mudanças climáticas podem contribuir para a dinâmica atual ou futura de conflitos e como a perda de subsistência, contração econômica, concorrência de recursos, migração, má governança e outros processos sociais (mecanismos) estimulados pelo risco climático podem contribuir para aumentar o risco de conflito quando ocorrem em determinados contextos.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÁSIA PACÍFICO – URGÊNCIAS DE CURTO E MÉDIO PRAZO**

O Indo-Pacífico é uma região que abriga um terço da população mundial; quatro das seis maiores economias; importantes economias em desenvolvimento e onde o futuro da tecnologia verde está. É uma região em expansão econômica e de crescimento em infraestruturas, portanto, está bem-posicionada para capturar oportunidades para o crescimento verde, para promover mudanças estruturais e uma recuperação pós-covid inclusiva e verde.

É a região mais dinâmica do mundo, e seu futuro afeta as pessoas em todos os lugares<sup>181</sup>. Todas as questões definidoras do século XXI passam por esta região: a crise climática, a saúde global, o futuro tecnológico.

E é por isso mesmo que os EUA estão de olho na região, seja pelo potencial tecnológico estratégico, ou seja, principalmente, para conter a China, que considera seu único e maior rival à ordem mundial<sup>182</sup>. A China tem relações históricas e grande influência na região. As viagens do presidente americano, Joe Biden, e de membros de alto escalão de seu governo aos países da Ásia Pacífico demonstram essa urgência em conquistar as nações asiáticas e reduzir a resistência dos países da região em “confiar” na estratégia americana para um Indo-Pacífico livre, aberto e seguro.<sup>183</sup>

Cautelosos, os países do Sul e Sudeste asiático já deixaram claro, em várias ocasiões, que cooperação em defesa seria menos bem-vindo. A firmeza das nações da região têm transformado o Quad em um quadrilátero mais cooperativo, cuja agenda segue avançando para lidar com a Covid-19, tecnologias críticas, mitigação climática e mais.<sup>184</sup> Os países manifestaram claramente no Diálogo de Shangri-la, que o Sudeste Asiático já tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional.<sup>185</sup> Esse, aliás, também tem sido o discurso da ASEAN: “o jeito “aseano” de encontrar soluções para suas questões regionais.<sup>186</sup> Na reunião dos Ministros de Negócios do G20, em fevereiro, a Ministra de Negócios da Indonésia deu o recado: “Washington precisa equilibrar sua abordagem de segurança com uma forte agenda econômica para a Ásia e o Pacífico”. A ministra acrescentou que a ASEAN - que representa mais de 600 milhões de pessoas, em 10 países – tem capacidade de tentar manter a paz, a estabilidade e a prosperidade diante da rivalidade entre os dois gigantes. A Indonésia é o atual presidente do G20 e também é membro da ASEAN. E assim foi na cúpula entre as Ilhas do Pacífico e os EUA:

---

<sup>181</sup> [informativo da Casa Branca sobre a estratégia](#) para o Indo Pacífico publicado em fevereiro – um mês e meio depois que a estratégia chinesa [RCEP](#) – Parceria Econômica Regional Abrangente - para livre comércio e cooperação multilateral entrou em vigor, em 1º de janeiro deste ano de 2022.

<sup>182</sup> **Marques, L.** Abordagem do morde e assopra dos EUA para a China. [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 10-2022, p. 141](#)

<sup>183</sup> Entenda mais em Cadernos CRIS-Fiocruz, [Informe 8-2022](#), p.161; 165-168; [Informe 9-2022](#), p. 166-172).

<sup>184</sup> Nova agenda do Quad - [Informe 11-2022, p. 189-192](#) e Estratégia dos EUA para o Indo Pacífico [Informe 8 - fevereiro 2022. P. 161.](#)

<sup>185</sup> <https://www.thejakartapost.com/paper/2022/06/12/prabowo-champions-asian-ways-amid-great-power-rivalry.html>

<sup>186</sup> [Informe 9-2022, p. 166-172\).](#)

as nações insulares da região provavelmente continuarão a alavancar os laços com os EUA e a China para pressionar por ações sobre as mudanças climáticas.<sup>187</sup>

### **Cúpula Fórum do Pacífico e EUA**

Em final de setembro, os líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico<sup>188</sup> se reuniram com o presidente americano, Joe Biden, para discutir sobre a importância estratégica do Pacífico e o futuro das relações EUA-Pacífico.<sup>189</sup>

No encontro de dois dias, líderes e autoridades discutiram para moldar a parceria coletiva da região com a América, particularmente à medida em que EUA revisam e procuram fortalecer seu engajamento na região do Pacífico, em torno da Estratégia 2050 para o Continente do Pacífico Azul sobre a ação climática. As reuniões ofereceram uma oportunidade para discutir as principais prioridades regionais, incluindo investimentos, parcerias estratégicas, resiliência climática e energia limpa, recuperação comercial e econômica, domínio marítimo, pesca ilegal. Também foram incluídos o fortalecimento do engajamento para a inclusão social, das mulheres e da liderança juvenil.

Ao final da reunião, a [declaração conjunta EUA-Pacífico](#) afirmou uma lista de 10 pontos das principais prioridades encabeçadas pela crise climática, reconhecimento da agenda do Pacífico Azul e 2050 e a força do regionalismo oferecida pelo Fórum das Ilhas do Pacífico. Os países se comprometem a trabalhar em parceria para a prosperidade, paz e segurança da região e para enfrentar os desafios crescentes, diante do agravamento da crise climática e de um ambiente geopolítico cada vez mais complexo; a reforçar o regionalismo; promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável no Pacífico; melhor se preparar e responder a desastres naturais; cooperação no enfrentamento das preocupações do COVID-19 e outras questões relacionadas à saúde; expandir oportunidades para todos os nossos povos; abordar de forma abrangente os legados do conflito e a promoção da não proliferação nuclear. A declaração está acompanhada de uma [ficha técnica](#), divulgada no site da Casa Branca, que aponta as ações americanas, financiamentos, programas para construção de capacidades, entre outros.

Essa foi a primeira vez que Washington recebeu líderes de uma região que considerava seu quintal marítimo desde a Segunda Guerra Mundial, mas que agora é um lugar onde a China tem feito avanços constantes.

A maioria das nações das Ilhas do Pacífico são independentes há mais de 40 anos, mas apesar dessa autonomia, seu PIB médio per capita é inferior a US\$ 5.000. Essas nações carecem de infraestrutura básica e o que eles desenvolveram está ameaçado pelo aumento do nível do mar devido às mudanças climáticas. Eles precisam de ação, e a China está oferecendo investimentos e preenchendo o vácuo deixado pelos EUA e seus aliados regionais.

---

<sup>187</sup> [Biden boosts Pacific climate aid, but region remains 'cautious' over defence outreach amid US-China rivalry | South China Morning Post \(scmp.com\)](#)

<sup>188</sup> O [Fórum das Ilhas do Pacífico](#) é a principal organização de política e econômica da região. Fundada em 1971, é composta por 18 membros: Austrália, Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Polinésia Francesa, Kiribati, Nauru, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

<sup>189</sup> [Líderes do Fórum do Pacífico iniciam cúpula histórica com presidente dos EUA > Fórum Sec \(forumsec.org\)](#)

As nações das ilhas do Pacífico, cortejadas pela China e pelos Estados Unidos, colocaram as superpotências em alerta, dizendo aos dois maiores emissores de carbono do mundo para tomar mais medidas sobre as mudanças climáticas, enquanto se comprometem com a unidade diante de uma crescente disputa geopolítica.

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **Arábia Saudita amplia relações com África do Sul e reforça interesse nos BRICS**

Em entrevista, durante visita de dois dias ao Reino saudita, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, reafirmou o interesse da Arábia Saudita em aderir ao bloco dos BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.<sup>190</sup> O bloco tem sido visto como uma alternativa ao domínio das economias ocidentais.

Durante a visita, que teve por objetivo ampliar e aprofundar as relações comerciais e econômicas entre os dois países, o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, reforçou o interesse em fazer parte do bloco e o presidente sul-africano repetiu a resposta que tem sido a mesma a todos os países que têm se candidatado. Argentina, Argélia, Egito, Turquia e Irã também solicitaram ingresso.<sup>191</sup>

A África do Sul e a Arábia Saudita assinaram 17 memorandos de entendimento (MoU) relativos à mineração, energia renovável, segurança, transporte, agricultura e outros setores,<sup>192</sup> Esses MoU abrem caminho para uma cooperação muito maior para o alto comércio e os fluxos de investimento entre a África do Sul e a Arábia Saudita.

### ***Bullying* dos EUA sobre Arábia Saudita por causa do ouro negro**

A pressão dos EUA sobre a Arábia Saudita para manter a produção de petróleo e manter os preços não tem surtido efeito. E recebeu críticas de parceiros do Irã e da Venezuela, como a Turquia. O ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, criticou a abordagem americana em relação ao país do Golfo. "O mundo inteiro precisa do petróleo e do gás natural da Venezuela. E do petróleo iraniano. Se você quer que os preços caiam, levante as sanções".<sup>193</sup>

O *bullying* à Arábia Saudita, que preside o cartel da OPEP, começou quando a Organização dos Estados Produtores de Petróleo votou a favor da redução da produção em cerca de 2 milhões de barris por dia, no início deste mês de outubro. O corte ocorre quase um mês antes das eleições de meio de mandato nos EUA, com os democratas em risco de perder por conta dos preços mais altos da gasolina, em um país com inflação galopante.

O ministério da energia de Omã disse que a decisão da OPEP de cortar a produção de petróleo em 2 milhões de barris por dia foi necessária para tranquilizar o mercado e estabilizá-lo. O ministro do petróleo do Bahrein disse que a decisão foi tomada por unanimidade após um estudo técnico sobre condições e desenvolvimentos do mercado global.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> <https://actualidad.rt.com/actualidad/445207-presidente-sudafricano-arabia-saudita-unirse-brics>

<sup>191</sup> Saiba mais sobre a expansão dos BRICS no informe elaborado por Claudia Hoirisch, nos [Cadernos CRIS- Informe 13-2022, p. 96.](#)

<sup>192</sup> [África do Sul assina 17 memorandos de entendimento com a Arábia Saudita \(timeslive.co.za\)](#)

<sup>193</sup> <https://www.trtworld.com/turkey/us-bullying-saudi-arabia-over-oil-production-cuts-turkish-fm-cavusoglu-61836>

<sup>194</sup> <https://www.trtworld.com/middle-east/oman-opec-decision-to-cut-oil-production-based-on-economic-consideration-61701>



## República Tcheca de olho na Ásia Pacífico

A República Tcheca [compartilhou](#) um interesse comum em cooperar na região Ásia-Pacífico, com foco no crescimento econômico e no fortalecimento das relações, seja enquanto presidente do Conselho da União Europeia,<sup>195</sup> seja como país da Europa Central. A informação foi do vice-ministro das Relações Exteriores da República Tcheca, Martin Tlapa, que falou sobre a prioridade do seu país durante uma reunião com grupo embaixadores da Ásia - Afeganistão, Cazaquistão, China, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Japão, Malásia, Myanmar, Mongólia, Paquistão, Vietnã e Tailândia.

A nova estratégia da República Tcheca para a Ásia envolve cooperação em diferentes níveis políticos, econômicos e científicos. O encontro diplomático discutiu áreas prioritárias para a parceria e cooperação com os países da região, bilateral e regionalmente, e para encontrar soluções comuns para os preços globais de energia e alimentos; infraestrutura, transporte, indústria aérea, e também sobre defesa. De sua parte, o país tcheco pode oferecer tecnologias modernas, digitalização e a chamada Quarta Revolução Industrial.

Para o Afeganistão, um pacote de ajuda humanitária, à medida que o inverno se aproxima, visa contribuir para a estabilidade, paz, segurança e prosperidade do país e da região.

## Trégua no Yemen não se renova e o país vive o agravamento da fome

A trégua mediada pela ONU e estabelecida em abril entre a coalizão árabe, liderada pela Arábia Saudita, e os rebeldes Houthis, apoiados pelo Irã, não foi renovada e segue sem bom prognóstico. Desde o início da devastadora guerra civil, em 2014, esse período de seis meses foi o mais longo período de paz para os iemenitas.

O enviado especial das Nações Unidas para o Yemen, Hans Grundberg, culpou nesta quinta-feira os rebeldes Houthis pelo fracasso em renovar uma trégua de seis meses e pediu às partes em guerra que demonstrem "liderança, compromisso e flexibilidade".<sup>196</sup> O fracasso em renová-lo, disse "causou uma nova incerteza para o país e um risco aumentado de guerra". De acordo com Grundberg, o governo se engajou positivamente com a revisão final, mas os Houthis apresentaram exigências adicionais que não puderam ser atendidas.

E um ataque realizado por drones ao porto de petróleo, no sul do país, foi reivindicado pelos rebeldes.<sup>197</sup> Centenas de milhares de pessoas morreram e mais de meio milhão de outras crianças iemenitas estão severamente desnutridas como resultado direto ou indireto do conflito, segundo a ONU, que classifica o país como o mais pobre da região árabe e sofre a pior crise humanitária do mundo.

## *Yemen enfrenta a realidade da fome – crianças são as maiores vítimas*

O conflito armado que irrompeu no **Yemen**, em 2014<sup>198</sup>, um dos países mais pobres do Oriente Médio, é a principal causa da insegurança alimentar no país.<sup>199</sup> A guerra destruiu meios

---

<sup>195</sup> A União Europeia tem intensificado as relações com as nações da Ásia, tanto bilateralmente com os países asiáticos, quanto com a ASEAN, bloco que reúne 10 países do Sudeste asiático.

<sup>196</sup> [UN chief urges Yemen's warring parties to extend truce | AP News](#)

<sup>197</sup> <https://www.trtworld.com/middle-east/houthis-stage-attack-on-yemen-s-oil-port-in-first-after-truce-61857>

<sup>198</sup> Saiba mais sobre a realidade do Yemen nos Cadernos CRIS- [Informe 4-2022, p. 154](#) e [Informe 6-2022, p 133](#).

<sup>199</sup> <https://www.wfp.org/emergencies/yemen-emergency>



de subsistência e reduziu a capacidade das famílias para comprar alimentos. Sem a renovação do cessar os iemenitas e grupos de assistência internacional temem que a situação piore ainda mais.<sup>200</sup>

Quase metade do país (14,5 milhões) de 30 milhões de pessoas não tem comida suficiente, de acordo com o [Programa Alimentar Mundial](#): quase metade (47,5%) das crianças menores de cinco anos enfrenta desnutrição crônica - mais de meio milhão estão severamente desnutridos; segundo a UNICEF, 45% das crianças são atrofiadas e mais de 86% têm anemia, cujas causas mais comuns incluem deficiências nutricionais. A cada 10 minutos, uma criança no Iêmen morre de doença evitável, de acordo com o Save the Children. Até 19 milhões de pessoas são inseguras em alimentos; 20,7 milhões de pessoas que precisam de assistência humanitária; 3,5 milhões de gestantes/amamentando mulheres e crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição aguda. Além disso, país tem altas taxas de obesidade e anemia. [Relatório](#).

A guerra na Ucrânia está agravando a situação. A dieta iemenita depende muito do trigo. A Ucrânia forneceu ao Iêmen 40% de seus grãos, até que a invasão russa cortou o fluxo. A dependência de importação de alimentos é alta.

Segundo Peter Salisbury, especialista do Iêmen no [International Crisis Group](#)<sup>201</sup>, o país foi atingido três vezes pela invasão russa da Ucrânia, "primeiro, pela perda de suprimentos alimentares da Ucrânia e preços mais altos nos mercados internacionais." Segundo, pelos preços mais altos dos combustíveis. E terceiro, por uma mudança no foco internacional, uma vez que a ajuda humanitária sofreu redução no financiamento, ao mesmo tempo, surgiram novas necessidades.<sup>202</sup>

Desde então, mais de 150.000 pessoas foram mortas pela violência e 3 milhões foram deslocadas. Dois terços da população recebem assistência alimentar.

### **OIC adota Declaração de Istambul para combater desinformação e islamofobia**

Durante a 12ª sessão da Conferência Islâmica de Informação da Organização da Cooperação Islâmica, os Ministros da Informação e Comunicação dos Estados membros da Organização de Cooperação Islâmica (OIC) se reuniram em Istambul, Turquia, para intensificar os esforços contra a desinformação e a islamofobia.<sup>203</sup>

"A islamofobia divide a comunidade mundial e ameaça à paz e a estabilidade globais. Portanto, o mundo inteiro precisa ver a islamofobia como um crime de ódio aberto, um crime contra a humanidade e lutar contra esse crime de forma eficaz", disse o diretor de comunicações da Turquia, Fahrettin Altun,<sup>204</sup> que destacou que são necessárias estratégias de curto, médio e

---

<sup>200</sup> [Crianças morrerem de fome enquanto o Iêmen luta contra | AP Notícia \(apnews.com\)](#)

<sup>201</sup> Organização independente que trabalha para prevenir guerras e moldar políticas que irão construir um mundo mais pacífico. A cada ano, o *Crisis Group* publica atualizações que identificam crises e conflitos em que a União Europeia e seus Estados membros podem ajudar a melhorar as perspectivas de paz. A última atualização incluiu entradas na República Democrática do Congo, Chifre da África, Sri Lanka, Ucrânia e Venezuela.

<sup>202</sup> A agência de alimentos da ONU precisou rações para milhões de pessoas devido a falhas críticas de financiamento e aumento dos preços globais de alimentos. O Programa Mundial de Alimentos tem priorizado há meses os 13,5 milhões de iemenitas mais vulneráveis, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, ou OCHA.

<sup>203</sup> Entenda o que é islamofobia em [Cadernos Cris-Informe 5-2022, p.156](#)

<sup>204</sup> <https://www.trtworld.com/turkey/oic-adopts-istanbul-declaration-to-fight-disinformation-islamophobia-61877>

longo prazo para combater a desinformação e islamofobia, que vem crescendo no mundo. O discurso e os crimes de ódio estão aumentando em todo o mundo e fervendo as tensões que se transformam em conflitos.

Durante a conferência de dois dias, ministros e representantes de alto nível de 57 países discutiram diversos assuntos, buscando aprofundar a cooperação nas áreas de mídia, comunicação e informação no mundo islâmico. A sessão também abordou outros temas e questões, como o papel da mídia no apoio à causa da Palestina e Al-Quds Al-Sharif, ao programa especial de mídia destacando a posição e o papel da África no mundo islâmico, e o projeto de lançamento do Prêmio OIC para Distintos Meios de Comunicação e Profissionais de Mídia no Campo da Promoção do Diálogo, Tolerância e Harmonia Intercultural.

Ao final, os países adotaram a [Declaração de Istambul](#), que aborda medidas concretas para fortalecer a cooperação dos países islâmicos na luta contra a desinformação e contra notícias falsas e envolve alfabetização midiática e o desenvolvimento de mecanismos de verificação de fatos juntamente com estruturas legais mais fortes. A declaração incluiu a importância de apoiar refugiados e países de acolhimento, um apelo para aumentar a conscientização sobre a discriminação contra os africanos. Reitera que o mundo islâmico condena unanimemente todas as formas de violência, extremismo, radicalismo e terrorismo.

### ***Supremo tribunal da Índia exige ação contra discursos de ódio anti-islâmicos***

A Suprema Corte indiana determinou que chefes de polícia de dois estados e da capital Nova Délhi tomem medidas contra discursos de ódio, "independentemente da religião a que pertença o autor do discurso ou a pessoa que comete tal ato".<sup>205</sup> O caráter secular da Índia deve ser preservado e protegido, e os Estados devem tomar medidas para impedir os discursos de ódio, disse o tribunal superior do país, em resposta a uma petição pedindo ação contra tais declarações contra a comunidade muçulmana.

Essa ação vai de encontro ao projeto de resolução [A/HRC/51/L.28/REV.1](#) adotada na reunião de alto nível na 51ª reunião do Conselho de Direitos Humanos. O documento incentiva os Estados membros a promover a justiça social e igualdade de aplicação da lei contra as violações dos direitos humanos e exorta os países a "honrarem suas obrigações de proteger aqueles que se levantam contra o racismo, incluindo os defensores dos direitos humanos, impedindo que sejam desacreditados, assediados e intimidados." A resolução faz um apelo global para uma ação concreta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, incluindo suas formas contemporâneas, cujas ideologias moralmente condenáveis, socialmente injustas e perigosas, como a supremacia branca, bem como por ideologias nacionalistas e populistas extremistas, que se espalham pelo mundo.<sup>206</sup>

No início desta semana, o chefe da ONU, Antonio Guterres, repreendeu a Índia por seu histórico de direitos humanos. "Como membro eleito do Conselho de Direitos Humanos, a Índia tem a responsabilidade de moldar os direitos humanos globais e de proteger e promover os direitos de todos os indivíduos, incluindo membros de comunidades minoritárias", disse Guterres em um discurso em Mumbai durante uma visita.

Durante a Assembleia Geral da ONU – UNGA77, na sessão de alto nível que celebrou os 30 anos da Declaração de Direitos das Minorias, que reuniu líderes mundiais para avaliar

---

<sup>205</sup> <https://www.trtworld.com/asia/india-s-top-court-demands-action-against-anti-muslim-hate-speeches-61863>

<sup>206</sup> Marques, L. Direitos das Minorias – Trinta anos depois. In: [Cadernos Cris-Informe 19-2022, p 129](#)

criticamente o andamento do documento histórico, o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, apresentou suas [observações](#) sobre a situação atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos (LDCs), países em desenvolvimento sem acesso ao mar (LLDCs) e pequenos Estados insulares (SIDS), que têm seus próprios desafios especiais, estão se virando nos 30 para manter o equilíbrio e boas relações em meio à disputa geopolítica entre potências e no cenário de guerra; para enfrentar as mudanças climáticas; para se preparar para novas pandemia; para lidar com a insegurança alimentar e as vulnerabilidades sociais; para recuperar a economia. Nesse cenário de muitas incertezas, é a bipolaridade que está ditando o futuro próximo: noroeste rico X sudeste pobre ou Norte global X Sul global. Ásia (Pacífico, Sudeste, Sul, Ocidental e Central) e região MENA (Oriente Médio e Norte Africano) abrigam a maioria desses países que vivem de perto o estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo.

Os desafios atuais chamam atenção para a importância da cooperação multilateral e da importância dos países do Sul global de avançarem em suas agendas, em todas as áreas: saúde, determinantes sociais, econômicos, comerciais, tecnológicas, ambientais, culturais, educação, trabalho e equidade. E parece ser esse o movimento que estamos observando, nestes tempos de novas geopolíticas. Frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia, Oriente Médio e África aprofundam relações, estabelecem parcerias e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, para avançar em suas agendas, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado.<sup>207</sup> Arábia Saudita e Emirados Árabes<sup>208</sup> têm se tornado importantes players nessa nova geopolítica regional<sup>209</sup>. China, França, Turquia, os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. Índia cada vez mais articulada com os países do Golfo e da Ásia Central.<sup>210</sup>

E, especialmente, avançam para trabalhar mitigação e resiliência em mudanças climáticas e para um futuro verde. É na Ásia que o futuro tecnológico para energia verde está. E é na região árabe - Oriente Médio, Norte africano e Sahel – que estão alguns dos mais vulneráveis aos estresses hídricos, deslocamentos forçados, além da realidade dos conflitos e seu potencial para criar terrenos fértil para o terrorismo e o extremismo violento.

O que os países dessas regiões querem? Na Assembleia Geral das Nações Unidas, na COP15, na COP26, em 2021, nos fóruns regionais preparatórios para o *High-Level Political Forum*, na Assembleia Mundial da Saúde 2022, as nações da Ásia Pacífico, Ásia Central, Ásia Ocidental e África repetiram e frisaram o que precisam para enfrentar as múltiplas crises, que nos últimos anos foram agravadas com a pandemia da Covid-19. O que eles realmente querem? Não é só acesso a investimentos, mas também acesso às tecnologias – patentes e transferência de tecnologia. E fica cada vez mais claro a urgência das medidas compensatórias dos países causadores do aquecimento global para socorrer os países vulneráveis aos desastres climáticos causados pelo aquecimento.

---

<sup>207</sup> Marques, L. Oriente Médio e Ásia Pacífico: similaridades os aproximam na nova ordem mundial. In: Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 8-2022, p. 166-178.; Ásia Pacífico e Oriente Médio precisam avançar e olham para as oportunidades, informe 5 - 2022, p. 153-162.

<sup>208</sup> Empresa dos Emirados Árabes Unidos realizará projetos rodoviários no Cazaquistão (inform.kz)

<sup>209</sup> Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 14-2022, p. 156-161

<sup>210</sup> Cadernos CRIS-Informe 1-2022, p. 155; Informe 18-2022, p. 201

## Novas décadas da nova era

**André Costa Lobato**

O 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China reelegeu Xi Jinping como seu secretário geral, elegeu 205 membros do 20th Comitê Central e os membros da Comissão Central de Disciplina e Inspeção. Wang Yi, atual ministro das relações exteriores, foi eleito para o Poliburo do Comitê Central. Yang Jiechi, da comissão de relações exteriores do partido, não está mais no Comitê Central de acordo com lista divulgada<sup>211</sup>.

Além dessas eleições, os delegados do Congresso avaliaram o relatório do 19º Congresso e da Comissão Central de Disciplina e Inspeção do 19º Congresso e deliberaram sobre mudanças na Constituição do partido. O Congresso começou no dia 16 de outubro e terminou dia 22.

Foram enfatizados os vários riscos e desafios deste período decisivo em que a primeira meta centenária é realizada e a segunda precisa ser concluída até o meio deste século, sendo necessária a união sob uma liderança central.

A primeira meta centenária diz respeito a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos quando o Partido Comunista da China marcou seu centenário, em 2021. A segunda, de fazer China um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso quando a República Popular da China celebrar seu centenário, em 2049.

Trata-se então de um período crucial para o “rejuvenescimento” da China. Diante dessa situação, o 19º Congresso, além de propor um plano quinquenal, propôs uma visão de longo prazo até 2035. Não há mais limite de mandatos para o secretário-geral e o limite de idade para lideranças do partido foi flexibilizado.

O Congresso então continua em operação, com seus comitês se encontrando separadamente ao longo dos próximos cinco anos. Durante o encontro legislativo de março do ano que vem, os nomes ligados ao Estado serão anunciados, como quem será o próximo premier do país. Embora os comunistas sejam maioria no Legislativo, há a presença de outros partidos e consultas com esses partidos também são feitas. Dos 2980 assentos do Congresso Nacional do Povo, 890

O anúncio dos nomes do comitê central e o relatório apresentado por Xi Jinping sobre as atividades do 19º indicam a continuidade e o aprofundamento das estratégias que vem se consolidando durante os últimos dois Congressos (o 18º e o 19º), ambos com Xi Jinping como secretário-geral do Partido. As reflexões teóricas do partido mantiveram a conclusão de que a principal contradição da China é a entre o desenvolvimento desbalanceado e inadequado e as necessidades crescentes do povo por uma vida melhor.

### Liderança para Nova Era

Em novembro do ano passado, o 19º Comitê Central do Partido Comunista da China adotou uma resolução histórica, a terceira em um século, sobre as principais realizações e experiências históricas do Partido em seus cem anos<sup>212</sup> e concluiu pela necessidade de liderança de Xi. A primeira resolução, em 1945, trata do “levantar-se” (Mao) e a segunda, em 1981, sobre

<sup>211</sup> <http://cpc.people.com.cn/20th/n1/2022/1023/c448334-32549777.html>

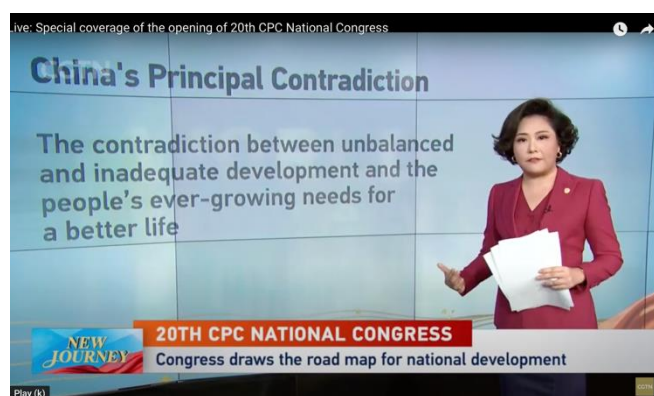
<sup>212</sup> [http://portuguese.news.cn/2021-11/18/c\\_1310318029.htm](http://portuguese.news.cn/2021-11/18/c_1310318029.htm)

“enriquecimento” (Mao e Deng)<sup>213</sup>. Nesta terceira resolução<sup>214</sup>, a persona de Xi aparece diante de um abrangente cenário histórico como central para a fase de “fortalecimento” do país. Isso pois ele “incorpora o melhor da cultura e do ethos chineses em nossos tempos e representa um novo avanço na adaptação do marxismo ao contexto chinês”, diz a resolução histórica. Xi então é o “principal representante do partido”, que é o líder da nação. Ao ser o principal representante do partido ele deve aderir também às ideias de seus antecessores que continuam a fazer parte da direção histórica correta do partido.

São “auto-revoluções”, que certamente envolvem intensas disputas políticas, consideradas necessárias diante das circunstâncias históricas. O período atual pode ser entendido como o início de uma nova era para a China: as primeiras metas do primeiro centenário foram atingidas no ano passado, com a erradicação da pobreza extrema sendo uma espécie de selo de qualidade dos resultados. Agora, trata-se do fortalecimento da China socialista, que se identifica como um país em desenvolvimento no estágio primário de construção do socialismo.

Na visão majoritária do partido, então, estamos na primeira década da nova era.

As principais campanhas de ‘autocorreção’ foram as de anticorrupção e de afirmação das missões originais do Partido. Há então uma visão de uma liderança correta, que se mantém fiel às aspirações iniciais e da necessidade de uma governança que limite práticas perigosas para a existência do partido. Desde de que assumiu como secretário-geral em 2012, Xi Jinping tem assumido novas funções e presidido inúmeras reuniões, algumas delas como a da resolução histórica que define seu pensamento como crucial para a Nova Era.



### O Relatório do 19º Congresso para o 20º Congresso

De acordo com o Relatório de Trabalho do 19º Congresso (RT19º) lido por Xi Jinping para representantes do 20º Congresso: “Alguns membros do Partido e funcionários estavam vacilando em sua convicção política. Apesar de repetidas advertências, formalidades sem sentido, burocratismo, hedonismo e extravagância persistiram em algumas localidades e departamentos. Mentalidades e práticas que buscam privilégios representavam um problema sério, e alguns casos profundamente chocantes de corrupção haviam sido descobertos”.

O relatório, vale lembrar, é produzido ao longo de meses, e é um trabalho cuja redação final envolve cerca de cinco mil pessoas.

Além dessas questões de legitimidade e centralidade, há também uma ênfase na questão de segurança, principalmente externa. Por exemplo, o relatório do RT19 diz “que as instituições e os mecanismos para implementar a política de Um País, Dois Sistemas em Hong

<sup>213</sup> <https://bj.offcn.com/html/2022/03/348043.html>

<sup>214</sup> [http://henan.china.com.cn/m/2021-11/17/content\\_41793358.html](http://henan.china.com.cn/m/2021-11/17/content_41793358.html)

Kong e Macau não foram bem desenvolvidas, e a China enfrentou sérios desafios à sua segurança nacional”.

De acordo com o relatório, o Partido vê-se pressionado por forças externas, mas capaz de lidar com elas:

“Confrontados com mudanças drásticas no cenário internacional, especialmente tentativas externas de chantagear, conter, bloquear e exercer máxima pressão sobre a China, colocamos nossos interesses nacionais em primeiro lugar, focamos em preocupações políticas internas e mantivemos firmes determinações estratégicas. Mostramos um espírito de luta e uma firme determinação para nunca ceder ao poder coercitivo. Ao longo desses esforços, salvaguardamos a dignidade e os interesses fundamentais da China e nos mantivemos bem-posicionados para buscar o desenvolvimento e garantir a segurança.”

Perante esse quadro internacional, o relatório diz que o país tem buscado fazer a “diplomacia de um país grande”, que é promover o desenvolvimento da comunidade humana. “Tomamos uma posição clara contra o hegemonismo e a política de poder em todas as suas formas, e nunca oscilamos em nossa oposição ao unilateralismo, protecionismo e bullying de qualquer tipo. Melhoramos a agenda diplomática global da China e trabalhamos ativamente para construir uma rede global de parcerias e promover um novo tipo de relações internacionais. Demonstramos o senso de dever da China como um grande país responsável, participando ativamente da reforma e desenvolvimento do sistema de governança global e engajando-se na cooperação internacional na luta contra o Covid-19. Tudo isso nos viu ganhar um reconhecimento internacional generalizado. A China aumentou acentuadamente sua influência internacional, apelo e poder decisório”.

### **Covid-19**

Diante da Pandemia, o Congresso ocorreu com a grande maioria dos delegados usando máscaras. Como em todo grande evento no país desde o início da Pandemia, como as Olimpíadas, o Congresso ocorreu num “sistema fechado”, o que inclui sistemas de testagem, quarentena e isolamento. O relatório avaliou de forma positiva a resposta sanitária interna chinesa: “Ao responder ao súbito surto de Covid-19, colocamos as pessoas e suas vidas acima de tudo, trabalhamos para evitar casos importados e ressurgimentos domésticos, e tenazmente perseguimos uma política dinâmica de zero-Covid. Ao lançar uma guerra total para impedir a propagação do vírus, protegemos a saúde e a segurança das pessoas na maior medida possível e fizemos conquistas tremendamente encorajadoras tanto na resposta epidêmica quanto no desenvolvimento econômico e social”.

Li Qiang, que comandou o lockdown de Xangai no início deste ano, foi promovido a segundo lugar no comitê permanente, composto por sete pessoas. Com isso, alguns acreditam que ele ficará a cargo de temas econômicos no partido e será o próximo primeiro-ministro<sup>215</sup>. Além de Xi e Li Qiang, os membros do comitê permanente são Cai Qi, Ding Xuexiang, Li Xi, Zhao Leji e Wang Huning, esses dois últimos estão, como Xi, em seu terceiro mandato<sup>216</sup>.

### **Ciência e tecnologia**

---

<sup>215</sup><https://english.kyodonews.net/news/2022/10/991ec84c9518-shanghai-party-boss-li-likely-to-join-chinas-top-leadership.html>

<sup>216</sup><https://www.moneytimes.com.br/china-xi-jinping-fortalece-nucleo-para-avancar-em-periodo-complexo-veja-analise-do-novo-colunista-do-mt/>



Uma grande mudança do texto para este 20º Congresso em relação aos anteriores foi o aumento de referências a ciência e tecnologia, cujas menções aumentaram quase quatro vezes em relação aos relatórios dos dois últimos congressos, segundo levantamento do Neican<sup>217</sup>.

O tema da ciência e tecnologia, vistos como “forças produtivas primárias” pelo partido, foi abordado em suas várias dimensões: segurança nacional, enriquecimento, quarta-revolução industrial, e avançados projetos de ciência: “Nos fortalecemos em pesquisa básica e inovação original, fizemos avanços em algumas tecnologias fundamentais em campos-chave e impulsionamos indústrias estratégicas emergentes. Temos testemunhado grandes sucessos em várias frentes, incluindo voo espacial tripulado, exploração lunar e marciana, sondas profundas do mar e da terra profunda, supercomputadores, navegação por satélite, informação quântica, tecnologia de energia nuclear, fabricação de aviões e biomedicina. A China se juntou às fileiras dos inovadores mundiais.”

Em coletiva à imprensa, um dos delegados do Congresso, Hu Weiwu, chefe da empresa de micro-chips Loongson, defendeu a criação um sistema industrial próprio de tecnologia da informação, hoje concentrado em Microsoft e Google: “Se a China não tem seu próprio sistema de TI industrial, é como cultivar em terras de outras pessoas”.

### **Constituição**

A Constituição Partidária passa agora a contar com declarações sobre a realização gradual do objetivo de prosperidade comum para todos; de uma nova filosofia de desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado; da criação de um novo padrão de desenvolvimento focado na economia doméstica e que apresenta interação positiva entre os fluxos econômicos domésticos e internacionais<sup>218</sup>.

### **Encerramento**

Destaco dois trechos do relatório de encerramento do 20º Congresso<sup>219</sup>:

“O Congresso apontou que o arranjo estratégico geral para a construção de um poderoso país socialista moderno de uma maneira completa é dar dois passos: basicamente realizar a modernização socialista de 2020 a 2035; construir um poderoso país socialista moderno que seja próspero, forte e democrático, culturalmente avançado, harmonioso e bonito. Os próximos cinco anos serão um período crítico para o início da construção de um país socialista moderno de forma integral.”

“Xi Jinping ressaltou que o Partido Comunista da China passou por um século de luta e embarcou em um novo caminho para acompanhar o exame. Nos últimos 100 anos, o Partido uniu e liderou o povo de todos os grupos étnicos em todo o país a conquistar grandes vitórias na nova revolução democrática, revolução socialista e construção, reforma e abertura, e modernização socialista, e inaugurou uma nova era de socialismo com características chinesas. As conquistas dos últimos 100 anos são incomparavelmente brilhantes, e a festa de 100 anos está florescendo. Estamos plenamente confiantes em nossa capacidade de criar novos e maiores milagres na nova era e na nova jornada. Todo o partido deve se reunir em torno do Comitê

---

<sup>217</sup><https://www.neican.org/brief-126-20th-party-congress-report-keywords-analysis/?ref=Briefs-newsletter>

<sup>218</sup><https://english.news.cn/20221022/fea670f419d7426ab564a795d5737b52/c.html?ref=Briefs-newsletter>

<sup>219</sup>[http://www.news.cn/politics/cpc20/2022-10/22/c\\_1129075392.htm](http://www.news.cn/politics/cpc20/2022-10/22/c_1129075392.htm)

Central do partido, manter a grande bandeira do socialismo com características chinesas, fortalecer a autoconfiança histórica, melhorar a iniciativa histórica, ousar lutar e vencer, mergulhar em trabalho duro, avançar com determinação, e unir e liderar o povo de todas as nacionalidades em todo o país a lutar pela realização das metas e tarefas estabelecidas pelo 20º Congresso Nacional do PCCh”.



## EUA e saúde global

**Guto Galvão**

### **Oficina do [Instituto Nacional de Disparidades de Saúde e Saúde das Minorias \(NIMHD\)](#) sobre a América Latina: Promovendo sinergia das pesquisas de saúde em todo o Hemisfério**

O Instituto Nacional de Disparidades de Saúde e Saúde das Minorias (NIMHD) que é um dos 27 Institutos e Centros dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) e está dedicado ao tema de disparidades no estado de saúde e na prestação de cuidados de saúde nos EUA, incluindo grupos de minorias raciais e étnicas, populações rurais, populações com baixo nível socioeconômico e outros grupos populacionais, com a missão de liderar pesquisas científicas para melhorar a saúde das minorias e reduzir as disparidades na saúde.

Nos Dias 1 e 2 de novembro de 2022 o NIMHD realizará virtualmente uma [oficina para discutir oportunidades de pesquisa para reduzir as disparidades de saúde e cuidados de saúde relacionadas a doenças não transmissíveis \(DCNT\)](#) com a maior carga e mortalidade da doença na América Latina e entre as populações hispânicas/latinas dos EUA.

Especialistas em diversas disciplinas compartilharão avanços, desafios, melhores práticas e lições aprendidas em sistemas clínicos, de serviços de saúde/saúde e pesquisas comunitárias relacionadas às DCNT realizadas em toda a América Latina.

Um interesse central do workshop é discutir estratégias de pesquisa atuais e potenciais e outras perspectivas em países dos quais a maioria dos hispânicos/latinos dos EUA identificam sua herança, resultando em benefício mútuo tanto para as comunidades hispânicas/latinas dos EUA quanto para a América Latina.

O Comitê de Planejamento do evento conta com a presidência de Larissa Avilés-Santa e a contribuição de vários colegas. As perguntas para os participantes da oficina podem ser enviadas com 24 horas de antecedência para [LatAmWksp@mail.nih.gov](mailto:LatAmWksp@mail.nih.gov)

### **O Instituto O'Neill e a Revista Lancet, com a coliderança da Relatora Especial das Nações Unidas sobre o direito à saúde, lançou uma nova [Comissão Global sobre o enfrentamento do racismo e da discriminação estrutural em saúde](#) para melhorar a saúde globalmente.**

[O lançamento](#) foi feito dia 21 de outubro à margem da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Comissão de três anos e será composta por cerca de 20 especialistas de todo o mundo para promover estratégias e ações antirracistas que reduzirão as barreiras à saúde e ao bem-estar das comunidades com base em raça, etnia, tribo, casta, identidade ou expressão de gênero, orientação sexual, habilidade, classe, geografia ou religião.

A Comissão baseia-se no reconhecimento de que o racismo cria e mantém iniquidades injustas e evitáveis na saúde ao redor do mundo. A Comissão parte da premissa de que o racismo é um fenômeno transnacional que requer soluções globais, dentro e fora do setor saúde. Embora o racismo nacional tenha sido pesquisado em alguns países, o racismo como um motor das iniquidades em saúde não é suficientemente compreendido e tratado como um fenômeno que atravessa fronteiras.

A [Dra. Tlaleng Mofokeng](#), copresidente da Comissão e Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental disse: "A pandemia COVID-19 destacou dramaticamente a urgência de abordar o racismo diretamente quando se trata de saúde", disse "Também ela levantou questões críticas sobre as relações

*coloniais que sustentam os esforços globais de saúde. Agora é a hora de enfrentar essa realidade e aceitar que pouco progresso foi alcançado para reduzir a discriminação na saúde."*

Na nota de imprensa do Instituto O'Neill se destaca que a disseminação do COVID-19 mostrou como as desigualdades socioeconômicas, o racismo sistêmico e a discriminação estrutural influenciam não apenas o risco e o impacto da doença, mas também o acesso ao tratamento e ao cuidado de qualidade. Um ano após a pandemia, um inquérito do governo britânico sobre grupos étnicos minoritários e o COVID-19 descobriu que o racismo institucional e o bullying desencorajaram e impediram enfermeiras negras, asiáticas e minoritárias de falar sobre situações que as colocavam em risco maior para o COVID-19 resultando em um risco de 10% a 50% maior de morrer de COVID-19 quando comparados com enfermeiras britânicas brancas.

A Comissão terá como ponto de partida o relatório da Dra. Mofokeng [sobre "Racismo e o direito à saúde"](#) à Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual destaca que o colonialismo, escravidão e outros desequilíbrios históricos de poder continuam a se manifestar como disparidades gritantes na mortalidade e morbidade materna, e níveis de risco mais elevados de doenças transmissíveis e não transmissíveis.

O relatório documenta maneiras variadas pelas quais o racismo impacta a saúde, incluindo barreiras linguísticas, segregação na moradia que distancia algumas populações dos principais serviços de saúde e o racismo estrutural em áreas como a educação que acabam por levar a resultados de saúde mais pobres para algumas populações. Historicamente, essas iniquidades raciais têm sido documentadas como determinantes da saúde. Esta Comissão irá além de simplesmente documentar essas disparidades, uma vez que é insuficiente para compreender as conexões entre raça, etnia, discriminação estrutural e saúde global.

O Dr. Ngozi Erondu, co-presidente da Comissão e membro do Instituto O'Neill para Direito Nacional e Global de Saúde disse: "É muito fácil ver a raça, em vez de o racismo, como um motor de maus resultados de saúde e descartá-los como produtos de contextos históricos particulares" e acrescentou: "Essa visão estreita perde as causas locais e internacionais das iniquidades raciais."

A Comissão também investigará resultados específicos vistos entre os países e consultará as comunidades para entender suas causas e impactos. Por exemplo, no Brasil, mulheres de ascendência africana têm aproximadamente cinco vezes mais chances de morrer no parto do que as brancas.

A Comissão estabeleceu quatro temas:

1. **Diagnosticar o problema do racismo na saúde globalmente**, revendo as evidências nacionais e internacionais existentes sobre o racismo em saúde em um contexto global.
2. **Identificar as melhores práticas e estratégias antirracista acionáveis através de** consultas com pessoas que viveram experiências de discriminação estrutural em saúde.
3. **Compilar um relatório das** descobertas, destacando as estratégias, táticas e lições que outros países podem usar para desenvolver abordagens antirracista no âmbito da política de saúde e da prestação de serviços para garantir resultados equitativos e justos de saúde.
4. **Disseminar seus achados amplamente ao público**, para garantir que as estratégias antirracista e as lições das ações que tiveram resultados sejam utilizadas e contribuam com um corpo de conhecimento para aumentar os esforços para descolonizar a saúde global.

**A Secretaria de Saúde dos EUA (HHS) anunciou uma iniciativa bipartidária de mais de US\$ 100 milhões para melhorar serviços de saúde mental. Os recursos, destinados aos estados e territórios devem servir para melhorar os serviços comunitários de saúde mental, incluindo a preparação para a resposta a emergência e crises.**

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS), por meio da Administração de Abuso de Substâncias e Serviços de Saúde Mental (SAMHSA), anunciou mais de US\$ 100 milhões esta semana para o financiamento da Lei Bipartidária de Comunidades Seguras ([Safer Communities Act - BSCA](#)) para estados e territórios para preparação de emergências em saúde mental, resposta a crises e a expansão de 988 serviços de atenção às Crises do Curso de Vida e Suicídio. A BSCA foi assinada como lei pelo presidente Biden no início deste ano e é ela que destina fundos sem precedentes para enfrentar a crise de saúde mental do.

O acesso a esses e outros serviços está disponível à comunidade através da Linha de Ajuda Nacional da SAMHSA [findtreatment.samhsa.gov](https://www.findtreatment.samhsa.gov).

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ana Luísa Jorge Martins** – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando da UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Carlos Machado de Freitas** - Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Danielle Keylla Alencar Cruz** – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Zeballos** - médica, mestre em medicina e saúde, doutoranda no instituto de saúde coletiva da UFBA

**Eduardo Nilson** - *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde

**Guilherme Franco Netto** – Médico, Doutor em Saúde Pública, Especialista de CT&I em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Fiocruz

**Harim Baek** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**José Luís Fiori** - Professor emérito da UFRJ, coordenador do GP do CNPQ, “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”, e do Laboratório de “Ética e Poder Global”, do NUBEIA/ UFRJ; pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP); colaborador da revista Cadernos Cris Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

**Karinne Marieta Carvalho** - Doutora em Ciências pela UFRJ. Membro da Coordenação de Pesquisa do IFF/Fiocruz

**Laurenice de Jesus Alves Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Léo Heller** - Pesquisador do Instituto René Rachou, Fiocruz; Ex-relator das Nações Unidas para os Direitos Humanos à água e ao saneamento

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Marina Sujkowski** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Montserrat Vargas Solorzano** - constaricense, abogada, diplomática y especialista en bioética y cooperación internacional

**Paolo Balladelli** - Investigador de Salud Global da PAHO/WHO/UN

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Renan Amaral Oliveira** - mestrando em Relações Internacionais pela UFBA e bacharel em Ciências e Humanidades, e em Relações Internacionais pela UFABC

**Renê Mendes** - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Baixada Santista, e Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Sofia Farante** - Investigadora do Programa Subregional OPS/OMS para Sudamérica

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vinicius Roland** - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio.

**Vitor Santos Rodrigues** - Graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **59** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **19** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2022**

**Dia 3 de novembro – Recursos humanos em saúde**

**Dia 16 de novembro – Abertura do CONGRESSO DA ALASAG**

**Dia 24 de novembro – Saúde nos ‘clubes de países’: G7, G20, G77, MNA, BRICS**

**Dia 30 de novembro – Saúde e ambiente: As COP do Clima e da Biodiversidade**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 20/2022**

***Período de 11 a 24 de outubro de 2022***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2022.**

**233 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**

---